OBRA COMPLETA

MONSENHOR CHAVES

Digitação
Magnólia Belarmino de Sousa Barbosa
Karine Belarmino

Revisão
Magnólia Belarmino de Sousa Barbosa
Maria Elisabeth Paiva Sousa Medeiros

Programação Visual, Paginação e Arte-final
Eclética!

Capa
ALG publicidade

Ilustração capa
Gabriel Archanjo

Impressão
Gráfica Cidade Verde

Monsenhor Chaves.

Obra Completa; Prefácio de Teresinha Queiroz - Teresina: Fundação Municipal de Cultura Mons. Chaves, 2013.

639 p.

1. HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE - COLETÂNEA. I - Título.

CDD - PI 869.908

ISBN - 85-86510-03-3

Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves
Rua Félix Pachêco, 1430, Centro/Sul
Teresina - PI. CEP: 64001-160
Fone: (086) 3215-7815

Sumário

Prefácio – *11*

Teresina - Subsídios para a história do Piauí

TERESINA

Mudanças da Capital – *23*
Edifícios Públicos Primitivos – *27*
Festas no Passado – *30*
Instrução Primária (1852 a 1872) – *33*
Instrução Secundária (1852 a 1872) – *35*
Posturas Municipais de 1867 – *37*
Ruas e Portos da Cidade – *39*
Comércio – *42*
Problemas de Saúde Pública – *44*
Representações Teatrais – *47*
Vida Cultural – *50*
Vida Religiosa – *53*
Teresina Pitoresca – *55*

FASES HISTÓRICAS NA VIDA DA CIDADE

Primeiros Passos – *60*
Coluna do Saraiva – *62*
Imagens Antigas – *64*
Companhia de Navegação do Rio Parnaíba – *66*
Primeiro Barco a Vapor – *68*
Primeira Visita Pastoral – *70*
Eleição em 1860 – *72*
Questão Christie – *74*
Seca de 1877 – *76*
Telégrafo – *78*
Fábrica de Fiação e Tecidos Piauienses – *81*

Libertação dos Escravos – *84*
Proclamação da República – *86*
Primícias da Intervenção Republicana – *88*
Guarda Republicana – *92*
Crise Político-Partidária de 1890 a 1892 – *95*

GUERRA DO PARAGUAI – 100

Embarque dos Corpos de Guarnição e de Polícia – *100*
1º de Voluntários da Pátria – *102*
2º de Voluntários da Pátria – *104*
Valor Piauiense na Guerra – *106*
Problemas de Guerra – *109*
Festas da Vitória – *111*
Volta dos Heróis – *113*

35º BATALHÃO DE INFANTARIA

Campanha Federalista – *116*
Campanha de Canudos – *118*

O índio no solo piauiense

O Piauí no Século XVII – *125*

Piauí, corredor de migração – *126*

Índios do Solo Piauiense – *127*

Hostilidades de Domingos Jorge Velho – *129*

As Guerras da Conquista – *136*

Última fase da conquista – *139*

Conclusão – *145*

Bibliografia – *146*

Cadernos Históricos

CAMPO MAIOR LUTA PELA INDEPENDÊNCIA - A BATALHA DO JENIPAPO

Antecedentes da Batalha – *149*
Batalha do Jenipapo – *152*
Depois da Batalha – *154*
Fontes consultadas – *160*

COMO NASCEU TERESINA

Primórdios – *161*
Vila Nova do Poti – *163*
Teresina – *177*

A ESCRAVIDÃO NO PIAUÍ

O escravo no Brasil – *182*
O escravo no Piauí – *190*

O PIAUÍ NA GUERRA DO PARAGUAI

Causa imediata da guerra – *203*
Seguem os contingentes – *206*
Nos campos avançados do exército – *227*
Os que se sacrificaram ou se distinguiram – *228*
Recepção aos voluntários – *232*
Dissolução do corpo – *236*
Frustração – *237*
O voluntário antes e depois da campanha – *238*
Jovita Alves Feitosa – *240*

EVANGELIZAÇÃO NO PIAUÍ

(Perspectiva histórica de sua implantação e estruturação) – *244*

O Piauí nas lutas da independência do Brasil

Situação no Brasil às vésperas da Independência – *257*
Situação no Piauí às vésperas da Independência – *264*
Parnaíba abre caminho para a independência no Piauí – *270*
Fidié marcha sobre Campo Maior – *274*
Debandada em Parnaíba – *278*
Levanta-se Oeiras – *283*
Entram os cearenses – *290*
Preocupação de Oeiras com as Passagens do Parnaíba – *294*

Começam as desordens – *298*
Vai começar a luta – *302*
O combate do Jenipapo – *306*
Depois do combate – *313*
Marcha para Campo Maior o Tenente Simplício – *321*
Ação do Tenente Simplício no Estanhado – *326*
Aclamação em Manga e Pastos Bons – *330*
A Junta da Comissão Militar do Poti – *336*
Repressão ao banditismo – *341*
Queda de Repartição e do Brejo – *347*
A Junta Militar do Poti passa para o Maranhão – *352*
Alecrim, o herói aloucado – *366*
Cai Carnaubeira e fecha-se o cerco de Caxias – *372*
Capitulação do Itapecuru-Mirim – *377*
Chega Filgueiras à Capital do Piauí – *384*
Recrudesce a luta em torno de Caxias – *392*
A Capitulação – *396*
Após a luta, a restauração da Província – *405*
Conclusão – *411*

Apontamentos Biográficos e Outros

Jesuítas no Piauí – *415*
Miguel de Carvalho – *418*
João Pereira Caldas – *422*
João do Amorim Pereira (dom) – *427*
Leonardo de Carvalho Castelo Branco – *432*
Manuel de Sousa Martins – *435*
Marcos de Araújo Costa – *438*
João da Costa Alecrim – *442*
Simplício José da Silva – *447*
José Francisco de Miranda Osório – *451*
Francisco de Sousa Martins – *456*
Lívio Lopes Castelo Branco e Silva – *461*
Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco – *466*
David Moreira Caldas – *469*
Francisco Parentes – *473*
Deolindo Mendes da Silva Moura – *477*
Licurgo José Henrique de Paiva – *480*
Napoleão Ribeiro Soares – *485*
João do Rego Monteiro – *489*
Francisco José Furtado – *493*
Raimundo de Arêa Leão – *498*
José Antônio Saraiva – *504*
Simplício de Sousa Mendes – *513*
Franklin Américo de Menezes Dória – *516*
José Lustosa da Cunha – *521*
Antônio Coelho Rodrigues – *524*
Amélia de Freitas Bevilácqua – 527
Augusto da Cunha Castelo Branco – *531*
Firmino Pires Ferreira – *534*
Luísa Amélia de Queirós Brandão – *538*
Hermínio Castelo Branco – *540*
Gervásio de Brito Passos – *545*
Álvaro de Assis Osório Mendes – *548*
Clodoaldo Severo Conrado de Freitas – *552*
Anísio Auto de Abreu – *556*
Lisandro Francisco Nogueira – *560*
Coriolano de Carvalho e Silva – *563*
Gregório Taumaturgo de Azevedo – *567*
Leônidas Benício Mariz e Sá – *571*
Arlindo Francisco Nogueira – *575*
Raimundo Artur de Vasconcelos – *577*
Antonino Freire – *581*
João Luís Ferreira – *591*
Higino Cícero da Cunha – *594*
Lucídio Freitas – *600*
Abdias da Costa Neves – *607*
Miguel de Paiva Rosa – *614*
João Pinheiro – *622*
João Henrique de Sousa Gayoso e Almendra – *627*
Joaquim de Oliveira Lopes – *631*
Vaqueiros e Roceiros – *634*

O Piauí nas lutas da independência do Brasil

Situação no Brasil às vésperas da Independência

Na madrugada de 25 de março de 1821, Dom João VI, membros da família real, cortesãos e negociantes portugueses, cerca de quatro mil pessoas, embarcaram no porto do Rio de Janeiro de volta a Portugal.

O Rei levava o ossário da Rainha Mãe e o do Príncipe Pedro Carlos. Levava, também, a soma considerável de 50 milhões de cruzados, ficando vazios os cofres do Banco e do Erário Público.

Deixava como Regente, no Brasil, o Príncipe Dom Pedro. Aqui ficavam, também, o caos político e econômico e uma grande discórdia provocada pela Revolução do Porto.

Façamos um ligeiro apanhado da situação política nas Províncias, naqueles dias.

Na Bahia, uma Junta de Governo balouçava-se ao sabor dos ventos da borrasca que se aproximava. Considerava-se independente do Príncipe Regente, pois não admitia em Dom João VI poderes para fazer delegações, uma vez que o Rei reconhecera as Cortes de Lisboa.

Ao mesmo tempo que mantinha correspondência com o Rio, pedia forças de mar e terra a Portugal para neutralizar qualquer possível intervenção da Capital.

Em ofício de 3 de junho, respondendo a um do Conde dos Arcos de 27 de abril, prestou obediência ao Príncipe. Mas, com surpresa para o Rio, o manifesto de 13 de julho das Cortes, dirigido aos brasileiros, enaltece a Junta da Bahia por se haver desligado da Regência de Dom Pedro.

A 19 de junho, aportava, na Bahia, o Brigue *Treze de Maio*, levando a bordo o Conde dos Arcos deportado para Lisboa. A Junta proibiu-lhe o desembarque e colocou sob vigilância as casas de seus partidários, na cidade, inclusive a do ten.-cel. José Egídio Gordilho.

Em 3 de novembro, um pequeno grupo armado, partidário de Dom Pedro, sob o comando do ten.-cel. Gordilho e Felisberto Gomes Caldeira, desfechou um golpe contra a Junta. Chegou mesmo a depô-la, prendendo todos os seus membros. O movimento foi prontamente desbaratado pelas tropas fiéis a Portugal, comandadas pelo Cel. Inácio Luís Madeira de Melo. Seus chefes aprisionados, em número de 13, foram deportados para Lisboa, sem processo. Nesse episódio não tomaram parte as Milícias brasileiras comandadas pelo Cel. Manoel Pedro de Freitas Guimarães, que ficaram nos seus quartéis indiferentes à sorte dos rebeldes. A confusão continuou na Bahia

até que em 2 de fevereiro de 1822 foi eleita uma nova Junta, constituída de brasileiros, que aderiu a Dom Pedro e nomeou Comandante das Armas o Cel. Manoel Pedro, promovendo-o a Brigadeiro. Estava aceso o estopim que dava início à guerra civil, ali, obrigando os baianos a conquistarem a ferro e fogo sua independência.

Sergipe acompanhou a Bahia.

Alagoas só reconheceu a autoridade de Dom Pedro em julho de 1822.

Em Pernambuco, a confusão era maior do que na Bahia. O Governador Luís do Rego tudo fazia para manter-se no poder. Correspondia-se ao mesmo tempo com o Rio e com as Cortes.

Os pernambucanos o odiavam e conspiravam. Uma tentativa de revolta já tinha sido aniquilada e o Governador escapara de um tiro à queima-roupa que lhe desfechou um antigo prisioneiro de 1817.

Sentindo-se cada vez mais desprestigiado, tentou Luís do Rego substituir seu Governo por uma Junta de sua inteira confiança. Foi quando irrompeu um movimento no interior da Província e, a 19 de agosto de 1821, instalou-se em Goiana, à sua revelia, um Governo Constitucional Temporário. Esta revolta alastrou-se, logo, para Pau d'Alho, Limoeiro e Tracunhaem. Alarmado, o Governador propôs uma conciliação com os rebeldes, que falhou. Enviou então tropas para desbaratá-los, sob o comando do ten.-cel. Antônio Inácio Caiola. Estas tropas bandearam-se para Goiana e o ten.-cel. retirou-se quase sozinho para Olinda.

As coisas estavam assim mal paradas quando Dom Pedro interveio, por um aviso de 21 de agosto, mandando eleger uma outra Junta. Goiana não acatou a ordem do Príncipe. Luís do Rego, amparado agora por Dom Pedro e por tropas da Bahia, agiu novamente pela força. Houve choques armados, confabulações, mediações e em fins de outubro foi assinada a "Convenção do Beberibe". Luís do Rego retirou-se e uma Junta presidida por Gervásio Pires Ferreira tomou posse a 28 de outubro.

No princípio esta Junta agiu como partidária do Regente. Expulsou para a Europa o Batalhão Algarve e proibiu que a Divisão de Avilez, enxotada do Rio de Janeiro, desembarcasse no Recife. Mas protelou sua adesão oficial a Dom Pedro, só o fazendo a 1º de junho de 1822, depois de um pronunciamento militar comandado pelo Cap. José de Barros Falcão Lacerda.

A 18 de setembro, a Junta presidida por Pires Ferreira foi deposta por outro pronunciamento militar, desta feita chefiado pelo Cap. Pedro da Silva Pedroso. Uma nova Junta inteiramente favorável à Independência foi constituída e tomou posse a 23 de setembro, sob a presidência de Afonso de Albuquerque Maranhão.

Na Paraíba, uma Junta eleita a 3 de fevereiro de 1822 aderiu ao Príncipe Regente.

A adesão a Dom Pedro, no Rio Grande do Norte, só se fez através da Junta de Governo de 22 de maio de 1822.

No Ceará, em 3 de novembro de 1821, foi eleita uma Junta Provisória de Governo, presidida pelo Major Francisco Xavier Torres. Em virtude do Decreto das Cortes de Lisboa, em 17 de fevereiro de 1822 foi eleita uma outra Junta presidida por José Arismundo dos Passos Porbém Barbosa. As Câmaras do Crato e de Icó rebelaram-se respectivamente a 1º de setembro e a 16 de outubro e, por influência do Capitão-Mor José Pereira Filgueiras, do Cel. Leandro Bezerra e de Tristão de Alencar Araripe, formaram um Governo Provisório que, antes mesmo de instalar-se na Capital, reconheceu o Governo de Dom Pedro.

No Piauí, o Governador das Armas, Major João José da Cunha Fidié, garantia a situação para as Cortes de Lisboa.

No Maranhão, o Marechal Bernardo da Silveira foi substituído por uma Junta constituída totalmente de portugueses e que obedecia cegamente a Lisboa.

Também no Pará dominavam as Cortes.

Em São Paulo, por insinuação de José Bonifácio de Andrada e Silva, o povo aclamou, a 23 de junho, uma Junta que, apesar de reconhecer Dom Pedro como Regente, simulava um Governo independente com referência aos negócios da terra. Portugueses moradores em Santos fizeram a chamada *Revolta do Chaguinhas*; chegaram a saquear a Vila, mas foram desbaratados pelas tropas fiéis à Junta de Governo.

Santa Catarina e Rio Grande do Sul reconheceram, logo, o Príncipe.

Goiás e Mato Grosso ligaram-se ao Pará e Maranhão.

Minas Gerais, com sua Junta de Vila Rica (Ouro Preto), eleita irregularmente, aderiu ao Príncipe, mas não lhe obedecia em tudo. Assumiu uma certa independência alterando a lei dos dízimos, criando batalhões e até pretendendo cunhar uma nova moeda.

Nesse mar revolto das Províncias, dominadas pela tropa portuguesa, mas possuídas do desejo de independência, Dom Pedro vacilava com as mãos no leme da administração.

Uma pavorosa crise financeira assoberbava tudo. O lastro metálico do Banco tinha sido levado para Portugal. Conforme carta de Dom Pedro a seu pai, o Erário Público devia ao Banco 12.000 contos de réis; à Young and

Finie mais 2.000; ao Visconde de Ouro Seco perto de 1.000; ao Arsenal do Exército, 1.000; ao da Marinha outros 1.000; e aos Voluntários Reais 26 meses de atraso no seu soldo.

A despesa pública era calculada em 14 milhões de cruzados e só se dispunha da renda de 6 milhões, da Província do Rio de Janeiro, que as outras nada enviaram.

A 10 de dezembro chegaram ao Rio dois decretos das Cortes. Um deles reduzia novamente o Brasil a Colônia. Todas as Capitanias Gerais passavam, como aliás já quase todas estavam, a ser governadas por uma Junta de 7 ou 5 membros, obedecendo exclusivamente ao Governo de Lisboa. Pelo outro decreto, Dom Pedro devia deixar o Brasil e viajar incógnito pelas Cortes da Europa, para aperfeiçoar sua educação.

Noticiou-se que iam ser supressos os tribunais e repartições públicas criados, aqui, por Dom João VI.

Eram demasiado insensatas e queriam demais as Cortes de Lisboa.

Dom Pedro, sempre ventoinha, quis a princípio desobedecer, para logo mandar cumprir os Decretos e aprontar a Fragata *União* para sua viagem.

Os republicanos exultaram com a perspectiva da saída do Príncipe. Regozijaram-se por outros motivos, é óbvio, as Forças portuguesas e certos comerciantes portugueses que visavam as vantagens da recolonização e dos monopólios antigos.

Os liberais monarquistas, com suas fileiras reforçadas com portugueses simpáticos à causa do Brasil, ergueram-se como ativos e estrênuos defensores da causa da Independência. Despacharam agentes para São Paulo, para Minas e para algumas vilas do Rio com a missão de conseguirem que o maior número de Câmaras enviassem representações ao Príncipe, solicitando-lhe a permanência no Brasil.

O emissário para Minas, Ten. Paulo Barbosa da Silva, escapando de ser preso pela Junta Governativa, obteve as representações de Borda do Campo (Barbacena), de Queluz, de Ouro Preto, de Mariana, de Sabará, de Caeté e de S. João del Rei.

Para São Paulo foi enviado Pedro Dias de Macedo Pais Leme, que obteve de José Bonifácio, a 24 de dezembro, a redação da famosa mensagem de São Paulo, enviada pela Junta a Dom Pedro e por este recebida a 1º de janeiro de 1822. A 31 de dezembro (1821), a Câmara Paulista reforçou sua mensagem mandando uma representação ao Príncipe, por intermédio de uma Comissão composta por José Bonifácio, Gama Lobo e Arouche Rendon.

O Comandante da guarnição portuguesa no Rio exigiu que o Príncipe deportasse os peticionários. Não foi atendido.

Entrementes, marcou Dom Pedro o dia 9 de janeiro para receber os votos das representações, já previamente deferidos. Naquele dia, o Senado da Câmara do Rio dirigiu-se ao Paço, em cortejo, e foi recebido pelo Regente na Sala do Trono. Seu presidente, ao proferir a saudação, conclamou o Príncipe a não deixar que triunfassem os partidários da independência: devia continuar no exercício da Regência que lhe fora confiada por Dom João VI, a fim de que se impedisse a independência completa do Brasil. Foram ainda ouvidos outros representantes. Quando falou, disse-lhes o Príncipe: "Convencido de que a presença de minha pessoa no Brasil interessa ao bem de toda a nação portuguesa e conhecendo que a vontade de algumas Províncias assim o quer, demorarei a minha saída até que as Cortes e meu augusto pai e senhor deliberem a este respeito, com inteiro conhecimento das circunstâncias que têm ocorrido".

É claro que uma tal resposta, àquela altura dos acontecimentos, desgostou os brasileiros que a leram no edital da Câmara, afixado, naquele mesmo dia, nos lugares públicos de costume. Sabedor do que se passava, Dom Pedro modificou-a para esta outra versão, que apareceu no dia seguinte: "Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto; diga ao povo que fico".

Passando uma vista d'olhos na correspondência de Dom Pedro com seu pai, naquele período, é que a gente pode conhecer o seu estado de espírito com referência à independência do Brasil. A 21 de setembro, por exemplo, ele declara que não suporta mais a situação do Brasil. A 4 de outubro (1821) denuncia indignado o plano dos independentes "que se têm querido cobrir comigo e com a tropa; com nenhum conseguiram ou conseguirão, porque a minha honra ou a dela é maior que todo o Brasil. Queriam e dizem que me querem aclamar Imperador; protesto a V. Majestade que nunca lhe seria perjuro; que nunca lhe serei falso e que eles farão essa loucura, mas será – note bem – depois de eu e todos os portugueses estarem feitos em pedaços; é o que juro a V. Majestade escrevendo com meu sangue estas palavras: "juro sempre ser fiel a V. M., à Nação e à Constituição portuguesas". Em vez de sangue, dizem, empregou tinta vermelha para escrever o juramento. A 6 e 7 de novembro cientifica a Dom João VI das diligências para a prisão dos *amotinadores da independência*. Espera que eles não queiram ver a peça de pano da qual já tiveram a amostra no dia 11 de abril. (Referia-se à chacina da Praça do Comércio, no Rio). A 10 de dezembro comunicou ao pai que ia eleger a Junta que devia suceder-lhe para poder voltar quanto antes a Portugal, como desejava. A 14 já fala da má impressão causada no Brasil pelo Decreto de sua partida para a Europa, mas afirma-se disposto a obedecer; diz textualmente que a independência se fará com ele ou sem ele. E a 9 de janeiro de 1822 comunica ao Rei *o fico*, solene, sem rancor, sem azedume, seco, indiferente e também sem o *Deus guarde* e o *beijo-lhe as mãos* das cartas anteriores.

Com estas dúbias disposições passou-se Dom Pedro para o lado dos brasileiros. Já devia estar assessorado àquela altura por José Bonifácio de

Andrada e Silva, um espírito conservador de monarquista ferrenho, partidário incondicional do congraçamento de portugueses e brasileiros.

José Bonifácio chegou ao Rio, para ficar, a 18 de janeiro, tendo antes passado por Santa Cruz, onde se avistou com a Princesa Leopoldina, já toda inflamada de amor ao Brasil, e que lhe apresentou os brasileirinhos, seus filhos, e lhe pediu que aceitasse sua nomeação para Ministro do Reino e Estrangeiros. À amizade e à ação dos dois muito deve a nossa independência.

Sentindo-se, agora, apoiado pelos brasileiros, Dom Pedro agiu com rapidez e energia para tirar do caminho o mais sério obstáculo aos seus planos, as tropas portuguesas da guarnição do Rio.

Para começo de conversa, ordenou aos Generais brasileiros Curado, Oliveira Alves e Nóbrega que se pusessem à frente das forças nacionais. Chamou ao Rio 1.100 praças paulistas do comando do Cel. Lázaro José Gonçalves, os Milicianos das Províncias do Rio e Minas, o Regimento dos homens de cor, e abriu o voluntariado. Assim, dentro de pouco tempo, poderia contar com cerca de 9.000 homens armados, para repelir qualquer veleidade da guarnição portuguesa.

O General Avilez sentiu a ameaça e resolveu antecipar-se ao golpe que lhe preparavam. Na noite do dia 14 de janeiro haveria uma representação no Teatro São João e o Príncipe deveria comparecer ao espetáculo com sua família. O comandante português preparou-se para sequestrá-lo naquela ocasião. Uma força portuguesa cercaria o Teatro e o Príncipe seria preso e embarcado à força para a Europa.

Não contava o general com a reação dos brasileiros. Na tarde e na noite daquele dia foram-se concentrando os brasileiros, no Campo de Sant'Ana, homens das tropas regulares, milicianos, Regimento dos pretos e pardos, paisanos de todas as classes, frades e padres, armados todos, a cavalo ou a pé, prontos para o que desse e viesse. Na manhã do dia 15, no Campo de Sant'Ana e seus arredores, já se achavam concentrados cerca de 6.000 homens.

Informado do que se passava, Dom Pedro soube, no fim do espetáculo, que um batalhão português deixara o quartel e marchava para cercar o Teatro. Saiu dali, às pressas, guardado por patriotas armados, mandou a família para Santa Cruz e desapareceu. Pela madrugada já estava no Campo de Sant'Ana assumindo o comando dos brasileiros ali concentrados.

O General Avilez retirou, à noite, as tropas portuguesas dos quartéis e ocupou o Morro do Castelo.

Sentindo-se forte, Dom Pedro tomou a ofensiva. Mandou intimar o Comandante português a recolher-se com a tropa aos quartéis e preparar-se para seguir com ela para a Europa. Não foi atendido. Mais tarde, naquele

mesmo dia, o General Curado foi pessoalmente ao Morro do Castelo para conferenciar com Avilez. Este agora, mais refletido, conveio em retirar-se para a Praia Grande, do outro lado da baía, talvez com o propósito de fortificar-se na Amarração, ocupar Santa Cruz e ganhar tempo, à espera de reforços que deviam vir de Portugal. Antes porém que pudesse fazer qualquer deslocamento, viu-se cercado e bloqueado pelas tropas brasileiras. Sem víveres, não lutou. A 15 de fevereiro foi embarcado com a soldadesca numa frota que se lhes aprontou para levá-los a Lisboa.

O caminho para a proclamação da Independência começava a ficar desimpedido. Agora era só esperar-se que as Cortes de Lisboa pusessem no copo a gotinha d'água que o faria transbordar.

A 7 de setembro da 1822, em São Paulo, às margens do Ipiranga, Dom Pedro arrancou do chapéu o laço português e lançou o brado *Independência ou Morte*.

Este brado iria repercutir de maneira sangrenta no Piauí.

É o que veremos nos próximos capítulos.

Situação no Piauí às vésperas da Independência

Economicamente falando, a situação do Piauí não era má, em 1821.

Nossa população concentrava-se no norte e se espalhava também pelos vales do Longá, do Poti e do Canindé. A vila da Parnaíba, porta aberta para o Atlântico, florescia com as exportações que por ela se faziam dos produtos da terra. Sobressaía, ali, como nosso grande homem de negócios, o magnata Simplício Dias da Silva, homem esclarecido e empreendedor, dono de uma fortuna fabulosa, senhor de mais de 1.200 escravos. Para o comércio de exportação possuía ele uma Sumaca de 130 toneladas e uma Escuna de 80.

Mas Parnaíba não era apenas Simplício Dias da Silva. Outros proprietários, ali, possuíam barcos de 1.100 e 1.200 arrobas e botes que escoavam os produtos pelo rio e ainda se empregavam em carga e descarga das embarcações de rotas marítimas. Cerca de 60 canoas de vários tamanhos serviam na Vila e em seu termo a lavradores, negociantes e pescadores. O número de carpinteiros registrados em Parnaíba, 53 de machado e de ribeira e 21 calafates, era superior ao do resto da Província. Chamavam-se carpinteiros de machado os que construíam casas e carros de tração animal, principalmente carros de boi. Os carpinteiros de ribeira com os calafates faziam embarcações e cuidavam de sua manutenção.

Oeiras e Campo Maior também possuíam suas embarcações que conduziam algodão, couro e sola para Parnaíba e de lá traziam mercadorias importadas.

Ao longo do rio, nos lugares em que se cruzavam os caminhos do Piauí com os do Maranhão, surgiam pequenos agrupamentos humanos, possuindo todos eles suas canoas que lhes facilitavam a comunicação entre as duas Províncias. Nessas passagens já se fazia um comércio bem razoável.

Estaleiros provisórios situavam-se em Parnaíba a na Barra do Longá. Simplício Dias da Silva era dono de um deles, do qual já haviam saído um Brigue de 2.000 toneladas e várias Sumacas, escunas e barcas. Na Barra do Longá ficava o estaleiro de João Francisco dos Santos, que já construíra uma Sumaca de 120 toneladas, uma Escuna e barcas cobertas. Tudo isto era feito com trabalho escravo.[1]

Nossa agricultura, além de cereais, concorria com fumo, algodão e cana-de-açúcar, fontes econômicas de contribuição puramente subsidiária, de vez que as finanças do Piauí repousavam realmente nas rendas provenientes

[1] Odilon Nunes – *Pesquisas para a História do Piauí* – Vol. II, pág. 292, 293, 294

da pecuária. O boi é que era a nossa riqueza. Nossa rica mercadoria eram os rebanhos. Nossos grandes mercados eram o Ceará, a Bahia, Pernambuco e Maranhão.

O gado era mercadoria de condições excepcionais. Ela mesma era o valor, ela mesma se transportava por si, ela mesma era o frete, para transformar-se em objetos de uso doméstico, instrumentos de trabalho, panos e escravos trazidos daquelas praças consumidoras.

Sucessivas e abundantes remessas de gado se faziam anualmente, às vezes crivadas de percalços, trabalhosas e demoradas, em viagens de não mais de 4 ou 5 léguas por dia, conforme a comodidade dos pastos onde haviam de parar. Quando não acontecia o "estouro" louco, tremendo, dos bois espantados, o gado escorria mansamente pelas estradas, sua rota segura e limpa.

As rendas nacionais da Província eram: o subsídio de 160 réis por arroba de algodão que se exportava, direito das passagens do rio Parnaíba, décima dos prédios urbanos, sisa dos bens de raiz, meia sisa de escravo ladino, subsídio de mil réis por escravo ladino arrematado, 3.000 réis por engenho ou molinete, 200 réis por rolo de algodão, 100 por atanado exportado, 50 por meio couro de sola, 50 por couro de cabelo, novo imposto de 5 réis por arrátel de carne verde, selo de papel e décimas de heranças, novos direitos dos ofícios e cartas de seguro, direitos da chancelaria, um por cento das arrematações por obras pias, porte de cartas dos correios, novo imposto de 8.000 réis por pipa de aguardente consumido e novo imposto para aumento do Banco do Brasil.[2]

É certo que não rendiam muito estes impostos e também não eram cobrados rigorosamente. Não obstante, o saldo líquido nas finanças da Província era bem apreciável. O de 1821, por exemplo, foi de 101:685$540 réis. As fazendas do fisco davam à Coroa renda líquida correspondente a 50% de seu rendimento bruto.

As rendas eram empregadas no pagamento das despesas gerais, como sejam: soldo, pão, fardamento, quartéis, boticas e hospital para a tropa de 1ª linha, petrechos de guerra, ordenados dos empregados públicos, expediente de repartições, côngruas de vigários, construção de templos e provimento de alfaias para os mesmos, despesas incertas ou extraordinárias. O que sobrava era recolhido ao Tesouro Público Superior.

Naquele tempo, as despesas públicas, aqui, eram pequenas. Com os funcionários gastava-se pouco mais de treze contos de réis por ano. A despesa maior era com a tropa de 1ª linha. Quase não havia obras nem prédios públicos.

---

[2] Odilon Nunes – Idem, Idem, Idem, pág. 297

O hospital militar funcionava numa casa alugada. As repartições públicas, na sua grande maioria, estavam instaladas em salas de residências particulares, quase sempre cedidas gratuitamente. Não havia despesa com instrução pública pois as escolas de Oeiras, de Parnaíba e de Campo Maior, fundadas pouco antes de 1822, já não funcionavam naquele ano. A situação financeira, portanto, não era má.

Há muito que a posição geográfica do Piauí havia despertado a atenção do Governo de Lisboa para o caso de uma emergência. Prevendo que a independência do Brasil seria apenas uma questão de tempo, é opinião de abalizados historiadores que o Governo português planejara ficar com uma parte para ele, isto é, o norte, recriando o Estado do Maranhão que compreenderia as Províncias do Pará, do Maranhão e do Piauí.

Estrategicamente falando, o Piauí teria muita importância neste plano, pois que se comunicava por terra com o Ceará, com a Bahia e com Pernambuco, onde o movimento dos independentes era bem forte. Também o Piauí era o celeiro fornecedor de carne para essas Províncias. Firmar-se militarmente nele seria cortar o abastecimento de carnes para os rebeldes e ficar em posição de poder atacá-los por terra, numa contra ofensiva, se o movimento independente ali enfraquecesse.

A navegação a vela do norte para Portugal era fácil, suave, segura, permanente e abundante. O mesmo já não se dava com a navegação do norte para o Rio de Janeiro. Em certas épocas do ano as viagens por mar, entre o norte e o sul, tornavam-se difíceis e arriscadas. Por causa dos ventos contrários ou das calmarias, do Pará a Pernambuco, desde maio até dezembro, gastavam-se 3 meses na viagem, e às vezes 5 ou 6, e assim progressivamente para a Bahia e para o Rio.[3]

Quando era Governador do Piauí Carlos César Burlamaqui, recebera ele a incumbência de organizar um plano para fazer de Oeiras o ponto central das comunicações comerciais entre as colônias portuguesas, isto é, entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão. O altiplano piauiense teria assim a função de estabelecer a unidade da nação. E o Piauí, às vésperas da Independência, antes da navegação a vapor, desempenhava realmente esta função. Distribuía suas boiadas de norte a sul das colônias portuguesas, estabelecendo o mais poderoso vínculo que prendia o Maranhão ao Brasil.

Se os portugueses pretendiam realmente ficar com o norte após a independência, a ocupação militar do Piauí seria então uma questão de vida ou de morte para eles.

---

[3] Odilon Nunes - Idem, Idem, Idem, pág. 307

Duas medidas tomadas pelo Governo português, naqueles dias, com respeito ao Piauí, dão a entender que aquela pretensão tinha algum fundamento. A primeira delas foi enviar-nos um carregamento de armas e munição exagerado para as necessidades normais da Província. Este material desembarcou em São Luís a 4 de outubro de 1820.[4] A segunda providência foi Lisboa despachar, às pressas, para o Piauí, como Governador das Armas, um cabo de guerra experimentado e ferozmente fiel aos interesses de Portugal – o Major João José da Cunha Fidié, veterano das guerras peninsulares contra as tropas de Napoleão Bonaparte, e que serviu no exército de Wellington.

Fidié saiu de Lisboa a bordo da Charrua "Gentil Americana", destinada ao Pará e que devia desembarcá-lo em São Luís, de onde ele seguiria para Oeiras. Deveria ter recebido, antes de sair, um posto e uma ajuda de custo, mas era tal a urgência da sua vinda que, não podendo demorar-se para receber um e outra, partiu quase que só com a roupa do corpo e a Carta Régia de sua nomeação. Chegou a Oeiras a 18 de agosto de 1821 e, tomando posse no dia seguinte, tratou logo de criar novos Corpos de Milícias, além dos já existentes. Esta intempestiva mobilização de tropas em Província central, sem qualquer ameaça de luta externa, já podia revelar de certa forma a missão de Fidié entre nós: conservar o Maranhão e sua zona de influência fiéis a Lisboa.

Nossa situação política, como a de todo o Brasil, era confusa. Em obediência ao Decreto das Cortes de Lisboa de 29 de setembro de 1820, governava o Piauí uma Junta eleita a 7 de abril de 1821, assim constituída: Vigário Geral Matias Pereira da Costa, presidente; Cap. Francisco de Sousa Mendes, secretário; e membros Sargento-Mor José Antônio Ferreira, Cap. Miguel Pereira de Araújo, Sargento-Mor Caetano Vaz Portela.

A Província não estava tranquila. O eco do que acontecia fora chegava também até nós. Pelo menos em Parnaíba, em Campo Maior e em Oeiras já se sabia do que se passava na Bahia, no Ceará, em Pernambuco e no Sul. Pasquins sediciosos apareciam, vez por outra nas Vilas de Parnaíba e Campo Maior, concitando o povo a rebelar-se contra os portugueses. Espelhavam várias tendências ideológicas. Um deles, por exemplo, distribuído em Campo Maior, atacava rudemente o Juiz de Fora, Dr. João Cândido de Deus e Silva, que havia feito uma conferência a favor da Constituição portuguesa e do reino. Morava na Vila um republicano e anarquista convicto, Lourenço de Araújo Barbosa. A ele atribuíram logo a autoria do panfleto. O Dr. João Cândido, em fevereiro de 1821, oficiou à Junta de Governo em Oeiras remetendo-lhe o pasquim e pedindo-lhe que o Ouvidor da Comarca tomasse as providências que o caso estava a exigir. Não obtendo resposta, seis meses depois oficiou novamente ao Governo estranhando que até aquela data nenhuma providência houvesse sido tomada no sentido de sindicar-se para se descobrir o autor

[4] M. 70 (1812-1820) – Doc. 13 – Cap. CAB

verdadeiro, ou os autores, do referido pasquim.[5] O Juiz reiterou a denúncia que fizera da perversa *doutrina* que defendia o panfleto, seu ateísmo, epicurismo e espinosismo.[6]

Depois dos de Campo Maior, apareceram outros boletins subversivos em Parnaíba e Oeiras. Alarmada, a Junta pediu ao Dr. João Cândido que sindicasse a respeito, abrindo devassas que levassem à descoberta dos sediciosos. Mas agora quem já não estava interessado era o Juiz da Parnaíba. Sua atitude deveria ter posto de sobreaviso as autoridades portuguesas de Oeiras. Quer estivesse ele magoado por não terem devassado o pasquim de Campo Maior, quer já estivesse mancomunado com os revolucionários, o certo é que sua resposta ao Governo foi significativa: negou-se a fazer devassas alegando que perseguir os culpados, naquela hora, seria fatalmente despertar simpatias pelo Brasil, em prejuízo dos interesses portugueses.

Em Campo Maior havia sido assassinado o Ajudante Antônio de Barros Bezerra. Em razão deste crime estavam presos ali, Fidelis Ferreira Passos, Domingos Marchão, Timóteo Marchão e Pedro Pereira da Cunha. A causa interessava muito aos europeus. O Dr. João Cândido mandou soltá-los, o que ocasionou grande desapontamento e irritação entre os lusos.

Também em Campo Maior o rábula Lourenço de Araújo Barbosa pregava abertamente a separação do Brasil de Portugal. Dizia-se até que ele mantinha na Vila uma fábrica de pólvora trabalhando para a revolução que se aproximava. As autoridades locais faziam vista grossa a tudo isto, temendo aumentar as simpatias da população pela independência se tentassem uma ação mais enérgica de repressão.

Em Parnaíba as coisas não iam melhor para os portugueses. Sentindo-se ameaçados, onze deles, homens tranquilos e honrados na insuspeita opinião do Juiz de Fora, compareceram à Câmara, a 25 de setembro, exigindo a remoção pura e simples do Comandante do Destacamento, Ten. Joaquim Timóteo de Brito. Não foram atendidos. Travaram então uma acalorada discussão com o Dr. João Cândido e afirmaram alto e bom som que não se sentiam seguros enquanto as autoridades em Parnaíba fossem brasileiras.[7] Lavraram um protesto que assinaram e que devia ser enviado para Oeiras.

Atento agora ao que se passava, Fidié pressionou a Junta para que tomasse imediatas e rigorosas providências. Não havia mais tempo para protelações.

---

[5] L. 91 – A – Cap. CAB
[6] Odilon Nunes – *Pesquisas para a História do Piauí* – Vol. II, pág. 308
[7] L. 91 – A – Cap. CAB

Lourenço de Araújo Barbosa foi chamado a Oeiras para defender-se das acusações que pesavam sobre ele. Lá foi preso no dia 2 de janeiro de 1822, juntamente com um grupo de outros suspeitos. Dada a firmeza de suas convicções políticas e sua impermeabilidade a qualquer tipo de intimidação, foi considerado elemento de alta periculosidade para a situação então reinante. Fidié o remeteu em 10 de junho ao Cap. Arnaldo José de Carvalho, Inspetor das Fazendas do Canindé, para que o tivesse "em prisão livre, porém de ferros", com guarda à vista, sem nenhum contacto com os escravos pois seu gênio anárquico, todo propenso à desordem, é bem conhecido, por cujo se acha processado". [8]

Na verdade, seu crime único era ser republicano. Em 11 de julho de 1823 é ele escoltado para o retiro denominado Curralinho, da Fazenda Tranqueira, Ribeira do Itaim, e ali entregue ao Alferes do Ceará Miguel Gonçalves.[9] Esta é a última notícia que temos do infeliz patriota em terras do Piauí.

Fidié deslocou o destacamento de Marvão para Campo Maior, onde parecia que eram mais pronunciadas as tendências separatistas.

Estávamos às vésperas de graves acontecimentos na Província.

[8] L. 105 - 44v. a 45 - Cap. CAB
[9] L. 105 - 36v. a 37 - Cap. CAB

Parnaíba abre caminho para a independência no Piauí

O Dr. João Cândido não fez devassas em Campo Maior nem na Parnaíba, desobedecendo assim instruções e ordens que recebera das autoridades de Oeiras neste sentido. O que chegou à capital em meados de outubro foi um ofício seu considerado de conteúdo explosivo para o Governo Provisório. Começa o Juiz dando conta do que acontecera na Vila em fins de setembro. Participa haverem ali recebido ofícios do Rio intimando-os a realizarem eleição de deputados para as Cortes do Brasil. E continua dizendo que proclamações, manifestos e notícias circulam abertamente na Parnaíba concitando os parnaibanos a fazerem aquela eleição e a aderirem ao que se estava passando na Província do Ceará. Ali, o Governo havia dado plena autorização ao povo para se manifestar livremente em cada distrito, escolhendo o sistema de governo que julgasse melhor. "Separar-se ou não separar-se", era a pergunta que em cada distrito do Ceará se fazia ao povo. O Juiz achava que este modo de proceder da Província vizinha estava muito certo, muito conforme ao princípio da Justiça e ao Direito conferido pela natureza a todo homem, quando o dotou de liberdade. Esta doutrina estava sendo recebida em Parnaíba com muito agrado e entusiasmo. Uma vez que a melhor, a maior, a mais rica, a mais populosa parte do Brasil já se havia declarado pela causa da Independência, o Dr. João Cândido não via por que o Piauí iria ficar de fora neste movimento. Oferecia estas razões à judiciosa e prudente consideração dos membros da Junta de Governo.[1]

Em Parnaíba, um requerimento, que muitos assinaram, foi levado à Câmara pedindo-lhe que se cumprisse, ali, a ordem de S. Alteza Real. Havia, pois, na Vila, um movimento popular favorável ao Príncipe. Tais movimentos são geralmente insuflados por uma minoria atuante. Não foi difícil a esta liderança levar o povo à Câmara, no dia 19 de outubro, para um pronunciamento que, desta vez, seria considerado de ruptura pela Junta de Oeiras e pelo Governador das Armas.

Também Oeiras e algumas Vilas do Piauí haviam recebido do Rio a mesma ordem de eleições para a Constituinte do Brasil. Mas agiram diferentemente de Parnaíba. Em Oeiras, por exemplo, a Junta resolveu que tal ofício *fosse mantido em silêncio mediante a decisão do Soberano Congresso e de El Rei, visto o juramento a que estamos ligados.*[2]

Que as autoridades em Oeiras entenderam o recado do Juiz sabe-se muito bem, pois reuniram-se em conselho com o Governador das Armas e

---

[1] *Abdias Neves* – **A Guerra do Fidié**, pág. 14
[2] *Odilon Nunes* – **Pesquisas para a História do Piauí** – Vol. II – pág. 310

ficou assentado que o Major Fidié iria pessoalmente acomodar aqueles povos, acompanhado de uma pequena escolta, logo que chegasse o correio do Maranhão esperado para o dia 5 de novembro.

Em Parnaíba precipitaram-se os acontecimentos. A 19 de outubro de 1822, no Paço da Câmara, os eleitores da Paróquia proclamaram a Regência de Dom Pedro, a Independência do Brasil e sua união com Portugal e as futuras Cortes Constituintes do Brasil. O movimento de aclamação foi capitaneado pelos seguintes patriotas: Cel. Simplício Dias da Silva, Juiz João Cândido de Deus e Silva, Cap. Domingos Dias, José Ferreira Meireles, Cap. Bernardo Antônio Saraiva, escrivão Ângelo da Costa Rosal, Bernardo de Freitas Caldas e 1º Ten. Joaquim Timóteo de Brito. Foram feitas as comunicações para o Crato e para Granja, pedindo-lhes cooperação.

A 23 de outubro a Câmara daquela Vila comunicou à de Campo Maior o que ali sucedera a 19 e a convidou a fazer o mesmo:

"Participamos a V. Mercês que no dia 19 do corrente foram proclamadas nesta Vila a Regência de S. Alteza Real, a Independência do Brasil e sua União com Portugal e as futuras Cortes Constituintes do Brasil, tudo a requerimento dos povos, como V. Mercês verão dos documentos que por certidão acompanham esta nossa participação; foi inexplicável o fervor e entusiasmo que desenvolveram os povos nesta ocasião. Rogamos fervorosamente a V. Mercês queiram unir-se conosco e com todo o nosso Continente, a bem de tão justa causa. Deus guarde a V. Mercês muitos anos. Parnaíba em sessão de 23 de outubro de 1822. Aos Srs. Presidente, Vereadores e mais oficiais do Senado da Câmara da Vila de Campo Maior.

João Cândido de Deus e Silva
Manoel Antônio da Silva Henriques
José Gomes de Araújo
João José de Sales
João Inácio Nunes da Silva".

Acompanhava esta comunicação uma proclamação dirigida aos patriotas de Oeiras e Campo Maior, assinada por o *Amante* da *Liberdade do Brasil*. A proclamação é datada de 24 de outubro e termina com um "Viva El Rei o Sr. Dom João VI e o Sereníssimo Sr. Dom Pedro de Alcântara, Regente e Defensor perpétuo do Brasil, a Independência do Reino, sua união com Portugal e as futuras Cortes Constituintes do Brasil".[4]

Campo Maior havia recebido a 10 de outubro o Decreto do Príncipe Real mandando que se fizesse, ali, a eleição para a Constituinte do Brasil.

---

[3] L. 87 - Doc. 4 - Cap. CAB
[4] L. 87 - Doc. 1 - Cap. CAB

Quem nos dá esta notícia é o Comandante militar da Vila, Major Higino Xavier Lopes, em oficio de 2 de novembro ao Governador das Armas. Diz o Major que já em Parnaíba se havia dado cumprimento ao Decreto de Dom Pedro, conforme avisos e proclamações que chegaram a Campo Maior convidando aqueles povos e os de todo o Piauí a que fizessem o mesmo.[5]

A Câmara de Campo Maior em data de 5 de novembro dirigiu-se à Junta de Governo em Oeiras. Dizia que acabava de receber um ofício da Câmara da Vila de Parnaíba, de 23 de outubro, participando-lhe que no dia 19 do dito mês haviam sido proclamadas naquela Vila a Regência Real de S. Alteza, a Independência do Brasil e sua União com Portugal e as futuras Cortes Constituintes do Brasil. O ofício vinha acompanhado de certidão dos requerimentos e termos praticados na sessão do dia 19 em Parnaíba. Pedia fervorosamente aquela Vila a Campo Maior que se unisse à mesma causa. A Câmara de Campo Maior não lhe dera resposta. Achara inesperada aquela novidade e pretendia nada fazer sem uma decisão das autoridades de Oeiras. Pedia-lhes pois instruções a respeito.[6]

O ofício do Major Higino ao Governador das Armas deve ter sido enviado por positivo que em quatro dias fez a viagem entre Campo Maior e Oeiras, pois no dia 6 a notícia estourou, ali, como uma bomba.

Reuniram-se apressadamente os membros do Governo e o Major Fidié. Aquela história de *Independência* do *Brasil e sua união com Portugal* na comunicação dos independentes da Parnaíba era uma charada para eles, como ainda hoje o é para quem lê simplesmente o documento. *Por que união com Portugal?* Era para valer a independência ou não era?

Lendo com atenção o documento a gente tem a impressão de que os independentes da Parnaíba, àquela altura dos acontecimentos, ainda não sabiam bem o que queriam.

Ingenuidade? Mera tapeação de Parnaíba para enganar a Junta de Oeiras e ganhar tempo?

O que quer que tenha sido, o fato é que as autoridades portuguesas na Capital não se deixaram iludir. Concluíram que se tratava de um movimento separatista que era preciso esmagar logo, a qualquer preço. Ficou assentado que o Major João José da Cunha Fidié deveria marchar imediatamente com o Batalhão de linha e toda a tropa de Milícias que pudesse reunir para abafar a rebelião na Vila, antes que o resto da Província viesse a sofrer a sua influência.

[5] L. 87 – Doc. 2 – Cap. CAB
[6] L. 87 – Doc. 3 – Cap. CAB

Entrementes, novas notícias confirmando o movimento da Parnaíba e pormenorizando os fatos ali sucedidos continuavam chegando a Oeiras, inclusive um ofício do Cel. Simplício Dias da Silva dirigido à Junta de Governo.

Fidié fez transportar todo o armamento para *Tapera*. Ordenou a alguns comandantes de Milícias que seguissem com suas Companhias para se unirem a ele ali, onde seriam armadas as praças que estivessem desarmadas. Somente a 13 de novembro deixou Oeiras, seguindo para o lugar de reunião já indicado, de onde prosseguiria para Campo Maior, que já lhe dava muita preocupação. Levava consigo uma proclamação da Junta aos habitantes da Parnaíba.

Enquanto se preparava para partir, Fidié, sempre secundado pela Junta, tomou várias medidas de caráter militar. Pediu mais pólvora. Oficiou a Comandantes de Milícias, que estacionavam no caminho que ele ia percorrer, para que se lhe reunissem com as praças armadas que pudessem prontificar com urgência. Conseguiu do Governo a nomeação de um escriturário e de um pagador para as tropas sob seu comando.

Por seu lado, o Governo Provisório ordenou contenção nas despesas, paralisou as obras do Hospital Militar em construção e mandou que o ten.-cel. Antônio da Cunha Rebelo comprasse, com urgência, em Caxias, 15 arrobas de pólvora e as entregasse ao Governador das Armas. Autorizou Fidié a retirar da Parnaíba qualquer autoridade civil comprometida com os sucessos de 19 de outubro. Chamou à Capital o Ouvidor da Comarca. Redigiu uma proclamação aos parnaibanos.

Oficiou também ao Governo do Maranhão e ao Comandante de Caxias, Cel. João Bento de Brito, pedindo-lhes que prestassem a Fidié todo o apoio militar que fosse possível em reforços e munições.

O Comandante português levava a intenção de fazer de Campo Maior o centro das operações contra os rebeldes da Parnaíba.

Fidié marcha sobre Campo Maior

A marcha de Fidié sobre Campo Maior foi lenta. Nem podia ser de outra forma, naquelas circunstâncias. À exceção dos oficiais, todos marchavam a pé. Os 47 cavalos requisitados em Oeiras foram empregados no transporte do trem de guerra.

Corria o mês de novembro e o inverno, que já devia ter começado, nem ao menos se anunciava, naquele ano. Palmilhavam os soldados da coluna, penosamente, quilômetros e quilômetros de várzeas sem fim, nuas e desoladas, sem pastagem para o gado. Vez por outra surgiam, ao longe, a casa e o curral de uma fazenda de gado. Alegrava-se o coração da soldadesca. Apressavam o passo. Quando lá chegavam, não encontravam vivalma. Seus moradores haviam fugido precipitadamente para os matos. Não era boa para aquela gente pacata a companhia de soldados indisciplinados. Matavam reses para saciar a fome daqueles esfaimados. Retirava-se do paiol da fazenda a farinha necessária. Descansavam um pouco após a refeição e depois prosseguiam. A marcha era vagarosa e extenuante. Fidié seguia sobressaltado. Um ataque de forças brasileiras, distribuídas em guerrilhas, naquelas circunstâncias, seria uma calamidade.

O silêncio de Campo Maior o preocupava. Nas Tabocas, porém, um positivo do Major Higino veio tranquilizá-lo. Trazia-lhe um ofício e também notícias. Sabia-se em Campo Maior que o Juiz de Fora, Dr. João Cândido, deveria estar em Piracuruca no dia 23 ou 24 de novembro para proclamar, ali, a Independência, fazer eleições e depois passar à Vila dos carnaubais com o mesmo objetivo. Fidié exultou. O inimigo número um da causa portuguesa no norte iria cair-lhe nas mãos, muito em breve, e com a maior facilidade.

O portador de Campo Maior, naquela mesma noite, partiu de volta com um oficio de Fidié para o Major Higino. Eram instruções pormenorizadas do Governador das Armas para que o Comandante de Campo Maior fizesse marchar, logo, para Piracuruca, o Ten. José Bernardo, com ordem de prender, ali, o Juiz da Parnaíba e trazê-lo escoltado para Campo Maior, com muita segurança. A missão não deveria falhar, sob hipótese alguma.[1]

Na mesma noite, Fidié escreveu para a Junta em Oeiras comunicando-lhe que pretendia entrar em Campo Maior no dia 24, e pedindo-lhe que fizesse seguir com urgência para ali o Ouvidor da Comarca.

Entrando em Campo Maior na manhã do dia 24, conforme previra, diz Fidié que teve caloroso acolhimento por parte do povo que ansioso aguardava a chegada da tropa. Naturalmente que o povo que ansioso recebera

[1] L. 87 – Doc. 5 – Cap. CAB

apenas uma parte da população, a menor, isto é, os portugueses que ali viviam assombrados com as notícias que vinham do norte. A outra parte, a maior, o acolheu desconfiada e friamente.

Informado de que a Câmara não recebera os Decretos de 24 e 27 de julho, fez chegar às mãos do seu Presidente cópias deles intimando-o a publicá-los, registrá-los e dar-lhes pronta execução. É claro que a Câmara, amedrontada, fez tudo o que Fidié exigiu. Perante o Governador das Armas e as tropas formadas no Largo da Matriz, os Camaristas deram vivas a El Rei Constitucional, o Sr. Dom João VI, a toda a Casa de Bragança e às Cortes de Lisboa. Tudo isto se passou, ali, no dia 25 de novembro de 1822.[2]

A mala do correio de Parnaíba estava retida em Campo Maior e, constando que nela vinham cartas sediciosas, apressou-se Fidié em remetê-la para Oeiras. Antes porém a abriu para ver se nela havia algo que lhe fosse destinado. Realmente encontrou dois ofícios: um do 2º Ten. da Companhia de Artilharia, José Machado das Necessidades, pedindo-lhe seis meses de licença, e outro do Cel. Simplício Dias da Silva assegurando-lhe que em Parnaíba tudo estava em sossego.

A missão confiada ao Major Higino para a captura do Juiz João Cândido falhara. Assumindo, agora, pessoalmente, a execução da empreitada, Fidié enviou o Alferes José Gonçalves a Piracuruca para se informar da situação ali e prender o Juiz, se as circunstâncias o permitissem.

Para darem cobertura militar ao Alferes seguiram para o mesmo destino, comandando 50 homens fortemente armados, o Ten. Vicente e o Alferes Carmo.[3]

Os espiões de Fidié mandados a Parnaíba voltavam com notícias contraditórias. Um deles disse que vira gente abrindo fossos e trincheiras ao redor da Vila. Esta notícia encheu de sobressaltos o chefe português. No mesmo dia ele oficiou ao comandante de Caxias pedindo-he que lhe enviasse algumas bocas de fogo com urgência.

Oficiou também à Câmara da Parnaíba e ao Cel. Simplício exortando-os a desfazerem o que fora feito no dia 19. Aos soldados da Vila rebelada enviou uma proclamação lamentando que eles se tivessem deixado enganar por indignos sediciosos, mas que ainda estava em tempo de repararem o mal ratificando o primeiro juramento que eles, iludidos, haviam violado. Do contrário teriam a mesma sorte que os sediciosos.[4]

---

[2] L. 87 - Doc. 3 - Cap. CAB
[3] L. 87 - Doc. 7 - Cap. CAB
[4] L. 87 - Doc. 11 - Cap. CAB

A leitura desta proclamação deve ter causado profunda impressão nos chefes do movimento sobre a sorte que os esperava se Fidié os apanhasse ali.

Como o Dr. Cândido não tinha feito a devassa em Campo Maior sobre o "caso" Lourenço de Araújo Barbosa, a Junta encarregou o Presidente da Câmara, José Carvalho de Almeida, de fazer uma investigação a respeito. Feita a sindicância, José Carvalho comunicou ao Governo de Oeiras o seguinte:

"Quanto à pólvora não há nesta Vila nenhuma que se possa julgar fabricada de contrabando porque, ainda que Lourenço de Araújo Barbosa experimentou o salitre para conhecer se podia aqui fabricar, contudo não chega ao meu conhecimento mas que com efeito fez algumas libras, as quais vendera".[5]

As Companhias de Milícias que haviam sido requisitadas ainda de Oeiras chegaram a Campo Maior no dia 5 de dezembro. Também a reunião de praças do 1º Regimento, ali, demorara um pouco.

No dia 6 de dezembro, o Governador das Armas recebeu um oficio do Comandante de Piracuruca com notícias que muito o alegraram. Sabia-se, ali, por correspondência chegada da Parnaíba, que já haviam fugido o Juiz de Fora, Dr. João Cândido de Deus e Silva, e muitos outros chefes, entre os quais estavam o filho e o sobrinho de Manoel Antônio, o Ten. Timóteo, o Pe. Domingos e José Ferreira Meireles.

As peças de Campanha pedidas ao Cel. João Bento, de Caxias, tinham chegado a Campo Maior no dia 6.

O Conselho Militar Extraordinário da Vila de Caxias comunicara a Fidié sua criação em consequência dos acontecimentos que se verificaram naquela Vila maranhense, no dia 17 de outubro, e lhe oferecera todo o auxílio que necessitasse e que lhe pudesse prestar. Igualmente o Comandante de São Bernardo (MA) pusera à sua disposição as forças de seu Distrito.

O Governo Provisório do Maranhão comunicou a Fidié que já enviara para *Carnaubeira*, nas proximidades de Parnaíba, uma tropa de linha e fizera aprontar o Brigue *Infante Dom Miguel*, deslocando-o para o *Porto de Feitoria*. Todas estas forças ficariam à disposição do Governador das Armas do Piauí para utilizá-las naquilo que mais conviesse à causa pública. O Maranhão prontificava-se ainda a prestar a Fidié todo e qualquer auxílio de tropas disponíveis naquela Província.

O chefe português solicitou ao Comandante da Capela de Barras, ten.-cel. Antônio José de Araújo Bacelar, que reunisse às pressas 3 Companhias do Regimento de Cavalaria de Milícias nº 1 e se lhe juntasse o mais cedo possível.[6]

---

[5] L. 87 - Doc. 8 - Cap CAB
[6] L. 87 - Doc. 15 - Cap. CAB

Deixando em Campo Maior o ten.-cel. João Antônio da Cunha Rebelo com 100 praças, 100 granadeiras e 2 peças de Campanha, e chamando de Jerumenha para ali o Ten. Egídio com uma Companhia de Cavalaria do seu Regimento, Fidié reforçou o poderio português na Vila dos carnaubais.

Nesse meio tempo a Vila de Marvão recebeu da Vila de São João do Príncipe (CE) convite para abraçar o sistema da Independência. Alegando deficiência na alimentação, o destacamento local achou por bem insubordinar-se, precisamente naquela hora. As coisas estavam ficando pretas quando, de marcha para Campo Maior com sua Companhia, a fim de se unir a Fidié, chegou àquela Vila o Capitão Vicente Rocha Araújo. Vendo a situação delicada em que se encontravam as autoridades e o povo, aquele Capitão resolveu ali permanecer com sua tropa para apoiar o Comandante de Marvão contra o destacamento rebelado. Por esta corajosa atitude foi posteriormente elogiado pela Junta de Oeiras.[7]

No dia 7 de dezembro Fidié pôs em marcha para Parnaíba o Batalhão da Tropa de 1ª linha. No dia seguinte ele próprio partiu para o mesmo destino com as forças de Milícias que pudera reunir. Demorara-se em Campo Maior 13 dias.

[7] L. 105 - Págs. 12 a 14 - Cap. CAB

Debandada em Parnaíba

Ainda no mês de agosto o Cel. Simplício Dias da Silva dirigira-se ao Governador das Armas pedindo-lhe demissão do comando militar da Parnaíba. Alegava motivo de saúde. Fidié despachou favoravelmente sua petição a 30 daquele mês e a reteve em seu poder. Agora, de Campo Maior, envia-lhe despacho e a ordem para que ele entregue o comando da Vila e o Regimento da Cavalaria ao Cel. Manoel Antônio da Silva Henriques. Este, como membro da Câmara, fora um dos signatários da comunicação do Movimento de outubro, ali. Se agora, apesar daquilo, Fidié ainda deposita confiança nele, a ponto de lhe entregar o comando das tropas, isto quer dizer que Manoel Antônio já lhe havia comunicado o seu profundo arrependimento. A transmissão do comando fez-se a 10 de dezembro, conforme ofício de Manoel Antônio para a Junta de Oeiras.[1]

Em Parnaíba, o primeiro entusiasmo das festas da aclamação do dia 19 de outubro já havia esfriado. O povo estava decepcionado. Afinal de contas, tudo continuava como dantes, nada havia mudado. Entre os chefes começaram a surgir as mútuas recriminações. Não tinham armas, nem munição, nem soldados, nem fortificações. Que iriam fazer, se fossem atacados? Talvez ainda fosse possível levantar o povo para pegar em armas na defesa da Vila. Mas, onde encontrar as armas? Contavam apenas com as que estavam nas mãos dos soldados do 1º Regimento de Cavalaria ali sediado. Eram soldados bisonhos, sem preparo militar.

Agora, de cabeça fria, avaliavam a extensão do passo que haviam dado. Nenhuma outra Vila do Piauí aderira ao movimento. As notícias de concentrações de forças em Oeiras e Campo Maior inquietavam aqueles homens desarvorados. Apelaram para o Ceará.

Os cearenses, àquela altura, ainda tinham muitos e delicados problemas a resolver na sua própria Província. Apesar de a 24 de novembro (1822) a Câmara de Fortaleza já ter feito sua adesão à aclamação de Dom Pedro, a situação ali ainda era confusa. A 15 de dezembro os eleitores da Capital, reconhecendo a situação de fato, elegeram a nova Junta de Governo na qual já figuravam Filgueiras e outros. Mas somente a 15 de janeiro de 1823 é que o Governo Central do Icó faria sua entrada e tomaria posse em Fortaleza.

Nossos vizinhos de além serra movimentavam-se para prestar-nos ajuda de tropas. Estavam, porém, cautelosos, e com razão. As notícias que lá chegavam, exageradas, davam conta de que Fidié marchava à frente de mais de 2.000 homens, muito bem armados e adestrados, e que logo que ocupasse Parnaíba invadiria o Ceará por Granja.[2]

---

[1] L. 91 - A - Cap. - CAB
[2] M 91 - Doc. 3 - Cap. CAB

Quando se soube em Parnaíba que sobre ela marchavam tropas de Oeiras sob o comando do próprio Governador das Armas, houve um princípio de pânico na Vila. Mas as autoridades, aparentando uma calma que não possuíam, ainda tentaram conjurar o perigo escrevendo diretamente a Fidié, estacionado em Campo Maior. Se não conhecêssemos o valor moral dos subscritores daquele ofício, diríamos que todos eles eram cínicos ou imbecis. Não eram nem uma coisa nem outra. Eram apenas homens responsáveis que, vendo desfeitas as esperanças de poderem concretizar, naquela hora, o seu lindo sonho, esqueciam-se de si próprios para pensarem nos outros. Queriam a qualquer preço poupar a Vila das agruras de uma invasão armada. Para tanto serão até capazes de aparentar indignidade.

"Constando-nos que contra esta Vila se dirigem tropas armadas em consequência dos acontecimentos do dia 19 de outubro, dirigimo-nos a V. Excia. para que pelo bem do serviço nacional e real e pelo sossego e tranquilidade deste povo possa remover os vexames e os males que sobre todo ele vão recair, visto que até o presente não se tem negado obediência a nenhuma das autoridades da Província, nem tem sido alterada a boa ordem e a tranquilidade desta Vila, nem pretendemos defender-nos de mão armada, e que se as autoridades da Vila foram obrigadas a ceder à vontade do povo, foi a fim de evitar maiores males que nos ameaçavam, visto o grande entusiasmo que se havia apoderado dos povos e para evitar as cenas da guerra civil em que arde a vizinha Província do Ceará, dividida em dois Governos Provisórios, sendo um na Vila de Fortaleza e outro no Icó; nem se prestou, aqui, juramento algum; e só e tão simplesmente requereu o povo que se cumprissem as ordens de S.A. Real, e que se procedesse as eleições da Paróquia, o que se cumpriu no dia 24 deste mês. A Província do Ceará se vê hoje o teatro da guerra civil por se terem prendido os seus eleitores de Paróquia. Não podendo, pois, aqui, as autoridades conter os povos, foi por isso necessário condescender a fim de se removerem maiores males, e de tudo isto se deu parte ao Exmo. Governo da Província. Rogamos portanto a V. Excia. queira fazer suspender a marcha das referidas tropas, informando-se com exatidão de tudo quanto expomos.

Parnaíba, 27 de novembro de 1822.

João Cândido de Deus e Silva
Manoel Antônio da Silva Henriques
João José de Sales
João Inácio Nunes Silva"[3]

O ofício do Cel. Simplício, ainda comandante da Vila naquela data, acrescentava apenas o seguinte:

[3] L. 87 - Doc. 11 - Cap. CAB

"Observo no geral aplacado o fogo que motivou aquele procedimento e no particular muito arrependidos".[4]

Seria possível? Os parnaibanos proclamaram, solenemente, depois de cuidadosa preparação popular, a "Independência do Brasil e sua união com Portugal". Pediram homens, armas e munições ao Ceará para sustentarem aquele ato. Por que fizeram então aquilo? Se o Brasil ia continuar unido a Portugal, não bastariam para nós as armas e os soldados de Fidié? Para que chamar os cearenses que justamente naquela hora, de armas nas mãos, na sua própria Província, exigiam a separação do Brasil de Portugal?

A meu ver, a verdade nua e crua é esta: os parnaibanos não sabiam bem o que queriam naquele 19 de outubro de 1822. E a gente tem que entender a situação deles de perplexidade e de incerteza, perdidos nesta Província central onde as notícias chegavam com grande atraso, em meio àquela confusão que ia por todo o país dividido entre partidários de Dom João VI e do Príncipe Dom Pedro, ambos portugueses, e recebendo ordens contraditórias de Lisboa e do Rio de Janeiro.

Fidié, porém, sabia muito bem o que queria. Precedido de espiões, realizava sua marcha inexorável sobre a Parnaíba.

Deu-se então a debandada dos cabecilhas, que se refugiaram nos sertões de além Ibiapaba, deixando na Vila famílias e bens ao desamparo.

Agora vai começar a *via-crucis* de humilhação da Câmara de Parnaíba. Com exceção do Dr. João Cândido, serão os mesmos os vereadores que irão assinar os melancólicos documentos da segunda fase do movimento. A História é inexorável em registrá-los, perpetuando-os.

Logo no dia 4 de dezembro a Câmara se dirige às suas congêneres das Vilas do Ceará, às quais anteriormente pedira homens, armas e munições.

"O Senado da Câmara da Vila de S. João da Parnaíba, da Província do Piauí, sobre quem descansa hoje o destino dos seus concidadãos no meio da mais imperiosa e árdua tarefa, julga de seu dever não poupar sacrifício algum em consolidar e pôr termo as consequências tristes que mais podem agravar a sorte de seus destinos do que tornar a unir ao seio de suas caras famílias tantos cidadãos dispersos por diversas partes. Este Senado, anuindo à vontade dos povos desta Vila para por em execução o Decreto de S. A. Real em que ordenava as eleições para deputado que devia dar esta Província, não consultou para isso sua Capital por julgar que ela aderia ao mesmo sentimento, porém não aconteceu assim porque sendo ali conhecido o procedimento desta Vila logo o Exmo. Sr. Governador das Armas lançou mão de todas as forças da 1ª e 2ª linhas e marcha para esta Vila com forças consideráveis, não para

[4] L. 87 – Doc. 9 – Cap. CAB

punir nosso procedimento, mas sim para estabelecer a ordem e o sossego público, como nos afiançam não só as proclamações de nosso Governo Provisório, como as virtudes, grandeza d'alma e prudência do mesmo Exmo. Governador das Armas. Julga este Senado, depois de madura consideração e conhecimento de causa, implorar a V. Excia. que suspendam toda e qualquer tentativa que as forças de seu Continente premeditarem fazer a favor da causa desta Vila".[5]

Escreve à Câmara de S. Luís lançando toda a culpa do que acontecera a 19 de outubro nos ombros do Juiz de Fora, Dr. João Cândido de Deus e Silva. Protesta que os povos da Parnaíba abraçam, agora, espontaneamente, o sistema constitucional jurado a 24 de junho de 1821, em obediência a El Rei o Sr. Dom João VI e às Cortes de Portugal, e nele se achavam firmes.[6]

E vai descer ainda mais. A 12 de dezembro, os vereadores de Parnaíba, pressionados pelo medo, dirigem-se ao Cap. Ten. Francisco de Salema Freire Garção, comandante do Brigue *Infante Dom Miguel* – Lamentam profundamente que na infeliz Vila tenha sido calcado aos pés o Sistema Constitucional. Agora, temerosos de que forças da Província do Ceará tentem invadir Parnaíba para nela implantarem o novo Sistema de Independência do Brasil com exclusão do Governo de El Rei Constitucional o Sr. Dom João VI, suplicam-lhe que ocupe logo a Vila com as tropas de que dispõe para protegê-los de semelhante invasão.[7]

Onde, porém, a abjeção da Câmara se manifesta com cores mais gritantes é no ofício que a 20 de dezembro dirige à Junta de Oeiras. Queixa-se amargamente pelo fato de se ver mergulhada no pior eclipse que já denegriu a mais bela parte da Província do Piauí. Compreendam pois as autoridades de Oeiras que contra a força nada resiste e que a parte maior sempre absorve a menor. Foi o que aconteceu ali. Porém sempre houve na Parnaíba cidadãos mui constitucionais e honrados que se nada puderam fazer naquela hora, nem ao menos gritar, é porque duras mordaças impediam que falassem. Agora, porém, que os malévolos anarquistas se foram para Granja, já se alteiam suas vozes reclamando seus direitos.[8]

Fidié continua avançando cautelosamente. Agora já está trocando correspondência com a Câmara da Parnaíba. Ela, ao mesmo tempo que ele anuncia estar aprontando quartéis para alojamento das tropas, continua insistindo no perigo que constituirá para a Vila a sua ocupação militar. A população está aterrorizada. Há grande falta de farinha. Este problema se agravará ainda mais com a chegada dos soldados. O Maranhão proibira a

[5] L. 91 - A - Cap. - CAB
[6] L. 91 - A - Cap - CAB
[7] L. 91 - A - Cap. - CAB
[8] L. 91 - A - Cap. - CAB

saída de farinha para o Piauí. Prenuncia-se um ano de seca. Os sediciosos, antes de fugirem, haviam espalhado a notícia de que os "marinheiros" vinham arrasando e matando o que encontravam no seu caminho.

De Umburanas, a 11 de dezembro, Fidié comunicou à Junta de Governo que chegaria no dia seguinte a Piracuruca e logo no dia 13 estaria se deslocando para Parnaíba.

Ali chegou no dia 18 sem dar um tiro, depois de uma marcha de cerca de 660 quilômetros. Foi recebido pelo funcionalismo e pelos marujos do Brigue *Infante Dom Miguel*. Antes de tomar alojamento, formou a soldadesca na Praça da Matriz e dirigiu-se à Câmara, da qual exigiu, naquela mesma hora, a renovação do juramento de fidelidade a Dom João VI. Depois assistiu a um *Te-Deum* na Matriz de N. Senhora da Graça. Em seguida determinou que se fizessem manifestações públicas de regozijo e que fossem vitoriados o Rei de Portugal e as Cortes de Lisboa.

No dia seguinte passou em revista o destacamento local. Não confiando no Regimento da Cavalaria, deslocou-o para Oeiras. Combinou com o Cap. Ten. Freire Garção o levantamento de uma fortificação no litoral, que seria armada com bocas de fogo cedidas pelo Brigue *Infante Dom Miguel*. Pediu mais armas e mais munições ao Governo do Maranhão.

Agora estava livre para se empenhar a fundo no preparo técnico das tropas que conseguira reunir e estudar as possibilidades de invadir o Ceará.

Levanta-se Oeiras

Fidié cometeu uma imprudência transferindo para Oeiras o Regimento de Cavalaria sediado em Parnaíba, cujos soldados eram simpáticos ao movimento da Independência.

Na capital, a inércia da Junta estava sendo desafiada abertamente por acontecimentos que deviam, pelo menos, despertar suspeitas nas autoridades mais responsáveis. Os correios que chegavam regularmente de Parnaíba e Campo Maior traziam cartas com proclamações nas quais eram atacados rudemente Portugal e os portugueses. Tais proclamações passavam depois de mão em mão e eram lidas aos analfabetos, acirrando os ânimos contra os europeus. Estabeleceu-se a censura, mas já era tarde.

Às 14 horas de 13 de dezembro, dia que não era feriado mas nele não se trabalhava por ser dia de Santa Luzia, seis homens encapuzados surpreenderam a guarda da *Casa da Pólvora*, tomaram-lhe as armas e surraram-na a chibata. Ninguém acudiu aos guardas. Abriram-se devassas, mas tudo ficou envolto em mistério.

A muito custo e depois de alguns sermões incendiários do Vigário Colado, Padre Dr. José Joaquim Monteiro de Carvalho e Oliveira, as autoridades resolveram reunir-se a 29 de dezembro para algumas deliberações, que acabaram se resumindo a uma só: recomendar ao Comandante da Guarnição que tivesse a tropa de prontidão *para o que pudesse* suceder. Não se satisfez o Vigário Colado com esta simples recomendação. Avaliando a gravidade da situação e a apatia das autoridades, apresentou-lhes, a 31 de dezembro, uma representação escrita na qual pedia convocação de um conselho civil e militar para tratar de um assunto muito sério. "Pessoas incendiárias e facciosas faziam clubes, pasquins, ameaças, partidos e planos para derrubar o novo sistema constitucional, a majestade do Soberano Congresso das Cortes de Portugal, a autoridade do Governo e do Magistrado, a segurança da Nação e sossego público, a vida e fazenda dos cidadãos, para instalarem a criminosa Regência do Príncipe Real com independência do soberano Congresso da Grande Nação Luso Brasileira".[1]

Desta vez a Junta respondeu com açodamento. Através da Secretaria expediu no dia 1º de janeiro (1823) um ofício para vários dos cidadãos mais importantes da cidade convidando-os a comparecerem ao Palácio do Governo, naquele mesmo dia, às 7 horas da manhã, para tratarem *de objeto tendente ao bem público*. A Junta confiava na honra e no patriotismo de cada convidado e esperava que nenhum deles se escusasse ao convite. Imagine-se o impacto que o ofício provocou nos convidados. Era uma intimação expedida na madrugada de 1º de janeiro para uma reunião que se realizaria às 7 horas do mesmo dia. Algo de grave estava para acontecer.[2]

---

[1] *Abdias Neves* – **A Guerra do Fidié**, pág. 36
[2] L. 105, págs. 14 a 14-V. – Cap. CAB

À hora marcada lá estavam todos, alguns com o coração aos pulos pois eram conspiradores e temiam que o convite fosse uma cilada do Governo para pegá-los desprevenidos. Compareceram o Dr. Francisco Zuzarte Mendes Barreto, Ouvidor Geral; Dr. Bernardino José de Melo, Juiz de Fora; Antônio Martins de Abreu, Vereador; Roques Gomes Ferreira, Procurador da Câmara; João Álvares Nogueira; Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, Tesoureiro da Junta da Fazenda; Ten.-Cel. Joaquim de Sousa Martins, Comandante da Guarnição; Capitão-Mor João Nepomuceno de Castelo Branco, Comandante da Polícia; Tomaz de Aquino Osório; ten.-cel. Luís Manoel de Pontes; Capitães Manoel Ribeiro de Miranda Osório, Dionísio Gonçalves Vilarinho, José Luís da Silva, Agostinho Pires, José Inácio Madeira, Miguel José Ferreira, Dom[illegible]igos Vieira de Sá, Domingos José Barreiras; Tenentes João José Batista Ferreira, Antônio de Sousa Mendes; Alferes Cesário José da Silva Conrado, Damásio Pinto da Veiga, Manoel Luís Ferreira, Raimundo José de Queirós, José Mendes Vieira; Juiz Almotacel Manoel Rodrigues Macedo; Luís Marreiros da Silva, Francisco José da Cunha, Manoel José de Sipeda; Joaquim José Rodrigues Lisboa; Ajudante Caetano de Castelo Branco e Padre Dr. José Joaquim Monteiro de Carvalho e Oliveira.[3] Aberta a sessão, o Presidente da Junta, Pe. Matias Pereira da Costa, mandou que o Secretário lesse para todos a representação do Pe. José Joaquim. Foi uma bomba. Terminada a leitura, pediu o Presidente que o Pe. Vigário, denunciante de viva voz, apontasse os nomes dos incendiários e facciosos. O Vigário excusou-se. Não iria apontar nomes, pois tal atitude seria incompatível com a função que exercia. Além do mais, cumpria às autoridades descobri-los. Perguntando o Presidente o que então se deveria fazer, todos acordaram, por voto, que fossem presos os sediciosos. Mas quem seriam eles? Pediu o Presidente que cada um dos presentes escrevesse num papel os nomes dos que lhes eram conhecidos como tais. E assim se fez. Recolhidos os papéis, fez-se a apuração. O nome de José de Sousa Coelho de Faria apareceu em 12 papéis; o de José Félix Barbosa em 11; o de Lourenço de Araújo Barbosa em 9; o de João Barbosa de Freitas em 6; o do Tenente Inácio Comes Correia em 5; o de José Lobo em 2 e o de Francisco Nunes de Sousa em 1. Excluídos os dois últimos por terem tido votação muito baixa, ordenou a Junta de Governo a prisão imediata dos indiciados. Oficiou-se ao ten.-cel. Joaquim de Sousa Martins para que os prendesse em suas próprias casas, com sentinela à vista, até que o Ouvidor pudesse efetuar as buscas de praxe. Naquele dia só se conseguiu prender em casa José de Sousa Coelho que, horas depois da reunião dos grandes, era recolhido, coberto de ferros, a uma das salas do Paço da Câmara. No dia 2 foram feitas outras prisões, entre as quais a de Lourenço de Araújo Barbosa.[4]

Estavam as coisas neste pé, quando a 11 de janeiro um correio de Jacobina (BA) chegou a Oeiras com uma portaria e proclamações do Governo

[3] L. 105, págs. 16 a 16-V. - Cap. CAB
[4] L. 105, págs. 14 V. a 15 - Cap. CAB

do Rio e um ofício do General Labatut. Estes documentos davam a notícia do grito do Ipiranga e convidavam os piauienses a aderirem à Independência plena do Brasil. Labatut dizia no seu ofício que já a 12 de outubro Dom Pedro havia sido aclamado Imperador Constitucional do Brasil e depois solenemente coroado a 1º de novembro. Por ordem do Imperador, ele se encontrava à frente de um grande exército, sitiando a cidade da Bahia. No dia 8 de novembro os honrados baianos, de armas na mão, haviam feito conhecer aos portugueses o valor indomável dos brasileiros. Mais de 200 lusos haviam sido mortos e cerca de 300 feridos, não contando os prisioneiros feitos naquele mesmo dia. Os portugueses, por experiência própria, já deveriam ter constatado que os brasileiros não lhes cediam em valor e denodo! nem eram mais os fracos indígenas que eles tantas vezes venceram e assassinaram. Labatut esperava a chegada, por terra, de 2.000 mineiros, além de três batalhões de 1ª linha do Rio de Janeiro. Os caçadores e artilheiros de Pernambuco estavam prestes a desembarcar no Rio Real. Já era hora de os piauienses sacudirem também o jugo lusitano. A queda de Salvador estaria próxima. Quando isto acontecesse, suas tropas marchariam sobre o Piauí para nos ajudarem. O oficio de Labatut fora expedido do Quartel General no Engenho Novo, no Recôncavo da Bahia, a 22 de dezembro de 1822.[5]

O Presidente da Junta, tão indeciso em outras oportunidades, desta vez apressou-se em dar resposta a Labatut por meio de um oficio no qual dizia, com arrogância, que o Piauí jamais deixaria de ficar ao lado do Governo de Lisboa. No mesmo dia fez regressar o estafeta da Bahia levando sua resposta. Agora, porém, as autoridades de Oeiras estavam mais temerosas. A Bahia não era indiferente ao que acontecia no Piauí.

Nesse mesmo dia 11, o Padre Matias comunicou a Fidié o levante do destacamento de Marvão. Temendo ser surpreendido com a invasão da Província, escreveu aos Comandantes do Riachão, da Ribeira do Itaim, da Ribeira do Canindé, da Ribeira do Piauí e ao Comandante de Valença pedindo-lhes que estivessem atentos ao que se passasse nas fronteiras e, ao primeiro indício de ameaça de invasão por qualquer daqueles lugares, despachassem positivos especiais, com a máxima celeridade possível, para alertarem a Capital.[6]

Uma certa intranquilidade começou a atormentar as altas autoridades. O Ouvidor da Comarca, Dr. Francisco Zuzarte Mendes Barreto, percebendo que as coisas estavam mal paradas para Portugal, pediu demissão do cargo e solicitou passaporte para Lisboa. Por lei deveria substitui-lo o Juiz de Fora, Dr. Bernardino José de Melo. Acontece que este Juiz era da Bahia, de Cachoeira, filho, genro e amigo íntimo de patriotas e guerrilheiros baianos. A Junta, por unanimidade, negou a exoneração pedida pelo Dr. Zuzarte e não permitiu que ele saísse de Oeiras.

---

[5] L. 87, Doc. 14 – Cap. – CAB
[6] L. 105, pág. 19 – Cap. CAB

Oficiou também a Fidié sugerindo-lhe que deixasse um destacamento em Parnaíba e, com toda a tropa, regressasse, urgentemente à Capital, pois era óbvio que esta seria o primeiro alvo dos inimigos da causa lusitana.[7] Precisamente naquela hora, chegava a Oeiras um positivo do Capitão-Mor Antônio José Leite Pereira de Castelo Branco, Comandante de Valença, com a notícia de que Crateús estava em armas e prestes a marchar sobre a Capital.[8] As autoridades entraram em pânico. Ainda se reuniram uma vez para redigir uma proclamação aos povos de Crateús e de Marvão exprobrando-lhes a cegueira e o desacerto de haverem aderido ao criminoso partido da Independência. E foi só o que fizeram. Estava-se a 23 de janeiro de 1823. No dia seguinte, a história já seria outra.

Ao anoitecer do dia 23 de janeiro os conspiradores de Oeiras, chefiados pelo Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, reuniram-se, pela última vez, na residência dele, àquela hora transformada em autêntico arsenal com o armamento e as munições que os patriotas haviam surrupiado aos poucos dos armazéns nacionais. Dezenas de jagunços, agregados do Brigadeiro, ali se concentravam, aventureiros e truculentos, aguardando a hora da tomada da cidade. Presumia-se que poderia haver luta, pois o Capitão de 1ª linha Agostinho Pires e o Alferes Damaso Pinto da Veiga tinham a tropa sob seu comando e eram acérrimos inimigos da causa da Independência. Consertados os planos, saíram os seus executores, já de madrugada, para os locais onde deveriam atuar. O ten.-cel. Raimundo de Sousa Martins e o Major Francisco Manoel de Araújo deveriam rebelar o Regimento de Cavalaria nº 1, que estava sob o comando de dois oficiais contrários ao movimento da independência. Ao ten.-cel. Manoel Pinheiro de Miranda Osório e ao Capitão José de Sousa Martins fora confiada a tarefa de assaltarem o quartel de Linha e o dominarem. O Cel. Inácio Francisco de Araújo Costa deveria cercar a residência do Cap. Agostinho Pires e prendê-lo. O mesmo deveria fazer o Alferes José Martins Sousa com relação ao Alferes Damaso Pinto da Veiga. O Major Clementino de Sousa Martins tomaria a Casa da Pólvora e conservá-la-ia em segurança. Os Majores Bernardo Antônio Saraiva e Honorato José de Morais Rego, oficiais rebelados do Regimento de Cavalaria nº 2, deveriam conservar nas ruas o Regimento e dar apoio onde se fizesse preciso. Tudo foi pronta e silenciosamente executado entre 2 e 4 horas do dia 24. Quando o povo saiu à rua, pela manhã foi para responder aos vivas que Manoel e Joaquim de Sousa Martins ergueram à Independência e ao Imperador diante da tropa formada na praça da Matriz.

Pela madrugada haviam fugido alguns membros da antiga Junta de Governo.

O Senado da Câmara foi convocado extraordinariamente para aquela manhã. Presentes representantes de todas as classes sociais, Vereadores, Juiz

[7] L. 105 – págs. 21 a 23 – Cap. CAB
[8] L. 105, págs. 26V. a 27 – Cap. CAB

de Fora e chefes militares, abriu a sessão o Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, que apresentou a todos o ofício e a proclamação do General Labatut ordenando a aclamação de Dom Pedro. Não houve opositores. Todos aclamaram, com vivo entusiasmo, a independência e o Imperador. O Presidente mandou que se lavrasse uma ata de vereação para perpétua memória. A ata recebeu logo a assinatura dos presentes. Em seguida, procedeu-se a eleição para a constituição da nova Junta Provisória de Governo. Foram eleitos: Presidente, Manoel de Sousa Martins; Secretário, Manoel Pinheiro de Miranda Osório; Membros, Miguel José Ferreira, Inácio Francisco de Araújo Costa e Honorato José de Morais Rego. Os eleitos fizeram logo o juramento de praxe e foram empossados.

Diz Abdias Neves que o único ato oficial da nova Junta de Governo, naquele dia, foi promover a Alferes o Sargento do Batalhão de Linha Manoel Soares da Silva. No outro dia, porém 25 de janeiro, o novo Governo despachou positivos para Valença, Parnaguá, Jerumenha, Campo Maior, Parnaíba e Marvão, ordenando às respectivas Câmaras naquelas Vilas que, quanto antes, fosse proclamada a adesão do Piauí à Independência.

O oficio dirigido às Vilas piauienses acima enumeradas dizia que a 24 de janeiro, entre o mais vivo entusiasmo do povo de Oeiras, perante a Tropa da Guarnição da cidade e os cidadãos de todas as classes que se puderam reunir nos espaços dos Conselhos, onde também se achava a Corporação da Câmara, fora proclamada a adesão do Piauí à Independência e reconhecido o Governo do Imperador Constitucional e Perpétuo Defensor deste vasto Reino, o Sr. Dom Pedro de Alcântara, bem como promulgadas também foram as Cortes Brasileiras. Aliás, Oeiras, proclamando a Independência, não fizera mais do que seguir o exemplo de quase todas as Províncias do Brasil, de cujos sentimentos o Piauí não podia e não devia ser dissidente. Fora eleito e instalado o novo Governo que recaíra nas pessoas cujos nomes os destinatários leriam na cópia inclusa da vereação daquele dia. Em todo aquele ato reinara o mais admirável sossego e muito boa ordem.

No mesmo dia, a Junta dirigiu-se ao Cel. José Antônio da Cunha Rebelo e ao Major Higino Xavier Lopes, Comandantes em Campo Maior, em ofícios separados, comunicando-lhes as mesmas coisas e pedindo-lhes que, estando eles ainda no comando das tropas, não procurassem embaraçar direta ou indiretamente o progresso do Sistema do Brasil, adotado agora pela Província. "Tornamos a suplicar a V. Senhoria que não seja instrumento de se desunirem as vontades e de se derramar o sangue dos brasileiros piauienses, porque nesse caso responderá V. Senhoria perante Deus e a Nação".[10]

---

[9] L. 113, Of. nº 2 – pág. 1v – Cap. CAB
[10] L. 113, Of. nº 5 – pág. 5v – Cap. CAB

Ao governador das Armas da Província do Maranhão fez a Junta a mesma participação, acrescentando que, antecipando-se, Parnaíba já se expusera à ira dos portugueses com a sua aclamação do dia 19 de outubro. Pedia ao Governo do Maranhão que guardasse neutralidade a respeito do Piauí, não dando ajuda nem concorrendo direta ou indiretamente para que o povo piauiense fosse flagelado e se sufocasse a sua vontade, oprimindo-o. O novo Governo do Piauí desejava conservar com a Província do Maranhão as antigas relações amigáveis e comerciais, com grande vantagem para ambas as partes. Se porém o Maranhão procurasse intervir para modificar o sistema político ora implantado aqui, o Governo piauiense não hesitaria em interromper as comunicações entre as duas Províncias e proibiria a exportação de gado para a outra margem do Parnaíba. Prevenia-lhe que o Piauí e o Ceará estavam de mãos dadas e já àquela hora se deslocavam forças cearenses rumo a esta Província para garantir, aqui, a Independência. Por fim pedia ao Governo do Maranhão que retirasse com urgência suas forças estacionadas na Parnaíba.[11]

Ao Major Fidié ordenou que se retirasse da Província, passando o comando das tropas ao Capitão Manoel Pimenta de Sampaio. Lembrava-lhe que em que todo o vasto império brasileiro somente o Piauí, o Maranhão e o Pará ainda não haviam aderido ao sistema da Independência. É verdade que Parnaíba já o fizera a 19 de outubro. porém a antiga Junta Provisória de Governo se recusara a reconhecer o Governo do Imperador Constitucional Brasil, o Sr. Dom Pedro, e sufocara, pela força, o desejo daquele povo. Agora fora a vez de a Capital acatar a ordem do General Labatut para a aclamação do Imperador nesta Província. Tal aclamação fora feita a 24 de janeiro, entre o mais vivo entusiasmo do povo.. da tropa da guarnição e de cidadãos de todas as classes. Fora eleito e empossado o novo Governo e reinava sossego e boa ordem na Capital. Pedia a Fidié que deixasse reinar a paz e o sossego no Piauí.[12]

O Juiz de Fora, Dr. Bernardino José de Melo, deveria fazer o inventário dos livros e papéis da Secretaria do Governo para que o novo Secretário, Manoel Pinheiro de Miranda Osório, pudesse tomar posse, de vez que o serventuário anterior, Francisco de Sousa Mendes, havia fugido.

Deparou-se a nova Junta com o problema do Dr. Luzarte. Fora-lhe negada pela Junta anterior a permissão para que ele seguisse para a Europa. Agora, com a revolução, o velho magistrado ficara inteiramente exposto à desconfiança e mesmo à aversão dos independentes. A 29 de janeiro ele conseguiu que o Governo lhe desse a demissão pedida do cargo de Ouvidor Geral, mas não obteve licença para viajar. Em meio à confusão que ia no Piauí e nas Províncias vizinhas talvez isto não fosse seguro para ele. Mas sua coragem

[11] L. 113, Of. nº 8 – pág. 8 – Cap. CAB
[12] L. 113, Of. nº 9 – pág. 11v – Cap. CAB

na adversidade e sua honradez acabaram por fazê-lo respeitado pelos próprios adversários. Apesar de já haver proposto uma convivência pacífica com o Governo do Maranhão, a Junta de Governo do Piauí precipitou-se. Sem esperar resposta ordenou às Câmaras de Valença, Parnaguá e Marvão que suspendessem a remessa de gado para o outro lado.[13] Aos arrematantes das passagens do Parnaíba mandou que em hipótese alguma permitissem que nossas canoas ficassem do lado do Maranhão; à noite deveriam estar firmemente amarradas do lado do Piauí. Se soubessem de algum movimento de tropa do outro lado deveriam comunicá-lo imediatamente a Oeiras. Começava assim a se manifestar nas autoridades piauienses o que podemos chamar de *complexo* do *Maranhão*.

Para elas só havia inimigos do outro lado do rio. Nem mesmo Fidié, ainda estacionado na Parnaíba, parecia constituir alguma ameaça. Tal distorção da realidade ia custar bem caro à causa da independência na Província.

[13] L. 113, Of. nº 13 – pág. 14v – Cap. CAB

Entram os cearenses

Que Fidié alimentava veleidades de invadir o Ceará sabemos pela resposta que lhe deu a Junta, em 9 de janeiro, a propósito de um ofício por ele expedido a 21 de dezembro. "Quanto à proposta de V. Excia. sobre mandar tropa ao Ceará, duas reflexões cumpre à Junta de Governo oferecer à consideração de V. Excia.: uma, a falta de ordem para as Províncias se intrometerem nos negócios das outras, sem que delas sejam pedidos auxílios; e outra, a falta de gente para esta expedição".[1]

Não foi porque quisesse levar em consideração as reflexões da Junta que Fidié deixou de invadir o Ceará. Ela quase nada significava para ele, que sabia que o verdadeiro governo português, na Província, era ele próprio, o Governador das Armas, o homem da confiança de Lisboa. Somente por mera formalidade, para guardar as aparências, é que mantinha certo relacionamento epistolar com as autoridades de Oeiras.

Tinha, porém, o chefe português um grave defeito: custava muito a se decidir quando era preciso tomar uma resolução. Na Europa combatera sob as ordens de outro a quem pertenciam as decisões. Ele fora apenas o executor de planos já elaborados.

Agora, sozinho, perdido aqui neste pedaço do Brasil, para cumprir uma tarefa difícil, nem tinha ao menos a quem consultar nas suas indecisões. Do seu partido, num raio de centenas de quilômetros, não havia um chefe realmente militar de patente superior à sua. Naquelas circunstâncias, sua indecisão congênita voltou a funcionar normalmente.

E enquanto na Parnaíba ele continuava ruminando os seus planos de invasão do Ceará, os cearenses se lhe anteciparam. Entre os piauienses que de Parnaíba haviam fugido para o Ceará à aproximação de Fidié estava Leonardo de Carvalho Castelo Branco. Este patriota piauiense, de 33 anos de idade, nascera na fazenda *Taboca*, no então município de Parnaíba, em 1789. Era filho legítimo de Miguel de Carvalho Castelo Branco e de Ana Clara Castelo Branco. Quando do movimento da Parnaíba, aderira a Simplício Dias da Silva e ao Dr. João Cândido. Muito inteligente, relativamente preparado, tanto quanto era possível sê-lo naquele tempo e naquelas paragens, Leonardo dedicou-se de corpo e alma à causa da Independência. Sobrevindo o fracasso do movimento, retirou-se para o Ceará. Mas não se entregou ao desânimo e à ociosidade no exílio. Pelo contrário. Agiu por todos os meios, em Sobral, junto aos cearenses, e acabou por conseguir organizar com eles um corpo expedicionário de perto de 600 homens para lutar no Piauí. Organizada a

[1] L. 105 – págs. 17 e 18 – Cap. CAB

força, dividiu-a em dois grupos que ele chamou de 1ª e 2ª Divisões. Assumiu o comando da 1ª Divisão, que deveria marchar sobre Piracuruca, enquanto que a 2ª marcharia sobre Campo Maior. Não perderam tempo. Subiram a Serra e desceram como um raio sobre seus objetivos.

À 22 de janeiro, Leonardo entrou com seu grupo em Piracuruca, surpreendendo o destacamento local, que aprisionou, e, deixando ali uma pequena força, rumou célere sobre Campo Maior.

A notícia deste ataque fulminante dos independentes chegou logo a Parnaíba e a Campo Maior. Fidié ficou inteiramente surpreendido e começou então a desviar o curso moroso de suas idéias para esta outra realidade que agora o ameaçava de perto.

Em Campo Maior a notícia da tomada de Piracuruca deixou por terra o castelo de cartas que era ali a organização militar deixada por Fidié para lhe garantir a retaguarda.

Desde a pregação de Lourenço de Araújo Barbosa que a Vila dos carnaubais era favorável à Independência. Estas idéias acabaram por contaminar a própria soldadesca fiel a Portugal. E foram estes soldados que, à aproximação de Leonardo, se levantaram protestando que não combateriam os rebeldes e exigindo a evacuação da Vila. O primeiro que esmoreceu e fugiu, a 26 de janeiro, foi o Cel. José Antônio da Cunha Rebelo. O outro Comandante, o Maior Higino Xavier Lopes, ainda procurou sustentar o insustentável. Mas quando soube que outra força cearense convergia sobre Campo Maior, às ordens do Capitão Luís Rodrigues Chaves, pela estrada de Matões, deixou a vila, no dia 1º de fevereiro, com os poucos soldados ainda fiéis à causa portuguesa. Levaram consigo todo o armamento, retirando-se para o Poti.

Leonardo entrou em Campo Maior sem luta; no dia 5 proclamou-se, ali, a adesão da Vila ao movimento da Independência e fez-se a aclamação do Imperador Dom Pedro. Foi cantado na Matriz de Sto. Antônio um solene *Te-Deum* de ação de graças, cerimônia que foi perturbada por alguns arruaceiros.

Para desestimular qualquer reação dos portugueses, Leonardo efetuou algumas prisões, entre as quais a do Vigário Colado, Pe. João Manoel de Almendra. No dia 6 a Câmara de Campo Maior oficiou a de Caxias, comunicando-lhe o movimento e pedindo sua adesão. No mesmo sentido escreveu Leonardo ao Comandante militar daquela vila maranhense.

Sem aguardar resposta, o Comandante piauiense deixou Campo Maior, retirando-se para a fazenda *Melancias*, com alguns soldados, e ali estabeleceu o seu quartel. Seu plano era observar o movimento do inimigo do outro lado do rio e, numa ocasião propícia, aclamar a Independência na Vila de São Bernardo, que ele supunha desguarnecida.

Os espiões que Leonardo enviava ao outro lado não souberam informá-lo com segurança sobre o que se passava no Maranhão. Conversaram talvez demais e acabaram por denunciar a sua presença do lado de cá. O inimigo arquitetou um plano simples para aprisioná-lo. Enviou a *Melancias* o Comandante de Repartição, o Capitão José Antônio Correa, que se lhe apresentou como simpatizante da causa da Independência e se oferecendo para colaborar com ele. Convidou-o a ir ao outro lado para ver de perto a situação. Leonardo aceitou o convite e quando lá se encontrava, confiante, com apenas dois homens, distribuindo uma proclamação, foi aprisionado e mandado para São Luís. De lá foi enviado para Lisboa. Não viu o resultado da luta no seu querido Piauí.

Quando as autoridades de Oeiras souberam do que se passara em Campo Maior, da retirada das forças leais aos portugueses, da chegada ali das forças de Leonardo, trataram de dar um Comando militar àquela Vila. Oficiaram ao ten.-cel. Francisco Félix Narciso Castelo Branco, que a 26 de janeiro se havia retirado da Vila por motivo de doença. Ele servia sob as ordens do Cel. José Antônio da Cunha Rebelo. Ordenaram-lhe que voltasse a Campo Maior e assumisse o comando das forças ali estacionadas. Marcaram-lhe o dia 9 para se aclamar a adesão da Vila à Independência. A Câmara de Campo Maior também oficiou ao Tenente Coronel pedindo-lhe que viesse logo. Ele respondeu que continuava doente e que já tinha ordenado ao Capitão Luís Maria Castelo Branco que assumisse o comando do Regimento, na sua ausência. Este simples episódio nos diz bem da desarticulação total que existia nos quadros militares do norte da Província. Oeiras não sabia que o ten.-cel. Francisco Félix estava doente e afastado do comando e este por sua vez não sabia que o Cap. Luís Mariz fora um dos oficiais que se retirara para o Poti acompanhando as forças fiéis a Lisboa.

Estavam as coisas neste pé quando a 12 de fevereiro entrou em Campo Maior Luís Rodrigues Chaves à frente de uma força de cerca de 180 cearenses. Pertencendo a este grupo, ficara em Piracuruca o Cap. José Francisco de Sousa com quase o mesmo número de homens armados. A notícia da chegada desta força invasora alcançara Oeiras totalmente exagerada. Dizia-se que cada Capitão cearense trazia sob suas ordens cerca de 500 homens.

O Capitão Luís Rodrigues Chaves assumiu a direção das forças que encontrou em Campo Maior e fez comunicação para Oeiras no dia 17 de fevereiro. Diz que tendo feito a aclamação de S. M. Imperial na povoação de Matões no dia 7, entrara em Campo Maior no dia 12 e ali fizera aclamação no dia 16. Até aquela data não encontrara nenhuma oposição. Saíra de Vila Nova del Rei com 130 praças e aqui se achava com uma pequena reunião que não chegaria a 200 homens. Com as tropas que encontrara no termo tem agora sob suas ordens cerca de 400 praças. Está à espera de mais tropas do Ceará. Quando elas chegarem pretende guarnecer os portos do Parnaíba que ficam mais próximos de C. Maior. Vai abrir aqui o voluntariado, pois já lhe chegaram

notícias de que Caxias está recrutando e tem sob armas cerca de mil homens. Dá notícia da passagem por Campo Maior de Leonardo de Carvalho Castelo Branco e das prisões que ali efetuou. Pede às autoridades que se dignem de supri-lo com algum numerário pois seus soldados há 4 meses que não recebem vencimento. Como até aquela data não tivera notícia das outras forças do Ceará que já deviam ter chegado, sugere à Junta que oficie ao Governo do Ceará pedindo-lhe que apresse a vinda das tropas que puder dispensar.[2]

Com Rodrigues Chaves chegou o tenente cearense João da Costa Alecrim que logo no dia 18 foi por aquele despachado para guarnecer o porto do Estanhado e fazer ali recrutamento.[3] A 20 de fevereiro transferir Rodrigues Chaves para Oeiras o que recebera da Junta de Comissão da Vila Viçosa Real, isto é, a comunicação de que a 14 seguira para Piracuruca o Major Francisco Inácio com um reforço, e a 27 marcharão para C. Maior tropas de Sobral e de Vila Nova del Rei. A 23 comunica que, por carta recebida pelo Tenente Alecrim, sabe-se que de Fortaleza partirão para o Crato o ten.-cel. Antônio Bezerra de Sousa e Sargento-Mor João Nepomuceno; dali seguirão eles para Oeiras comandando 2.000 homens.[4]

Estas comunicações do Capitão Rodrigues Chaves parece que desorientaram um pouco as autoridades de Oeiras. Elas tomaram simples promessas de deslocamento de tropas como fatos já consumados e concluíram erroneamente que o norte já estava devidamente guarnecido pelos cearenses.

[2] M n 98 - Doc. 4 - Cap. CAB
[3] M n 98 - Doc. 11 - Cap. CAB
[4] M n 98 - Doc. 11 e 12 - Cap. CAB

Preocupação de Oeiras com as Passagens do Parnaíba

Quando Oeiras aderiu ao movimento da Independência, quase não contava com forças militares que garantissem aquele ato. Alguns milicianos de dois Regimentos de Cavalaria desfalcados, alguns policiais, e era só. Toda a tropa de linha e muitas Companhias de Milicianos e Ordenanças estavam com Fidié em Parnaíba. Com ele também quase todo o armamento da Província.

Calculista como ele era, em que se fiava então o Brigadeiro Manoel de Sousa Martins para proclamar a adesão do Piauí ao movimento da Independência, naquela hora? Confiava unicamente nas promessas do Ceará e da Bahia. Mas a Bahia estava longe. Passavam-se os dias e os cearenses não chegavam. É bem verdade que corria o boato de que pequenos grupos deles haviam entrado em Piracuruca e em Campo Maior. Boatos. Oficialmente não havia nada. Seu comandante, Leonardo de Carvalho Castelo Branco, não se dignara de fazer qualquer comunicação para Oeiras. Quantos eram os cearenses? Estariam bem armados?

Quando o primeiro grupo de cearenses se anunciou oficialmente entrando por Marvão, nos últimos dias de janeiro, foi tal a alegria do Brigadeiro que, para encontrá-lo e facilitar-lhe a marcha em território piauiense, despachou de Oeiras o Capitão Arnaldo José de Carvalho. O emissário levava as boas-vindas da Junta, dinheiro e mais uma portaria dirigida a todas as autoridades piauienses dos lugares por onde iria passar a tropa, recomendando-lhes que prestassem ao seu comandante todos os socorros que lhes fossem por ele requeridos. Os donos de fazendas de gado, os criadores, feitores, eram intimados a suprir pronta e irremissivelmente com carne e mantimentos as necessidades da força. As despesas com estes fornecimentos seriam pagas prontamente pelo cofre da tesouraria geral da Junta da Fazenda Pública da Província. Quem se recusasse a prestar esta colaboração seria considerado inimigo do Piauí e da causa de Independência.[1]

Para não perder mais tempo e já quase desesperançado, o Governo abriu o voluntariado e chamou à prontidão os milicianos que, espalhados pelos municípios do centro e do sul ainda não se haviam engajado. Em pouco tempo estavam mobilizados cerca de 1.200 homens. Civis armados é que eram, pois nem havia oficiais de 1ª linha para adestrá-los. Todos os oficiais de 1ª linha estavam com Fidié na Parnaíba.

De posse desta força, que fez o Governo de Oeiras?

[1] L. 113 – Ofício nº 28 – pág. 27v. – Cap. CAB

Voltou-se totalmente para guarnecer os portos da margem do Parnaíba. Esqueceu que Fidié estava no norte com cerca de 1600 homens muito bem armados, adestrados e municiados. Ele é que era realmente o inimigo que poderia atacar a qualquer momento.

Mas para o Governo de Oeiras a ameaça que se deveria temer estava do lado do Maranhão. De fato, a Província vizinha, com o Piauí rebelado nas suas costas, não ficara por certo inativa. Logo que soube do levante de Parnaíba, o Governo do Maranhão dirigiu ao seu povo uma proclamação que não deixa dúvida de como eram ali encarados aqueles fatos. Diz a proclamação que os mercadores da Vila de São João da Parnaíba acabavam de se aviltar com um execrando perjúrio. Haviam se precipitado no dia 19 de outubro a um ato irrefletido e criminoso, seduzidos pela hidra revolucionária que se abatera sobre o Brasil para roubar a paz e a prosperidade de seus habitantes. Os portugueses verdadeiramente constitucionais odiavam aquele movimento e certamente encontrariam um meio de esmagá-lo impiedosamente. Era apenas uma questão de tempo.

Enquanto esta hora não chegava, providenciou o Governo maranhense a imediata formação de Corpos de Milícias e outros para aumentar o seu potencial militar que já não era pequeno. Despachou logo para Caxias um grande contingente de soldados. Caxias era uma das mais importantes Vilas da Província e um poderoso entreposto comercial. Pólvora e chumbo ali existiam em abundância. Ficava quase na fronteira do Piauí, exercendo forte influência comercial na margem direita do rio Parnaíba.

Para Parnaíba, como sabemos, o Maranhão já enviara o Brigue *Infante Dom Miguel*, sob o comando do Capitão Tenente Francisco Salema Freire Garção.

O Capitão Felipe José das Neves, Comandante de *Carnaubeira*, recebeu, em dezembro, um reforço de 25 praças, 1 sargento, 2 cabos e 1 tambor, comandados pelo Alferes Joaquim Vicente Mendes dos Reis. Recebeu, também, a ordem de organizar, sem perda de tempo, mais 2 batalhões. Com um deles deveria guarnecer a margem do Parnaíba de *Carnaubeira* até a passagem de *Repartição*; e, com o outro, de *Repartição* até ao *Remanso* dos *Frades*.

No Brejo, o Capitão Severino Alves de Carvalho comandava um grande Corpo.

De São Luís para Caxias partiu em dezembro o Major José Demétrio de Abreu, levando um grande suprimento de munição de guerra.

Com a notícia da presença de cearenses em Campo Maior, o Governo do Maranhão despachou para Caxias, a 19 de fevereiro, o ten.-cel. Manoel de Sousa Pinto de Magalhães, comandando 300 praças de 1ª linha, com a incumbência de naquela Vila disciplinar e aumentar o efetivo do Corpo de Milícias.

Na primeira quinzena de fevereiro, *Carnaubeira* recebeu mais 62 praças e 2 sargentos, comandados pelo Capitão de 1ª linha João Manoel Pereira da Silva.

Foram também reforçadas as forças que defendiam o Itapecuru-Mirim em Pastos Bons.

O governo de Oeiras não tardou em tomar conhecimento desta concentração de forças militares do outro lado do rio. E concluiu que o Maranhão se preparava para invadir o Piauí. Seria pois preciso guarnecer com urgência as passagens do Parnaíba.

Nesse pressuposto, que em breve se tornaria obsessão por parte do Governo de Oeiras, na primeira semana de fevereiro partiu para o porto de São Gonçalo o Cap. José Inácio Madeira com amplos poderes para mobilizar forças naquele termo e guarnecer sua passagem. Como o Capitão Madeira não se mostrasse capaz de bem cumprir a missão que lhe fora confiada, para o mesmo porto seguiram, poucos dias depois, de Oeiras o Cap. Francisco Manoel de Araújo Costa, comandando 100 homens, e de Valença o ten.-cel. Raimundo de Sousa Martins, também com 100 homens.

Aos Capitães Claro Luís Pereira de Abreu Bacelar, João da Costa Sousa e Antônio José Leite Pereira de Castelo Branco foi confiada a missão de reunirem, no menor espaço de tempo possível, o maior número dos soldados que comandavam, armarem-nos a qualquer preço e se dirigirem para *o Riacho Fundo*. Esta força, dividida em dois grupos, ficaria aquartelada ali e na *Fazenda Soledade*, na estrada de Campo Maior.

O Capitão Francisco Manoel de Araújo Costa recebeu ordem de deixar o porto de São Gonçalo e, à frente de 130 homens bem armados, partir a toda pressa para a Barra do Poti, onde deveria mobilizar mais forças e ocupar as principais passagens do Parnaíba, a começar da confluência do Canindé.

Ainda nem todos estes movimentos haviam sido concluídos, quando a Junta recebeu a notícia de que tropas de Pernambuco, sob o comando do Capitão Manoel Carlos da Silva Saldanha, penetravam no Piauí pela ribeira do *Itaim*, e de que tropas do Crato e de outros municípios cearenses se preparavam para entrar pelas ribeiras do *Riachão* e das *Guaribas*. Tomando conhecimento destes socorros, enviou emissários ao seu encontro com ordens de levá-los aos portos do Parnaíba.

O Capitão-Mor, João Gomes Caminha, assumiu o comando do seu Regimento em Jerumenha e ficou preparado para qualquer emergência.

Os boatos sobre concentrações de tropas do lado do Maranhão fervilhavam aumentando o sobressalto das autoridades de Oeiras. Já no fim de fevereiro a Junta confiou ao arrematante da passagem da *Manga*, Matias de Sousa Rebelo, a espinhosa incumbência da defesa dos portos da *Manga*,

dos *Veados* e do *Bom Jardim*. Deu-lhe atribuições para coordenar com os comandantes daqueles distritos a mobilização de forças que fosse possível fazer para guarnecerem aqueles pontos do rio. Nessa mesma ocasião, o Capitão-Mor João Gomes Caminha recebeu ordens para adquirir em Jerumenha uma grande quantidade de pólvora e chumbo e remetê-la com urgência para Manga, aos cuidados de Matias de Sousa Rebelo.

A 27 de fevereiro saíram de Oeiras 106 praças para reforçar as tropas que sob o comando do Capitão Francisco Manoel de Araújo Costa defendiam o porto de Santo Antônio. O Tenente Alexandre Bartolomeu de Carvalho, que fora enviado ao encontro das tropas de Exu (PE), deveria levá-las para aquele porto.

A 28 daquele mês saiu de Oeiras comandando 150 soldados o ten.-cel. Raimundo de Sousa Martins, para ocupar a povoação do Poti e sua passagem.

De Fidié, parece, nem se lembrava mais a Junta, tão preocupada que estava em se defender do Maranhão.

E no entanto ele é que constituía, naquela hora, o verdadeiro perigo para a Província.

Começam as desordens

Desde antes da passagem de Fidié por Campo Maior, rumo a Parnaíba, que o povo da Vila dos carnaubais e seu distrito passava por bruscas transformações. O vendaval da propaganda dos ideais da independência abalara os alicerces da velha sociedade lusa, que assentava na riqueza que provinha da posse da terra explorada com trabalho escravo. Ela é que conferia privilégios aos seus possuidores, garantidos pelas leis e pela força em nome del Rei. A pregação revolucionária contestava as leis e a força em que se apoiavam como sendo meros instrumentos de pressão do colonizador estrangeiro e desalmado, e apontava os europeus como sendo injustos espoliadores dos filhos da terra, aventureiros e ladrões, cujos bens podiam e deviam ser tomados pelos brasileiros.

Esta pregação sistemática, no lento arrastar da passagem do período de não independência para o de independência acabou por produzir na sólida estrutura lusitana aquilo que diz com acerto o aforismo *água mole em pedra dura tanto bate até que fura.*

Na hora de se pregar a libertação não se disse aos brasileiros que as leis que garantiam a riqueza dos europeus seriam as mesmas que iriam depois garantir a riqueza dos brasileiros, após a independência. Este esclarecimento sempre se deixa para depois. E quando chega o *depois* já muita desgraceira tem sido praticada em nome da justiça e da liberdade.

Foi o que aconteceu em Campo Maior e mais nalguns outros lugares do Piauí naquela hora de transição, quando o poder português se enfraquecia e o poder brasileiro, incipiente, ainda não era bastante forte para se fazer respeitado.

Vimos como as coisas se passaram na Vila na hora da chegada dos independentes. Explosões de ódios há muito tempo e a muito custo contidas, delações, desacatos, prisões, insegurança. Não havia autoridade. As da antiga estrutura haviam fugido e uma nova estrutura ainda não aparecera. O chefe militar piauiense, Leonardo de Carvalho Castelo Branco, feita a aclamação, retirou-se da Vila preocupado apenas, daí por diante, com o problema maranhense.

O Governo de Oeiras, sempre omisso por estas bandas naquela hora, não acertara na nomeação do comandante militar da Vila. O chefe por ele designado ten.-cel. Francisco Félix Narciso Castelo Branco, doente não pudera assumir o posto.

Campo Maior, sem autoridades, transformou-se em presa fácil de celerados audaciosos. A Vila fervilhava de soldados indisciplinados, sem comando, passando grandes aperturas. Alguns ladrões infiltraram-se no meio

deles, e é fácil saber-se o que aconteceu depois. Surgiram bandos que saíam pelas fazendas e sítios dos europeus ricos extorquindo dinheiro, incendiando propriedades, violando. Não havia para quem apelar.

O mais insolente destes bandos, e também o mais poderoso era comandado por um bandido de alta periculosidade, Vicente Bezerra da Costa. Era Furriel da 1ª Companhia do 1º Regimento da Infantaria de Milícias da Província. Arranjou uma banda de Capitão e ele próprio assim fantasiado, à frente de seu bando, apresentava-se nas fazendas dizendo-se autoridade e representante do Governo revolucionário. Prendia os donos das fazendas e logo exigia resgate em dinheiro para soltá-los.

Com a chegada do Capitão Luís Rodrigues Chaves tudo continuou na mesma. O Comandante cearense não ligou a mínima atenção para aquele problema. Nem poderia fazê-lo, talvez. Sua força era pequena. Tinha que engrossá-la quanto antes a fim de combater Fidié quando ele descesse da Parnaíba. Agora a mobilização tomava toda a sua atenção e todo o seu tempo.

Já no fim de fevereiro, o Governo de Oeiras nomeou Comandante interino da Vila e seu termo o Tenente Simplício José da Silva. Mas que poderia ele fazer sem soldados, sem o apoio militar do Capitão Rodrigues Chaves e contra um grupo armado de cerca de 80 homens? Transcrevamos o desabafo que fez para Oeiras no seu ofício de 22 de fevereiro:

"Vendo que as circunstâncias atuais exigem da necessidade que se ponha na mais indispensável observação o sossego público, para se conservar ileso o direito de propriedade e o quanto algumas pessoas malévolas existentes neste termo têm com escândalo posto em prática procedimentos honrosos, que só dão esperança da mais terrível catástrofe, por abusarem das delícias que nos afiança a favorável e benigna mão de S. M. Imperial. o nosso Perpétuo Defensor, o Sr. Dom Pedro de Alcântara, com a Independência do Brasil, não devo meter no silêncio o participar a V. Excias. que Vicente Bezerra da Costa, Furriel da 1ª Companhia de Milícias desta Província, por adjunto de pessoas facinorosas tem mandado em nome das autoridades e a pretexto de prisão exaurir as bolsas de alguns europeus, bem como a de Manoel José da Silva Rosa, que lhes extorquiram dois contos e quatrocentos mil réis, o que me é patenteado por muitas pessoas de bom conceito, entre as quais o Tenente Domingos de Paiva Dias, que me merece crédito. E porque este modo de proceder tanto desacredita a nossa justíssima aclamação, que há muito poucos dias se publicou, como também nos promete funestas consequências que se devem atalhar, imploro a V. Excias. como pessoas mais iluminadas, para que deliberem a semelhante respeito prontas e seguras providências, cujas ordens religiosamente as cumprirei. Em data de hoje oficiei ao dito Furriel que se recolhesse a esta Vila com a gente e dinheiro que tiver recebido, sem que lhe estranhe o meu comportamento, não só para ver se atalho a continuação dos roubos, mas também para que ele não desconfie e posto em fuga fique impune o seu delito".[1]

[1] M. 98 – Doc. 13 – Cap. CAB

Em Piracuruca a situação era a mesma. Talvez pior. O Capitão José Francisco de Sousa, Comandante da Divisão Cearense, que chegou a ter sob seu comando quase mil homens, não esteve à altura daquela hora. Também tudo conspirava contra ele. Não eram soldados os homens que ele comandava. Eram bandos de civis armados, indisciplinados. A maioria deles tinha deixado a Serra e penetrado no território piauiense mais para uma aventura do que mesmo para lutar pela independência, Os fatos posteriores irão comprovar isto.

A seca assolava as duas Províncias. Mais o Ceará do que o Piauí. Pelo menos aqui ainda havia uma relativa fartura. Como já disse, o Comandante Militar de Piracuruca não estava à altura da situação. Embora fossem patriotas e honestos os oficiais, não souberam ou não puderam dar àquela massa de homens uma organização militar. O abastecimento das tropas era irregular. Os soldados não recebiam o soldo que lhes fora prometido. A força moral dos oficiais sobre os seus comandados foi se diluindo e acabou por desaparecer completamente. Diariamente bandos de homens desiludidos entregavam as armas e voltavam para sua terra. Eram os bons. Porque outros bandos não entregavam as armas e assim armados saíam pelo distrito saqueando, incendiando, violando. Quando não tiveram mais ricaços para atacar e roubar, passaram a oprimir os pobres matutos para lhes tomarem as farinhas, os legumes, as montarias, as criações miúdas. Para escaparem de qualquer forma daqueles bandos de celerados os pobres caboclos escondiam suas coisas e fugiam para os matos. E como eram eles, os matutos, que abasteciam a povoação, dentro de pouco tempo uma grande fome começou a se fazer sentir, ali.

Impotentes diante daquela pavorosa desordem, os oficiais resolveram apelar para Fortaleza. Pediam mais armas, mais munições e também dinheiro. Não apelaram para Oeiras porque acharam que seria inútil fazê-lo. Oeiras não demonstrava a mínima preocupação com o que se passava no norte da Província. Até parecia que isto aqui não era Piauí.

O apelo para o Ceará não surtiu efeito.

Os bandidos de Campo Maior e de Piracuruca continuaram com as suas tropelias, estendendo-as ao distrito de Marvão.

Estava totalmente desamparado o norte naquele fevereiro de 1823.

A 19 daquele mês e ano houve em Campo Maior um tumulto popular contra o Vigário João Manoel de Almendra, que estava preso. Pela manhã daquele dia uma grande multidão se concentrou em frente ao paço do Conselho e, aos brados, exigiu da Câmara que convidasse o Capitão Luís Rodrigues Chaves para vir até ali e tomar conhecimento pessoalmente de uma reivindicação que o povo tinha para fazer-lhe. Foi enviado ao Capitão um ofício pedindo-lhe o comparecimento. Ele se negou a fazê-lo pessoalmente.

Enviou no entanto um representante na pessoa de seu ajudante de ordens. Foi então lido no Conselho o requerimento do povo. Dizia que tendo sido o Padre João Manoel o maior adversário da causa da independência na Vila, não mais merecia ele a confiança de seus paroquianos para o serviço de administração do Pasto Espiritual. Pedia o povo que ele fosse substituído pelo Revmo. Padre Clemente Antônio Gomes, brasileiro e vereador independente, no qual concorriam todos os requisitos necessários para o bom desempenho do cargo. O desejo do povo deveria ser transmitido com urgência à Junta de Governo em Oeiras e ao Vigário Forense, pedindo-lhes aprovação. O documento continha 32 assinaturas. Após a reunião no paço, a multidão saiu pelas ruas clamando contra o Padre João Manoel e ameaçando vingança contra ele caso não fosse atendida a petição. Ofícios foram enviados ao Padre João e ao Padre Clemente, comunicando-lhes o ocorrido. E ficou-se nisto.[2]

Percebendo toda aquela confusão, a falta de presença de autoridades da Província e confiados em Fidié, os portugueses da Barra do Poti tramaram um levante. Sua trama, porém, foi descoberta a tempo, o cabeça do movimento, Capitão João Antônio, aprisionado e enviado para o porto de Santo Antônio, onde ficou sob a guarda do Capitão Francisco Manoel de Araújo Costa.

[2] M. 98 - Doc. 15 - Cap. CAB

Vai começar a luta

Logo que chegou a Campo Maior, o Capitão Luís Rodrigues Chaves tratou de enviar a Oeiras um emissário. Sua escolha recaiu na pessoa do Alferes Francisco Xavier Torres. O emissário, em nome da oficialidade e da tropa cearenses, deveria protestar obediência ao Governo, pedir reforços, munições, e também exigir a presença, em Campo Maior e Piracuruca, do próprio Governador das Armas da Província, para que ele visse, in loco, as gritantes falhas e deficiências da defesa.[1] E o Alferes Torres, em Oeiras, se desincumbiu habilmente da missão que lhe fora confiada. Com sua palavra fácil e franca expôs às autoridades piauienses qual era na verdade a real situação militar no norte. Eram exageradas as notícias que chegavam a Oeiras sobre a quantidade e a qualidade das tropas cearenses entradas na Província até aquela hora. Havia muitas promessas na correspondência oficial, mas não estavam sendo cumpridas. Em Campo Maior, por exemplo, até aquele momento, os cearenses eram 200 homens e nem todos estavam armados. Não se tratava de soldados de 1ª linha, como se sabia em Oeiras, e sim de civis recrutados às pressas em Sobral e adjacências. Não tinham disciplina nem adestramento militares. Estavam dispostos a lutar, se houvesse mais apoio com tropas, armas, munições e também pagamento de soldos.

Parece que a Junta não acreditou nas informações do Alferes. Quando ele voltou a Campo Maior, poucos dias depois, não levava reforços, nem armas nem promessa da presença, ali, do ten.-cel. Joaquim de Sousa Martins; munição, levava apenas 2 arrobas de pólvora, 2 resmas de papel para cartuchame, 3.000 cartuchos embalados, 40 archotes para sinais, 30 côvados de serafina ou baeta para cartuchos de peças, 40 correiames para patronas, 40 bandoleiras para espingardas e 500 pederneiras. Ora, poucos dias antes tinha enviado, somente para a *Passagem de Sto. Antônio*, para serem entregues ao Capitão Francisco Manoel de Araújo Costa, 13 arrobas de chumbo, quantidade superior de pólvora e 3.000$000 réis em dinheiro.

Datado de 1º de março chegou à Capital um ofício do coronel cearense João Araújo Chaves dizendo que, às 9 horas daquele dia, havia entrado em Valença com um pequeno número de praças de sua Corporação e outras das Ordenanças da Vila de São João do Príncipe e cidadãos da pequena ribeira de Crateús. Estas tropas elegeram-no seu comandante. Ele pedia a aprovação das autoridades do Piauí para aquela eleição. Dizia mais que da ribeira de Crateús já ordenara a marcha da uma tropa sob as ordens do Comandante interino de Piranhas, Manoel Chaves, na direção de Marvão. Esta força juntar-se-ia a uma outra comandada pelo Alferes Francisco Irineu Gomes Corrêa e ficaria em Campo Maior debaixo do comando do Capitão Luís Rodrigues

[1] M. 98 – Doc. 3 – Cap. CAB

Chaves. A Junta de Governo da Província do Ceará e o seu Governador das Armas ordenaram-lhe, através de ofícios de 31 de janeiro e 1º de fevereiro, que, na sua marcha dentro do Piauí, se demorasse nalgum lugar, à sua escolha, para esperar pelo Cel. José Vitoriano Maciel, Comandante das Tropas Auxiliares que desciam dos Cariris. Uma vez reunidos, deveriam seguir para Campo Maior e ali juntar-se às tropas do Cel. Francisco Carvalho e Mota, da Vila de Granja. Em Campo Maior ficariam aguardando ordens de Oeiras.

O brigadeiro Manoel de Sousa Martins enviou o Alferes João Damasceno Rodrigues para dar as boas-vindas do Governo ao Cel. Araújo Chaves. Este por sua vez mandou a Oeiras, com um ofício, um seu representante, o Alferes João Ferreira da Mota. O Coronel cearense comunicava às autoridades piauienses que se demoraria em Valença por alguns dias para refazer-se do necessário para a topa, "sendo a maior precisão de animais, que os nossos já aqui chegaram cansados e outros pelos caminhos têm ficado por causa da seca que tanto tem oprimido Inhumas e Crateús; por esta mesma razão ficou a maior parte do meu Regimento e o mesmo das Ordenanças aprontando-se para marcharem em meu seguimento e a esta hora já virão em caminho; e logo que esteja pronto irei seguindo a minha marcha para Campo Maior e dali ao ponto da maior precisão".[2]

Limitou-se a Junta a transmitir estas notícias ao Capitão Rodrigues Chaves, em Campo Maior, e voltou à sua obsessão, isto é, a preocupar-se unicamente com a defesa da margem direita do rio Parnaíba.

O Cel. João de Araújo Chaves só saiu de Valença às 9 horas do dia 7 de março, conforme comunicação da Câmara para Oeiras.[3]

Em Valença, havia sido aclamada a Independência, em vereação extraordinária, no dia 2 de fevereiro.[4]

Passavam-se os dias e nada de reforços para Campo Maior. O 2º de Cavalaria que, sob o comando do Capitão Bernardo Antônio Saraiva já devia por ali ter passado para Piracuruca, não aparecera. Também não haviam chegado as 30 praças de linha sob as ordens do Alferes Agostinho Antônio Nunes. Chegara, sim, uma ordem para o Capitão Luís Rodrigues Chaves seguir para Piracuruca e a notícia de que o Tenente Albino Borges Leal fora nomeado para o cargo de pagador das tropas. Ele não traria nenhum dinheiro consigo mas uma ordem para que o Alferes Antônio Lopes Castelo Branco e Silva, devedor à fazenda pública, entrasse com a importância precisa para o pagamento da força estacionada em Campo Maior. Do Governador das Armas da Província, cuja presença, ali, fora tão insistentemente pedida, nem notícia.

[2] M 97 - Doc 2 - Cap CAB
[3] M 97 - Doc 4 - Cap CAB
[4] M 97 - Doc 5 - Cap CAB

O Capitão Luís Rodrigues Chaves, mesmo abandonado pelos Governos do Piauí e do Ceará, não era homem para esmorecer. Havia apelado para o povo de Campo Maior e contou com ele na hora decisiva. Em poucos dias de mobilização ele pôde levantar mais de mil homens da todas as classes sociais, prontos para o que desse e viesse. Foram estes civis armados de facões, de chuços, de ferrões, de machados que, com os 500 soldados do Ceará, desviaram o curso da História no Piauí e no Maranhão, com a sua temeridade, a sua bravura, o seu desamor pela vida.

Fidié tivera tempo bastante, em Parnaíba, para adestrar seus homens, disciplinados, armá-los e municiá-los com ajuda do Maranhão. Poderia ter sido cercado, ali, atacado e vencido pelos independentes, se o Governo de Oeiras, abandonando a sua obsessão pelos portos do Parnaíba, tivesse dirigido as tropas de que dispunha para Campo Maior e Piracuruca e assumido, ali, o comando das forças do Piauí e do Ceará. A presença do dono da casa na frente de luta teria levantado o moral dos cearenses, que vieram para ajudar-nos, e também solucionado os problemas dos abastecimentos e do pagamento dos soldos, tremenda falha que desmoralizou as forças cearenses estacionadas em Piracuruca.

A 28 de fevereiro Fidié passou em revista suas tropas e lhes comunicou que no dia seguinte, 1º de março, marchariam sobre Piracuruca. Já os marinheiros do Capitão-Tenente Freire Garção haviam saqueado Parnaíba e levado para bordo do Brigue *Infante Dom Miguel* as alfaias, as jóias, o dinheiro das Igrejas, o Cofre dos Órfãos e também os livros da Câmara.

Para excitar os brios de seus combatentes, Fidié lançara-lhes uma proclamação, historiando os fatos a seu modo, pondo em relevo a felonia dos amigos de Oeiras, a cobardia do Cel. Antônio da Cunha Rebelo e principalmente as atrocidades que em toda parte da Província estavam sendo cometidas contra os bens e as pessoas dos infelizes e indefesos europeus.

Quando se soube em Piracuruca que Fidié havia deixado Parnaíba, o capitão José Francisco de Sousa reuniu os poucos oficiais que ainda restavam da Divisão Cearense para uma tomada de posição. Constatou-se que as poucas tropas estacionadas na povoação, totalmente desmoralizadas, seriam incapazes de enfrentar qualquer tipo de luta. Discutiu-se muito e nada ficou resolvido. As deserções se precipitaram em ritmo acelerado. Poucos dias depois não amanheceu ali o comandante. Havia dado parte de doente e viajado para a Serra Grande. Então deu-se a debandada. A força cearense de cerca de mil homens, que há um mês havia tranquilizado as autoridades de Oeiras, não mais existia. Como que se volatizara, sem dar um tiro no inimigo.

Os espias de Fidié, que sempre o precediam na sua marcha colhendo informações, já o haviam prevenido da situação em Piracuruca. Nas alturas de *Ilhós-de-Baixo* ele destacou uma força de 80 cavalarianos comandados por 2 oficiais para fazerem um reconhecimento nas proximidades da povoação. Esta

força, por acaso, encontrou-se, no dia 10, com um grupo de 60 cearenses armados e montados já em retirada, nas proximidades da *Lagoa Jacaré*. Travaram uma ligeira escaramuça. Os soldados de Fidié fugiram deixando um companheiro que foi aprisionado e morto. Os cearenses também tiveram alguma perda.[5]

Este chamado *Combate do Jacaré*, o primeiro nas lutas de nossa independência, tornou Fidié mais cauteloso naquele dia. Daí por diante sua marcha foi lenta, como que apalpando o terreno, temeroso de uma cilada, sempre pronto a tomar a defensiva ao menor sinal de ataque dos independentes.

E cautelosamente ele entrou em Piracuruca, abandonada, com as portas de suas casas abertas, assim deixadas após o saque que lhe infligiram bandoleiros depois que os soldados cearenses se retiraram. Só estava inviolada a Igreja Matriz de N. Senhora do Carmo. Ninguém tocara na sua prataria, nas suas jóias, nas suas alfaias.

A decepção pelo desastre de Piracuruca se revela no ofício que o Governo do Ceará enviou ao Governo do Piauí tratando do infeliz sucesso:

"Ontem fomos informados por participações oficiais de Granja que o infame João José da Cunha Fidié, ex-governador das Armas dessa Província, tinha desamparado o posto que ocupava na Parnaíba e que se dirigia com grandes forças contra essa Capital. Tivemos notícia que as nossas tropas postadas em Piracuruca tinham desamparado o seu posto e que parte tinha desertado para a Vila de Viçosa e parte para Campo Maior, o que não podemos remediar com toda a brevidade o nosso desejo em razão dos longes. Julgamos que a força aposta em Campo Maior terá o mesmo trágico sucesso da de Piracuruca".[6]

Estava totalmente enganado o Presidente da Junta de Governo do Ceará, Francisco Linhares Landim. Em Campo Maior os cearenses estavam comandados por um chefe de valor e Fidié ia enfrentar pela vez primeira a garra dos piauienses

A história seria muito diferente.

---

[5] *"O Piauí no Centenário da Independência"* – IV vol. – Piracuruca – de **Anísio Brito** – pág. 150 a 151
[6] M 96 – Doc. 15 – Cap. CAB

O combate do Jenipapo

Fidié só ficou algumas horas em Piracuruca, para dar um pouco de descanso a sua tropa.

Não se dissipara de todo o seu temor de uma cilada por parte do inimigo. Ele supunha que a maioria das topas que guarneciam Piracuruca havia se retirado para Campo Maior. Era falsa a suposição, mas ele não sabia. Para não permitir a junção das duas forças o que lhe seria extremamente perigoso, acelerou sua marcha sobre aquela Vila.

O Capitão Rodrigues Chaves teve conhecimento desta disposição do chefe português.

Das tropas que deveriam ter chegado de Oeiras e de Valença, nem se tinha notícia. E o inimigo se aproximava velozmente. O Comandante de Campo Maior lembrou-se então de chamar do Estanhado (União) o Capitão João da Costa Alecrim, que lá estava por sua ordem, guarnecendo a passagem e recrutando. Despachou-lhe um positivo, à espora feita. Logo que recebeu a ordem, o Capitão Alecrim juntou sua força e preparou-se para partir. Estávamos a 12 de março.

Aos soldados de Alecrim juntaram-se 80 homens do Alferes Salvador Cardoso de Oliveira.

Pelo papel que desempenhou nos acontecimentos posteriores, paga a pena conhecer este homem. Nasceu ele de uma família de lavradores na Vila da Barra do Rio Grande, afluente do São Francisco. Desde criança revelou-se um aventureiro. A vida pacata da família sedentária, agarrada de unhas e dentes à gleba nativa não lhe apetecia. Cedo ainda, deixou a casa paterna e afundou no mundo percorrendo os sertões de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. Gostava de viagens e de aventuras. Fixou-se algum tempo em Caxias (MA), onde se fez comerciante. Mas demorou pouco, ali. Vendeu o pequeno comércio e caiu novamente nas estradas, dedicando-se, agora, à compra, ao transporte e à venda de gado, onde surgissem boas oportunidades. Diz Vieira da Silva que "em uma dessas viagens, tendo notícia dos acontecimentos políticos do Brasil e da proclamação da independência na Vila de S. João da Parnaíba, e recebido carta de seu irmão Joaquim Bento Pereira, estabelecido em Campo Maior, convidando-o a seguir com o maior número de pessoas que pudesse reunir, para esta Vila, onde, também, já se havia proclamado a independência, e animado pelo português José Antônio Gomes, de alcunha *Vidinha*, que lhe era afeiçoado e receava não se tornasse ele suspeito às autoridades da Vila de Caxias, resolveu pôr-se em marcha para o Piauí a fim de reunir-se às tropas independentes, seguindo a sorte das armas brasileiras. Esquecendo-se da mulher e dos filhos, Salvador

com o dinheiro que tinha levado para seu negócio, comprou algum armamento e munições e pôde conseguir fazer-se acompanhar de oito ou dez homens resolutos como ele".

Quando atravessou o Parnaíba já trazia 14 homens. Aqui se lhe agregaram mais e seu contingente contava 80 homens quando se juntou com o Capitão Alecrim no Estanhado. Acompanhava-o seu irmão Pedro Francisco Martins.

Às 16 horas do dia 12 Alecrim e Salvador puseram-se em marcha para Campo Maior.

Na Vila dos carnaubais, como já disse, o Capitão Luís Rodrigues Chaves conseguira mobilizar e entusiasmar para o combate a Fidié mais de mil homens de todas as camadas sociais. Devia possuir um tremendo poder de aliciamento o capitão cearense. Não somente conquistava para a causa, mas também transformava os conquistados em conquistadores, como vimos no caso de Joaquim Bento Pereira escrevendo ao irmão Salvador Cardoso de Oliveira, aliciando-o para o movimento.

Na madrugada do dia 13, cansados ao extremo, entraram em Campo Maior as tropas de Alecrim e Salvador. No dia anterior havia chegado o Capitão Alexandre Nery Pereira Nereu com soldados do Ceará. Também lá já se achava o Capitão Manoel Chaves, comandante interino de Piranhas, que entrara por Marvão com alguns soldados cearenses.

Reunidos todos estes cearenses com os do Capitão Rodrigues Chaves, os poucos maranhenses de Salvador Cardoso e os mil e tantos piauienses desarmados de Campo Maior e seu distrito, a força dos independentes não chegava a dois mil homens.

Não há na história da independência do Brasil uma página mais épica, mais emocionante do que a que escreveram, com sangue e bravura, aqueles homens, no dia 13 de março de 1823, nas margens do Jenipapo.

O Capitão Luís Rodrigues Chaves chamara os homens válidos da Vila e termo, arregimentara-os e patenteara-lhes o perigo próximo.

"Não foi em vão. O povo estava acima de qualquer expectativa. Cada um, o *vaqueiro* e o *roceiro*, foi mais pronto em alistar-se para o tributo de sangue. Ninguém se recusou a acudir ao apelo, e, dentro de três dias, as fileiras engrossaram-se e uma numerosa multidão ficou à espera dos portugueses para o combate. É assim que perto de dois mil homens, vibrando num entusiasmo ruidoso, expansivos como quem volta de um triunfo, acudiram à chamada e formaram em frente à Igreja de Santo Antônio. Os soldados do Capitão Luís Rodrigues Chaves com os que haviam abandonado o ten.-cel. João Antônio da Cunha Rebelo, com os de Alecrim e do Capitão Nereu,

elevando-se a pouco mais de 500, não podiam dar a consistência precisa à totalidade do Corpo. Fossem mais numerosos, mais disciplinados e aproximariam, talvez, essas duas mil unidades de combate.

"Assim não. E só a loucura patriótica explica a cegueira desses homens que iriam partir ao encontro de Fidié quase desarmados,

"As poucas espingardas tinham sido distribuídas aos cearenses. Os piauienses, estes conduziam velhas espadas, facões, chuços, machados, foices. De nada valia, contudo, para eles, a falta de armas, tão sugestionados iam com a certeza do triunfo. Ninguém pensava, aliás, na possibilidade de morrer. Todos sonhavam com a glória do regresso à Vila, conduzindo algemado o chefe do exército, à frente da turba malta sem fim dos prisioneiros,

"E nesse entusiasmo surgira o dia do encontro. Era a 13 de março".[1]

Cedo ainda, na manhã daquele dia, toda a tropa formou no Largo de Santo Antônio. Rodrigues Chaves tivera notícia de que o chefe português chegara já alta noite a uma fazenda próxima da Vila. Dada a ordem de marcha, todos caminharam apressados para o rio Jenipapo, onde pretendiam barrar a passagem aos partidários de Lisboa. O terreno ali é plano; uma várzea imensa, aberta, sem amparo. Aquele era um ano de grande estiagem. O rio estava seco, o grosso da tropa ocultou-se no próprio leito do rio, enquanto que alguns outros contingentes se abrigaram nos mufumbais das ribanceiras.

Para além do rio, a estrada se bifurcava em duas. Por qual delas viria o inimigo? O Capitão Rodrigues Chaves enviou uma patrulha para explorar a estrada da direita. Fidié descia com o grosso de sua força pela estrada da esquerda e explorava a da direita com um pelotão de sua cavalaria. Este se havia distanciado da tropa e foi ele que se chocou com os cearenses da patrulha, inopinadamente. O encontro foi brusco e violento. A patrulha abriu fogo sobre os cavaleiros inimigos. Estes resistiram um pouco e depois voltaram as costas, à brida solta, perseguidos pelos soldados da patrulha embriagados com a facilidade da vitória ali.

Foi aí que começou o desastre. Ouvindo o tiroteio, as tropas que guarneciam as margens do rio não atenderam mais ao comando. Abandonaram, precipitadamente, sua posição defensiva e enveredaram pela estrada da direita em busca do combate que, supunham, ali já começara.

Fidié, sabedor do ocorrido, não perdeu tempo. Passou, rapidamente, o grosso de sua força para o outro lado do rio, construiu às pressas um campo fortificado, dispôs as 11 bocas de fogo que trazia, distribuiu linhas de atiradores e esperou os independentes. Quando estes voltaram, ficaram muito surpreendidos com o que acontecera.

---

[1] *Abdias Neves* - **A Guerra do Fidié** - pág. 103

Mas a sorte estava lançada. O Capitão Rodrigues Chaves percebeu logo que a batalha estaria perdida se ele não conseguisse, num golpe de sorte, atacando de todos os lados, fracionar a tropa de Fidié num corpo a corpo violento e rápido. Contando com o entusiasmo de seus comandados, dispôs as forças e ordenou o avanço sobre o campo dos adversários. Eram 9 horas da manhã. A primeira leva foi repetida com graves perdas. A fuzilaria e as peças de Fidié varriam os campos em todas as direções. As cargas se sucediam, heróicas, mas inúteis. Muitos patriotas iam morrer à boca dos canhões com um desamor pela vida que pasmava os soldados, pouco afeitos a semelhantes atos de bravura.

Quando passava do meio-dia, não a consciência da derrota mas o cansaço puro e simples começou a dominá-los. As armas caíam-lhes das mãos trêmulas. As pernas bambeavam. Já não combatiam, arrastavam-se para a morte.

Depois de 5 horas de combate, às 14 horas, começou a retirada.

Também os partidários de Fidié caíam de cansaço. Cinco horas de luta ininterrupta e um sol abrasador tiravam-lhes totalmente o ânimo. Não perseguiram os independentes em retirada. Não poderiam fazê-lo, aliás. A vitória amarga não conseguira alegrar o coração do comandante português. Ele estava assombrado com o arrojo, a valentia e o desamor pela vida demonstrados pelos seus adversários. Se ali, quase na metade do caminho entre Parnaíba e Oeiras, lhe haviam oferecido um combate tão difícil, o que não iria ele encontrar mais na frente?

Quando Fidié ainda estava dando um balanço nas perdas que sofrera, vieram avisar-lhe que os patriotas, na retirada, haviam atacado sua retaguarda e tomado a maior parte de sua bagagem. Isto queria dizer que ele estava praticamente sem munição e sem dinheiro.

Durante muito tempo falou-se em roubo da bagagem de Fidié, no Jenipapo. Eu mesmo enveredei por este caminho no meu *Cadernos Históricos - 1*. Pensando melhor no assunto, defendo agora uma outra posição. Não há documento sério com que se possa provar o roubo da bagagem de Fidié. O que há são alusões, apenas alusões. Sabemos como Fidié era um comandante organizado e cauteloso. Não deixaria sem proteção sua bagagem em presença do inimigo. Ele não empregou toda a tropa na batalha. Ficou alguma de reserva para intervir numa hora de emergência. A cavalaria, por exemplo, não esteve no campo de batalha. Deve ter ficado do outro lado do rio com a bagagem. Quando começaram a rarear os tiros no grande quadrado os cavaleiros naturalmente se aproximaram. O inimigo devia estar se retirando para a Vila e eles poderiam ser empregados, agora, para cortar aquela retirada. Mas acontece que o inimigo fugia em várias direções e um troço deles achou de passar precisamente pelo local onde estava o trem de guerra do chefe português. Vendo-o quase desguarnecido, atacou os que o defendiam, já com

a vantagem de pegá-los inteiramente de surpresa. Foi isto naturalmente o que aconteceu. A bagagem foi tomada por um grupo de cearenses do Regimento Montado de Sobral, do comando do Capitão Alexandre Nereu. Aliás, o ataque deve ter sido por pura iniciativa do grupo, pois seu comandante não era de nada, como veremos depois. O boato do roubo foi naturalmente espalhado pelos piauienses para diminuir e ridicularizar o feito dos cearenses. Entre os dois grupos já havia uma certa rivalidade. Como não se pode provar com documentos sérios nem o roubo nem a tomada da bagagem, eu agora fico com esta nova versão dos fatos por me parecer, pelo menos, mais provável.

A terrível notícia deixou Fidié atordoado. Urgia ocupar, logo, Campo Maior, antes que os patriotas, mesmo derrotados, tentassem fazê-lo, oferecendo-lhe novo combate.

Nunca se pôde saber quantas foram as baixas de Fidié no Jenipapo. Ele não as enumerou na sua parte. Pereira da Costa diz que da tropa portuguesa pereceram 16 soldados, 1 sargento, 1 alferes e 1 Capitão, e saíram feridos 60 homens.[2] O Capitão Luís Rodrigues Chaves, na parte oficial que enviou ao Governo do Ceará, diz que morreram na ação mais de 400 pessoas, sendo a maior parte do inimigo.[3]

Quanto às perdas dos patriotas, Fidié fala em 542 prisioneiros, mais de 200 homens entre mortos e feridos, 1 peça de artilharia, 1 bandeira e 3 caixas de guerra.[4]

Abdias Neves colocou o Capitão Manoel Martins Chaves, que foi mortalmente ferido no combate, entre os partidários de Fidié. Há aqui um engano do brilhante historiador piauiense. Manoel Martins Chaves combateu ao lado dos patriotas, contra Fidié. Era ele aquele Comandante de Piranhas que entrou por Marvão com tropas do Ceará. Ferido e feito prisioneiro, foi levado, na rede, para Caxias onde veio a falecer em consequência daqueles ferimentos.

Um espião do Cel. Antônio José Leite Pereira Castelo Branco, Comandante de Valença, viu, do mato, a passagem das tropas de Fidié, depois da batalha, rumo ao Estanhado. Diz que o chefe português ia "com grande destroço, levando vinte e tantas redes com enfermos".[5]

O Vereador e Juiz de Fora de Campo Maior, José Marques Freire, que lutou na batalha, em ofício de 24 de março diz que "no dia 13 do corrente março chegou perto desta Vila o intruso Fidié com seu exército e porque nesta Vila havia tropas do Ceará combateram-se de parte a parte, e houve mortandade

---

[2] *Pereira da Costa* – **Cronologia Histórica do Estado do Piauí** – pág. 176
[3] *Pereira da Costa* – **Cronologia Histórica do Estado do Piauí** – pág. 176
[4] *Pereira da Costa* – **Cronologia Histórica do Estado do Piauí** – pág. 176
[5] **M. 97 – Doc. 7 – Cap. CAB**

de gente que chegava a mais de cem pessoas. A este ataque eu fui presente com vários camaristas... Se padece necessidade de farinhas, botica e cirurgião para curar tantos feridos que inda hoje morrem uns e se esperam que morram vários ao desamparo. Eu acho-me só aqui com o vereador Luís de Sousa Fortes Bustamante Sá e Menezes, sem saber dos mais, escrivães e meirinhos, porque por ocasião do ataque tudo pegou em armas, e com a retirada que houve ainda não são aparecidos".[6]

O Capitão Francisco Félix Narciso Castelo Branco, Comandante do Regimento de Campo Maior, que não esteve na batalha, por doença, dirigindo-se à Junta depois de haver recebido ordem dela para reorganizar sua tropa, em abril, diz que ficava cumprindo a ordem "apesar de haver pouca gente, por terem morrido muitos na batalha e ainda andarem outros com o Major Fidié".[7] Em outro ofício da mesma data ele diz que "no mesmo Regimento há bastante vagas de oficiais por falecimento de uns e por se acharem outros unidos ao Major João José da Cunha Fidié".[8]

Sabe-se que Fidié incorporou às suas tropas todos os prisioneiros válidos.

Antes de cair a noite, no dia 13, o Chefe português aproximou-se de Campo Maior e ocupou a fazenda "Tombador" a um quilômetro da Vila, onde estabeleceu o seu quartel general.

No dia 14 seu ajudante de ordens apresentou uma ordem do dia assim redigida: Ordem do dia. O Ilmo. Sr. Governador das Armas da Província do Piauí manda agradecer a todos os senhores Comandantes de Corpos, Oficiais, Inferiores e Soldados, que tem a honra de comandar, o valor, brio e honra com que se prestaram à ação do dia de ontem, cuja completa vitória foi devida ao ardor e entusiasmo com que entraram e sustentaram o fogo até que felizmente o inimigo foi derrotado, do que o mesmo Ilmo. Sr. Governador sempre esteve persuadido que assim deveria acontecer atentas as bravas tropas que tem a honra de comandar. Cujo procedimento levará brevemente ao conhecimento de S. Majestade o Rei, Senhor Dom João VI. O mesmo Ilmo. Senhor não pode deixar de manifestar seus sentimentos pela morte dos beneméritos e valorosos oficiais e soldados mortos no campo, assim como dos que saíram feridos. Acampamento de Campo Maior, 14 de março de 1823. Luís Antônio de Morais, Major Ajudante de Ordem interino".[9]

Em Campo Maior permaneceu Fidié dois dias enterrando seus mortos, curando os feridos, reorganizando as fileiras. Às 11 horas do dia 15 levantou acampamento. Não marchou mais para Oeiras. Seguiu com suas forças para o Estanhado.

---

[6] M. 98 – Doc. 35 – Cap. CAB
[7] M. 98 – Doc. 19 – Cap. CAB
[8] M. 98 – Doc. 18 – Cap. CAB
[9] M. 93 – folha 105 – V – Cap. CAB

Saiu em tempo. Se tivesse demorado mais, teria combatido novamente, três dias apenas após a batalha. O Capitão Alexandre Pereira Nereu, com um grupo destroçado de combatentes do Jenipapo, retirava-se pela estrada de Marvão quando, na Fazenda "Tapera", encontrou-se com o Capitão Florêncio de Oliveira Magalhães, que vinha do Ceará com uma força de 300 homens a cavalo. Fizeram junção e refluíram sobre Campo Maior para fustigar os portugueses. Não os encontraram mais na Vila.

Depois do combate

Quando se deu a derrota, os patriotas, em retirada, levaram o pânico aos habitantes da Vila.

Com a notícia de que Fidié se aproximava vitorioso, fecharam-se as casas precipitadamente. Mulheres e crianças, num choro angustioso, corriam atarantadas pelas ruas procurando saber dos fugitivos o que acontecera com seus entes queridos, que não haviam voltado. Dentro da Vila era o caos.

Prevalecendo-se da exaltação popular, Joaquim Bento Pereira, irmão do Alferes Salvador Cardoso de Oliveira, um cabo de nome Eufrásio e seu irmão Félix saíram para o largo de Santo Antônio gritando *morram os marinheiros*. Dirigiram-se à cadeia pública onde se achavam presos nove pobres portugueses legados naquela madrugada do *Estanhado*, trazidos por Alecrim, e mataram todos. Eram eles:

Manoel dos Santos Fialho, casado, morador na *Boca da Mata;*
Agostinho José de Oliveira, casado, morador na *Boca da Mata;*
Antonio José da Silva Bento, casado, morador nas Varges;
Anacleto José de Morais, casado, morador nas Varges;
João da Costa, casado, morador nas Varges;
João Antônio Marques, solteiro, morador nas Varges;
José de Sousa Leão, casado, morador em S. Mamede;
Joaquim José do Nascimento, casado, morador no Paço Redondo;
Alexandre José da Cunha, casado, morador no Matapasto.

Assassinaram mais José de tal, que há pouco havia chegado e se achava morando na casa de Da. Gonçala; era homem de sessenta e tantos anos e doente.

Nesse mesmo dia 13, pela manhã, tinham sido remetidos para Oeiras 10 presos portugueses. Foram no encalço deles e, à noite, alcançaram-nos no lugar *Boqueirão da Serra*. Com o consentimento da escolta mataram oito deles, a saber:

Manoel Martins Bragança, solteiro, morador em Campo Maior;
José Antônio Mariano, casado, morador em Campo Maior;
Manoel de Sousa e Silva, solteiro, morador em Campo Maior;
João Garcia da Silva, casado, morador em Campo Maior;
Manoel José Rosa, casado, morador em Campo Maior;
José Domingos Garcia, casado, morador no Campestre;
Francisco Silveira, solteiro, morador na Baixa Escura.

Deixaram de matar dois deste grupo: João Manoel de Almendra, por ser padre, e um outro, cujo nome se perdeu, por ter vindo pequeno de Portugal.

No distrito de Campo Maior, nos dias que se seguiram imediatamente ao da batalha, foram assassinados:

Antônio Duarte, casado, morador na Baixa da Faca;

Antônio Joaquim, casado, morador no Matão;

João da Costa Pereira, casado, morador nas Freixeiras e assassinado em Currais Novos;

João Pedro, casado, morador em Piracuruca e assassinado na Fazenda Canabrava, beira do rio Corrente, distrito de Campo Maior;

Antônio Pereira Barbosa, morador no Campestre, terras da Fazenda Sítio. Este, dizem uns que o mataram e outros que fugiu para o Fidié.[1]

Enquanto tudo isso acontecia em Campo Maior, que fazia Oeiras?

Continuava obcecada pelo temor de uma invasão dos maranhenses.

A 15 de março, em ofício dirigido ao Ministro Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Sr. Manoel Antônio Farinha, a Junta de Governo dizia que a Providência divina estendera seu braço onipotente sobre a Província do Piauí, permitindo que a 24 de janeiro, em Oeiras, se proclamasse solene e tranquilamente a independência do Brasil e S. Majestade Imperial, sendo indizível o contentamento e regozijo dos povos; Garantia que em todas as Vilas da Província se tinha praticado o mesmo, achando-se assim arvorada em toda ela o estandarte da liberdade brasileira. Lembrando-se, porém, de Fidié, a Junta lamentava que em meio a toda essa felicidade houvesse uma sombra: o perigo de ver correr o sangue dos brasileiros piauienses derramado pelos seus próprios patrícios, parentes e amigos. É que o terrível monstro Fidié, que entre nós se metera, tem de tal forma iludido nossas tropas, que com ele se acham acantonados na Vila da Parnaíba, que elas certamente o acompanharão na contramarcha que ele pretende fazer sobre Oeiras. Com visível fanfarronada a Junta assegurou ao Ministro que se preparava para receber Fidié e desenganá-lo de uma vez por todas. Lamentava a penúria de armamentos adequados na Província. Os piauienses, porém, estavam na disposição de derramar pela causa a última gota de seu sangue.[2]

O sangue realmente já havia sido derramado nos campos do Jenipapo. Mas o Governo da Província nada havia feito no sentido de fortificar militarmente aquele punhado de bravos que com sua vida e sua bravura haviam desenganado Fidié de todos os seus projetos para conservar o Piauí sob o jugo lusitano. O Governo nem ao menos sabia que tal fato havia acontecido. Na

[1] M. 96 – Doc. 28 – Cap. CAB
[2] M. 77 – Doc. 1 – Cap. CAB

tarde do dia 19 de março, um positivo, coberto de pó e cansado, entregou ao Brigadeiro um ofício de Manoel de Araújo Costa, comandante da *Passagem de Santo Antônio*, onde nós tínhamos armados, bem alimentados e descansadamente imobilizados cerca de oitocentos homens, esperando a invasão dos maranhenses de Caxias. No ofício o Comandante dava, por ouvir dizer, a primeira notícia sobre o desastre do Jenipapo.

A notícia caiu como um raio sobre a Junta, o comércio e o povo de Oeiras. As casas comerciais fecharam suas portas precipitadamente. Boatos alarmantes começaram a circular enchendo de pavor a população. Não escapara ninguém em Campo Maior. A mortandade fora completa. Os cadáveres insepultos de homens, mulheres e crianças enchiam os campos e as ruas da Vila atraindo milhares de urubus. Ninguém pudera fugir á fúria de Fidié e de seus soldados. O novo Átila marchava, agora, aceleradamente, sobre Oeiras.

Quando amanheceu o dia 20, muitas casas na cidade estavam fechadas; seus habitantes haviam fugido para os matos durante a noite. Os que ficaram perambulavam, receosos, pelas ruas, procurando notícias mais seguras. Nem o Governo as tinha para dar. Ele só sabia o que lhe comunicara o ten.-cel. Araújo Costa e era muito pouco. Apenas que havia sido grande a mortandade e que os patriotas tinham perdido o combate. Quantos haviam morrido de ambos os lados? Quantos feridos? Fidié marcharia realmente sobre Oeiras? Para onde teriam recuado os que escaparam das forças dos independentes? Eram perguntas que não tinham resposta certa. Apenas boatos, nada mais que boatos.

Já no fim do comunicado o comandante da Passagem de Santo Antônio dizia que constava que alguns remanescentes da batalha estavam se reunindo a 10 léguas de Campo Maior, na estrada de Oeiras. A Junta, agora em sessão permanente, decidiu que se devia ir em socorro deles com alguma tropa. Mas não havia tropas em Oeiras. Todas estavam guarnecendo os portos do Parnaíba. Até o Governador das Armas, o ten.-cel. Joaquim de Sousa Martins, havia seguido no dia 17 para Campo Maior, para reprimir as desordens que ali se praticavam contra os bens e as vidas dos portugueses. Onde estaria ele agora? Já teria sabido do desastre e tomado alguma providência?

Em vez de empregar as forças piauienses que estacionavam nos portos do Parnaíba na defesa, agora, da cidade de Oeiras ameaçada, o Brigadeiro apelou para o Crato, para o Comandante Leandro Bezerra Monteiro, escrevendo-lhe um ofício com pedido de socorro urgente.

Enquanto isso, o Governo começou a encaixotar, secretamente, o dinheiro dos cofres públicos e a preparar-se para fugir para o Crato ao menor sinal de alarme já não o tinha feito ainda porque não haviam chegado os cavalos possantes que pedira das Fazendas Nacionais. Ouvidor interino, Dr. Bernardo José de Melo, recebera ordem para depositar no cofre da Tesouraria Geral da Junta da Fazenda a quantia de 10:398$270 réis, pertencentes ao cofre dos defuntos e ausentes.

Espias tinham sido despachados para explorarem a estrada de Campo Maior até onde isso fosse possível, sem grande risco. Tinham ordem de voltar a toda pressa a Oeiras com notícias mais seguras sobre os movimentos do inimigo.

Os dias 20 e 21 foram de grande tensão.

À 1 hora do dia 23 chegou um positivo do Cel. João de Araújo Chaves. Trazia um ofício datado de Lages, hoje Mons. Gil. Nele o Coronel dava notícia da derrota e lançava a culpa no armamento miserável de que dispunham os patriotas. O portador deu ao Brigadeiro notícia de seu irmão, o Governador das Armas. Estavam em São Pedro, onde se reuniam os remanescentes da batalha do Jenipapo.

Antes que o dia amanhecesse, o positivo estava de volta com uma carta do Brigadeiro para seu irmão. Prometia enviar-lhe 300 homens, mas recomendava-lhe prudência, muita prudência. Não deveria aceitar luta. Se atacado, não deveria oferecer combate ao inimigo; apenas espalhar guerrilhas pelos caminhos, se isto fosse possível. O Brigadeiro não acreditava na capacidade militar a nas qualidades estratégicas do mano Joaquim.

Em S. Pedro já se encontravam os Capitães Luís Rodrigues Chaves, João da Costa Alecrim, o Ten. Simplício José da Silva e o Alferes Salvador Cardoso de Oliveira. Também ali já chegara com apenas 50 dos 300 homens que com ele saíram de Valença, no dia 7, o Cel. João de Araújo Chaves. Ele não alcançara Campo Maior a tempo de tomar parte na batalha. Os soldados que faltavam haviam simplesmente desertado, apavorados com a notícia do combate e seus resultados.

O Alferes Salvador Cardoso, que havia perdido de vista o irmão Pedro Martins, desde o campo de batalha, voltou para procurá-lo e, depois de um dia de viagem, encontrou-o à noite, na Capela dos Humildes (Alto Longá), capitaneando um grupo de combatentes que conduziam feridos. Seguiram dali para S. Pedro e de lá marcharam todos para Oeiras.

Um oficio do Cel. Joaquim de Sousa Martins dirigido ao ten.-cel. Raimundo de Sousa Martins e datado de Oeiras do Piauí, Quartel do Governo das Armas, em 20 de março de 1823, diz o seguinte:

"No dia 13 do corrente mês tiveram nossas tropas um ataque com o inimigo na passagem do riacho do Jenipapo, antes de Campo Maior légua e meia; houve destroço e mortandade em ambas as partes; do inimigo morreram muitos oficiais; dos nossos só morreu um; a nossa tropa retirou-se e se está reunindo aqui onde fiz o Conselho que consta da cópia inclusa. Faça marcha do Destacamento para a Cidade por aquela estrada que vir é mais conveniente e livre de algum ataque inimigo, havendo sempre guardas avançadas, pois não sabemos se Fidié já saiu de Campo Maior ou se ainda lá está. A gente que

deve ficar de guarda há de ser daí mesmo, escolhendo para isso aquela em quem julgar ou tenha conhecido mais patriotismo, porque da tropa que saiu da Cidade não se pode deixar ninguém, pois é em quem muito confiamos. Quando se puser em marcha é a divisa brasileira um ramo de folha verde no chapéu. Faz-se muito necessária a reunião da gente e ver se damos segunda vez no nosso inimigo e destroçá-lo".[3] Não deve ter sido expedido de Oeiras este documento, e sim de S. Pedro, onde se achava, no dia vinte, o Coronel.

No dia 22, ele oficiou ao ten.-cel. Francisco Félix Narciso Castelo Branco comunicando-lhe que o Tenente Simplício José da Silva marcharia, sem perda de tempo, para assumir o comando de Campo Maior, com a missão de reunir o que sobrara do Regimento nº 1 ali estacionado e mais tropas que fosse possível levantar para fustigar o inimigo e desterrá-lo de entre nós. Censura acremente o pobre doente que era o ten.-cel. Francisco Félix:

"Talvez que se em Campo Maior (V.S.) tivesse tido aquele rasgo de patriotismo que era do seu dever e por consequência se tivesse reunido o Regimento do comando de V. Senhoria não sofreríamos ver ainda em nossa casa tal inimigo; porém eu me lastimo que venham tropas de fora a ajudar-nos numa causa tão justa qual a da emancipação do Brasil e que os nossos estejam como paralisados a defender sua mesma casa".[4] O homem que assinou esta reprimenda é o mesmo que, como Governador das Armas na Província, nada fez por Campo Maior; que se recusou a lá estar quando sua presença foi tão requerida, antes da batalha, para ao menos ver em que estado andavam as coisas por lá. O ofício devia antes ter sido dirigido a ele próprio, se isto fosse possível, e ao seu mano Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, únicos responsáveis pela paralisação das forças piauienses nas passagens do rio Parnaíba.

Abdias Neves transcreve um ofício que o ten-cel. Joaquim de Sousa Martins dirigiu ao Comandante da Passagem de Santo Antônio ordenando-lhe que estivesse pronto a correr em socorro de Oeiras, com sua tropa, ao primeiro aviso. O ofício foi escrito na manhã do dia 22. Nele o Governador das Armas esboça como que um histórico da viagem que tencionava fazer a Campo Maior, passando por Santo Antônio e Barra do Poti. Quando se dispunha a partir chegaram-lhe notícias de Campo Maior dizendo que Fidié já havia deixado Parnaíba com destino a Piracuruca e que as forças que estacionavam em Piracuruca haviam debandado. Assim mesmo ele partiu, mas chegando ao *Estreito* tivera notícia do Combate do dia 13 do Jenipapo e da dispersão de nossas tropas. Seguira ainda até São Pedro, onde se encontrou com os remanescentes da batalha que ali se estavam reunindo. De São Pedro voltara "ontem (21) chegando à noite (21) ontem a esta Cidade". Foi baseado neste documento que Abdias Neves ironizou a carreira desabalada do Governador das Armas, de São Pedro para Oeiras. Vê-se, porém, que o Tenente Coronel,

[3] L. 114 - pág. 2 a 2V - Cap. CAB
[4] L. 114 - pág. 1 - Cap. CAB

afobado como estava naquelas horas, errou as datas. Seria humanamente impossível, utilizando os nossos cavalos, um homem percorrer mais de 200 quilômetros em 24 horas.

Onde estaria Fidié? Esta era a incógnita que atormentava as autoridades na Capital.

Na noite do dia 25, quando chegaram às margens do Mocha os primeiros remanescentes da batalha, chegava também um oficio do ten.-cel Araújo Costa comunicando à Junta que Fidié estava no Estanhado (União). Ele e o ten.-cel. Raimundo de Sousa Martins se preparavam para dar-lhe combate novamente. As autoridades respiraram aliviadas. Fidié desistira de bater a Capital.

Tratou-se logo de voltar a atenção para o norte. Em sessão, deliberou a Junta enviar muitas tropas para o Poti e descentralizar o comando com a formação de uma Comissão militar que funcionaria ali, à qual o Governo cederia muitos dos seus poderes, para que ela pudesse agir com certa independência e mais rapidez. O tenente Simplício José da Silva, que seguira com tropa para Campo Maior, deve ter partido de São Pedro e não de Oeiras poisa 27 ele já escreve de *Lages* (Mons. Gil) dando notícias:

"Até esta Fazenda não tenho encontrado notícia digna de se contar; por fim aqui me conta o portador desta de terem desertado vários soldados e que um destes desertores dissera que o Major Fidié tinha tido outro combate pelos tiros que ouviu na ocasião que desertou. Pretendo puxar o mais que me for possível para saber a marcha do dito Fidié. Pretendo logo que chegar no meu distrito espalhar todos os meus companheiros e tratar o dia da chegada na Serra, a ver se com este espalho (posso) reunir porção de gente na entrada da Vila posta em cerco; e ver se encontro nalguma casa papéis com que faça comunicação com Fidié; e de todo o resultado farei imediatamente participação a V. Senhoria".[5]

Parece que o Tenente Simplício ainda não sabia que Fidié já havia deixado Campo Maior:

No dia seguinte, 28, ele já escreve de Tapera:

"Hoje, chegando nesta Fazenda da Tapera, encontrei dois soldados pedestres que desertaram de Fidié; e porque estes não falassem logo verdade fiquei desconfiado deles e passei a revistar todo o fato que traziam, até pelo suador da sela, e nada achei por onde fossem falsos. Porém como eles poderão se dirigir para suas casas, determinei ao Comandante do Presídio que aqui se acha que os mandasse levar à presença de V. Senhoria. As notícias que aqui

[5] M. 96 – Doc. 7 – Cap. CAB

encontro foram dadas na *Malhada* pelo Alferes Antônio Lopes e este foi para esta cidade e como dos do meu Regimento é um dos oficiais de quem confesso lealdade, por ser muito amante de nossa causa, rogo a V. Senhoria que determine sua marcha para Campo Maior para me ajudar, pois eu sigo com todo o cuidado a reunir os povos e ver se posso impedir a marcha do dito Fidié. Fique V. Senhoria certo que eu farei todo o possível a fim de destruir este inimigo e todos os que o rodeiam ou acompanham. Nesta Fazenda encontro o Alferes Manoel Rodrigues de Carvalho, o qual ficou por doente, e como já se acha melhor o conduzo em minha companhia para ajudar a reunir os povos de Piracuruca, com brevidade".[6]

Depois da saída do Tenente Simplício, o Comandante do piquete de Tapera, Manoel Pereira de Oliveira, escreveu ao Governador das Armas, em 30 de março:

"Tendo hoje de manhã participado a V. Excia. por um expresso (positivo) as notícias que havia sobre Fidié, chega a mesma guarda avançada conduzindo José Pereira, Romualdo e Anastácio Pereira. Este último, saindo a 25 do corrente de Campo Maior, dá notícia de que chegara um reforço de diferentes Corpos da Província do Ceará, e que com 400 praças que se achavam na dita vila avalia em mais de mil. Igualmente diz que consta vir ainda atrás outras tropas. Na mesma condução vão dois pedestres, Valério e Fernando Rodrigues, que foram pegados com umas cargas em Campo Maior".[7]

Volta novamente a Junta suas vistas para a Bahia. Enviou ao General Labatut um ofício que lhe devia ser entregue pessoalmente pelo Alferes José de Sousa Coelho Faria. Este conduzia 72 cavalos que deveriam transportar para o Piauí os apetrechos de guerra e munições pedidos à Bahia. O Piauí pedia 600 praças de tropa disciplinada e armada, com oficiais dobrados, pela grande falta que havia deles; 1.000 granadeiras com baionetas; 3 oficiais de artilharia com 12 oficiais inferiores e 96 soldados; 4.000 pedras de fuzil; 60.000 balas de granadeiras; 6 peças de campanha, calibre 3, com 6 jogos dianteiros; 18 bolsas de couro; 24 tirantes; 18 soquetes com lanadas; 15 sacatrapos com sucharros; 6 portavelas; e 6 caixas de espoletas; 6 jogos de agulhas; 12 facas ou cutelos; 96 flanqueletes; 3 carros mancheios com 6 jogos dianteiros; 600 balas rasas; 600 lanternetas; 2.000 espoletas; 600 velas de mixto; 2 arrobas de tranças de murrão; 50 pás; 12 cabos de velas; 6 serpentinas; 20 picaretas; 2 carros para condução, com jogos dianteiros. Deviam vir soldados boleiros, um para cada carro.

No oficio a Junta dizia que já tinha posto muita gente em campo, porém, nem um terço dela é armada com arma de fogo e o mais são chuços,

[6] M. 96 - Doc. 8 - Cap. CAB
[7] M. 96 - Doc. 9 - Cap. CAB

espadas e algumas pistolas. Por causa disso acabavam de ter um terrível insucesso num encontro com Fidié em Campo Maior. Ele, com um corpo de mais de mil praças bem disciplinadas, bem armadas de granadeiras e com 11 peças de artilharia, havia derrotado uma força "malarmada de independentes, nas margens do Jenipapo. Travou-se um renhido combate, morrendo muita gente de ambas as partes. Embora Fidié ficasse senhor do campo, ainda que muito derrotado, não pôde prosseguir na sua marcha sobre Oeiras. Torcera para a passagem do Estanhado, distante do lugar do combate 18 léguas, na beira do rio Parnaíba, onde fora fornecer-se do necessário, pois que ele tem a seu favor o Maranhão, que o supre de tudo. O Ceará tem dado socorro de gente ao Piauí, porém a maior parte ou quase toda vem desarmada.

Marcha para Campo Maior o Tenente Simplício

Fidié retirou-se de Campo Maior no dia 15 de março, às 11 horas. No dia 16 entraram na Vila os soldados do Capitão Alexandre Pereira Nereu, Comandante do Regimento Montado de Sobral, que haviam tomado parte na batalha, e os do Capitão Florêncio Oliveira de Magalhães. Como sabemos, eles se encontraram, na véspera, na Fazenda Tapera, na estrada de Marvão.

A Vila tinha sido totalmente saqueada por bandidos e por soldados, que vagavam aos bandos por ali, saídos de todas as direções. Todas as portas das casas estavam arrombadas e tudo o que se encontrava dentro e podia ter alguma utilidade havia desaparecido.

Alguns habitantes mais corajosos e mais teimosos já tinham volta do aos seus lares arrombados e cuidavam, agora, na medida do possível, dos inúmeros feridos que iam morrendo, aos poucos, cada dia, por falta de cirurgião e de remédios.

O Capitão Florêncio prosseguiu na sua marcha, ficando em Campo Maior o Capitão Alexandre Nereu. Era este último homem fraco indeciso, que não queria se comprometer com coisa alguma. Estando presente na Vila arruinada, com soldados às suas ordens, nada fez para remediar um pouco aquela situação empregando a força que tinha nas mãos. É típica, para caracterizar a sua índole, a informação que transmitiu às autoridades de Oeiras, no dia 4 de abril:

"Depois que escrevi a V. Excias. fui atacado por várias vezes tanto de meia dúzia de soldados pagos, que aqui se acham, do Ceará e dessa Cidade, como de uma tropa de índios vinda de Vila Viçosa, os quais têm feito os maiores insultos e roubos possíveis por falta de subordinação aos seus comandantes, e tudo motivado por sedução de dois malévolos, Vicente Bezerra da Costa e seu irmão Luís Pinto, que sendo o dito Vicente Bezerra, um Furriel desta Vila, cingiu uma banda intitulando-se Capitão para melhor fazer a sedução para as suas maldades, fazendo-se comandante dos ditos pagos; vindo um deles atacar-me em minha casa com palavras injuriosas, o mandei prender, e logo imediatamente os outros foram tirá-lo, armados de granadeiras, lascando o tronco a machado e subiram rua acima atacando-me com palavras vis, e chegando confronte à minha porta atiraram-me com a fechadura do tronco, protestando matar-me, e eu, para ver se evitava outro insulto, mandei recolher as granadeiras à minha casa. Porém no outro dia seduziram os índios e arrojaram à minha porta gritando que eu era *corcunda* por ter recolhido as granadeiras; e entrando na casa cada soldado se apossou da sua. Eu, para me ver livre desse ataque, mandei chamar o Capitão Comandante dos índios e mostrei-lhe os meus papéis a fim de acomodar a gente vil.

"Sobre a força que mandei dizer a V Excia. pretendia mandar a impedir a pilhagem dos gados e cavalos que estava fazendo o intruso Fidié, mandei no dia 1º do corrente abril 500 homens e voltaram da Capela do Livramento por terem certeza que o Fidié já tinha passado o rio Parnaíba para o termo de Caxias com toda a sua tropa.

"Sobre a emboscada das barcas, foram-me fazer e atacaram a uma, matando logo três pessoas dela; porém acudiram as outras e incorporando-se todas fizeram grande fogo para a terra e a nossa gente, como estava mal armada, retirou-se.

"No dia 2 chegou aqui o Tenente Simplício José da Silva, comandante em chefe desta Vila para V. Excias. e tratando logo de dar providências mandou soltar certa porção de animais que se achavam pegados e peados pelos ditos índios, os quais, escandalizados não só por isso mas também por se tratar de outros roubos mais que eles tinham feito, hoje, pelas 7 horas do dia, foram-se todos embora com os seus Capitães dizendo que estavam todos adoecendo de sezões, por isso se retiravam.

"Pelas 11 horas do dia fez-se Conselho e sentimos em ir o Comandante Simplício José da Silva, no dia 7, com parte da gente que aqui se acha, presidiar o *Estanhado*, ficando aqui o ten.-cel. Francisco Félix Narciso de Castelo Branco, que aqui se acha comandando esta Vila e fazendo reunir os povos que puder para serem mandados àquele presídio quando for preciso, e prestarem auxílio à sua gente, se for preciso".[1]

Este documento é precioso porque esclarece muita coisa. Estavam na Vila soldados pagos do Ceará, de Oeiras e muitos índios de Viçosa. Na realidade, 800 soldados somente do Capitão Nereu e 600 índios. Isto comprova o que informara ao Comandante do Piquete de Tapera aquele prisioneiro. Anastácio Pereira, saído de Campo Maior no dia 25 de março, isto é, que havia chegado ali um reforço de diferentes Corpos vindo do Ceará. Os soldados de Oeiras seriam talvez os do Alferes Agostinho Antônio Nunes que, esperados ali, não conseguiram chegar antes da batalha.

Os índios eram insuflados na sua insubordinação pelos bandidos Vicente Bezerra e seu irmão Pedro Pinto, que comandavam soldados pagos, desordeiros e ladrões, nas suas tropelias na Vila e no interior do distrito.

Um dos soldados bandidos foi insultar o Capitão na porta de sua casa. o capitão mandou prendê-lo. Os outros companheiros do prisioneiro foram à cadeia, lascaram o tronco a machado e o soltaram. Em seguida voltaram à frente da casa do Capitão e lhe atiraram a fechadura do tronco arrebentado, ameaçando matá-lo. O Capitão mandou desarmá-los e guardou as granadeiras na sua própria casa. Isto quer dizer que tinha uma força poderosa

[1] M. 98 – Doc. 17 – Cap. CAB

do seu lado, tanto que os bandidos entregaram as armas sem luta. No outro dia os bandidos insuflaram os índios que fizeram arruaças em frente à porta do comandante, chamando-o de *corcunda* por ter ele mandado recolher as armas. Então os soldados bandidos entraram na casa e se apoderaram das granadeiras. Não houve reação do comandante. Por quê? Medo? Insubordinação agora em toda a sua tropa? O Capitão mandou chamar o comandante dos índios e lhe mostrou sua patente para provar àquele imbecil que não era um *corcunda* e sim um chefe independente. Muito estranho tudo isto.

O Capitão Nereu mandou ao Estanhado duas expedições. Uma de 500 soldados para impedir a pilhagem que Fidié dali fazia nas vizinhanças, arrebanhando gado e cavalos. Outra menor para apreender as barcas que o inimigo utilizava para atravessar para o lado de cá. Esta expedição atirou numa das barcas, matando três pessoas, mas fugiu quando as outras barcas vieram em auxílio da atacada. Em nenhuma das expedições ele foi à frente de seus soldados. Mandou outros. Por quê? Covardia?

Finalmente, uma boa notícia: chegara, no dia 2 de abril, a Campo Maior, o Tenente Simplício José da Silva, mandado pelas autoridades de Oeiras. Chegava um piauiense para tomar conta de sua casa, isto é, de sua terra. Foi chegando e logo agindo com desassombro e energia. Mandou soltar uma porção de animais que os índios tinham roubado e conservado peados para levá-los para Viçosa. Os índios nem reagiram. Perceberam que estavam diante não de um molenga, mas de um homem enérgico e perigoso. Tinham pela frente agora um filho da terra, ou, como diria o poeta: "ali estava quem lhe doía a fazenda". Trataram logo de inventar doença e arribaram.

Abdias Neves dá a entender que o Tenente Simplício, chegando a Campo Maior e vendo o descalabro que ali reinava, teve medo e, por conta própria, retirou-se para o *Estanhado*. Não é verdade. O ilustre historiador piauiense não dispunha da documentação de que dispomos hoje e avançou uma afirmação gratuita. O Capitão Nereu fala num Conselho militar que houve em Campo Maior, no dia 2 de abril, às 11 horas. Presentes ele, o ten.-cel. Francisco Félix Narciso Castelo Branco e o Tenente Simplício. No Conselho ficou determinado que o Tenente Simplício seguiria no dia 7, com uma parte dos soldados que estavam na Vila, para guarnecer o *Estanhado*, em frente ao Fidié, que estava do outro lado.

Antes de partir, o Tenente Simplício dirigiu ao Governador das Armas três ofícios com data de 4 e 5 de abril. Os ofícios foram abertos pelo Brigadeiro, presidente da Junta. Neles o Tenente expunha a situação de Campo Maior, o mau comportamento dos soldados cearenses ali sediados, a missão que lhe fora confiada no *Estanhado*. Pedia armamento, munições, dinheiro e reforço de tropas, se possível do Piauí, pois não confiava nos soldados do Ceará que eram por demais indisciplinados. Em ofício de 18 de abril o Governo ratifica o deslocamento de Simplício e lhe transmite instruções:

"Muito aprovamos a sua ida com tropa para o Estanhado a impedir os socorros para o inimigo. Quanto ao auxílio de tropas, armamento e munição que V. Mercê pede, temos a dizer-lhe que em primeiro do corrente daqui marchou o Capitão Luís Rodrigues Chaves, com as forças disponíveis que havia, em direitura à Barra do Poti, ou passagem de Santo Antônio, conforme julgasse mais conveniente o ten.-cel. Raimundo de Sousa Martins; e aquele Capitão foi bem provido de munição e toda a tropa armada. O resto das forças que estão em Campo Maior com o Capitão Alexandre Nereu deve reunir-se a V. Mercê e o mesmo as que se forem reunindo. A respeito da falta de dinheiro, deverá V. Mercê ir remediando com a quantia que há de entregar o Alferes Antônio Lopes, da qual se poderá comprar farinha para sustento da tropa até que se nos ofereça ocasião oportuna para remeter dinheiro, pois V. M. bem sabe quanto são dificultosas e arriscadas estas conduções com tempos tão críticos. Nesta mesma ocasião vão ordens da Junta da Fazenda para Manoel Tomaz Ferreira, o Tenente José Francisco de Miranda e João Francisco dos Santos remeterem para Campo Maior, à ordem de V. Mercê, as maiores quantias à conta dos seus débitos, e será bom que V. Mercê mande positivamente receber deles as referidas quantias e do resultado nos dê parte com brevidade para darmos outra providência. A entrega do dinheiro que se acha nas mãos do Alferes Antônio Lopes há de ele fazer a Francisco Gil, de quem V. Mercê haverá para pagamento do que se fizer necessário para a tropa. Recomendamos-lhe muito toda cautela e vigilância com Fidié".[2]

O Capitão Luís Rodrigues Chaves partiu de Oeiras a 1º de abril com tropas para o Poti. Como suas tropas fossem de cearenses e, prevenidos os membros do Governo, pelo Tenente Simplício, do comportamento dos cearenses em Campo Maior, escreveu-lhe o Presidente da Junta uma carta para Campo Maior na qual lhe pedia todo o rigor na "manutenção da disciplina nas tropas do Ceará que comandava, para que não fossem engrossar os desmandos que ali se praticavam. Abespinhou-se o Capitão Rodrigues Chaves, sentindo-se ferido na sua honra e bom conceito com as acusações que eram feitas aos cearenses em Campo Maior. Manifestou à Junta de Governo o seu descontentamento num oficio que lhe dirigiu a 7 de abril. Em resposta, escreveu-lhe o Governo no dia 12:

"Não nos podemos persuadir que uma tal recomendação tão justa e necessária possa ofender o melindre de sua reputação militar e civil, quando todos devem saber que tropas reunidas em grande número sempre fazem distúrbios e que toda vigilância sobre elas é pouca, nem que seja motivo para se considerar decaído daquela estima que mereceu e ainda merece a este Governo. Concordamos com a opinião de V. S. de que não são só os soldados do Ceará que cometem roubos, mas sim de mistura com muitos desta Província e outras pessoas; porém, devendo este Governo pôr termo a tais procedimentos

[2] L. 112 – of. 264 – Cap. CAB

que gritam por justiça, desejo ver de maneira mais possível contidas as tropas que estão debaixo das ordens de seus chefes, para então descarregar inexorável sobre os bandidos o rigor da Justiça. Temos em consequência ordenado para Campo Maior a prisão de todo cento de quanto ladrão e assassino houver, porque são inauditas as atrocidades e latrocínios feitos naquele termo, padecendo já o mesmo mal Marvão e Valença, de onde há poucos dias chegaram capturados alguns assassinos e roubadores.

"Como V. S. vai caminhando para a parte de Fidié, saberá melhor dos seus movimentos e breve veremos concluídas as já nossas fadigas e desenganado o ingrato Maranhão.

"Esteja V.S. sempre alerta sobre os movimentos de Fidié e não deixe de lembrar o Tenente Coronel (Raimundo de Sousa Martins) aquelas medidas que lhe parecerem convenientes".[3]

Com a saída do Tenente Simplício para o Estanhado, ficou comandando a Vila o fraco e doente ten.-cel. Francisco Félix. Em 10 de abril, ele recebeu ordem para reunir em Piracuruca algumas Companhias. Julgando, porém, desnecessária a presença, ali, de muita tropa, de vez que Fidié já atravessara o Parnaíba e estava abarracado em um sítio defronte ao Estanhado, resolveu trazer as forças que levantasse em Piracuruca para Campo Maior e entregá-las, com o Regimento, ao comando do Tenente Simplício, quando este voltasse a assumir ali a chefia.[4] Não pôde fazê-lo porque, agravando-se o seu mal (epilepsia), ele teve que passar o comando da Vila ao Tenente João Rebelo Cardoso.[5]

[3] L. 112 - of. 242 - Cap. CAB
[4] M. 98 - Doc. 19 - Cap. CAB
[5] M. 98 - Doc. 22 - Cap. CAB

Ação do Tenente Simplício no Estanhado

No dia 16 de março Fidié ocupou o porto do Estanhado.

Apesar da disciplina férrea a que submetia a soldadesca, não pôde impedir a deserção de soldados do Piauí, principalmente daqueles 542 prisioneiros do combate do Jenipapo que ele agregara às suas tropas, distribuídos por diversas Companhias. Por mais que se esforçasse para capturar os fugitivos, nunca conseguiu pegar um só deles. Percebeu que um vácuo ameaçador se formava ao seu redor. Os habitantes da mata favoreciam os desertores, escondendo-os e despistando as patrulhas que iam em sua perseguição. Até oficiais fugiam. Fidié compreendeu que estava cercado de inimigos. Se os independentes iniciassem, logo, guerrilhas, ele estaria em maus lençóis.

Enquanto isso, suas patrulhas batiam os arredores arrebanhando o gado e cavalos. Foi uma pilhagem feita com alta categoria.

Os socorros que pedira para São Luís não chegavam.

De Caxias não poderiam vir. A situação ali era confusa. No fim de março, constou naquela Vila que no arraial de São José dos Matões havia entrado um grupo armado de piauienses e, de combinação com alguns habitantes da povoação, tinha proclamado ali a independência. Alarmada, a Câmara de Caxias pediu ao Cel. Manoel de Sousa Pinto de Magalhães, comandante da guarnição militar, que abafasse, logo, pela força, aquele movimento separatista no distrito. Foi organizada uma expedição composta de soldados de 1ª e 2ª linhas e que seria comandada pelo Capitão Picaluga. A expedição devia partir para São José no dia 31. No dia 30, à tarde. adoeceu o Cel. Magalhães. Soube-se que ele mandara reservar camarote na canoa de Lourenço de Castro Belfort, que ia descer o Itapecuru. Pretendia tratar-se em São Luís. A saída do comandante, naquela hora, poderia prejudicar o bom êxito da expedição. Os principais da Vila foram a sua casa e lhe expuseram os seus temores, pedindo-lhe que ficasse mais algum tempo, pelo menos até que tivessem o resultado da expedição. Não acedeu. Na manhã do dia 31 mandou para bordo sua mobília. Os soldados souberam disto. Quando já estavam formados e municiados para a partida, rebelaram-se. Só iriam se o Coronel também fosse, se lhes pagassem os seis meses de atraso e se lhes adiantassem soldo. O Capitão Picaluga advertiu-os, repreendeu-os, ameaçou-os; tudo em vão. Ninguém obedeceu. Chamaram então o Major José Demétrio de Abreu. Mandou formar quadrado. Falou aos soldados mostrando-lhes o crime que estavam praticando. Disse-lhes que o Coronel, por doente, não poderia ir com eles; e mesmo se bom estivesse deveria ficar no quartel para providenciar

reforços no caso de a missão falhar. Garantia-lhes o pagamento do semestre; os soldos vencidos seriam pagos e lhes seria perdoado o crime de insubordinação se marchassem. Prometeram fazê-lo, se pudessem ver o Coronel. Passaram em frente à sua porta. Mesmo da cama o Coronel lhes falou, pedindo-lhes que obedecessem. Marcharam, Mas, logo que dobraram a última esquina, pararam e amotinaram-se novamente. Romperam a formatura e voltaram para a Vila, rebelados. Vendo aquelas cenas, os civis ficaram intranquilos. Amedrontados, muitos colocaram seus bens em canoas e fugiram para São Luís; outros fugiram para os matos. No dia 4 de abril o Cel. Magalhães embarcou para São Luís levando o grosso da tropa; ficaram na Vila 60 soldados, sob o comando do capitão Picaluga, e que deviam embarcar na primeira oportunidade.[1]

Era esta a situação em Caxias, na retaguarda de Fidié.

Tendo notícia, através de seus espiões, que as forças dos independentes engrossavam a cada dia nas passagens do Poti, Queimadas, Sto. Antônio e S. Gonçalo, ameaçando atacá-lo a qualquer momento, Fidié atravessou com sua tropa para o outro lado do rio no dia 27 de março. Ali constituiu um acampamento. Foi já do outro lado que ele tomou conhecimento do que se passava em Caxias e recebeu de sua Câmara um ofício, datado do dia 2 de abril, convidando-o a ir tomar quartel de inverno naquela Vila e nela se demorar para a segurança da mesma.[2]

Do lado do Piauí também se soube logo do levante em Caxias e da situação caótica que ali se estabelecera. O ten.-cel. Raimundo de Sousa Martins, que estava com tropas na passagem de S. Gonçalo, pensou em aproveitar a oportunidade, atravessar as forças para o outro lado e ocupar Caxias, proclamando ali a independência. Teve o bom senso de consultar a respeito o Governo. A resposta da Junta foi magistral: Como atacar Caxias, se o Tenente Coronel nem sabia ao certo onde se encontrava Fidié àquela hora? Além disso, estávamos numa guerra. Caxias não era tudo. Tínhamos que voltar as vistas também para o Itapecuru, para São Luís e para o Brejo de Anapurus. O mais seguro por enquanto seria guardar as passagens e impedir incursões do inimigo para este lado, enquanto se esperava os reforços do Ceará e de Pernambuco, que já estavam a caminho. "Estamos persuadidos de que V.S. só sabe de Fidié pelo que diz a carta que nos remeteu, quando V.S. devia ao certo estar informado de ele estar ou não na posição que tomou dalém rio...".[3]

Do outro lado Fidié estava indeciso. Queria aceitar o convite de Caxias, mas com segurança. Como estaria realmente a situação militar ali? E se o Cel. Magalhães, temendo o castigo que o aguardava em S. Luís, voltasse a ocupar a Vila e entrasse em negociações com os separatistas do Piauí?

---

[1] Livro 2 do Reg. da Câmara de Caxias – of. de 5-4-1823
[2] Livro 2 do Reg. da Câmara de Caxias, pág. 20
[3] L. 112 – of. 258 – Cap. CAB

Enquanto ruminava sua indecisão, mandou duas expedições para arrebanhar gado do lado do Piauí. Elas deveriam ir mais longe do que de costume, visto como as fazendas por perto do Estanhado já estavam inteiramente arrasadas. Também ele ainda esperava pelo rio uma munição que pedira para *Carnaubeira*.

Uma expedição de 75 homens bem armados atravessou o rio no Estanhado seguiu por terra para a Capela de Livramento. Deveria ir até a Fazenda de Francisco Gil Castelo Branco e de lá trazer uma grande boiada.

A outra seguiu por água para o porto do Boqueirão. Sua missão, como já disse, era a mesma: arrebanhar gado do lado do Piauí. Comandava-a o Tenente José Bernardes.

O Tenente Simplício marchava de Campo Maior para o Estanhado quando teve notícia da entrada da tropa de Fidié para a Capela do Livramento. Não perdeu tempo. Dirigiu-se para lá e armou uma emboscada na Fazenda S. Pedro. Quando a tropa de Fidié passou por ali, no dia 10, foi atacada pela gente do Tenente Simplício e inteiramente desbaratada. O inimigo deixou 12 mortos e 7 prisioneiros, dos quais três gravemente feridos. Também deixou nas mãos do Tenente os 100 bois que levava. Posteriormente soube-se que dos 75 homens da expedição apenas 30 atravessaram o rio, no Estanhado, para o Fidié. Os outros possivelmente desertaram.[4]

Esta derrota apressou a ida de Fidié para Caxias. Sabedor do sucedido, o chefe português despachou para aquela Vila uma força de 300 homens, sob o comando do Capitão de Milícias Raimundo Pereira da Silva, e, no dia 17, ele próprio seguiu para ali com o resto de suas tropas, sem esperar mais pela munição de *Carnaubeira* e pelo resultado da expedição que enviara ao Boqueirão.

Contra esta o Tenente Simplício mandou o Alferes Joaquim Carvalho de Almeida com uma força de 100 homens. O Alferes alcançou aquele porto no dia 23 de abril, já quase noite. Do rodeador mandou uma patrulha de 14 homens para tomar pé. A patrulha prendeu logo dois soldados inimigos que tinham acabado de atravessar num cocho. Durante a noite, temerariamente, o Alferes levou sua força para o lado do Maranhão e pela madrugada caiu sobre o destacamento inimigo, desbaratando-o. Apoderou-se de grandes quantidades de armamento, de pólvora e de sal. Apossou-se de uma canoa grande que encontrou e transportou-se para o lado do Piauí trazendo tudo o que apreendera e mais de vinte prisioneiros.[5]

---

[4] M. 96 – Doc. 16 – Cap. CAB
[5] M. 96 – Doc. 18– Cap. CAB

Depois do combate de São Pedro o Tenente Simplício dirigiu-se para o Estanhado e ocupou a povoação e o porto. Dois espias de Fidié que estavam do outro lado desapareceram e foram levar a notícia a seu chefe, que já estava marchando para Caxias.

No Estanhado o Tenente Simplício prendeu o bandido Vicente Bonzão, um dos que haviam assaltado a Fazenda de Da. Maria Violante. Mandou dar-lhe uma *roda de pau*. Prendeu também um dos assassinos do português João Pedro, aquele que fora morto na Fazenda *Canabrava*. Pela depoimento dele descobriu-se que os outros implicados eram o sargento Francisco Nunes e seu escravo Silvestre. O mandante do crime fora Vitoriano Ferreira. Os dois presos foram enviados para Campo Maior.

Tendo conhecimento de que na Fazenda do *Careta* estavam pegando cavalos para serem levados ao Maranhão, mandou o Tenente um piquete que tomou dos emissários de Fidié quarenta e tantos animais e ali ficou presidiando a Fazenda.

Numa informação prestada do Estanhado ao Governo de Oeiras disse o Tenente Simplício que os soldados do Ceará, que estavam com ele, todos tinham ido embora, levando o armamento e os animais que tinham podido juntar "de tal sorte que nalgumas Fazendas nem semente deixaram".[6]

[6] M. 96 – Doc. 17 – Cap. CAB

Aclamação em Manga e Pastos Bons

Não vamos pensar que os maranhenses fossem totalmente infensos ao ideal de independência. Não. Muitos patriotas maranhenses já estavam nas prisões ou deportados por causa de ideais separatistas. Era muito difícil, ali, um movimento organizado em favor da independência, porque o Governo dispunha de muita força e estava atento a qualquer manifestação dos mais ousados, para reprimi-la na hora.

Quando o Piauí se levantou e começou a guarnecer as passagens do Parnaíba isto encheu de esperanças os corações dos partidários do Brasil. Nossas guarnições das passagens atuavam como verdadeiros focos de infiltração do ideal independente nas populações ribeirinhas da margem esquerda do rio Parnaíba. Com o correr do dias foram surgindo, ali, grupos dispostos a lutar pela causa do Brasil, apesar da perseguição que se lhes movia.

Em Pastos Bons o Capitão Inácio Xavier Câmara, comandante de uma Companhia de Milicianos, catequizava seus soldados para convertê-los ao movimento da Independência. Descoberto, teve que fugir para os matos, com José Dias de Matos e outros companheiros. Tomaram a direção do Piauí. Como a povoação da *Manga*, no seu caminho, estivesse guarnecida, enviaram Doroteu Dias de Melo à passagem do lado do Piauí para, em nome deles, pedir ajuda de forças ao Comandante piauiense, enquanto procuravam atravessar o rio em qualquer outra parte menos perigosa. O emissário avistou-se com Matias de Sousa Rebelo, comandante geral das Fronteiras, expôs-lhe a situação militar na *Manga* e em Pastos Bons, avisou-lhe que o Major Francisco Paulo Ribeiro, de Pastos Bons, estava organizando um forte destacamento de soldados de 1ª linha, sob o comando do Tenente Antônio Rebelo, para atacar a passagem o comandante Matias instruiu o emissário do Capitão Inácio Xavier a, em nome do Capitão e seus companheiros, redigir um pedido de socorro às autoridades de Oeiras. Isto foi feito no dia 23 de março:

"Acudam-nos V. Excias. e não deixem perder uns brasileiros tão honrados que procuram ser vassalos de seu Imperador sem constrangimento de pessoa alguma".[1]

A resposta veio sob a forma de um ofício circular, datado de 12 de abril, e dirigido a Matias de Sousa Rebelo, comandante do presídio da Manga, a Francisco José de Sousa, comandante no Uruçuí, ao Capitão Manoel Mendes Vieira, comandante da passagem da Conceição e o Capitão-Mor João Gomes Caminha, comandante de Jerumenha. Dizia o ofício:

[1] M. 96 – Doc. 6 – Cap. CAB

"Sendo do nosso essencial dever socorrer aos nossos irmãos brasileiros que desejosos de servir à causa da Pátria vivem timoratos e emigrados com o receio das perseguições inexoráveis contra todos aqueles que fazem uso dos seus deveres mais sagrados, e havendo o Capitão Inácio Xavier da Câmara, José Dias de Matos e outros cidadãos da Província do Maranhão mostrado decisivamente o maior espírito patriótico, a ponto de abandonarem seus estabelecimentos e de estarem refugiados nesta Província, não pode este Governo ser insensível a estes males e ver tranquilo a perda de cidadãos tão beneméritos. "Ordena, portanto, a V. Mercê que logo que qualquer cidadão da dita Província do Maranhão pedir auxílio para proclamar a Independência no território daquela Província, V. Mercê o socorrerá com toda ou parte da tropa do seu comando.

"Deus guarde a V. Mercê
"Palácio do Governo de Oeiras, 12 de abril de 1823.
"Manoel de Sousa Martins, Presidente
"Manoel Pinheiro de Miranda Osório. Secretário
"Inácio Francisco de Araújo Costa
"Miguel José Ferreira
"Honorato José de Morais Rego".[2]

No dia 17 de abril, João Coelho Parede, residente na *Manga*, mandou às pressas um de seus filhos avisar a Matias de Sousa Rebelo que o Tenente Antônio Rebelo, à frente de 60 praças de 1ª linha e quatro peças, já saíra de Pastos Bons e tinha ordem de atacar a guarnição piauiense. O comandante Matias não esperou mais. Despachou um positivo para Oeiras avisando ao Governo que ia atravessar o rio e ocupar a *Manga* com as tropas de que dispunha. Se o Tenente Rebelo aparecesse com sua força, no caminho, iria fustigá-lo com guerrilhas até que Oeiras enviasse reforços.

Nem foi preciso esperar por mais tropas. À aproximação dos piauienses e com parte dos habitantes da povoação maranhense já rebelada, o Tenente Rebelo achou melhor recuar sem luta para Pastos Bons. Os piauienses entraram na *Manga* e foi ali proclamada a Independência. Assumiu a chefia militar da povoação Inácio Xavier Câmara, o Capitão maranhense que pedira a ajuda do Piauí.

Abdias Neves afirma que Matias de Sousa Rebelo invadira o Maranhão sob o falso pretexto de que de lá haviam pedido socorro ao Piauí. Não houve falso pretexto. O que houve realmente foi um pedido de socorro de alguns maranhenses perseguidos, conforme se vê nos documentos acima citados.

[2] L. 112 - Of. 254 - Cap. CAB

Feita a aclamação, os habitantes de *Manga* aproveitaram a oportunidade para elevarem a povoação à categoria de Vila, mudando-lhe o nome para Vila Nova Imperial de Nossa Senhora da Conceição. Constituiu-se o seu governo civil inteiramente de maranhenses, sob a forma de Junta, com a denominação de "restauradores das liberdades brasílicas em a Vila Nova Imperial de Nossa Senhora da Conceição".

O comandante piauiense Matias de Sousa Rebelo comunicou ao Governo de Oeiras tudo o que se fez ali, pedindo-lhe aprovação para as medidas tomadas. A Junta respondeu-lhe em 29 de abril parabenizando os habitantes da nova Vila pela aclamação e prometendo-lhes toda espécie de auxílios e cooperação, para que pudessem sustentar a heróica revolução.[3]

Animado agora com a cooperação dos piauienses, o Capitão Inácio Xavier Câmara pediu ao Governo do Piauí ajuda de tropa de 1ª linha para tomar Pastos Bons e proclamar também ali a Independência. Se isto não fosse feito logo, o Major Francisco Paula Ribeiro bem que poderia atacar Jerumenha ou descer com suas tropas para se juntar a Fidié, reforçando Caxias. Pedira dinheiro para pagar soldo aos destacamentos do Maranhão que estavam sendo organizados. Respondeu-lhe a Junta louvando o seu bom patriotismo e o dos honrados brasileiros d'além rio que se alistavam agora debaixo das bandeiras do Augusto Imperador. Quanto ao pedido de soldados de linha, não os tinha naquela hora disponíveis. Todos os que estavam em Oeiras haviam marchado no dia 1º de abril para a Barra do Poti. Estava-se aqui com o inimigo pela frente e não se podia descuidar de nada. Porém os comandantes das passagens do lado do Piauí já haviam recebido ordem para ajudá-lo com as forças de que dispunham. Urgia que ele se reunisse com os Comandantes Francisco José de Sousa e Matias de Sousa Rebelo para combinarem o melhor e o mais seguro meio de acometerem o comandante de Pastos Bons. Opinava a Junta que um ataque frontal, ali, não se poderia fazer antes da chegada das tropas de Parnaguá. Elas já estavam a caminho. Até lá, seria preferível acossar o inimigo com guerrilhas, mormente se ele deixasse Pastos Bons para atacar Jerumenha ou deslocar-se para Caxias. Com respeito ao pagamento dos soldados, deveria ele dirigir-se ao Capitão-Mor João Gomes Caminha, o qual já tinha ordens para dar aquelas providências.[4]

Temerosa de que o Capitão maranhense e os dois comandantes piauienses se precipitassem numa ação impensada, a Junta ordenou ao Capitão-Mor João Gomes Caminha, comandante de Jerumenha, que marchasse logo e assumisse o comando geral naquela frente. Ele era um homem de idade já avançada, cauteloso e prudente. Parece que o velho comandante não gostou da ordem recebida naquela circunstância. Ia lidar

[3] L. 112 – Of. 290 – pág. 68 – Cap. CAB
[4] L. 112 – Of. 265 – Cap. CAB

com gente mais nova, estouvada e que queria mexer em casa de marimbondo muito cedo. Comunicando à Junta que havia recebido a ordem e ia cumpri-la, escreveu-lhe a 18 de abril: "Nossas cabeças não são capazes de disporem às vezes de tantas circunstâncias. Estou vendo a ordem que as coisas vão tomando; só alcanço planos tristes, eles virão a ser no futuro quadro de desgostos".[5]

Nesse meio tempo, chegou um ofício do Comandante da passagem da Conceição, Capitão Manoel Mendes Vieira. Entre outras notícias, dava uma que deve ter posto a pulga atrás da orelha das autoridades de Oeiras. Aludia a sérios desentendimentos havidos na *Manga* entre o comandante piauiense Matias de Sousa Rebelo e o Sr. José Dias de Matos, chefe civil maranhense. Constava também que o Major Francisco Paula Ribeiro, de Pastos Bons, estava querendo aderir à independência.[6]

Em ofício de 5 de maio o Capitão-Mor Caminha havia comunicado que o comandante Francisco José de Sousa iria ter, no dia seguinte, em local ajustado, um encontro com o Major maranhense para discutirem a possibilidade de se fazer a aclamação em Pastos Bons sem derramamento de sangue.

Cento e quarenta e sete praças do Regimento de Parnaguá, sob o comando do Capitão Tibúrcio José Borges, chegaram àquela frente naqueles dias. Esperava-se um outro contingente que já viria atrás. O Capitão-Mor Lustosa havia pedido armamento à Vila da Barra, na Bahia.

João Caminha assumiu o comando geral na frente que lhe fora indicada e preparou-se para avançar sobre Pastas Bons. Antes, porém, efetuou pagamento dos soldos, inclusive aos pequenos destacamentos que já se estavam organizando no Maranhão, sob comando piauiense. "O pagamento, escreveu-lhe a Junta é uma das coisas da principal essência e V. S. não o perca de seu cuidado".[7]

As instruções recebidas de Oeiras eram severas. O Capitão-Mor deveria ter todo o cuidado para que as tropas piauienses sob seu comando não fizessem distúrbios ou violências aos habitantes dos territórios conquistados, para que as populações se apercebessem de que íamos como auxiliares de irmãos e vizinhos e não como destruidores do país. Nossas tropas também não deveriam ter qualquer ingerência na governança desses territórios porque isto competia exclusivamente aos seus moradores.[8] A ordem no Distrito

[5] M. 96 - Doc. 14 - Cap. CAB
[6] M. 96 - Doc. 24 - Cap. CAB
[7] L. 112 - Of. 304 - pág. 81 - Cap. CAB
[8] L. 112 - Of. 324 - pág. 94 - Cap. CAB

de Pastos Bons deveria ficar bem segura para que não houvesse revolta e, portanto, transtorno na nossa retaguarda, quando tivéssemos que avançar sobre Caxias. Os habitantes do lugar deveriam ser bem instruídos para que, com verdadeiro patriotismo, escolhessem pessoas de conhecido amor à causa da Independência para tomarem as rédeas do Governo. Tais pessoas deveriam merecer a confiança pública para que pudessem ser respeitadas pelos povos.[9]

As autoridades militares piauienses em operação de guerra no território maranhense deveriam agir com brandura e afabilidade na execução de ordens superiores. A época que se atravessava era por demais melindrosa, exigindo sagacidade e prudência na direção de povos que eram convidados a obedecer a um novo sistema político. Tudo deveria ser feito, até sacrifícios, para que não houvesse a menor dissensão, o menor desprazer entre companheiros de armas das duas Províncias. Nunca empregar violência a não ser em urgentíssima necessidade.[10]

A 10 de maio o Capitão-Mor João Gomes Caminha entrou em Pastos Bons sem luta. O Major Paula havia se retirado com os soldados que lhe ficaram fiéis. No dia 12 foi feita ali solenemente a aclamação da Independência e do Imperador.

Soube-se em Oeiras que tinham sido feitas muitas prisões na Vila maranhense libertada e que se dasencadeava, ali, uma grande perseguição aos portugueses, mesmo a alguns daqueles que tinham aceitado o novo regime.

Respondendo ao ofício da Câmara de Pastos Bons que lhe comunicara o feliz evento da aclamação, a Junta de Oeiras aproveitou a oportunidade para lhe transmitir a orientação que recebera do Rio de Janeiro e que devia ser cumprida à risca nos territórios libertados:

"Acha este Governo prudente e muito necessário esclarecer essa Câmara de algumas coisas de que não tenha conhecimento: 1º) Deve essa Câmara, ou só por si ou convidando mais alguns cidadãos de conceito, e que tenham amor à causa da Independência, nomear um em quem reconheçam honra, inteireza e grande patriotismo para Comandante deste Termo, a fim de haver quem providencie sobre o sossego e a tranquilidade pública. 2º) Que ninguém deve ser incomodado por suas opiniões políticas até o dia da Aclamação nessa Vila, segundo o espírito do Decreto que por cópia vai incluso, o qual parecerá assentado que essa Câmara o mande publicar para conhecimento e inteligência dos povos. Porém, todo aquele que depois do dia da Aclamação dessa Vila for contra a Independência, ou seja de palavra ou por escrito, incorre nas penas mencionadas no dito Decreto, devendo logo ser preso e processado. 3º) Que todas as autoridades devem vigiar com todo o

[9] L. 112 - Of. 339 - pág. 101 - Cap. CAB
[10] L. 112 - Of. 344 - pág. 105 v - Cap. CAB

cuidado para que algum inimigo da causa do Brasil não introduza no povo doutrina contrária a ela. 4º) Não consentir que se ultrajem os cidadãos europeus que tiverem abraçado e jurado o novo sistema, nem que lhes sejam extorquidos os bens. Para que essa Câmara e os povos desse território conheçam a fundo a justiça com que trabalhamos pela Independência do Brasil, remeto a este Governo o impresso incluso do manifesto do Imperador ainda quando Príncipe Regente e continuaremos a remeter algumas leis-decretos de Nosso Senhor em outras ocasiões que se nos oferecerem".[11]

Ao Capitão-Mor João Gomes Caminha mandou que não consentisse que se ultrajasse ou incomodasse a um só cidadão do território de Pastos Bons. Queria a Junta que ele se constituísse ali forte barreira à inconsideração dos insensatos que tão indignas ações se propuseram praticar. União e tranquilidade deveriam ser o firme alicerce de nossa fortuna, da honra do Imperador e do decoro da Nação Brasileira. O castigo seria o prêmio de quem contrariasse estas ordens. O Governo do Piauí já estava cansado de admoestar uma e muitas vezes que quando se tratasse de coisas tão sérias como eram nossa liberdade e nossa independência, paixões e ultrajes particulares deveriam ser relegados a segundo plano. Se isto era válido em se tratando de nossa própria Província, com maioria de razão se deveria observar em Província alheia onde só deveríamos cuidar de ganhar a estima e a amizade dos povos nossos vizinhos. Infelizmente, porém, por mais que se esforçasse o Governo nesse sentido, tinha o dissabor de descobrir que nem sempre suas ordens eram cumpridas. O Capitão-Mor deveria se empenhar a fundo para que no território de Pastos Bons se fizesse amável o nome piauiense. O Governo considerava ilegais e injustas as prisões feitas na Vila, de vez que não houve ali nenhum cidadão que se opusesse com força descoberta à causa da Independência. Pelo contrário, sabia-se que todos a haviam abraçado jubilosamente. Todos os cidadãos que estivessem presos sem culpa formada deveriam ser libertados imediatamente.[12]

João Gomes Caminha recebeu ordem de apressar o término da ocupação piauiense, ali, e preparar as tropas para descerem para o cerco de Caxias.

Os Comandantes Matias de Sousa Rebelo e Francisco José de Sousa voltariam a presidiar, com pequenos destacamentos, as passagens de Manga e Uruçuí.

---

[11] L. 112 – Of. 348 – pág. 109 – Cap. CAB
[12] L. 112 – Of. 349 – pág. 111 – Cap – CAB

A Junta de Comissão Militar do Poti

Logo no fim de março, a Junta Provisória de Governo resolveu descentralizar o Comando, criando um novo organismo militar, a Junta de Comissão Militar da Barra do Poti, com carta branca para agir no norte, onde estava presente o inimigo, e onde as distâncias para Oeiras dificultavam seriamente as comunicações. Foi preciso a derrocada de Piracuruca e a batalha do Jenipapo para que o Governo de Oeiras compreendesse isto.

A Junta Militar do Poti era constituída de um presidente e de cinco membros. Sua missão seria comandar todas as tropas da passagem de Santo Antônio para baixo e tomar todas as providências que fossem necessárias para bater o inimigo naquela frente, escolhendo os meios e o modo mais adequados, sem precisão de consultas para Oeiras. Agiria naturalmente dentro do espírito das Instruções Gerais que foram baixadas a 30 de março pelo Governo, cujo teor transcrevemos na íntegra:

"O ten.-cel. Raimundo de Sousa Martins comandará em chefe todas as forças estacionadas da passagem de Santo Antônio para baixo e as que para ali se houver de mandar; reunidas as tropas que daqui estão a marchar, se formarão de todas as forças três divisões: a 1ª comandará o Capitão Luís Rodrigues Chaves, a 2ª o Capitão João da Costa Alecrim e a 3ª o Capitão Francisco Manoel de Araújo Costa. O Sargento-Mor Francisco Inácio da Costa servirá de Major de Brigada, cujo emprego é distribuir o santo e a ordem, fazer sair as patrulhas e tudo o mais que é inerente a um tal emprego.

"Haverá uma Comissão Militar composta de um presidente, que será o Tenente Coronel, e cinco membros tirados dos oficiais mais inteligentes e circunspectos que serão nomeados a votos de toda a oficialidade.

"Esta Comissão dará todas as providências necessárias a bem da defesa desta Província e terá jurisdição sobre todas as forças que se reunirem em Campo Maior.

"Os oficiais de que se compuser a Comissão não ficam com o direito de isentar-se de qualquer outro serviço para que forem nomeados.

"Quando se dispuser o ataque, este seja feito por duas das Divisões, ficando a outra de reserva e desta se expedirão patrulhas as quais, comandadas por bons oficiais inferiores, fazendo-se listas nominais das ditas patrulhas, deverão empregar-se no nosso campo a fim de evitar-se a deserção dos soldados e aprisionar alguns dos inimigos.

"Antes de se entrar em ação com o inimigo se mandará com toda a cautela observar o seu campo por pessoas que possam dar uma exata e verdadeira informação para, a vista dela, melhor se poder inquietar o inimigo.

O ataque sempre se deverá fazer de madrugada, conforme permitirem o local do inimigo e a estação; e, para tudo se obrar com acerto, é preciso não haver aceleração. As duas Divisões que atacarem devem fazê-lo pelos flancos e, logo que o inimigo se mova, a cavalaria cortará a retaguarda do inimigo para o pôr em demota.

"Deverão montar-se alguns soldados para formar-se um Corpo de Cavalaria, ao menos de cem praças.

"Sucedendo que todas as nossas forças enfraqueçam, o que não é de esperar de seu valor, o Tenente Coronel Comandante em Chefe fará dar as mais positivas ordens para que os soldados não se debandem, a fim de fazerem uma honrosa retirada, trazendo na sua retaguarda uma guarda de gente mais corajosa e na vanguarda algumas boas espias para informarem o passo que traz o inimigo e a sua força.

"Os acontecimentos e ocorrências do tempo mostrarão quais sejam outras melhores providências de que se deva lançar mão.

"Estas instruções poderão ser alteradas à vista das circunstâncias que se oferecerem.

"Os dois pontos de Santo Antônio e Barra do Poti nunca deverão estar totalmente desamparados; por isso haverá em cada um desses pontos pequenos destacamentos para participarem os movimentos que observarem d'além do rio Parnaíba, assim a este Governo como ao Tenente Coronel Comandante da Força, para se saberem as medidas que se devem tomar.

"Logo que se reunirem as tropas, serão remetidos para esta Cidade todos os indivíduos que se suspeitarem inimigos de nossa causa.

"Este Governo espera do zelo e patriotismo do ten.-cel. Raimundo de Sousa Martins e de todos os mais oficiais que se hajam com aquela coragem e desembaraço que tanto convém na apertada crise em que nos achamos, pois que tudo será presente a S. M. Imperial. Palácio do Governo, em Oeiras, 30 de março de 1823. Manoel de Sousa Martins, Presidente; Joaquim de Sousa Martins, Tenente Coronel Governador das Armas; Manoel Pinheiro de Miranda Osório, Secretário; Inácio Francisco de Araújo Costa, Miguel José Ferreira, Honorato José de Morais Rego".[1]

De fato as únicas forças que poderiam enfrentar Fidié, na zona, se ele tentasse voltar ao Piauí pelo Estanhado, naquela 1ª quinzena de abril, eram as do comando do Tenente Simplício José da Silva, ou aqueles bandos de cearenses armados que cruzavam os caminhos em todas as direções, nesta

[1] *Pereira da Costa* – **Cronologia Histórica do Estado do Piauí** – págs. 184 e 185

região, indisciplinados, comendo o gado das fazendas e apresando cavalos. A Junta de Comissão Militar do Poti só existia no papel. Um de seus membros, o Capitão Francisco Manoel de Araújo Costa, que, no fim de março, já estava na Barra do Poti com sua tropa, retirou-se com ela para São Gonçalo, no dia 1º de abril.

O Tenente Simplício bateu a tropa de Fidié na Fazenda São Pedro, distrito de Livramento, no dia 10 de abril. Julgando que a Junta Militar já estivesse funcionando no Poti, apelou para ela pedindo-lhe reforços a fim de poder enfrentar Fidié no Estanhado, para onde ele marchava. Seu emissário voltou, escoteiro, dois dias depois: não havia Comissão alguma na Barra do Poti e muito menos forças militares estacionadas ali. O Tenente teve que enfrentar sozinho aquela situação.

Finalmente no dia 26 de abril instalou-se na Barra do Poti a Junta Militar, que ficou assim constituída: Tenente Coronel Raimundo de Sousa Martins, Presidente; Manoel Lopes Teixeira, Secretário; Membros, Capitão Luís Rodrigues Chaves, Capitão Francisco Manoel de Araújo Costa e Capitão Claro Pereira de Abreu Bacelar.

Chamado, às pressas, do Estanhado para o Poti, o Tenente Simplício José da Silva ali se apresentou a tempo de assistir a instalação daquele organismo militar e foi por ele distinguido com sua nomeação para Comandante Geral de Campo Maior, onda a situação era extremamente perigosa por causa dos constantes assaltos e roubos praticados por bandidos e por soldados indisciplinados.

Empossando-se logo no cargo ali mesmo, o Tenente Simplício voltou ao Estanhado para passar o comando daquele presídio ao Capitão Antônio José Henriques. Antes, porém, mandou 40 homens escolhidos e bem armados apreenderem umas cargas que Fidié deixara no lugar chamado *Conceição*, a 4 léguas na estrada de Caxias. A expedição voltou com a presa. As cargas continham objetos pertencentes a habitantes do Estanhado que os receberam, de volta, das mãos do próprio Tenente.[2]

No dia 6 de maio Simplício José da Silva assumiu o Comando Geral em Campo Maior.

A Junta Militar do Poti deu um balanço na situação e o resultado não foi lisonjeiro. Contando com os duzentos e tantos homens que se reuniram em Campo Maior, todas as tropas no Estanhado e no Poti não excediam o número de 800 praças. Por causa da falta de pagamento de soldos, a indisciplina lavrava em toda parte e as deserções se multiplicavam. O Governo tinha que tomar providências urgentíssimas instalando ali uma Caixa Militar; do contrário, dentro de pouco tempo, a Junta estaria totalmente desmoralizada.

[2] M. 96 – Doc. 25 – Cap. CAB

Não se poderia castigar soldado algum pelo crime de deserção se não se lhe pagava o soldo no tempo devido. Não há soldado que não careça de soldo. Mas era preciso que viesse dinheiro suficiente. Uma quantia módica não adiantaria nada. Fazia-se a mobilização e o número de soldados tendia a aumentar. Já se lutava do outro lado do rio. Nossas patrulhas avançadas chocavam-se de vez em quando com as de Fidié e havia baixas de ambos os lados. Convinha que, se viessem tropas de outras Províncias, algumas fossem deslocadas para ali.[3]

Enchendo-se de ousadia em Caxias, no fim de abril, Fidié resolveu liquidar com a autonomia da povoação de São José dos Matões que, no termo de Caxias, tinha tido a petulância de aclamar a Independência, antes de ele se passar para o Maranhão. Organizou cuidadosamente uma expedição de tropa de 1ª linha muito bem armada e a lançou contra o arraial rebelde.

Comandava a guarnição de São José um oficial maranhense de muito valor, o Tenente Roberto José de Moura do Regimento de Milícia de Caxias. Quando ele soube que o inimigo se preparava para atacá-lo mandou um positivo, a toda brida, à Barra do Poti, Junta Militar que lhe prestasse ajuda com a máxima urgência. Imediatamente o tenente coronel Raimundo de Sousa Martins ordenou ao Capitão João da Costa Alecrim que atravessasse o rio com 400 homens e fosse em socorro do Tenente Roberto, voando se fosse possível.[4] Temendo porém que isto não fosse suficiente, ordenou ao Sargento-Mor Francisco Xavier Torres que sem demora passasse além do rio com 150 praças de linhas e milícias e ocupasse rapidamente o lugar denominado Buriti Cortado. De lá procurasse atingir a retaguarda das tropas que vinham de Caxias e as atacasse. Deveria comunicar-se, por meio de positivos, com o Capitão Alecrim e o Tenente Roberto para que eles estivessem informados de sua posição e da missão que o levava ali. Nas manobras para atingir o objetivo deveria ter o máximo cuidado para não se aproximar de Caxias mais de 4 léguas.

A tropa de Fidié teve conhecimento de que forças do Piauí tinham atravessado o rio em dois pontos e marchavam para o interior. O comandante inimigo resolveu parar na distância de 2 1/2 léguas do objetivo e despachou um positivo para Caxias pedindo reforço. Enquanto o aguardava, entrincheirou-se numa grande casa que ali havia, isolada e coberta de palha.

O Tenente Roberto, impetuoso e valente, não esperou o inimigo em São José. Sem aguardar a chegada do reforço piauiense, resolveu procurar a tropa inimiga onde ela estivesse. Alcançou-a, na madrugada do dia 29, naquela casa fortificada. Atacou-a. Percebeu logo a desvantagem que levava. O inimigo, bem entrincheirado, respondia ao ataque com fogo de clavina e ia abatendo

[3] *Junta Militar* – Doc. 4 – Cap. CAB
[4] M. 96 – Doc. 23 – Cap. CAB

impiedosamente os independentes que se arriscavam a sair de detrás dos troncos de árvores onde se abrigavam. Se os reforços de Caxias chegassem naquela hora seria o desastre completo para os independentes. Era então preciso tomar com urgência uma medida heróica. E o Tenente Roberto a tomou. Temerariamente, esgueirou-se sozinho até o reduto inimigo e ateou fogo à casa que era coberta de palha. Quando as chamas se alastraram, os soldados de Fidié abandonaram a posição e procuraram fugir.[5] Muitos foram abatidos pelos independentes, já agora ajudados pelos soldados de Alecrim que, extenuados pala marcha acelerada, acabavam de chegar na zona de combate, precisamente na hora em que a casa começara a pegar fogo. A vitória só não foi completa porque os soldados do Capitão-Mor Francisco Xavier não alcançaram a retaguarda do inimigo a tempo de lhe cortarem a retirada. Assim mesmo ele ainda deixou no campo 45 mortos e 13 prisioneiros.[6]

O Capitão Alecrim e sua tropa ficaram em São José para reforçar sua defesa. Na povoação estavam agora 650 homens armados e municiados. Já era uma ponta de lança perigosa apontando na direção de Caxias.

Prevendo que mais dia menos dia os independentes estariam sitiando a Vila, que não oferecia boas condições de defesa, Fidié iniciou logo as obras de fortificação do Morro das Tabocas.

O Governo de Oeiras apressou-se em louvar oficialmente o heroísmo do Tenente Roberto.

Não pode dispensar-se este Governo de louvar o brio e patriotismo com que V. Mercê tem dado tão claras e decisivas provas a favor da justa independência de nossa Pátria, procurando fervoroso plantar nessa Província a árvore de nossa liberdade política, sem recear as tentativas de nossos inimigos aos quais V. Mercê acaba de mostrar o valor e zelo que o anima na defesa dos direitos da Nação brasileira e da honra de nosso Imperador, fazendo-se assim V. Mercê credor da estima dos seus compatriotas, e com especialidade da consideração deste Governo que se congratula com V. Mercê pela vantagem que conseguiu no dia 29 do mês próximo passado".[7]

O Capitão-Mor Francisco Xavier Torres não reatravessou o rio. Ficou nalgum ponto entre S. José e o Poti e comunicou à Junta Militar que a tropa de 200 homens e 2 peças que viera em socorro da que fora destroçada perto de S. José, recuando, não entrara em Caxias. Ficara na *Pindoba* naturalmente aguardando mais reforços para contra-atacar. A Junta Militar ordenou ao Capitão Alecrim e a ele que estivessem atentos e preparassem. guerrilhas nos lugares mais competentes para fustigar o inimigo se ele se movesse novamente na direção de S. José. Que agissem com prudência, sem precipitações. Se fosse preciso, pedissem ajuda novamente, pois outras forças já estavam sendo aprontadas para atravessarem o rio.[8]

---

[5] L. 102 - Doc. 6 - Cap. CAB
[6] M. 96 - Doc. 23 - Cap. CAB
[7] L. 112 - of. 304 - pág. 81 - Cap. CAB
[8] *Junta Militar* - Docs. 15 e 18 - Cap. CAB

Repressão ao banditismo

Escrevendo a 26 de março à Junta de Governo, treze dias depois do combate do Jenipapo, o Juiz de Fora de Campo Maior, José Marques Freire, entre outras coisas, diz que os cabedais do povo da Vila, com a retirada que houve, tinham sido roubados; no campo o roubo de bois e cavalos era impressionante; ele nada podia fazer porque não dispunha de força militar para rebater aqueles abusos.[1]

A situação era realmente calamitosa. Era porém falsa a alegação de que não dispunha de forças militares na Vila, naquela hora. Somente o Capitão Alexandre Nereu, do Ceará, tinha sob suas ordens cerca de 800 homens. É verdade que era um oficial tímido e fraco. E talvez não quisesse dar apoio militar à autoridade civil piauiense, razão por que o Juiz se sentisse impotente. Mas que havia força, havia.

O governo de Oeiras não gostou da maneira de agir de Marques Freire diante de todo aquele descalabro. Atribuiu à cobardia o seu procedimento. Exprobrou-lhe a fraqueza e omissão em ofício de 18 de abril. O Juiz respondeu a 7 de maio. Confirmou os roubos anteriores e acrescentou mais os que estavam sendo praticados pelos índios de Viçosa. Comunicou que já se estavam tomando medidas rigorosas e muitas prisões tinham sido efetuadas. Naturalmente se referia à atuação do Tenente Simplício na sua passagem para o Estanhado e à de seu substituto interino, em Campo Maior, o Tenente João Rebelo Cardoso.

Por ordem expressa do Tenente Simplício, Rebelo Cardoso não brincou em serviço. A 29 de abril despachou para o Poti uma grande leva de ladrões e assassinos, aprisionados na Vila e seu termo, escoltados por 30 soldados sob o comando dos cabos Manoel Monteiro da Silva e Gonçalo Rodrigues de Macedo. Os presos não iam sumariados porque não tivera ordem do Tenente para oficiar ao Juiz pedindo-lhe que cuidasse disso. A ordem era só no sentido de fazer marchar sem demora, para ali, os prisioneiros.

Também já havia despachado para o interior várias patrulhas encarregadas de capturar os responsáveis pelos roubos praticados contra Manoel Alves Ribeiro, Manoel José Rosa e Da. Maria Violante.

Uma outra expedição fora enviada para saquear a casa do bandido Vicente Bezerra e prendê-lo,

Com a escolta que levou os prisioneiros ao Poti iam mais 6 soldados e um cabo. A missão destes últimos era virem, na volta, prendendo quantos ladrões de cavalo ou de gado pudessem surpreender. O Tenente Rebelo Cardoso,

[1] M. 72 – Doc. 35 – Cap. CAB

por experiência própria, já sabia que uma escolta que saísse de Campo Maior especialmente para fazer uma diligência fracassava quase sempre. E que funcionava na Vila uma verdadeira rede de espionagem em favor dos bandidos. Uma vez descobertas a direção e a finalidade de uma expedição, seguia antes dela um aviso aos bandidos ameaçados e eles tinham tempo de fugir ou esconder-se.[2]

A 6 de maio chegou a Campo Maior o Tenente Simplício assumindo ali o comando geral daquela zona. A repressão aos crimes, que já havia começado, tornou-se então mais violenta.

Logo no dia seguinte, 7, o Tenente Comandante baixou o seguinte edital:

"Simplício José da Silva, Tenente de granadeiros do Regimento nº 1 da Infantaria de Milícias desta Província, Comandante em Chefe desta Vila, etc, etc.

"Faço saber a todos os habitantes desta Vila e seu termo que pela jurisdição que me é confiada pelo Exmo. Governo passo a verificar sobre os grandes roubos que têm havido nesta Província de dinheiro, bens, gado vacum e cavalar, para sossego e tranquilidade da mesma e não enchermos de gosto aos inimigos de nossa santa causa. Ordeno que toda e qualquer pessoa que tiver cometido ou consentido em semelhantes roubos venha denunciar-se dentro do prazo de 8 dias e obrigar-se a pagar a seus legítimos donos ou seus procuradores o que tiverem já consumido e os que existirem entregá-los aos seus donos; assim serão perdoados. Aliás seguirei as ordens que tenho de "roda de pau" e fuzilar. E não merece contemplação se confessarem depois de presos, por denúncias de outros. E para que não se chame a ignorância, mandei passar o presente edital para ser corrido nas ruas de costume a toque de caixa, e ser fixado em uma esquina pública para observação geral, devendo ficar todos geralmente entendidos que da publicação deste em diante os que cometerem tais atentados serão infalivelmente punidos rigorosamente".[3]

Que o Juiz Marques Freire era considerado relapso pelo Governo deduz-se do ofício que ele recebeu do Comando da Barra do Poti e que é uma verdadeira catilinária contra ele.

"Tendo-se feito tão público em toda esta Província os horrorosos e desumanos procedimentos de assassínios, roubos, motins e outros que a maldade de alguns habitantes de Campo Maior e de outras Províncias que para aí se tem regressado, é para admirar que V. Mercê não tenha devassado e feito prender semelhantes malvados sem se lembrar que fica responsável por semelhante falta como a que tem ocasionado a multiplicação de semelhantes delitos com que se tem arruinado termo dessa Vila. V. Mercê além da

[2] M. 98 – Doc. 3 – Cap. CAB
[3] M. 72 – Doc. 24 – Cap. CAB

responsabilidade em que está pela sua omissão, também deve remunerar os danos que por causa de sua relaxação a semelhante respeito tem causado. Nem poderá negar que se a princípio tivesse cumprido com os seus deveres não estaria o termo dessa Vila tão contaminado que apesar de muitas boas providências que da cidade de Oeiras e desta Força tem se dado, nem assim se extinguiram com facilidade. Deve V. Mercê lembrar-se igualmente que não ter atalhado quanto antes o contágio não só seguiu o dano que os habitantes têm sofrido mas também que mais de 100 homens escolhidos e bem armados que das Forças têm saído para prender esses facciosos. me eram multo precisos para com eles marchar contra o inimigo. E quem é causa disso? Não ter V. Mercê cumprido com os seus deveres logo no princípio. "Esta Junta depois de lhe estranhar a inobservância das leis lhe faz certo que deve já e já devassar não só quem foram os que assassinaram os europeus que estavam presos e outros que mataram para roubar, mas também dos motins e sublevação dos povos que os causou e o tempo em que eles foram feitos se em tempo dessas ou em ocasião que se devia atacar o inimigo, perquirindo saber quem foram os que deram princípio, ajuda ou conselho e se o resultado que com eles se ia seguindo era combate entre as mesmas tropas reunidas. Deve V. Mercê devassar igualmente dos arrombamentos das casas para as roubarem e os compreendidos nos delitos sejam eles quem forem, plebeus ou nobres mande-os prender para o que tem a seu favor o destacamento que aí vai comandar o Tenente Simplício que estamos persuadidos o ajudará conforme deve e é obrigado. Se nos constar que V. Mercê em atenção a alguma pessoa não cumpre como deve, ou ao menos que favorece alguns dos perquisiados conte de certo que imediatamente responderá perante esta Junta, onde não se lhe dispensará o castigo.

"V. Mercê tem a seu lado o escrivão que o julgamos assistido de probidade, e lhe faça ver que desempenha nesta ocasião conforme deve para não perder o conceito que tem merecido.

"Se o temor é que leva à inobservância dos seus deveres, agora o deve lançar fora de vez porque tem esta Junta em distância de 23 léguas que pela menor insubordinação dará adequadas providências.

"Deve V. Mercê chamar para jurarem as devassas que tirar pessoas que não sejam das que apoiam esses brutos furiosos e sim aquelas pessoas que o seu comportamento tem sido em utilidade pública e se algum indivíduo, seja ele quem for, recusar de comparecer ao seu chamado para jurar nas devassas castigue-o conforme e nos participe e logo verá o que acontece. Tenha bem em vista o requerimento que fez nesta Junta o Capitão Alexandre Nereu Pereira Neri, que incluso achará, e tenha muito cuidado nessa devassa para se entrar no conhecimento dos fatos que exigem a mais escrupulosa averiguação e severo procedimento. Esperamos que V. Mercê de hoje em diante não precisará que esta Junta se incomode em despertá-lo segunda vez, que certamente não acontecerá tão favorável como agora".[4]

[4] J.P.B. – Doc. 5 – Cap. CAB

O resultado do edital não se fez esperar. Três dias depois, só do Estanhado e da Vila, o Tenente Simplício já havia recebido 29 bilhetes de pessoas que se denunciavam e se declaravam prontas para restituírem o que haviam roubado, ou pagarem o prejuízo daquilo que já tinha sido consumido. Muitos militares estavam envolvidos nesses crimes, o que fez o Tenente desconfiar de que muitos dos ladrões estivessem no reforço que fora enviado ao Poti e que por ignorarem o edital ainda não se tinham denunciado.

Além dos já enviados ao Poti, mais 8 ladrões e assassinos estavam na cadeia de Campo Maior aguardando que se findassem os 8 dias do prazo do edital e que se pudesse fazer uma remessa maior deles.

O Tenente Simplício comunicou-se com Oeiras pedindo que lá se fizesse a prisão do Sargento Francisco Nunes, que foi quem ajudou a matar o europeu João Pedro.

As devassas de Vicente Bonzão e Remígio de Torres estavam concluídas e foram remetidas para Oeiras.[5]

Passados os 8 dias do edital os ladrões e assassinos que eram capturados começaram a ser tratados com extrema severidade. Muitos deles, para confessarem seus crimes, eram submetidos a uma tortura que se chamava "roda de pau". Raramente o camarada aguentava mais de duas. O Tenente não aplicava este tipo de tortura por iniciativa própria. Recebera do Comando da Barra do Poti ordem expressa para agir desse modo quando julgasse necessário. Isto está dito expressamente no edital, cuja cópia foi enviada para conhecimento das autoridades em Oeiras.

Alguns criminosos contavam com a proteção velada ou aberta de certos figurões da Vila. Estes elementos fizeram pressão sobre o Tenente para que relaxasse aquela dureza. Não surtindo efeito a pressão, recorreram à difamação e ao insulto por intermédio de cartas anônimas. Por fim apelaram para Oeiras e para a Barra do Poti denunciando o Tenente. No Poti nada conseguiram porque o ten.-cel. Raimundo de Sousa Martins era partidário confesso dos castigos rigorosos naquela espécie de gente. Porém em Oeiras a intervenção surtiu efeito. A 6 de junho a Junta Provisória de governo recomendou ao tenente Simplício que não aplicasse mais "roda de pau" nos prisioneiros, mormente se fossem brancos ou pardos de alguma estimação. Daí por diante o Tenente só poderia aplicar algum castigo aos presos que não tivessem crimes graves pelos quais devessem ser remetidos para Oeiras.

O Comandante geral de Campo Maior não fazia acepção de pessoas. Até oficiais comeram fogo na sua mão, como foi o caso daquele Tenente Antônio Ferreira, ladrão de cavalos, que ele chamou de "monstro podre da sociedade".

---

[5] M. 98 – Doc. 27 – Cap. CAB

Semanalmente saíam levas de presos, sumariados ou não, para o Poti ou para Oeiras, sob forte escolta militar.

Algumas prisões especiais foram recomendadas, expressamente, com a indicação de nome, pelo Comando da Barra do Poti. Para exemplo citamos a do cabo Eufrásio, genro de Félix Cardoso, a de seu irmão, aquele de nome Félix, a de Joaquim Bento Pereira, que foram alguns dos que assassinaram os europeus que se achavam presos no dia da batalha; a de Raimundo do Egito, Remígio Pereira da Cunha, o Sousa, filho de Francisco Pereira, Antônio da Cunha, filho de João da Cunha, pelo levante tumultuário que fizeram na Matriz de Santo Antônio, no dia 5 de fevereiro, quando ali se celebrou o *Te-Deum* da aclamação; a de José Soares Marinho, João Alves de Brito e Malaquias de tal, genro da Lourença, por seduzirem as tropas auxiliadoras, que chegavam na Vila, para surrarem e matarem europeus.[6]

Os bens roubados que consegue reaver, o Tenente os vai restituindo aos seus legítimos donos, como fez, por exemplo, com Da. Ana Brandão da Costa Castelo Branco, viúva de um dos europeus assassinados no dia 13 de março.

Em 10 de julho a Junta acusa a entrega de mais uma remessa de presos enviada pelo Tenente Simplício. A escolta era comandada pelo Furriel Joaquim Narciso da Rocha. As autoridades comunicaram ao Tenente que já tinham sido soltos Remígio Pereira da Cunha e seu irmão Vitorino de Sousa. Como se recordam, eles eram acusados de terem provocado arruaça na Matriz de Santo Antônio por ocasião do *Te-Deum* que o Alferes Leonardo de Carvalho Castelo Branco ali mandou celebrar no dia da aclamação da Independência na Vila de Campo Maior. Foram soltos, mas lhes foi dito que seriam castigados severamente se se metessem em outra encrenca qualquer. Fora solto o Tenente Manoel Gonçalves, já bastante castigado com a ida preso para Oeiras e 2 dias de cadeia que ali pegou. Tinha também sido solto, sob fiança, até que se concluísse a devassa sobre o atentado de que o acusavam, Joaquim Bento Pereira, irmão de Salvador Cardoso, e que estava envolvido no assassinato dos europeus presos na Cadeia de Campo Maior no dia da batalha do Jenipapo.[7]

A 17 de junho a Junta de Oeiras tranquiliza o Tenente Simplício quanto ao caso do bandido Vicente Bezerra. Poderosas influências estavam atuando em seu favor em Oeiras. "Quanto à salvaguarda que pretende ter Vicente Bezerra com um seu ofício, descanse V. Mercê que não pode isso servir de pretexto para coisa alguma àquele malvado homem, autor de tantos males e da perda de tanta gente".[8]

---

[6] M. 98 – Doc. 36 – Cap. CAB
[7] Livro 105 – pág. 44 a 44v. – Cap. CAB
[8] L. 112 – of. n. 413 pág. 159 – Cap. CAB

Em junho o comandante de Campo Maior já havia recebido 95 bilhetes de indivíduos que confessavam ter morto gado alheio e que estavam dispostos a pagar o prejuízo aos seus legítimos donos. O Tenente queria que cada um deles pagasse o triplo do valor de cada rês roubada, como castigo para o réu confesso. Mas a Junta o desaconselhou a fazer tal. "Acha este Governo que devem pagar somente a importância das ditas rases porque a exigir-se o tresdobro dificultará o pagamento a seus donos, e será motivo para que outros semelhantes ladrões se não denunciem".[9]

Em Piracuruca reinou, no mês de março e princípio de abril, a maior anarquia, com bandos de celerados roubando e matando, sem que qualquer providência fosse tomada para coibir tais crimes. Nessa situação a encontrou o Capitão Bernardo Antônio Saraiva quando ali assumiu o comando militar no dia 12 de abril. O terror do lugar era o celerado que atendia pelo nome de *Piqui*. Foram feitas ali muitas prisões de ladrões e assassinos. Um deles foi apanhado com 215$000 réis no bolso, muitas jóias de ouro e prata e uma negra escrava.[10]

Em Valença, o Capitão-Mor Antônio José Leite Pereira de Castelo Branco reprimiu severamente os que tentaram quebrar a paz da Vila e seu termo com roubos e assassinatos. O pior é que um dos instigadores de assassinatos de europeus ali foi não um bandido, na precisão rigorosa do termo, mas o Major Francisco Inácio, conforme denúncia do Juiz Veríssimo José da Cunha. A morte de um desses europeus, o cidadão José Vieira de Alencar, causou muita revolta porque se tratava realmente de um português amigo da causa do Brasil. Para poder salvar Joaquim José Ribeiro, Francisco Antônio e Joaquim de Sousa, o Juiz teve que praticar a injustiça de os conservar em prisão muito tempo, embora fossem inocentes. Pelo menos tinham ali garantidas as suas vidas.[11]

O Juiz Marques Freire, tão omisso no princípio e depois tão lento no devassar os assassinatos e roubos praticados em Campo Maior e seu termo antes e depois da batalha do Jenipapo, botou as unhas de fora num caso de todo em todo estapafúrdio. Quando menos se esperou: estava ele instruindo um volumoso processo sobre o chamado roubo das bagagens de Fidié. Sabendo disso, o Comando da Barra do Poti passou-lhe nova reprimenda. Escreveu-lhe o ten.-cel. Raimundo de Sousa Martins para lhe dizer que se crime houve naquele caso foi o de não terem os soldados do Capitão Nereu levado toda a bagagem. Em vez de condenação o ato merecia elogio, pois fora praticado contra o inimigo num campo de batalha.

---

[9] L. 112 - pág. 159v. - Cap. CAB
[10] M. 98 - Doc. 19 - Cap. CAB
[11] M. 97 - Doc. 8 - Cap. CAB

Queda de Repartição e do Brejo

Para escrever este capítulo vou me servir de três fontes diferentes:

a) Abdias Neves, em "A Guerra de Fidié"

b) Luís Antônio Vieira da Silva, em "História da Independência da Província do Maranhão".

c) Documentos da Junta de Comissão Militar da Barra do Poti.

Segundo Abdias Neves, quando a Junta do Poti providenciava socorrer o Tenente Roberto, ameaçado em São José dos Matões por forças de Fidié, os independentes sofriam sério revés no porto de Repartição, na margem esquerda do rio Parnaíba.

O Alferes Pedro Paulo de Morais Rego, comandante de um destacamento piauiense, fez uma sortida sobre aquele porto no dia 25 de abril. Atacou-o à noite e dele se apoderou depois de fraca resistência por parte de seus defensores. As perdas do inimigo foram 9 homens e 3 mulheres mortos. Entre os feridos estava o próprio comandante do porto, José Antônio Corrêa, dois de seus filhos e seu irmão José Maria Corrêa. Todo o armamento, inclusive duas peças, muito sal e farinha caíram nas mãos dos independentes. Foram saqueadas as casas de José Antônio Corrêa e a do Comandante Geral do Brejo. Severino Alvos de Carvalho. Apoderando-se de várias canoas o Alferes embarcou todo o material apreendido e reatravessou o rio. Ainda não havia terminado a travessia quando foi assaltado por forças vindas do Brejo, comandadas pelo Tenente Fernando Meireles de Almeida e pelo Alferes Vitoriano José de Kóes. Inferiorizado em força e armamento, Morais Rego abandonou as canoas com todo o seu butim e fugiu com os seus para *Cascavel*. Dali oficiou à Barra do Poti e ao Estanhado pedindo socorro.

A Junta do Poti mandou que o comandante de Piracuruca, Tenente Coronel Manoel Francisco de Melo, com urgência, prestasse socorro de homens e munição ao Alferes Morais Rego.

O Alferes Salvador Corrêa de Oliveira recebeu ordem para apanhar no almoxarifado 2 arrobas de pólvora, 4 de chumbo e 1/2 de balas, escolher 8 soldados milicianos e 2 de linha e com eles procurar o Alferes Joaquim Carvalho de Almeida, no porto do *Boqueirão*, e dele receber 100 praças armadas. Conduziria tudo isto ao Alferes Pedro Pauto de Morais Rego, sob cujas ordens deveria agir, para enfrentarem juntos o esperado ataque dos portugueses.

Quando houve a junção das forças, Morais Rego, por conta própria, passou o comando delas a Salvador.

Enquanto isso, no Brejo, o Comandante Severino Alves de Carvalho tinha notícia desta concentração de forças do Piauí. Enviou um oficial para avalia a sua real importância. O estratagema não deu certo porque Salvador, desconfiado, recebeu o emissário de Severino fora do acampamento.

Salvador já havia concebido o plano de ataque ao Brejo. Havia nos arredores da Vila um destacamento do Comandante Severino encarregado de patrulhar determinada área. Salvador, na tarde de 15 de maio, mandou que o Alferes Joaquim Carvalho atacasse aquele destacamento inimigo. Já era quase noite quando a ação principiou. Ouvindo o tiroteio, Severino concluiu que se tratava de um ataque dos independentes ao seu destacamento. Fez sair quase toda a guarnição da Vila em seu socorro. Àquela altura já Morais Rego havia atravessado o rio Parnaíba e ocupado Repartição, sem luta. Os soldados que a defendiam aderiram aos independentes. Dali partiu célere para a cerca do Brejo que estava sendo concluída pela tropa de Salvador. Pela madrugada de 16 a Vila estava totalmente cercada. Salvador Corrêa mandou intimação ao Comandante Severino para que se rendesse. Este ainda quis protelar, esperando ser socorrido pela tropa que saíra à noite em auxílio do destacamento. Não conseguindo a protelação, teve que se render. Salvador permitiu que ele se retirasse levando quem quisesse acompanhá-lo. Saíram desarmados. Todo o armamento, que não era pouco, caiu nas mãos dos independentes.

Isto diz Abdias Neves que é uma súmula do que se encontra na "História da Independência da Província do Maranhão", de Vieira da Silva.

Segundo Vieira da Silva, conforme encontrei na mesma obra, edição comemorativa do sesquicentenário da Independência da Brasil, patrocinada pela *Sudema*, as coisas se passaram assim:

Ocupava o porto do Estanhado, no Piauí, o Cel. Simplício Dias da Silva, Comandante Geral de Campo Maior. O Alferes Pedro Paulo de Morais Rego, que obedecia ao seu comando, estava estacionado na Fazenda *Melancias*. Este Alferes, no dia 25 de abril, por conta própria, resolveu atacar o porto de Repartição. Atravessou sua tropa para o outro lado do rio e acometeu o destacamento local. Não foi bem sucedido. Encontrou viva resistência por parte da força que defendia o porto. Aquele destacamento, apenas rompeu a fogo, foi socorrido por tropas comandadas pelo Tenente Fernando Mendes de Almeida e pelo Alferes Vitoriano José de Kóes. Morais Rego retirou-se deixando 5 mortos e levando 8 feridos. Do destacamento português morreram 2 homens e ficaram feridas 6 pessoas, inclusive 2 mulheres.

Diante do fracasso, Morais Rego pediu reforço ao Cel. Simplício. Com este, no Estanhado, estava o Alferes Salvador Cardoso de Oliveira, que se ofereceu para a expedição, recebendo logo ordem de partir com 80 homens que escolheu. Com este reforço, aumentado de mais 20 homens, Salvador concebeu a idéia de atacar a Vila do Brejo. Expediu um ofício ao Alferes Joaquim de Carvalho pedindo-lhe que viesse quanto antes juntar-se a Morais Rego com toda a força que tinha sob seu comando.

O Comandante Severino teve conhecimento desta concentração de tropas piauienses nas proximidades do Brejo. Enviou o Capitão Valério ao acampamento dos independentes para lhes perguntar o que é que eles queriam. Na verdade sua missão era descobrir o real valor militar da força independente ali reunida. Desconfiando da missão de Valério, Salvador Cardoso o recebeu fora do acampamento, num lugar à margem do rio. Na entrevista que tiveram Salvador procurou conquistar Valério para a causa dos independentes. Não se sabe se sincera ou hipocritamente Valério prometeu jamais pegar em armas contra os independentes, e que iria mesmo aliciar sua gente em favor de tão justa e santa causa.

Comandava o destacamento pro-Portugal de *Árvores Verdes*, perto do Brejo, Domingos da Silva, apelidado de *Matrauá*. Salvador teve com ele um encontro e conseguiu seduzi-lo para a causa da Independência. *Matrauá* confidenciou ao Alferes Cardoso que seu comandante, José Carlos Frazão, antes de seguir para o Brejo, lhe havia recomendado que nunca desembainhasse sua espada contra os independentes e que, no caso de ser atacado por forças brasileiras, as recebesse com a boca das espingardas voltadas para o chão.

Ficou combinado que quando Salvador precisasse de ajuda de *Matrauá* lhe mandaria um aviso.

"Salvador não descansou mais antes de pôr em execução o seu plano de ataque contra a Vila de São Bernardo, que pretendia ocupar. Para conseguí-lo usou da tática de distrair a força existente dentro da Vila simulando um ataque no lugar denominado Manoá, à beira do rio, e para onde mandou que seguisse o Alferes Joaquim de Carvalho. Apenas esse oficial chegou àquele lugar, o destacamento que o guarnecia fugiu para a Vila, dando alarma, e o Comandante Geral, Severino Alves de Carvalho, foi precipitado em fazer marchar, para socorrê-lo, toda a força. Às 6 horas da tarde do dia 15 de maio, Salvador fez partir para o porto de Repartição o Alferes Pedro Paulo de Morais Rego, o qual, depois de tomado aquele porto, seguiria para a Vila de São Bernardo.

"Defendia esse lugar o Tenente Francisco Gonçalves Meireles e mais 60 homens bem armados que, longe de oporem resistência, uniram-se aos independentes. Enquanto Pedro Paulo avançava para apoderar-se do porto de Repartição, Salvador, com o auxílio de *Matrauá*, atravessava o rio e, reunindo a sua força à daquele comandante, aproveitava-se da escuridão da noite para marchar sobre a Vila sem ser presenciado. Quando rompeu o dia, estava ela efetivamente cercada e, ao toque da alvorada da tropa independente, acordaram sobressaltados os moradores e foi quando o Capitão Severino suspeitou de tudo que se passava e conheceu o seu erro. Mandou tocar o rebate e poucos foram os que acudiram a este chamado: já a maior parte da guarnição da Vila havia desertado. Reconhecendo o alvoroço e a desordem dos moradores e compreendendo que o Capitão-Comandante Geral nenhuma resistência podia

tentar, Salvador mandou intimá-lo para que se rendesse. Apesar de reconhecer a impossibilidade de defender-se, Severino não se deixou acovardar e exigiu, como condição de capitulação, a faculdade de ser acompanhado por todos que quisessem evacuar a Vila. Mandou-lhe o chefe independente 2 ofícios para que se rendesse prisioneiro ou jurasse a Independência, mas ele recusou trair o juramento de fidelidade que havia prestado ao Sr. Dom João VI. Venceu a sua pertinácia e foi-lhe concedido sair da Vila com a condição que exigira, obrigando-se unicamente a não pegar armas contra a Independência. Como porém ainda não tivesse chegado à Vila o Alferes Pedro Paulo, não quis Salvador assinar a capitulação sem que ele estivesse presente, pelo que mandou-lhe aviso do quanto fora acontecido no cerco à Vila. Saiu o Capitão Severino de São Bernardo com 2 oficiais e 50 soldados de linha, 30 milicianos, entre oficiais e soldados, e, dirigindo-se ao lugar denominado *Mucambo*, distrito do Icatu, ali se lhe reuniu o Tenente Guilhon, do Regimento de Milícias da capital, que comandava os 40 praças de linha que marchavam a fim de auxiliar as forças estacionadas naquela Vila. Acamparam-se naquele sítio, à margem do rio do mesmo nome, onde se lhes devia incorporar o Capitão Antônio Pereira, com os artilheiros que ultimamente tinham saído da cidade, petrechos e munições que levava. O Capitão Severino seguiu para a capital a conferenciar com. o Governo".[1]

Depois de fazer o que ele chama uma súmula da exposição que se encontra na obra de Vieira da Silva, Abdias Neves afirma categoricamente:

"Não é a verdade histórica. Tenho presente a notícia deste feito mandada ao Tenente Simplício pelo Alferes Carvalho. Veja-se como se deu a tomada da Vila:

"No dia 15, ao amanhecer, tomaram os brasileiros os quatro caminhões que dão à Vila – Marruás, o do Maranhão, o de Caxias e o de Repartição. A sua trincheira, mesmo, serviu para suas tropas.

"Pela madrugada de 16, mandaram-se embaixadores de cada uma das estradas, de modo que ao chegar o primeiro, encontrou a tropa da Vila em forma e pronta a marchar contra o inimigo na estrada de Repartição, e na sua trincheira, por pensar que somente ali seguiria ele. Os emissários chegaram sucessivamente. As forças recolheram-se à Vila e os despacharam com sua proposta em 3 artigos:

1º) Que suspendessem as hostilidades por 15 dias, enquanto comunicassem o sucedido à capital;

2º) Concessão do mesmo prazo para se retirarem com os seus bens e armas;

[1] Vieira da Silva - História da Independência da Província do Maranhão - págs. 121 e 122

3º) Promessa de que não vinham proclamar a Independência na Vila.

"Responderam os nossos chefes que se podiam retirar as pessoas que não aceitassem a proclamação e que, imediatamente, se fizesse a arrecadação de todo o armamento e das munições que se entregariam ao Sargento Joaquim José de Santana Bericocó. Não fosse feito isso, iriam os brasileiros atacar a Vila.

"O comandante Severino, sem demora, mandou chamar a Salvador e a Morais Rego e constituíram um Conselho militar, acordando-se permitir a retirada de Severino e vários oficiais e da tropa do Maranhão (60 homens) a qual toda se retirou com as suas armas. Fez-se em seguida a arrecadação – 6 a 8 peças, 200 granadeiras, munições, 800 a 900 homens quase todos armados. Isto se deu a 16 de maio".[2]

Como se vê, não coincidem no todo as informações de Abdias Neves, dizendo que as bebera em Vieira da Silva, nem as do próprio Vieira da Silva que bebi na sua obra célebre, citada por Abdias e que consegue já na edição do Sesquicentenário da Independência. Creio que Abdias completou o relato de Vieira da Silva com algumas informações colhidas em documentos piauienses. São dois autores muito sérios de cuja honestidade intelectual não se pode duvidar.

Antes de fazermos o relato dos fatos baseados inteiramente nos documentos da Junta de Comissão Militar da Barra do Poti, documentos piauienses, vamos desfazer um engano de Vieira da Silva. Diz ele que o Cel. Simplício Dias da Silva comandava a passagem do Estanhado, no Piauí, e que a ele Morais Rego pediu socorro. O ilustre historiador maranhense confundiu dois nomes parecidos. Na verdade, o Cel. Simplício Dias da Silva nunca esteve no Comando do Estanhado nem no de Campo Maior. Tampouco já estava no Piauí, de volta do Ceará, a 25 de abril. Ele só chegou a Parnaíba no dia 30 daquele mês. O Cel. Simplício era o Comandante de Parnaíba e foi figura principal no levante de 19 de outubro de 1822. Quem comandava no Estanhado a 25 de abril era o Comandante de Campo Maior, o Tenente Simplício José da Silva. Foi a este que o Alferes Pedro Paulo de Morais Rego se dirigiu pedindo socorro, depois do desastre de Repartição.

Vamos agora à história conforme está nos documentos do Arquivo Público de Teresina:

A primeira notícia do ataque a Repartição é comunicada pelo próprio Alferes Morais Rego ao Governador das Armas do Piauí, ten.-cel. Joaquim de Sousa Martins. É datado de 25 de abril de 1823, do *Quartel do Morrinho*, e não de Cascavel. Diz assim textualmente:

[2] Abdias Neves - A Guerra de Fidié - págs. 170 e 171

"Dou parte a V. Excia. que vindo eu determinado pelos Ilmos. e Exmos. para guarnecer os portos do rio Parnaíba e tendo reunido um bom corpo de tropas, porém tudo de clavinas, e marchando ao ponto de Melancias e conhecendo que o porto inimigo está muito forte determinei a tomar o destacamento inimigo que estava na Repartição a fim de tomar as canoas que estavam todas naquela parte e algumas armas e munições, para bem da minha melhor segurança; e com tal felicidade consegui a minha intenção que ainda morreram 9 inimigos e de minha tropa saíram 6 feridos e não perigosos; porém logo vieram imediatamente tropas avultadas da Vila de São Bernardo com tanta soberba e tão bem armadas e munidas todas de granadeiras que fazendo muitas descargas de armas e peças e vendo-me destituído de tudo, muito principalmente pólvora, não tive remédio senão recuar e aqui me acho três léguas distante e bem receoso, e já mandei pedir socorro ao comandante da Força de Campo Maior".[3]

Do mesmo lugar e na mesma data Morais Rego escreveu ao Tenente Simplício José da Silva, Comandante de Campo Maior, que estava no Estanhado:

"Participo a V. Sa. que para melhor segurança da guarnição dos portos foi-me preciso dar pronto na Repartição a fim de passar para cá as canoas e tomar o armamento e pólvora que aí houvesse; e com efeito fomos bem felizes e tomamos as canoas e unicamente 2 granadeiras e muito pouca pólvora, saindo da tropa 6 feridos e da parte inimiga 9 mortos; e compondo aquela testada com destacamentos logo que chegou aviso ao Brejo marchou para o dito porto um corpo crescido de tropas inimigas muito bem munido de todo o necessário para guerra; e se nos opondo com muitas descargas de granadeiras e peças, apesar de termos tomado duas; porém achando-nos destituído de pólvora e munições e visto a grande força contrária, não tivemos remédio senão recuarmos para fora 3 léguas, e aqui nos achamos sem força de resistir; para tanto recorro a V. Sa. queira auxiliar-me com tropas de linha com o armamento possível; e devem vir ao menos 100 soldados, e o portador desta que é João Barbosa Ferreira poderá ser o condutor da tropa, que aliás estamos em consequências tristes e jurados que não haverá demora que eles nos não persigam fortemente; e V. Sa. deve mandar-me 2 arrobas de pólvora infalível, pois que cá se acham as armas que tenho descarregadas; espero de V. Sa. todas as providências o mais breve possível".[4]

Do Quartel do Estanhado a 3 de maio, o Tenente Simplício comunica à Junta de Comissão Militar da Barra do Poti o pedido do Alferes Morais Rego:

"Participo a V. Excias. que o presídio comandado pelo Alferes Pedro Paulo confronte ao porto de Repartição foi igualmente atacar o presídio do

[3] M. 96 - Doc. 21 - Cap. CAB
[4] M. 96 - Doc. 22 - Cap.CAB

outro lado e tendo um combate forte com os nossos inimigos apenas saíram 9 soldados dos nossos feridos, e dos inimigos 11 mortos e muitos feridos, e por falta de pólvora retirou-se para a parte de cá; e vindo um grande reforço do Brejo a socorrer aquele presídio inimigo, fizera recuar os nossos 3 léguas distante do ponto enquanto pedia socorro, o qual já foi, e do resultado darei parte a V. Excias.".[5]

Aqui o Tenente Simplício já altera o número de vítimas. Não se restringe à informação escrita do Alferes Morais Rego. Possivelmente preferiu basear-se no relato pessoal que lhe fez emissário do Alferes encarregado de guiar a tropa de socorro ao lugar onde ele estava.

Diz o Tenente que já enviara o socorro pedido.

Em data de 1º de maio, o Comando da Barra do Poti escreve ao Alferes Morais Rego:

"Temos presente a participação que V. Mercê fez ao Tenente Simplício José da Silva e em consequência ao que reta determinamos em data de hoje ao Alferes Joaquim Carvalho que dos soldados que se acham no seu comando lhe mande 100 para o socorro, visto não ser possível marchar tropas de linha pelo socorro que temos dado para os nossos irmãos brasileiros existentes na povoação de São José, termo da Vila de Caxias, os quais têm sido atacados por tropas de Fidié que desgraçadamente tem perdido a sua gente, armas e munição, e os nossos irmãos brasileiros têm florescido. Remeto 2 arrobas de pólvora, 4 de chumbo e 112 de balas e em outra ocasião irá mais. Temos de lembrar a V. Mercê que tenha muito cuidado em conservar sempre boas espias que com verdade o informem das forças do inimigo, os passos que este dá, e se escuse de combatê-lo em campo raso; faça-lhe emboscadas nos lugares que julgar mais favoráveis e que a sua gente não tenha incômodo. Agrade e receba a todos os nacionais do país que estão além do rio; persuada-os que a nossa causa é justa e que o Maranhão não pode dissentir contra todas as Províncias que têm aclamado a Independência do Brasil e o nosso Imperador e Perpétuo defensor, o Sr. Dom Pedro de Alcântara. Os beneméritos brasileiros já não cedem do sistema que adotaram e só querem Independência ou Morte. Faça ver igualmente que não devemos ser a favor dos europeus que com pretextos frívolos nos querem escravizar e ser senhores do nosso delicioso país. Também não é justo se pratiquem desumanidades; matar europeus só nos combates; fora deles deve-os conservar, ou presos, merecendo, ou soltos, e debaixo de vista sem que faça fiança neles. Enfim, se os brasileiros que favorecem aos europeus se lembrarem que se propõem a matar seus próprios pais, parentes, filhos e amigos, eles não quereriam ser senão da nossa parte. Recomendamos muito a V. Mercê que nada obre com precipitação, pense bem

[5] M. 96 - Doc. 25 - Cap.CAB

e tenha muito segredo nos seus projetos. Estamos bem persuadidos do zelo patriótico de que V. Mercê está ornado; e portanto confiamos que V. Mercê dará a conhecer ao público heróicas ações a favor de nossa Santa Causa. Deve V. Mercê participar-nos miudamente tudo quanto por aí acontecer e tendo precisão nos deve requisitar, cientificando-lhe que os Exmos. Srs. do Governo Temporário mandaram criar esta Junta de Comissão para deliberar o que for justo e providenciar sobre as tropas estacionadas em fronteiras até esse lugar. Quando enviar-nos as suas participações não precisa que venha um correio de lá até aqui; deve sim mandar ao destacamento vizinho e este, seja a hora que for, de noite ou de dia, deve fazer marchar até o seguinte; e assim vem seguindo e com muita brevidade".[6]

Certamente o Aferes Morais Rego não sabia ainda do funcionamento da Junta Militar da Barra do Poti, a que estava sujeito, tanto que se dirigiu diretamente ao Governador das Armas, em Oeiras, e ao Tenente Simplício, no Estanhado. O Tenente Simplício foi quem o pôs em contato com a Junta Militar. Deve ter o Tenente feito duas comunicações à Barra do Poti pois a junta já a 1º de maio diz a Morais Rego que recebera aviso de Simplício sobre o seu pedido de socorro.

Foi a Junta de Comando do Poti que também no dia 1º de maio ordenou ao Alferes Salvador Cardoso de Oliveira que apanhasse 2 arrobas de pólvora, 4 de chumbo e 112 de balas e seguisse, sem a menor demora, até o Estanhado. Ali, receberia do Capitão Henrique 8 soldados de Milícias e 2 de Linha. Com estes homens marcharia ao lugar Boqueirão. Lá, o Alferes Joaquim Carvalho lhe entregaria mais 100 homens armados. Procuraria então o Alferes Morais Rego onde ele estivesse e ficaria sob suas ordens "para executar o que lhe determinasse o dito Alferes".[7]

Com data também de 1º de maio recebeu o Alferes Joaquim Carvalho oficio da Junta do Poti ordenando-lhe que de sua tropa fizessem marchar 100 soldados que daí em diante até chegarem ao lugar de sua entrega iriam debaixo da inspeção do Alferes Salvador Cardoso. Com a tropa que lhe restasse e com a que deveria reunir se conservasse no Boqueirão para repelir qualquer passagem do inimigo para o lado de cá e para conter o sossego público na região.[8]

Ofício quase do mesmo teor foi expedido ao Capitão José Henrique, comandante da passagem do Estanhado, recomendando-lhe a entrega de 10 homens ao Alferes Salvador.

---

[6] J.B.P. - Doc. 10 - Cap. CAB
[7] J.B.P. - Doc. 12 - Cap. CAB
[8] J.B.P. - Doc. 13 - Cap. CAB

Nos documentos do Piauí o Alferes Salvador não estava no Estanhado e sim na Barra do Poti quando recebeu ordem para socorrer Morais Rego. Foi no almoxarifado do Poti que ele apanhou a munição que deveria levar. Dali marchou para o Estanhado, onde recebeu, para levar consigo, 10 soldados.

Com data de 3 de maio o Comando Militar do Poti se dirige ao Cel. Manoel Francisco de Melo, comandante de Piracuruca. Considerando sua avançada idade e os achaques que padecia, a Junta do Poti lhe ordena que faça marchar a tropa que está sob seu comando, ali, dirigida por um oficial competente de sua escolha, em socorro do Alferes Morais Rego. Se o oficial escolhido tiver patente superior à do Alferes, deve ser advertido de que lá estará sob suas ordens e não deverá criar qualquer embaraço ao Alferes, a bem da causa que ambos defendem.[9]

Em 5 de maio a Junta Militar oficia à Junta de Governo de Oeiras comunicando-lhe o que já havia feito em favor do Alferes Morais Rego e pedindo a V. Excias. que fizessem marchar para o Poti as tropas que estavam na Capital e as que guarneciam as passagens de Queimadas para cima.[10]

A 19 o Comando do Poti volta a escrever ao Alferes Morais Rego:

"Consta-nos que V. Mercê pretende atacar a Vila do Brejo de Anapurus e, apesar de não darmos muito crédito a semelhante participação, contudo lembramos a V. Mercê que tal não faça, mas sim e tão somente tendo gente bastante que lhe ponha destacamentos em todas as estradas, não deixando entrar por elas socorro algum de gente ou sustento para os habitantes, e quando eles queiram entrar ou sair do mato lhes faça fogo e perseguindo-os deste modo breve os verá subjugados".[11]

Vieira da Silva diz que feita a escolha dos 10 soldados que deviam acompanhar o Alferes Salvador, muitos outros ficaram descontentes por não terem sido escolhidos para aquela missão e, por conta própria, viajaram atrás daquele chefe sem ordem superior e se incorporaram a sua tropa. Isto está num ofício do Comando da Barra do Poti ao Capitão Antônio Henriques, comandante do Estanhado, em resposta à comunicação que este fizera àquela Junta Militar a respeito do incidente:

"Não louvamos a saída dos soldados destacados nesse lugar sem positiva ordem, porém como acompanharam o socorro que se prestou ao Alferes Pedro Paulo, mantemos no silêncio o castigo merecido. V. Sa. faça ver aos soldados existentes e que se forem reunindo que qualquer arbitrariedade deles será castigada. O soldado deve esperar a voz do seu superior e obrando o contrário deve ser punido gravemente e para que eles entrem melhor no conhecimento dos seus deveres mande ler à vista deles todos os dias os artigos de guerra".[12]

---

[9] J.B.P. - Doc. 22 - Cap. CAB
[10] J.B.P. - Doc. 25 - Cap. CAB
[11] J.B.P. - Doc. 44 - Cap. CAB

Vieira da Silva diz que o Alferes Salvador Corrêa de Oliveira, a pedido de Morais Rego, assumiu o comando das operações no setor do Brejo. Deve basear-se em documentos maranhenses para fazer tal afirmação. Nos documentos da Junta de Comissão Militar da Barra do Poti o comandante das tropas piauienses ali era o Alferes Pedro Paulo de Morais Rego. Mesmo nos ofícios que a Junta Militar dirige a mais de um oficial, nunca Salvador Cardoso figura no primeiro lugar.

A 16 de maio a Junta do Poti comunica a Morais Rego que havia ordenado ao Capitão Alexandre da Costa Portela que lhe enviasse os soldados armados que tivesse e que fossem aparecendo.[13]

Nesse mesmo dia 16 dirige-se ao Alferes José Lopes Castelo Branco, comandante de Barras, comunicando-lhe que havia grande necessidade de que se conservassem na margem do Parnaíba forças capazes de impedir que o inimigo se encaminhasse para esta Província. Um dos pontos chaves de defesa do rio era a passagem do Boqueirão, defendida pelo Alferes Joaquim Carvalho.

Como ele tivesse atravessado o rio com toda a força do seu comando, em auxilio de Morais Rego, urgia que o Alferes José Lopes fizesse marchar para aquela passagem, com a maior urgência, todos os soldados armados que tivesse sob suas ordens.[14]

No mesmo dia 20 a Junta Militar se dirige, num só oficio, ao Capitão Domingos Alves de Medeiros e aos Alferes Pedro Paulo de Morais Rego e Salvador Cardoso de Oliveira, nesta ordem, e nos seguintes termos:

"Recebemos o seu ofício de 14 do corrente e com ele a carta e cópia inclusa que nos enviou e com uma e outra coisa nos deixa persuadidos que, se não encontraram traição, a esta hora já terão feito aclamar na Vila de São Bernardo do Brejo de Anapurus a Independência do Brasil e o nosso Augusto Imperador e Perpétuo Defensor, o Sr. Dom Pedro de Alcântara, e, tendo assim acontecido, à pluralidade de votos tirarão um oficial em que subsiste verdadeiro patriotismo para comandante dessa Vila, a quem entregarão 50 soldados armados, 1 peça e munição suficiente para que possa conter o sossego público, e V. Sas. com todos os mais oficiais, soldados, peças e munições seguirão a estrada direta para a Vila de Caxias e antes de chegar a ela 5 léguas se abarracarão e sem a menor demora nos avisarão. V. Mercês quando fizerem a sua marcha mandem adiantados 30 soldados comandados por um oficial de inteira capacidade e sigam fazendo observações precisas para que não sejam atacados inesperadamente pelo inimigo. O dito oficial não deixará nem consentirá passar adiante de si praça alguma que possa dar notícia da marcha.

[13] J.B.P. - Doc. 50 - Cap. CAB
[14] J.B.P. - Doc. 59 - Cap. CAB

"O Comandante Sigisnando José Marques tem-se oferecido com tropa, armas e munições a nosso favor. Se V. Mercês virem que ele é verdadeiro brasileiro avisem-no de sua marcha e se unam todos.

"Quando chegarem junto a Caxias em distância que lhes destinamos não consintam que para a Vila de Caxias vá suprimento algum de gente e sustento, e todos os que da dita Vila os procurarem em paz, recebam-nos; porém não os deixem mais sair e com eles haja muita cautela, pois pode acontecer que venham alguns por parte de Fidié fazer algumas indagações.

"Um dos principais objetos que concorrem a favor de qualquer empresa é o segredo e igualmente a subordinação e união entre todos os oficiais e soldados e portanto não percam de vista a boa harmonia e façam com que os soldados lhes sejam obedientes; para que mais facilmente possamos adquirir os ânimos dos povos dessa Província que vivem acelerados é preciso tratá-los com muita humanidade. Não lhes façam violências e nem consintam que seus soldados as façam; se porém encontrarem alguém que seja nosso inimigo declarado, seja preso e o remetam sem que o espanquem. É a melhor usar de prudência e expressões que lhes façam ver o que é justo à nossa causa e que o Maranhão sozinho não pode ser dissidente de todo o Brasil, do que usar da força com efusão de sangue".[15]

[15] J.B.P. - Doc. 76 - Cap. CAB

A Junta Militar do Poti passa para o Maranhão

As tropas piauienses que em abril haviam atravessado o Parnaíba para socorrerem o tenente Roberto não voltaram mais a reatravessá-lo. Ficaram em São José e iniciaram dali as hostilidades a Fidié. Todos os dias suas patrulhas percorriam as vizinhanças e iam às vezes até 7 léguas de Caxias. Vez por outra chocavam-se com as patrulhas do inimigo em ligeiras escaramuças. Procuravam por todos os modos impedir a passagem de víveres de sua zona de influência para Caxias. Seu comandante era o Capitão João da Costa Alecrim.

Em 1º de maio a tropa piauiense, ali, tinha o efetivo de 650 homens, sendo 550 soldados de 1ª linha, todos muito bem armados e com bastante munição.[1]

A 2 de maio a Comissão Militar do Poti comunicou a Alecrim que as forças que tinham atravessado o rio a 1º de abril, sob o comando do Sargento-Mor Graduado Francisco Xavier Torres, e que tinham ficado do outro lado, iam agora agir de combinação com ele Alecrim. Deveriam ambos os comandantes agora voltar suas vistas para Pindoba, onde o inimigo estava abarracado. Aquele presídio seria a próxima meta a atacar e tomar, sem precipitações entretanto. Tudo devia ser feito gradualmente.

"Bem conhecemos que V.S. e os mesmos oficiais são muito interessados na nossa causa; porém não bastam os desejos e nem a coragem; precisa também que não haja aceleração e que com prudência se ponham em prática os meios mais próprios de termos vantagem sem que contudo se deixe de trabalhar para pormos uma barreira forte ao inimigo. V. S. com a mais tropa que aí se achar não marche adiante sem segunda ordem, para nos unirmos todos em um só dia e lugar certo".[2]

Do lado do Maranhão já haviam caído Manga, Pastos Bons, Repartição e São Bernardo do Brejo de Anapurus. A Junta Militar do Poti concluiu que era chegada a hora de ela também se deslocar para o outro lado do rio a fim de ali orientar de perto o cerco de Caxias. Comunicou à Junta de Governo em Oeiras que até o dia 20 de maio pretendia estar além do Parnaíba com todo o exército que se achava da passagem de Santo Antônio até a Barra do Poti.

Iniciando os preparativos, a Junta Militar determinou, no dia 2, ao Cel. João de Araújo Chaves que ocupasse com sua tropa a passagem de Santo Antônio. No dia 3 comunicou ao Capitão Manoel Carlos Saldanha que marchasse com seus soldados para a Barra do Poti, sem demora.[3]

---

[1] J.B.P. – Doc. 14 – Cap. CAB
[2] J.B.P. – Doc. 15 – Cap. CAB
[3] J.B.P. – Doc. 19 – Cap. CAB

No mesmo dia 3 ordenou ao Sargento-Mor Graduado Francisco Xavier Torres que ocupasse a Fazenda São Miguel e dali iniciasse hostilidades ao inimigo.[4]

O Capitão Alecrim, que já estava em S. José dos Matões desde abril, era um bravo indisciplinado. Sem ordem do Ten.-cel. Raimundo da Sousa Martins, avançou com seus homens e ocupou Buriti Cortado. Imediatamente a Junta Militar ordenou ao Sargento-Mor Xavier Torres que avançasse mais e ocupasse Buriti do Meio, comunicando ao Capitão Alecrim a sua movimentação.[5]

No dia 5 recebeu-se no Poti a notícia de que Alecrim fora mais longe. Avançara e ocupara a Fazenda *Sucuriú*. Já estava perigosamente perto do inimigo. A Comissão Militar mandou mais, tropas para Francisco Xavier Torres e lhe recomendou que estivesse atento sempre em contato com Alecrim.[6]

Nesse mesmo dia a Comissão Militar escreveu ao irrequieto Capitão cearense:

"Nos deixa bastantemente cuidadosos a marcha que V. S. fez para o *Sucuriú* porque não tendo sido das nossas intenções quando o mandamos passar além do rio para socorrer a tropa que estava no lugar São José, era do nosso agrado que V. S. antes que pusesse a sua tropa de marcha para o lugar perto de Caxias 11 léguas nos tivesse consultado. Porém, a marcha está feita e só resta que não passe adiante de *Sucuriú* e nem vá atacar Caxias sem nossa ordem. Enfim não foi do nosso agrado o acordo que tomara de passar adiante com tão pouca gente. E agora resta que V. S. tenha muito cuidado no inimigo para que ele não o ponha em cerco e lhe faça o mesmo que fez o Tenente Roberto ao inimigo no dia 29. Fidié tem gente bastante, bem disciplinada e bem municiada e portanto cautela e haja muita prudência; aliás tudo vai perdido.

"O Sargento-Mor Graduado Francisco Xavier Torres está no *Olho d'Água* com 200 soldados para o ajudar fazendo ataque inimigo pela retaguarda. Deve V. S. ter muito cuidado a ver se o inimigo se encaminha a atacar o Sargento-Mor; e sendo assim lhe deve dar todo o socorro.

"Estamos esperando cavalos e gente do Estanhado e que dizem estar em Campo Maior, para passarmos além do rio. E então é que adiantaremos os nossos passos contra Fidié. Mil homens que V. S. tem não é tropa suficiente para uma presa de tanta consideração. Nós ainda não temos por verdadeiras muitas notícias que nos dão de Caxias, pela variedade delas. Uns dizem que Fidié não tem soldados e outros dizem que tem, o que a julgamos acertado. Porque se ele não tivesse gente bastante, já se tinha retirado, assim como se retirou do Estanhado".[7]

---

[4] J.B.P. – Doc. 20 – Cap. CAB
[5] J.B.P. – Doc. 23 – Cap. CAB
[6] J.B.P. – Doc. 24 – Cap. CAB
[7] J.B.P. – Doc. 26 – Cap. CAB

A Junta Militar anunciara a intenção de atravessar o rio para acompanhar mais de perto as operações militares que ali já se desenvolviam.

O Capitão Alecrim continuava sendo um problema. Não sabia esperar. Avançou sobre Piracuruca, apesar de ordem para não sair de Buriti Cortado e de regressar a ele se já tivesse saído. A paciência do ten.-cel. Raimundo de Sousa Martins para tolerar as insubordinações de Alecrim já estava quase esgotada:

"Por estes motivos é que lhe reduzamos a marcha que pretende fazer para *Pindoba* de onde pode acontecer que V. S. e mais oficiais quisessem passar a Caxias. Nós não lhe divisamos forças suficientes para atacar aquela Vila e muito menos para sitiá-la. Pense V. S. que estando 500 homens em Caxias bem disciplinados e armados, como é de presumir, com as trincheiras que ali se tem feito, e artilharia, será fácil a V. S. lá entrar com 1.200 homens? Dirá V. S. que a vai porem sítio; porém responda-me: com a gente que tem será possível ter suficientes forças nas estradas que seguem para Santo Antônio e Poti, e que seguem para o Estanhado, e que vão ao Itapecuru por terra., guarnecer a beira do rio Itapecuru pela parte de cima e abaixo da Vila, e conservar na *Tresidela* uma força de tropa não pequena? Não por certo".8

A 8 de maio o Capitão Manoel Carlos da Silva Saldanha recebeu ordem para separar de sua tropa 20 homens armados de clavinas e os entregar ao Tenente José Vicente Pereira de Araújo. De posse dessa pequena força, o Ten. atravessou o rio e marchou apressado pela estrada de Caxias até encontrar o Capitão Comandante da 3ª Divisão, Francisco Manoel de Araújo Costa, sob cujo comando passou a servir.9

A 9 de maio a Comissão Militar expediu sua ordem mais importante: o deslocamento de todas as forças que estavam estacionadas da passagem de Santo Antônio à Barra do Poti para além do rio e seu desdobramento em 3 Divisões com os respectivos comandos indicados:

"Em sessão de 8 do corrente se deliberou o seguinte: que os Ilmos. Srs. Sargento Mor Luís Rodrigues Chaves e Capitão Francisco Manoel de Araújo Costa passassem além do rio Parnaíba, e da tropa que se acha no termo de Caxias seja dividida em 3 partes iguais, uma das quais comandará o Ilmo. Sr. Sargento Mor Luís Rodrigues Chaves, outra o Capitão João da Costa Alecrim e a 3ª o Capitão Francisco Manoel de Araújo Costa, e se postará em lugares que fortifiquem as estradas que seguem de Caxias para a passagem de Santo Antônio e aquela que de Caxias segue para este lugar Barra do Poti, sem que por essa razão possam chegar ao lugar em que ambas as estradas se unem e nem chegar perto da Vila de Caxias 4 léguas, e assim mesmo que serão

---

8 J.B.P. – Doc. 30 – Cap. CAB

obrigados a seguirem as instruções de deliberar esta Junta. Nesta se deliberou que a tropa da 1ª linha seja reunida e comandada pelo Ilmo. Sr. Sargento-Mor Luís Rodrigues Chaves e que destes só deverão ficar em cada uma das outras duas Divisões 5 soldados, entre os quais alguns inferiores. Em consequência do que determinamos que das nossas tropas comandadas por V. S. e o Sargento-Mor Graduado Francisco Xavier Torres, e o número das praças que ditas constar, e como da tropa que agora segue dividam em 3 partes iguais, e cada uma das Divisões comandarão a 1ª o Sargento-Mor Luís Rodrigues Chaves, a 2ª V. Senhoria e a 3ª o Capitão Francisco Manoel de Araújo Costa.

"Na 1ª e 3ª Divisões deverá ter 4 soldados e 1 cabo de tropa de Linha que sejam capazes de ensinar o exercício aos Milicianos; e toda a mais tropa de 1ª linha ficará na 1ª Divisão. A 3ª Divisão será composta de cavalaria no todo ou na parte que for possível.

"Feitas as Divisões na forma determinada, a 1ª ficará destacada na estrada que vai da Vila de Caxias para esta povoação; a 2ª na que segue da Passagem de Santo Antônio para a Vila de Caxias; e a 3ª em meio das duas e isto sem que possam destacar-se onde as duas estradas se unem, nem ao menos em distância da Vila de Caxias 4 léguas.

"Todas as Divisões terão guardas avançadas pelas estradas que seguem à vanguarda e retaguarda e por todos os caminhos e campos por onde possa marchar o inimigo, para que este não consiga atacar de repente e nem fazer algum cerco às nossas tropas.

"A guarda avançada logo que vir o inimigo se ponha em retirada para a sua Divisão e chegando em lugar que nela se possa ouvir um tiro atirará e o Sr. Comandante porá a sua tropa em forma que ambas possam combater o inimigo por guerrilhas somente e não em campo raso.

"A 3ª Divisão além das guardas avançadas conservará diariamente 2 soldados na 1ª Divisão e na 2ª para assim que ouvirem o tiro de advertência possam correr a avisar ao seu Comandante que aprontará uma tropa e em marcha acelerada irá socorrer a Divisão contra a qual segue o inimigo; tomando-lhe a retaguarda lhe fará fogo por guerrilha.

"O Comandante da 3ª Divisão que fizer sua marcha de socorro mandará adiante guarda avançada e avisará a outra Divisão de como o inimigo ataca tal divisão para a socorrer pela parte que julgar mais conveniente.

"Se a 3ª Divisão for atacada, a 1ª e a 2ª lhe prestarão o mesmo socorro, sem demora, logo que para isto forem avisadas, e, assim que ouvirem tiro para aquela parte, fiquem de prontidão até receberem a participação por escrito ou verbal, então marcharão com muita pressa a favor dela fazendo marcharem socorro a terça parte da gente que comanda e as duas outras partes ficarão fortificando os postos, sem contudo deixar ao desamparo as estradas que estão guardando.

"Os Srs. Comandantes da 1ª e 2ª Divisões conservarão suas tropas distantes uma da outra quatro léguas, ou menos, sem que contudo cheguem ao pé de Caxias à distancia que se lhes recomenda.

"Rogamos aos Srs. Comandantes, oficiais e soldados que entre todos haja boa harmonia, pondo no esquecimento paixões particulares porque onde estas subsistem só reina a desunião, a intriga e finalmente uma total ruína para todos e vantagem para o inimigo. Se porém algum senhor oficial, seja ele quem for, ou soldado, quiser por semelhante forma abandonar sociedade que entre todos deve haver, sendo soldado será castigado conforme a gravidade de seu delito, até com a pena última; e o mesmo se lhe fará se roubar. Se for oficial, seja qual for a sua graduação, seja preso e enviado a nós.

"Em todos os casos que pedirem pronta execução e não admitirem demora enquanto se nos dá parte farão uma consulta militar por escrito e da mesma forma se receberão os pareceres; e se porá em prática o que se decidir a votos. Tudo se nos enviará depois.

"Se porém a tal conduta for para atacar ou sitiar Caxias, ou ao menos para chegar nela à distância de 4 léguas não consentimos que tal procedimento se execute sem que nos seja consultado e depois que assim mandarmos.

"Qualquer desobediência ou falta de respeito aos superiores, sendo praticada por soldado o seu Comandante o fará castigar rigorosamente. Sendo oficial, isto é, de Capitão acima seja-nos remetido preso; e nenhum oficial, seja qual for sua graduação, deixe de ser sujeito aos Srs. Comandantes de Divisão.

"Confiamos que V. S. em tudo que for a favor de nossa causa se porte com prudência e exação, e que faça reunir aí todos os brasileiros desse termo divisando neles fidelidade, contanto que o brasileiro que se reunir não saia fora da Divisão por pretexto algum, pois pode acontecer venha a favor dos europeus fazer algumas indagações".[10]

Esta instrução fora dirigida ao Comandante da 2ª Divisão Capitão João da Costa Alecrim. Instruções idênticas foram dirigidas ao Comandante da 1ª, Sargento-Mor Luís Rodrigues Chaves; e ao Comandante da 3ª, Capitão Francisco Manoel de Araújo Costa.

O Capitão Alecrim, mesmo distinguido por este comando, não se corrigiu.

Enquanto isto, na passagem de Santo Antônio, uma companhia do Capitão Manoel Carlos da Silva Saldanha, a 3ª, rebelou-se. O Capitão, com o auxílio das outras Companhias, prendeu os cabecilhas e os enviou ao Poti sob forte escolta militar comandada pelo Alferes José Raimundo.[11]

---

[10] J.B.P. – Doc. 34 – Cap. CAB
[11] J.B.P. – Doc. 36 – Cap. CAB

Alguns oficiais cearenses não estavam querendo obedecer ao Comando da Barra do Poti. Entre os mais graduados deles contavam-se o Cel. João de Araújo Chaves e o Capitão João da Costa Alecrim.

As operações de guerra prosseguiam na frente de Caxias. No dia 10 de maio o Capitão Araújo Costa, comandante da 3ª Divisão, prendeu 15 homens do inimigo que procuravam infiltrar-se no seu setor. A Comissão Militar lhe recomendou que mantivesse permanentemente na guarda avançada 50 homens bem montados e armados, sob o comando de um bom oficial, pois aquela surpresa poderia multiplicar-se e o inimigo vir com mais força.[12]

A 12 de maio seguiu da Barra do Poti uma boiada de 100 cabeças para sustento das tropas das 3 Divisões. Como a escassez de gado já se fizesse sentir de maneira premente no Piauí, a Comissão Militar sugeriu aos Comandantes que, na medida do possível, procurassem socorrer-se de bois no termo de Caxias, pedindo-os aos proprietários dali em nome de S. Majestade Imperial.[13]

Nesse mesmo dia requisitou de Da. Hortelina Rosa de Oliveira Trindade a entrega a Inácio Francisco de Oliveira de 50 alqueires de farinha para alimentação das tropas. Inácio Francisco lhe forneceria os recibos para que ela pudesse haver o seu pagamento na Junta da Fazenda Nacional.[14]

A 14 de maio a Comissão se dirige ao Presidente da Câmara de Campo Maior. Dos 158 bois que por ordem dele vieram da Fazenda Sítio do Meio, só se pôde ficar com 60; os outros, por imprestáveis, foram devolvidos.[15]

A 3 de junho o Sargento-Mor Luís Rodrigues Chaves e o Capitão Araújo Costa comunicaram a ocupação do lugar chamado *Codó* por tropas dos independentes. Lá estavam agora guarnecendo o novo presídio 500 praças. A comissão aprovou a operação e lhes enviou 40 homens desarmados para o serviço de matança de gado, condução de bagagem, construção de trincheiras e tratamento de cavalos. As tropas de Pajeú das Flores, de Pernambuco, já tinham chegado a Oeiras e em breve estariam na frente de Caxias.[16]

O Cel. João de Araújo Chaves e o Capitão José do Vale, seu subordinado, continuavam a dar preocupação à Comissão Militar com o seu procedimento irregular e suas insubordinações. Tratavam mal e às vezes espancavam portugueses que procuravam os brasileiros para aderirem à Independência do Brasil, dificultando assim o trabalho de aliciamento que outros comandantes desenvolviam junto à população maranhense para atraí-la à santa causa. O Cel. Araújo Chaves chegou a escrever ao Sargento-Mor Luís Rodrigues Chaves e a

[12] J.B.P. – Doc. 38 – Cap. CAB
[13] J.B.P. – Doc. 42 – Cap. CAB
[14] J.B.P. – Doc. 43 – Cap. CAB
[15] J.B.P. – Doc. 50 – Cap. CAB
[16] J.B.P. – Doc. 58 – Cap. CAB

outros chefes militares convidando-os a atacarem Caxias, desobedecendo formalmente às ordens da Barra do Poti a este respeito. A Comissão Militar desabafa para a Junta de Governo em Oeiras:

"Temos a certificar a V. Excias. que se não fosse por escandalizar os Senhores do Governo Civil e das Armas do Ceará digo, da Província do Ceará, mandávamos que o Cel. João de Araújo Chaves e o Capitão José do Vale se retirassem com sua tropa, que é mais prejudicial do que interessante. Estes homens não reconhecem a esta Junta e tratam de resto as nossas deliberações. Não nos sendo oculto o que eles praticaram nos lugares por onde têm transitado e querendo nós com delicadeza atalhar-lhes o contágio, com muitos elogios oficiamos-lhe que ficassem com sua tropa guarnecendo a passagem de Santo Antônio; não o quiseram e passaram além do rio e lá se encontram consentindo nas tropelias de seus soldados. Continuamos a proclamar que não contamos com as tropas do Cel. João de Araújo e do Capitão José do Vale pois só fazem o que querem".[17]

A 17 de maio o Cel. João de Araújo Chaves recebe um ofício. Não era mais possível passar em silêncio os abusos que ele estava cometendo. A Comissão soubera que um inferior daquele Coronel cearense na sua própria presença e na presença de outras autoridades havia espancado cruelmente um pobre português que, fugindo de Caxias, pedira abrigo às tropas brasileiras.

"A este inferior ou soldado que dizem ser da Companhia do Capitão José do Vale, que vem debaixo da inspeção de V. S., determinamos que à vista de todo o exército que aí se acha se lhe mande dar 50 espadeiradas, advertindo-o que o castigo que ele merece é muito superior e que por equidade e por esta vez somente lhe é moderado. V. S. deve conter os soldados de seu Comando em boa ordem e advirta-os que não devem prender ou castigar alguma pessoa senão quando pelas autoridades lhes for determinado. V. S. veio ajudar-nos e não nos veio governar.[18]

Muito antes de passar o rio o Coronel cearense já havia posto as mangas de fora. Diz Abdias Neves que um dia ele entrou na *Vila do Poti* com toda a sua tropa armada para interpelar com insolência o ten.-cel. Raimundo de Sousa Martins. Naquele dia a guarnição do Poti estava desfalcada. Ele pensava que com todo aquele aparato amedrontaria o Tenente Coronel Comandante. Mas quando soube que este último estava chamando tropas das circunvizinhanças tratou de se retirar às pressas com os seus soldados.

Não encontrei na documentação da Junta de Comissão Militar da Barra do Poti qualquer alusão a este fato. Abdias Neves se baseou em

[17] J.B.P. – Doc. 62 – Cap. CAB
[18] J.B.P. – Doc. 68 – Cap. CAB

documento que não possuímos mais hoje. O grande historiador piauiense neste episódio fala na *Vila do Poti*: É um equívoco. O Poti só foi elevado a Vila muitos anos depois.

A 22 de maio o ten.-cel. Sousa Martins comunica ao Sargento-Mor Luís Rodrigues Chaves e aos Capitães João da Costa Alecrim e Francisco Manoel de Araújo Costa que no dia 30 daquele mês o comando passaria para o outro lado do rio e no dia 31 daria início a sua marcha para onde eles estavam. Pedia-lhes que lhe enviassem uma escolta de 50 cavaleiros.[19]

No dia 4 de junho a Junta de Comissão Militar da Barra do Poti já está assinando do *Quartel de Pindoba*, onde assumiu corretamente a direção das operações contra Caxias.

[19] J.B.P. – Doc. 87 – Cap. CAB

Alecrim, o herói aloucado

Figura das mais discutidas na história das lutas da Independência no Piauí, o Capitão João da Costa Alecrim, com sua bravura desvairada, não deixa de despertar simpatia em quem estuda mais de perto sua atuação, aqui, apesar das dores de cabeça que deu ao Comando da Barra do Poti.

Não era filho do Ceará, como supõem alguns historiadores. Nasceu em *Pedras de Fogo*, povoação da então Capitania de Pernambuco. Não sabemos a data do seu nascimento. Mas é certo que no ano de 1808, em companhia de seu tio, Pe. Manoel Pacheco Pimentel, Vigário da Freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, Alecrim mudou-se para o Ceará. Fixou residência em Vila Nova Del Rei, hoje Guaraciaba.

Quando o ideal da Independência inflamou a Terra da Luz, Alecrim apresentou-se como voluntário. Queria estar onde houvesse luta. Como não se lutava no Ceará, associou-se ao Capitão Luís Rodrigues Chaves que partia para o Piauí, com uma força armada, a fim de ajudar os piauienses a se desfazerem do Major João José da Cunha Fidié. Parecia que a coisa ali ia ferver e ele queria estar onde houvesse barulho.

Chegou a Campo Maior a 12 de fevereiro (1823) com o Capitão Rodrigues Chaves. É dali que ele se dirige às autoridades de Oeiras, em ofício de 18 de fevereiro, primeiro documento que traz sua assinatura firmada em terras de Mafrense.

"Conduzindo-me a sorte no suave trabalho da causa brasileira a esta Vila de Campo Maior em socorro de meus compatriotas e irmãos piauienses que esbulhados de seus sagrados direitos clamavam pelo nosso auxílio, aqui me acho debaixo das ordens de meu Comandante, o Ilmo. Sr. Capitão Luís Rodrigues Chaves, para em tudo sacrificar-me na defesa de todos aqueles sobre quem ainda tem poder o despotismo.

"Beijo as mãos de V. Excias. e lhes dou alegres parabéns pela heróica resolução que hão tomado a favor da dita causa, terminando desta maneira os incalculáveis males que tão desorientadoramente eram perpetrados pelo ex-governador das Armas desta Província, cujo passo tão acertado como político é digno do maior aplauso. Protesto a V. Excias. toda obediência. Os céus prosperem a preciosa vida de V. Excias. como é mister por muitos anos. Campo Maior, 18 de fevereiro de 1823. João da Costa Alecrim".[1]

Não podiam ser melhores as suas intenções. Vinha no posto de Capitão de Cavalaria de Milícias.

---

[1] M. 98 – Doc. 8 – Cap. CAB

Nesse mesmo dia 18 de fevereiro, por ordem do Capitão Rodrigues Chaves, deixa Campo Maior e vai ocupar o porto do Estanhado. "A 18 do corrente mandei o Capitão da Legião Imperial, João da Costa Alecrim, ocupar o porto do Estanhado".[2]

Estava ele agora como queria, mais perto do inimigo, na fronteira do Maranhão. E foi lá que ele recebeu o apelo do Capitão Rodrigues Chaves para vir ajudá-lo a combater Fidié, que se aproximava de Campo Maior em marcha acelerada.

Abdias Neves diz que "sabendo o Capitão Luís Rodrigues Chaves que o oficial cearense Capitão João da Costa Alecrim, *após o abandono de Piracuruca*, viera aquartelar-se no Estanhado, onde reunia pessoal para fazer uma sortida além do Parnaíba, enviou-lhe um emissário".[3] Não é verdade. João da Costa Alecrim não esteve em Piracuruca. Entrou no Piauí pela estrada de Matões, com o Capitão Luís Rodrigues Chaves, e, pelos documentos acima citados, estava em Campo Maior no dia 12 de fevereiro e logo no dia 18 do referido mês fora mandado para o porto do Estanhado. Se ele tivesse estado em Piracuruca, os acontecimentos naquela frente teriam sido bem diferentes. Teria havido luta séria e não aquela debandada vergonhosa que conhecemos.

Foi no Estanhado que ele recebeu, no dia 12 de março, o convite de Rodrigues Chaves para vir ajudá-lo a combater Fidié na sua passagem por Campo Maior. Não vacilou um instante. Voltou o positivo com a resposta de que o aguardasse no dia seguinte. Reuniu a força e, duas horas depois, estava em marcha. Marchou toda a noite e, pela madrugada, penetrou em Campo Maior. Sua tropa estava fatigadíssima pelo longo trajeto feito em poucas horas a marchas forçadas. Não importa. Às 9 horas da manhã do dia 13 entrou em combate, no Jenipapo, com a bravura, o desassombro e a temeridade que lhe eram peculiares. Impôs-se aos demais pela sua atuação. Foi um herói.

Depois da derrota vamos encontrá-lo na Fazenda São Pedro, onde se estavam reunindo os remanescentes da batalha do Jenipapo. Ao escurecer do dia 25 ele entra em Oeiras com os outros chefes.

No dia 30 de março Alecrim já está de volta para o teatro da luta. Parte com o Capitão Luís Rodrigues Chaves que leva a missão de ocupar a Barra do Poti. Nas *Instruções* à Junta de Comissão Militar da Barra do Poti, criada pelo Governo da Oeiras a 30 de março de 1823, já consta o nome do Capitão João da Costa Alecrim no Comando da 2ª Divisão naquela frente.

Quando o Tenente Roberto pediu socorro para defender a povoação de São José dos Matões (MA) de uma investida dos soldados de Fidié, já aquartelados em Caxias, o oficial escolhido pelo Comando do Poti para aquela

[2] M. 98 – Doc. 11 – Cap. CAB
[3] *Abdias Neves* – **Guerra de Fidié**, pág. 99

arriscada missão foi o Capitão Alecrim. Recebeu ele ordem para atravessar o rio com 400 homens e, a marchas forçadas, chegar a S. José a tempo de socorrer a guarnição independente do Tenente Roberto. Alecrim chegou com os seus homens ao teatro da luta, alem de S. José, a tempo de completar o desbarato do inimigo, que já havia começado com o ataque fulminante e temerário do Tenente maranhense. Dando conta ao Comando da Barra do Poti do resultado daquela missão, assim se expressou o Capitão Alecrim na sua parte de combate:

"Cumprindo com o que me ordenou a Junta de Comissão da Barra do Poti em seu oficio de 28 do terminante, marchei para este ponto com 400 homens em socorro de nossos irmãos brasileiros que, por terem assentido ao sistema político do Brasil, se viam com o inimigo à testa na distância de duas léguas e meia; esta força inimiga constava de setenta soldados e tendo certeza de que neste ponto se achava força superior aí se abarrancou dando parte a Caxias e pedindo socorro; mas o tenente Roberto José de Moura, antes que chegasse o pedido de socorro os foi atacar, e certamente os destroçou morrendo inimigos 45 e prisioneiros 13, mas estes no princípio do ataque se vieram entregar trazendo as armas e carregadas, e por isso não se mostrando inimigos acham-se soltos; nossos morreram 6. Amanhã, 2 do corrente, faço a aclamação neste lugar prestando todos os juramentos ao Sr. Dom Pedro I, Imperador do Brasil, e a sua Independência política. De Caxias marchavam, em consequência à requisição que a tropa destroçada fez, 200 soldados e 2 peças, mas apenas atravessei o rio e eles tiveram notícia voltaram; no entanto eu os esperava a cada momento. Nesta povoação acham-se armados 650 homens e bem municiados. É quanto por ora tenho de participar a V. Excias. Quartel de S. José, na Província do Maranhão. 1º de maio de 1823. João da Costa Alecrim - Capitão Comandante Auxiliador".[4]

Bem modesto, aqui, o Capitão Alecrim não evocou a si os louros daquela vitória, se bem que sua participação nela tenha sido bem marcante. Só fez uma tolice; uma segunda aclamação da Independência em São José, perfeitamente desnecessária.

Ali ele ficou por ordem da Comissão Militar da Barra do Poti comandando aquela guarnição. Não permaneceu inativo. Enviava patrulhas todos os dias para fustigar o inimigo.

Aí começaram suas desavenças com o ten.-cel. Raimundo de Sousa Martins Presidente da Junta de Comissão Militar do Poti. É o seu maior acusador.

Alecrim era de uma impulsividade inaudita. Não compreendia meios termos, nem procurava atender às circunstâncias especialíssimas provocadas pela guerra. Ardoroso e valente, jamais se conformara com as determinações ponderadas do Comando Militar do Poti. Com ele viveu em constantes atritos. Só lhe comunicava suas indisciplinas depois de as ter praticado.

[4] M. 96 – Doc. 23 – Cap. CAB

Ainda em São José ele tentou articular um golpe para a criação de um Governo maranhense, inteiramente desligado do Comando do Poti, que dirigiria as operações ali até a tomada da Capital. Chegou mesmo a aconselhar os oficiais a escolherem por voto os membros desse Governo. Quando viu porém que seu nome não constava da lista dos eleitos deu uma guinada de 180 graus, acusando os oficiais de tramarem uma traição imperdoável. Por pouco não os prendeu e castigou.

Vendo que os dias se passavam, a guerra se arrastava e não se dava um passo à frente, ele, sem ordem, avançou e ocupou *Buriti Cortado*. Apenas se soube no Poti desta indisciplina, já ele havia avançado mais e ocupado *Sucuriú*, a 10 léguas de Caxias. Depois avançou mais, ocupando *Pindoba*. Levou uma reprimenda do comando, mas não lhe deu bola.

Tendo o inimigo espalhado o boato de que uma pequena força de independentes, a 23, havia avançado até *Bonfim*, a 4 quilômetros de Caxias, e ia ser aniquilada pelos portugueses, Alecrim saiu açodadamente em seu socorro, com toda a tropa de que dispunha. Mas era uma cilada e ele caiu nela. Atacados por forças superiores, os independentes sofreram graves perdas. Recuando, além dos mortos deixaram 23 prisioneiros e mais de quarenta armas. O inimigo perdeu apenas 6 soldados e 1 oficial mortos. Todos eles eram da tropa do Pará.

Como se isso não bastasse, de volta dessa derrota, Alecrim, por causa da ciumeira de um seu sargento, chegou a formar sua Divisão para atacar a Divisão de seu colega o Capitão-Mor Luís Rodrigues Chaves.

Positivamente Alecrim tinha perdido totalmente a cabeça. Não era mais possível contemporizar com ele. Foi demitido do Comando da 2ª Divisão e recebeu ordem de se apresentar em Oeiras para ser julgado por seus crimes de ordem militar.

Era um homem de atitudes desconcertantes. Ele próprio quis levar pessoalmente o ofício de sua acusação, que rezava assim:

"A tática, a prática, o valor e a prudência, qualidades que indispensavelmente devem existir em todas as funções daquele indivíduo que se propõe a comandar uma tropa que se acha à frente de um inimigo destro, astuto e corajoso, fogem e desaparecem do alcance do Capitão João da Costa Alecrim, que até agora tem comandado a 2ª Divisão deste Exército, o que se divisou apenas ele se encaminhou para esta Província com 400 soldados em socorro do brasileiro Tenente Roberto José de Moura e, desde então, entusiasmado ou vaidoso pelo lugar que ocupava, jamais deixou de pôr em execução todos os atentados; as mais das vezes calcando aos pés as ordens que esta Junta lhe tem dirigido, outra hora requisitando em nome de S. Majestade aos oficiais e cidadãos deste termo a instalação de um Governo Temporário, para derrubar esta Junta, e nada por ordem de V. Excias.; e

finalmente precipitando-se e entregando no dia 23 do próximo passado mês de maio o número de quatrocentos e tantos a quinhentos soldados à discrição da fúria do inimigo, e até propondo-se indiscretamente no dia trinta do supra dito mês a combater, por quimeras, contra a tropa da 4ª Divisão comandada pelo Sargento-Mor Luís Rodrigues Chaves.

"Estes e outros muitos movimentos verídicos nos têm afiançado a mesma triste divisa; e certamente teriam produzido o seu efeito se o Onipotente, que dirige todo o Universo, apurada a prudência do homem, não tivesse auxiliado a nossa causa. Sim, Exmos. Srs., não era preciso para a total ruína do nosso exército as forças inimigas, tendo conseguido aquele indiscreto Capitão as suas perversões e mal entusiasmadas opiniões e para que V. Excias. com menos dificuldade entrem no conhecimento da verdade julga esta Junta ser de seu dever levar à respeitável presença de V. Excias. as cópias dos ofícios que ao dito Capitão se têm enviado e da mesma forma as atestações de alguns oficiais inferiores, que umas e outras bem justificam os horrorosos crimes que ele tem cometido e o impossibilitam de continuar no comando da 2ª Divisão e elevação a esta só de um homem cordato que tenha em vista proporcionar suas ações ao lugar que ocupa; se esmera para que sejamos felizes em uma coisa de tanta ponderação como a que temos empreendido.

"É mais de estranhar os públicos insultos com que ele tem atacado a V. Excias. e a esta Junta com palavras ignominiosas de que são testemunhas alguns oficiais perante quem ele as tem proferido. Sobre delitos tão ponderosos parece não deve ser estranho o procedimento desta Junta quando para V. Excias. as envia um agressor de crimes tão horrorosos, o que nos afiançam as leis militares. Em consequência do que esperamos que V. Excias. lhe apliquem o castigo merecido ou que obrando com ele a usada clemência jamais apareça neste exército".[5]

A notícia da demissão de Alecrim não foi bem recebida nalguns setores militares da Província. Em Campo Maior, por exemplo, outro herói do Jenipapo, o tenente Simplício José da Silva, sabedor do ocorrido, desabafa para a Junta de Comissão Militar:

"Agora tenho notícia que suspenderam a comandância do Capitão João da Costa Alecrim; o motivo ignoro e assim tenho presenciado que esta notícia tem esmorecido a muita gente que já concentrava em si tanta fé no dito Capitão que supõem só ele ser capaz de conquistar o Fidié".[6]

Alecrim chegou a Oeiras com o ofício justamente na hora em que lá entravam o General Figueiras e a Força Auxiliadora do Ceará.

---

[5] J.B.P. – Doc. 128 – Cap. CAB
[6] M. 98 – Doc. 39 – Cap. CAB

Parece que nossa Junta de Governo quis descartar-se do caso Alecrim entregando sua solução ao Comando cearense. Este porém lhe devolveu a luva, não aceitando o abacaxi, e, o que é pior, considerando louvores a Alecrim as acusações que lhe fizera a Junta do Poti:

"Temos em muita consideração o respeitável ofício de V. Excias. do dia 1º do corrente (julho) e respondemos que o Capitão João da Costa Alecrim marchando voluntário da Província do Ceará em auxílio a esta nela tem obrado debaixo das ordens de V. Excias., a quem compete punir os seus crimes; os quais devendo acompanhá-lo para a legalidade e motivo de sua vinda a esta cidade assim não aconteceu, satisfazendo-se a Junta de Comissão em dirigir um ofício, que nos foi presente, que, em lugar de o incriminar, o honra e o faz credor de mais glória. É quanto temos por ora a dizer sobre o que V. Excias. nos participam. Quartel de Oeiras, 1º de julho de 1823. José Pereira Filgueiras Trintão Gonçalves Pereira Alencar".[7]

Alecrim voltou ao cerco de Caxias integrando o exército cearense, comandando uma Divisão de Cavalaria. Assinou o documento da capitulação do inimigo no posto de Tenente-Coronel de Cavalaria.

Após a vitória, é ele quem comanda a tropa que ocupa o quartel do Morro das Tabocas que, hoje, em sua homenagem, tem o nome de *Morro do Alecrim*.

Dissolvida a Junta Expedicionária do Ceará e Piauí, a 24 de outubro de 1823, o Ten. Cel. João da Costa Alecrim volta ao Ceará.

No movimento da confederação do Equador, em 1824, reaparece ao lado dos rebeldes. Foi eleito deputado para representar o Ceará no novo Governo salvador a ser instalado em Pernambuco. Sobrevindo o malogro do movimento, Alecrim não fugiu às responsabilidades assumidas nem procurou escusar-se pela porta falsa da covardia. Figurou em primeiro lugar na relação dos que deviam ser presos como implicados. Felizmente não chegou a ser julgado pela Comissão Militar que o teria enviado ao pelotão de fuzilamento.

Toda sua vida foi um rosário de lutas e agitações.

No fim da vida Alecrim voltou ao Maranhão e veio a falecer em Caxias, no ano de 1847, deixando a família na mais completa pobreza.[8]

---

[7] M. 97 – Doc. 13 – Cap. CAB

[8] *J. de Figueiredo Filho* – **História do Cariri** – Vol. II, pág. 45

Cai Carnaubeira e fecha-se o cerco de Caxias

No dia 10 de abril entra em Parnaíba o ten.-cel. José Narciso Xavier Torres à frente de uma tropa de Granja mal armada mas conduzindo 3 peças de artilharia calibre 6 e 2 calibre 3. Chegava a tempo de dar um pouco de sossego à Vila que desde a saída de Fidié, a 1º de março, estivera sempre exposta às incursões de rapina e devastação dos soldados de *Carnaubeiras*.

A 30 daquele mês regressaram do Ceará o ten.-cel. Simplício Dias da Silva e seus outros companheiros de infortúnio, à exceção do Dr. João Cândido de Deus e Silva que lá ficou por mais algum tempo.

O Governo de Oeiras transmitiu ao Cel. Simplício ordem para assumir o comando geral de todas as forças que estivessem reunidas ou se fossem reunindo em Parnaíba. Ele estará sujeito diretamente a Oeiras e lançará mão daquelas medidas e providências que as circunstâncias de tempo demandarem, para o que se deve considerar suficientemente autorizado. Fará construir as obras que julgar precisas nos lugares que forem mais convenientes, dando só ao Governo as devidas participações para sua inteligência.

Ao ten.-cel. José Narciso Xavier Torres o Governo faz ciente que deve procurar o ten.-cel. Simplício para atuar de acordo com ele.[1]

A 27 de maio o capitão-mor João Gomes Caminha sai de Pastos Bons à frente de 418 homens e 4 peças de artilharia, iniciando sua marcha em direção a Caxias.[2]

A 3 de junho sai de Oeiras rumo ao teatro da luta a tropa pernambucana de Pajeú das Flores, com 236 praças, sob o comando do Capitão-Mor João Nunes Magalhães. A Junta de Oeiras lhe recomenda que siga em direitura à *Passagem de Santo Antônio*, onde já deve estar esperando por ele o mensageiro que a Junta de Comissão Militar mandou para guiá-lo ao lugar certo que deve ocupar na frente de Caxias. O Governo espera que o Comandante pernambucano se sujeite às ordens do ten.-cel. Raimundo de Sousa Martins, Comandante em chefe do Exército naquela frente. Pede permissão ao Capitão-Mor Magalhães para lhe recomendar a máxima vigilância a fim de que, na marcha, sua tropa se comporte com moderação, para que não venham a sofrer pressões ou violências os povos estabelecidos ao longo da estrada.[3]

---

[1] L. 112 – of. 360 – pág. 119 – Cap. CAB
[2] L. 112 – of. 370 – pág. 130 – Cap. CAB
[3] L. 112 – of. 378 – pág. 135v – Cap. CAB

Tendo o ten.-cel. José Narciso Xavier Torres, Comandante da guarnição da Vila da Parnaíba, pedido a Oeiras, com urgência, dinheiro e armamento, a Junta de Governo lhe respondeu que, quanto ao dinheiro, esperasse ainda um pouco, dadas as distâncias e as dificuldades para enviá-lo. Quanto ao armamento, talvez que até o fim de junho já tenha chegado o que fora pedido à Bahia; então o Comandante receberá uma parte dele. Enviou-lhe o Governo 5 arrobas de pólvora e a recomendação para requisitar do Cel. Simplício a compra de certa quantidade de chumbo no Ceará.[4]

O Capitão-Mor Liberato José Leite Pereira Castelo Branco enviou de Pilão Arcado (PE), uma força de 300 homens, sob o comando do Capitão José Manoel Lopes de Oliveira. Desta força só puderam ficar 160 homens; os outros 140, por estarem desarmados, receberam ordem para voltar; eles iriam constituir mais um peso nas despesas do Exército já tão sobrecarregado com um número avultado de praças desarmadas. A tropa de Pilão Arcado chegara ao Piauí sem nenhum ônus para o nosso erário; o Capitão-Mor Liberato Castelo Branco arcara com todas as despesas de seu suprimento e nada quis receber, dando-se por pago das importâncias gastas.[5]

Apesar de já guarnecida com alguma tropa, Parnaíba não estaria realmente segura se não fosse destruído o reduto da *Carnaubeira*, de onde partia o inimigo para constantes incursões ofensivas até os arredores da Vila, ameaçando-a, por vezes, diretamente.

O ten.-cel Simplício pediu ajuda a Campo Maior e ao Brejo para uma sortida na *Carnaubeira*. O Brejo porém não estava em condições de lhe prestar qualquer socorro de tropa. O inimigo rondava suas vizinhanças, ameaçando-o. O comandante Severino, imprudentemente liberado pelos independentes na hora da capitulação, era esperado, a qualquer momento, de São Luís, trazendo reforços para a retomada da Vila.

O Capitão João Isidoro Bezerra, que com seu destacamento se passara para os independentes, indo de marcha para sua casa, após a tomada do Brejo, foi preso em *Manga do Iguará* pelo Comandante Manoel José de Magalhães, que o enviou para a Capital. Esta prisão revoltou os independentes. Sabedor do que acontecera ao capitão Bezerra, o Capitão-do-Mato João Ferreira do Couto reuniu 40 homens para vingá-lo. Na madrugada do dia 25 de maio surpreendeu a guarnição de Manga do Iguará desbaratando-a. Manchou esta vitória com um ato de pura vingança, assassinando friamente o Comandante Magalhães e mais 6 pessoas da povoação.

Temendo que o preto João Ferreira do Couto cometesse outras atrocidades, comprometendo assim, naquela área, a causa da independência,

---

[4] L. 112 – of. 391 – pág. 142v – Cap. CAB
[5] L. 112 – of. 404 – pág. 151 – Cap. CAB

o Comandante do Brejo despachou às pressas para Manga do Iguará uma força de 60 praças que deveria ali ficar mantendo a ordem e impedindo novos atentados à vida e à propriedade dos portugueses desarmados, infensos à independência do Brasil. No dia 25 de maio foram despachadas mais duas forças do Brejo: uma de 300 homens, sob o comando do tenente Francisco Gonçalves Meireles, que levava a missão de guardar o caminho de Icatu; outra de 200 praças, sob o comando do Alferes Salvador Cardoso de Oliveira, para vigiar os arredores de Itapecuru-Mirim. Assim desfalcada, a força independente que estacionava no Brejo não tinha condições para reforçar a tropa de Parnaíba.

Ao Tenente Simplício, em Campo Maior, Parnaíba pedira 200 praças armadas. Enquanto organizava esta expedição, o Tenente mandou na frente um pequeno destacamento de 30 praças.

De Piracuruca atendeu ao chamado do Cel. Simplício o Sargento-Mor Bernardo Antônio Saraiva, comandando uma pequena força.

Reunidos o Cel. Simplício Dias da Silva, o Sargento-Mor Bernardo Antônio Saraiva e o ten.-cel. José Narciso Xavier Torres, resolveram acometer *Carnaubeira*, antes que ali chegassem os reforços que tinham sido pedidos para S. Luís.

Era uma temeridade aquele ataque. *Carnaubeira*, situada na embocadura do igarapé Jacarandá, nas imediações da baía de Mantible, era uma fortificação respeitável, defendida por vários lances de trincheiras poderosamente armadas de peças de grosso calibre e granadeiras. Sua guarnição se compunha de 300 homens. Reinava, porém, indisciplina no reduto. Os soldados, por simpatizarem com a causa dos independentes, andavam às turras com os oficiais. Quando na manhã de 4 de junho 8 independentes caíram sobre o presídio, não houve reação. Os oficiais fugiram e os patriotas tomaram aquele ponto fortificado sem disparar um tiro. Para completar a vitória, avançaram sobre Tutóia e Icatu. No mesmo dia foi aclamado o Imperador nessas três povoações. Parecia mais um sonho aquela vitória fácil, que todos julgavam dificílima.

A notícia da tomada de *Carnaubeira* aliviou a tensão no Quartel de Pindoba. A Junta de Comissão Militar podia agora voltar-se inteiramente para o cerco de Caxias que já se começara a esboçar, a certa distância, com a ação das três Divisões que desde maio operavam naquela frente.

Verificou-se que as malhas do cerco ainda eram muito frágeis, mesmo para os lados do Parnaíba, permitindo assim que os portugueses continuassem a se abastecer de gado do Piauí. Descobriu-se o caminho que o inimigo utilizava para tal fim. O gado atravessava o rio um pouco abaixo do Brejo, seguia pela estrada do Itapecuru-Mirim e dali, subindo o Itapecuru, chegava com facilidade a Caxias.

Sem desfalcar as posições já conquistadas, o Comandante ordenou ao Capitão-Mor João Gomes Caminha e ao Capitão Matais de Sousa, chegados há pouco de Pastos Bons, que marchassem para um sítio à margem do Itapecuru, 4 léguas distante de Caxias. Esta força de 400 praças fez junção com uma outra de 342 soldados comandados pelo Capitão Francisco Germano de Morais e que se achava no lugar chamado *Terra Dura*, a légua e meia de Caxias. Fundidas as duas forças, elas se espalharam em leque pelas duas margens do Itapecuru e, por meio de guerrilhas, começaram a cortar o abastecimento do inimigo por aquela banda.

O Capitão Manoel Carlos da Silva Saldanha avançou até Rosário e dali guarneceu vários presídios que tornaram mais precária ainda a situação do abastecimento da Vila sitiada.

Foi feita farta distribuição de pólvora por todas estas tropas e, como houvesse falta de baias, o ten.-cel. Raimundo de Sousa Martins, Comandante Geral do Exército, ordenou que se improvisassem projéteis de pedaços de enxadas e de foices espalhadas pelas roças.

O Sargento-Mor Domingos Francisco de Carvalho avançou com sua tropa e ocupou o sítio *São Felipe*.

O Comando geral e a 3ª Divisão abandonaram *Pindoba* e ocuparam *Puraqué*, mais perto do inimigo.

Como os soldados estivessem atrasados no soldo e Oeiras ainda não tivesse providenciado o dinheiro para aquele pagamento, o ten.-cel. Raimundo de Sousa Martins dirigiu-se a quatro ricos proprietários do termo de Caxias, Cel. Francisco Dias Carneiro, Da. Antônia Gonçalves Chaves, Felipe Álvares de Almeida e Joaquim Antônio dos Santos, exigindo de cada um deles, por empréstimo, um conto de réis. O empréstimo foi prontamente coberto e os soldados receberam o que lhes era devido.

Agora era preciso completar o cerco o mais rapidamente possível com novo remanejamento nas tropas. O ten.-cel. Francisco Manoel de Araújo Costa avançou com sua força que se incorporou à do Capitão Francisco Germano. Os dois e mais o Tenente Roberto José de Moura avançaram e ocuparam o sítio denominado *Remanso*. O Capitão-Mor João Gomes Caminha trouxe sua tropa para a margem do Itapecuru em frente a *Remanso*. O Sargento-Mor Domingos Francisco de Carvalho e o Tenente Vicente Pereira da Silva ocuparam *Vereda*. Os Capitães Joaquim Nunes de Magalhães e Manoel Carlos da Silva Saldanha alcançaram até a Barra do *Riacho Fundo*. Com o Comando geral e a 3ª Divisão avançando para ocuparem Altos, a 15 quilômetros de Caxias, o Sargento-Mor Luís Rodrigues Chaves, comandando a 1ª Divisão, ocupou *Bonfim*.

A 19 de junho o cerco estava completo e a pouca distância de Caxias. Fidié sentiu o perigo tentou uma sortida. Organizou uma tropa de elite, bem armada e bem montada, e mandou fazer um reconhecimento na redondeza. Aproveitando a escuridão da noite do dia 27 de junho, aquela força passou desapercebida por entre as tropas do cerco. Mas, na volta, que se fez de dia, a tropa inimiga foi descoberta, atacada e desbaratada, deixando nas mãos dos independentes toda a presa e 10 soldados mortos. Os nossos perderam um homem.

Deste dia em diante os combates se multiplicaram, mas o inimigo estava definitivamente encurralado em Caxias.

Capitulação do Itapecuru-Mirim

Em 1821 a Vila de Itapecuru-Mirim constava de 131 fogos e 767 almas. Possuía Câmara, dois juizes Ordinários, do Cível e do Crime, um de Órfãos, um Vigário Colado, um Juiz da Vintena e um Comandante de tropa. Era um centro comercial em desenvolvimento, passagem obrigatória das boiadas que seguiam para a Capital. Suas ruas eram bem traçadas e suas casas de madeira e barro, umas cobertas de telhas e outras, a maioria, cobertas de palha. No ano da Independência a Freguesia contava com 367 fogos e 14.364 almas.

Após a tomada do Brejo, o Alferes Salvador Cardoso de Oliveira, por sua própria iniciativa, seguiu pela estrada do rio Preto, na direção da Boca da Mata; com o firme propósito de cortar as comunicações de Caxias com São Luís. De lá avançou mais na direção de Itapecuru-Mirim

Antes de chegar àquela Vila, aquartelou-se na fazenda do Alferes Sisnando José de Magalhães. Ali teve conhecimento da chacina que se fez na *Manga* quando de sua ocupação pelos independentes. Temeroso de que o procedimento de João Ferreira do Couto comprometesse a causa da Independência ali, mandou-lhe um emissário pedindo-lhe que suspendesse as hostilidades naquela povoação até sua chegada. Por via das dúvidas, o portador do recado, Alferes Antônio da Costa Paz., levou consigo 200 homens armados. Chegando também a Manga teve Salvador uma conferência, a sós, com o preto João do Couto, conseguindo chamá-lo à disciplina e à sujeição.

A tropa daquele crioulo violento foi então incorporada à de Salvador e ambos marcharam para o lugar denominado Jacu, distante uma légua e meia da Vila de Itapecuru-Mirim. Ali; depois de uni Conselho. a força foi dividida em quatro colunas, cabendo o comando de cada uma delas respectivamente a Domingos da Silva, o *Matrauá*, a João Ferreira do Couto, a Sisnando José Magalhães e ao piauiense Joaquim Carvalho. O Comando geral pertencia a Salvador Cardoso de Oliveira.

Tendo como centro Jacu, aquelas colunas se distribuíram estrategicamente pelas estradas e iniciaram guerrilhas contra os portugueses.

Na Vila reinava confusão motivada pelas ordens contraditórias que chegavam, às pencas, de São Luís.

O Comandante da Praça e da ribeira era o Capitão Antônio de Sales Nunes Belfort. Temendo a qualquer hora o ataque dos independentes, que já hostilizavam os arredores da Vila com guerrilhas, ele se negara a cumprir uma ordem do Governador das Armas no sentido de enviar, com urgência, para Caxias, 230 praças; organizara uma força de 80 homens escolhidos para a defesa do reduto e espalhara pelos caminhos patrulhas avançadas. De São

Luís chegara-lhe recomendação pata averiguar se era verdade o que lá se dizia a respeito do Comandante Parcial de Coroatá, se o Alferes Antônio Joaquim realmente mandara prender em troncos soldados de Milícias lavradores do distrito, e se o Capitão José Antônio Martins, Comandante Parcial de Cantanhede, havia calcado aos pés o laço constitucional e se gritava alto e bom som que tinha peias ensebadas para bater nos "marinheiros".

Antes que o Capitão Belfort iniciasse aquelas investigações, foi demitido pela Junta de São Luís, recebendo ordem de se retirar do distrito. Para substituí-lo chegou o Tenente Coronel de 2ª linha José Félix Pereira de Burgos.

O Governador das Armas do Maranhão reforçou a tropa de Itapecuru com 100 praças do Regimento do Mearim, que chegaram sob o comando do Capitão Raimundo José de Almeida. Esta força foi municiada com seis barris de pólvora e 6.000 balas de mosquete.

Quando se fazia este remanejo de tropas e comandos, chegou a São Luís o Capitão Severino, que entregara o Brejo aos independentes. Suas informações a respeito da situação ali deixarem as autoridades alarmadas. Urgia tanger os independentes daquele setor antes que eles começassem a ameaçar a própria Capital. Reuniram o maior número de tropas que puderam e as despacharam para aquela frente, sob o comando do Tenente-Coronel Ricardo José Coelho.

Esta tropa, quase toda de 1ª Linha, marchou para a Vila de Icatu. Ali se lhe reuniriam as praças que haviam capitulado em São Bernardo. Forças do Mearim e do Itapecuru-Mirim convergiriam para a fazenda do *Bandeira*, ponto de concentração de todas as tropas portuguesas. A cavalaria seria comandada pelo Tenente-Coronel Portugal. Tendo aquela fazenda como Quartel General, aquelas forças cairiam sobre os independentes e os expulsariam da região. Feita a limpeza do terreno, ocupariam Itapecuru-Mirim. Este era o plano traçado em São Luís.

Mal as tropas começaram a se movimentar, o plano foi alterado em virtude de notícias alarmantes que chegaram da frente de luta, dando conta do progresso das armas independentes. O Tenente-Coronel Coelho recebeu então ordem de marchar diretamente para o Itapecuru-Mirim. Levava 300 praças de 1ª Linha, 1 parque de Artilharia de 4 peças, calibre 4 e 5. Cerca de 500 Milicianos reforçariam esta tropa. Ali ele assumiria o comando geral da Vila e termo.

Mal a Junta de São Luís acabara de tomar aquelas providências, chegou à Capital a notícia de que a Vila de Caxias estava sitiada pelos independentes. Todo o plano idealizado para o Itapecuru-Mirim teve que ser novamente alterado às pressas. O Governo ordenou que daquela Vila marchassem para Caxias 400 homens da 1ª e 2ª Linha, sob o comando do Capitão Antônio José de Carvalho. Deveriam seguir embarcados. Mas nem

isto foi feito. Quando se soube na Vila o que estava para acontecer, a Câmara se opôs ao cumprimento daquela ordem e impediu a saída da expedição. Numa representação que fez para São Luís provou que o deslocam entre daquela tropa, além de desfalcar a Vila, não iria alterar em nada a situação de Caxias cuja sorte, àquela altura, já estava selada. o Governo, vacilante e sem energia, cedeu, anulando a ordem para se socorrer Caxias.

No dia 10 de junho os independentes atacaram Itapecuru-Mirim.

"Ouvindo o rufar de suas caixas, saiu da Vila um piquete de Cavalaria de 6 homens comandados pelo Alferes José Joaquim de Castra Launé para reconhecer o que se passava no acampamento inimigo e, adiantando-se no caminho, deu com uma emboscada e viu-se obrigado a regressar. Tocando chamada geral, a tropa do Tenente-Coronel Ricardo José Coelho postou-se ao largo da Praça de Nossa Senhora do Rosário e, com os Milicianos, formou duas divisões. Colocou-se na Rampa uma guarda e, à esquerda do largo, outra pequena tropa de polícia para defender a estrada do Pau-de-Arara. Dispostas assim as forças que se achavam na Vila, a Cavalaria, comandada pelo Tenente Carlos Peregrino Pereira de Burgos, adiantou-se além da guarda mais avançada do arraial, distante 400 braças do acampamento, na estrada que segue para o centro, e encontrou-se com a tropa independente, que havia postado uma peça no meio da estrada e que tentou flanqueá-la. Travada a ação, engajou-se a guarda avançada e marcharam outras forças, que foram entrando em fogo, mas que foram recuando até a reserva que cobria a Vila. Os independentes, à proporção que as tropas portuguesas recuavam, avançavam, sustentando com denodo o fogo da Mosquetaria e da Artilharia. À noite, bateram em retirada. A ação durou das 4 horas da tarde até ao escurecer. O Tenente-Coronel Burgos, receando um assalto no turno, fez iluminar toda a Vila para melhor ordem da defesa. As tropas brasileiras deixaram em poder dos portugueses uma peça de Artilharia, algumas armas, uma caixa de guerra e quatro prisioneiros, dos quais 2 faleceram logo, e, no campo, 16 mortos. Das tropas portuguesas foram feridos 16 homens e pereceram 1 soldado de linha, 4 Milicianos do Brejo e 2 do Mearim.

"Longe, porém, de atacar a Vila como receava a sua guarnição, Salvador, reunindo em Conselho os seus oficiais, resolveu sitiá-la, mandando para a estrada do Porto da Gabarra o Capitão João Ferreira do Couto; para o lugar denominado Barriguda, *Matrauá*; e para o Guanaré, Joaquim de Carvalho, permanecendo no Icatu o Alferes Sisnando José de Magalhães. O Quartel General era no Guanaré.

"Nove dias depois do ataque à Vila, constou ali que o Comandante do destacamento de Cantanhede se havia reunido no Guanaré às forças de Salvador e, reconhecendo o Tenente-Coronel Coelho que não havia gado senão para o dia seguinte e lhe faltavam munições de guerra, consumida a que havia nos ataques e escaramuças antecedentes, reuniu a Câmara e os Comandantes

de Corpos a fim de tomar-se uma deliberação. Decidiu-se, nesse Conselho, que atento ao estado das coisas, a má vontade que nos naturais da ribeira se observava para prosseguirem na defesa da Vila, a deserção de muitos Milicianos e o acabrunhamento de toda a Força Armada pelas fadigas e privações que experimentava, era conveniente abandonar aquele ponto e, aproximando-se mais da capital, guarnecer a freguesia do Rosário, mandando-se para o Porto da Gabarra um forte destacamento. Essa deliberação, que se devia ter efetuado como maior segredo, divulgou-se imediatamente, causando desgosto e murmúrios entre os moradores, Mas não era esse o único inconveniente com que teria de lutar o Tenente-Coronel Coelho para efetuar a sua retirada. Reviveram-se as desinteligências e os doestos entre ele e o Comandante Geral, José Félix Pereira de Burgos, desinteligências que de há muito duravam e pareciam extintas mas que, chegando ao conhecimento do Governo, tinham motivado a demissão de Burgos, sendo nomeado para substituí-lo, em data de 17 de junho, o Capitão José Carlos de Melo e Alvim, que não chegou a entrar em exercício. O Tenente-Coronel Burgos exigia que os Milicianos se conservassem na Vila e que se retirasse para o Rosário unicamente a tropa que se achava sob o comando de Coelho. Acaso esses debates deram lugar a que se demorasse ate, às 10 horas da noite o embarque da Artilharia e do trem, seguindo-se o da tropa, que seria protegido na retirada por piquetes. Às 11 horas da noite correu a notícia de que os destacamentos postados em diversos pontos da estrada da Vila haviam abandonado os postos que lhes tinham sido confiados e que os inimigos flanqueavam o campo. Além disso, uma força independente emboscada na margem aposta àquela em que a tropa devia efetuar o seu embarque rompeu o fogo sobre a guarda que a protegia, comandada pelo Capitão Severino Alves de Carvalho. Não sendo possível, pela escuridão da noite, tentar qualquer operação, enviou o Chefe português ao campo independente um parlamentário a saber quais eram as suas intenções e, mal rompeu o dia, viu-se que os independentes haviam cercado a Vila. Com o regresso do parlamentário, soube-se então que o Tenente-Coronel Burgos se passara com os Milicianos para os independentes e assumira o comando da tropa que se achava em frente e nos flancos da Vila.

"Na conferência que teve lugar entre José Félix Pereira de Burgos e Ricardo José Coelho, decidiu-se que este se retiraria para a capital com toda a tropa do seu comando, depondo as armas e deixando ficar toda a Artilharia, petrechos e munições de guerra. Mas, ainda se não tinha assentado definitivamente a capitulação, quando Salvador de Oliveira se apresentou na Vila, tendo esperado o romper do dia para entrar em negociações com os Chefes portugueses, não contando, porém, que o Tenente-Coronel Burgos se tivesse passado para os independentes. Grande, pois, foi a sua surpresa quando já achou estabelecida a capitulação. Disto originou-se tal inimizade entre ele e Burgos que mais tarde deveria contribuir para a deposição deste do Comando das Armas. Informado o Chefe independente das condições estabelecidas, não quis assiná-las e só depois de grandes debates conveio que ficasse toda a

tropa de 1ª linha, permitindo-se que regressassem a Capital o Ten. Coronel Ricardo José Coelho, os Capitães Antônio José de Carvalho, Severino Alves de Carvalho, Antônio Pereira, João José Alves de Sousa, Vasconcelos Bernardino Freire, Tenentes Antônio Carneiro Alves Júnior, Ricardo Martins Vidigal, Fernando Mendes de Almeida, Joaquim de Sousa Ribeiro, Ajudante Antônio Joaquim Diniz, Alferes José Domingues, José Joaquim de Castro Launé, Diogo Sarmento de Maia, Manoel José Rodrigues Ponçadilha, José de Oliveira Guimarães, Domingos da Costa Lima, 9 cadetes, 2 sargentos, 3 furriéis, 1 cabo, 1 anspeçada e 10 soldados da Companhia da Cavalaria Franca.

"O Tenente-Coronel Burgos continuava a permanecer na Vila do Itapecuru-Mirim e, vendo que pela invasão de tropas indisciplinadas a desordem e a facção passaram a ocupar aqueles distritos de onde haviam sido expulsas as tropas portuguesas e que, à sombra da Independência, se iam cometendo alguns roubos e assassínios, receoso de que a anarquia tomasse inteiro assento na Província, julgou prudente instalar, provisoriamente, os Governos municipal, civil e militar naquela Vila, visto achar-se cortada a comunicação com a Capital, que ainda se mantinha sujeita ao Governo português. Nos dias 18,19 e 20 de julho reuniu Câmara Geral e fez eleger os ditos Governos, cujos membros prestaram logo solene juramento de adesão e fidelidade à Independência e ao Imperador. Mas tendo-se consideração com a cidade de São Luís, não só como Capital da Província, mas também porque concentrava muitas pessoas que anelavam a independência, assentou-se, na Assembléia Eleitoral, elegerem-se unicamente 4 membros para o Governo Civil, dando-se à Capital o direito da eleição dos três outros membros e, dentre estes, o presidente, isto no caso de marchar-se ali para essa eleição, de acordo com as autoridades já independentes.

"A eleição do Itapecuru-Mirim recaiu nos seguintes cidadãos: Padre Pedro Antônio Pereira Pinto do Lago (secretário), Antônio Joaquim Lamaguere Galvão, Fábio Gomes da Silva Belfort e Antônio Raimundo Belfort Pereira de Burgos. Foi eleito Governador das Armas o Tenente Coronel José Félix Pereira de Burgos, com voto no Governo Civil.

"Antes da criação desse Governo, Salvador havia partido para o Rosário, de onde expediu João Ferreira do Couto para o Porto da Gabarra. Para Viana seguiu o Alferes Sisnando José de Magalhães e para a Vila de São Bernardo foram mandados o Tenente de Milícias José Vieira da Silva e o Vereador Antônio José Nogueira, indo o Tenente em comissão especial para fazer reconhecer a autoridade do Governo eleito em Itapecuru-Mirim e proceder à eleição da Câmara, que seria empossada por Nogueira".[1]

Depois de instalado o Governo de Itapecuru-Mirim, participou-se a sua existência à Junta de Delegação Expedicionária, que sitiava Caxias, e à Junta Provisória de São Luís.

---

[1] *Luís Antônio Vieira da Silva* – **História da Independência da Província do Maranhão**, págs. 134 a 138.

Parece que os Chefes militares maranhenses, que atuavam nas frentes de São Bernardo e Itapecuru-Mirim, brincavam de guerra. Não se pode compreender de outro modo o costume que eles tinham de enviar emissários ao campo adversário para perguntarem ao inimigo quais eram as suas intenções. Está na cara que numa guerra de verdade a intenção do inimigo é sempre anular ou destruir o oponente.

Abdias Neves em "A Guerra do Fidié" acrescenta pouca coisa ao que escreveu Vieira da Silva a propósito da queda de Itapecuru-Mirim. Ele dá a razão por que suspenderam o ataque às forças dos independentes ao anoitecer daquele dia 10 de junho, quando já penetravam nas ruas da Vila em perseguição aos portugueses que recuavam. É que lhes escasseavam munições, não lhes convindo pois acampar em terreno nas vizinhanças do inimigo. Ao anoitecer voltaram as tropas brasileiras para o reduto do Jacu, légua e meia distante da Vila.

Há uma séria discordância entre Abdias e Vieira da Silva no caso da adesão do Tenente-Coronel José Félix de Burgos. Vieira da Silva afirma que Salvador só foi tomar conhecimento daquela adesão no dia da vitória, já dentro da Vila para entendimentos diretos com os portugueses, quando Burgos negociava com a Tenente-Coronel Coelho os termos da capitulação. Diz Abdias, porém, que antes do dia 21 de junho o Tenente-Coronel Burgos se apresentou no Guanaré, levando sua Companhia formada de 120 praças, e se reuniu a Salvador, aderindo aos independentes.

Para contestar Vieira da Silva, Abdias se baseia em um ofício que o Alferes piauiense Joaquim Carvalho de Almeida, combatente no Itapecuru-Mirim, escreveu ao Comandante geral de Campo Maior, Tenente Simplício José da Silva, e que dizia que no dia 10 de junho a tropa dos independentes tivera um grande combate com os defensores daquela Vila maranhense. O combate principiara a 500 braças mais ou menos do perímetro das ruas e o inimigo fora obrigado a recuar. Quando os independentes já invadiam as primeiras casas da Vila, faltou-lhes munição. Como já era noite, e para não ficar exposta ao cerrado fogo dos portugueses, a tropa dos independentes voltara para o Jacu, de onde havia saído para o ataque. Houvera mortandade de parte a parte, mas o Tenente Carvalho não sabia dizer quantos homens perdêramos pois os portugueses, senhores do campo, haviam pasto guarda nos corpos. Nessa noite muita gente nossa desertara.

Na mesma noite, o Alferes Salvador mandara ocupar Barriguda com um destacamento dos nossos. Este destacamento fora, porém, atacado e vencido pelo inimigo que para tanto se servira de duas barcas armadas que desceram o rio e 200 soldados de 1ª linha que marcharam por terra. O que restara do destacamento recolhera-se mais tarde ao Jacu.

Na manhã do dia 20 apresentara-se no acampamento dos brasileiros o Tenente-Coronel Félix de Burgos, com uma Companhia de 120 soldados, bem armados e municiados, aderindo à causa da Independência. Fora uma

ajuda valiosíssima, que chegara na hora, não só pelo reforço que trazia como pelas informações preciosas que o Tenente-Coronel Burgos fornecera aos independentes a respeito da qualidade e distribuição das forças que defendiam a Vila e o moral de que estavam possuídas.

Quando ia ser desencadeado o segundo ataque, no dia 21 de junho, o inimigo pedira paz e capitulação. Entregara armamentos, artilharia, munições, apetrechos de guerra e o campo. O armamento e a munição eram em grande quantidade, o melhor que havia no Maranhão. Isto contradiz Vieira da Silva que afirma que o Tenente-Coronel Coelho resolvera evacuar a Vila justamente porque não tinha mais munição.

Naquele dia 24 de junho, após a capitulação, foram despachados 200 homens para ocuparem a Vila e impedirem a subida de qualquer socorro para São Luís pelo rio acima, e mais uma guarnição foi enviada para o Porto da Gabarra com a missão específica de cortar o abastecimento de gado para a Capital.

Os 400 soldados de 1ª linha que guarneciam Itapecuru-Mirim não quiseram embarcar para São Luís e aderiram aos independentes, reforçando-lhes o poderio, ali.

Chega Filgueiras à Capital do Piauí

A 5 de junho de 1822, Dom Pedro, em atitude de rebeldia contra as Cortes de Lisboa, expede o decreto convocando Constituinte para o Brasil.

A ordem do Príncipe foi mal recebida pelo Governo Provisório da Província do Ceará, eleito a 15 de janeiro de acordo com o decreto de 29 de setembro de 1821.

A Junta de Governo cearense compunha-se dos seguintes membros: ex-primeiro Ouvidor da Comarca do Crato – José Raimundo do Paço Porbém Barbosa, Padre Francisco Gonçalves Pereira de Magalhães, Mariano Gomes da Silva, José de Agrela Jardim e José de Castro e Silva.

No Crato, porém, o decreto foi acolhido com entusiasmo. Tristão Gonçalves e José Pereira Filgueiras, aliados, levaram o Ouvidor Lagos e a Câmara Municipal a cumprirem o decreto, marcando as eleições para o dia 7 de setembro.

Naquela data realizaram-se as eleições, sendo escolhidos os eleitores do Crato que iriam, por sua vez, eleger os representantes do Ceará na Constituinte do Brasil. Aquele movimento marcou o verdadeiro início da Independência no Ceará, e seus mentores possuíam nítida consciência de sua posição revolucionária. O que fora feito era para valer.

Mas a reação não se fez esperar. Logo a 9 de setembro, a Câmara teve que usar de energia ordenando ao Alferes José Félix de Mendonça, comandante do destacamento local, que se retirasse da Vila por ser contrário à causa da Brasil. Ele se retirou para o Icó e ali se juntou a outro ferrenho defensor da causa portuguesa, o Tenente Manoel Antônio Diniz.

Tendo a Câmara do Crato solicitado à do Icó que também cumprisse o decreto do Príncipe, o Tenente Diniz iniciou, naquela Vila, uma violenta perseguição aos partidários de Dom Pedro. A Câmara do Icó não se intimidou. No dia 16 de outubro, reuniu-se, ali, o Conselho Eleitoral, que impugnou a Junta Governativa, instalada em Fortaleza, e decidiu-se pela organização, no Icó, de um Governo Temporário. O Tenente Diniz então invadiu a Casa do Conselho, prendeu parte dos eleitores e dispersou os restantes. Nem sabia que estava acendendo um estopim e que a bomba iria papocar nas suas próprias mãos poucos dias depois.

Crato não ficou indiferente àquela violência no Icó. O Capitão-Mor Filgueiras, à frente de numerosa força, avançou sobre aquela Vila, para castigar a insolência de Diniz. Sua vanguarda, comandada por Joaquim Pinto Madeira, chegando ao Icó intimou o Tenente a se retirar. Como não fosse atendida, desencadeou o ataque, investindo contra as trincheiras do adversário, que fugiu na direção de Fortaleza. Não foi muito longe, porém. No lugar denominado *Forquilha* foi atacado pelas forças do *Riacho do Sangue*, comandadas

pelo Tenente-Coronel Antônio Bezerra de Sousa Menezes. O Tenente Diniz, seus oficiais e soldados, todos caíram prisioneiros e foram recambiados para o Icó. Chegados ali, Pinto Madeira quis fuzilar o Tenente, não o fazendo a pedido do Tenente-Coronel Bezerra.

Fortaleza, nada podendo fazer, apenas ameaçava. Filgueiras porém não dava bolas para os arreganhos da Capital. A 4 de novembro mandou prender em São João do Príncipe, hoje Tauá, o Ouvidor Lagos, que se mostrava infenso à causa dos independentes.

Vendo que crescia e se espalhava por toda a Província o movimento dos partidários da Independência, a Junta de Governo de Fortaleza se demitiu no dia 9 de novembro. Mas o Corpo Eleitoral não concordou com aquela demissão e enviou ao Crato o padre Landim para se entender com Filgueiras e procurar dissuadi-lo de avançar com tropas sobre a Capital.

A notícia da Independência do Brasil e da aclamação de Dom Pedro chegou ao Crato a 26 de dezembro de 1822, mas desde o dia 1º de setembro que a Câmara daquela Vila cearense acendera a luta em toda a Província e custeava o movimento com os parcos recursos que possuía ou que ia arrecadando.

A marcha de Filgueiras sobre Fortaleza se deu pela zona ribeirinha do Jaguaribe, passando em Aracati. Chegou à Capital no dia 23 de janeiro de 1823, data em que foi empossado, com todos os membros do Governo Temporário do Icó, na direção da Província.

No dia 29 daquele mês e ano mandou demitir dos cargos públicos todos os funcionários de origem lusitana, inclusive vereadores da Câmara Municipal.

A 3 de março procedeu-se à eleição para o novo Governo que ficou assim constituído: Padre Francisco Pinheiro Landim, Presidente; Tristão Gonçalves. Padre Vicente José Pereira, Miguel Antônio da Rocha Lima: Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro, Vogais.

O Capitão-Mor José Pereira Filgueiras foi investido na espinhosa missão de Comandante das Armas da Província.

No Crato, porém, as coisas não iam bem. As prevenções políticas entre conservadores e liberais reacenderam-se ameaçando a causa da independência. O Brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro, o Vigário Antônio Manoel e Joaquim Pinto Madeira, conservadores, não viam com bons olhos a estreita aproximação de Filgueiras com Tristão Gonçalves, da família Alencar.

E foi precisamente naquela hora de desconfianças e divisões entre os cearenses que o Piauí, em dificuldades, apelou para o Ceará. Vindo de Oeiras, chegou ao Crato, então Capital da Província, José de Sousa Coelho de Faria, emissário dos irmãos Brigadeiro Manoel de Sousa Martins e Joaquim de Sousa Martins, pedindo, em nome dos patriotas piauienses, ajuda de tropas e

munição aos cearenses para poderem expulsar Fidié do Piauí. Acontece que aqueles chefes piauienses eram parentes da família Alencar. Isto bastou para que o Brigadeiro Leandro Bezerra se opusesse ao envio de tropas para o Piauí. Coadjuvado por Pinto Madeira aquele Brigadeiro sabotou o envio da expedição auxiliadora cearense ao nosso território, naquela hora.

A 7 de fevereiro Tristão Gonçalves ainda fez uma tentativa de levar a Câmara do Crato a socorrer o Piauí com tropas, mas foi derrotado.

Quando se deu a debandada dos chefes independentes de Parnaíba, à aproximação de Fidié, de Granja foi enviado a Fortaleza Frei Alexandre da Purificação, como porta-voz dos piauienses, com pedido de socorro de tropas e munição para se libertar o Piauí do jugo português. Fomos bem sucedidos ali. O pedido foi prontamente atendido e o Ceará se prontificou a nos mandar socorro do Cariri, dos Inhumas, de Viçosa e de Sobral.

O Governo cearense, agora em mãos dos patriotas, depois da batalha do Jenipapo, começou a preparar uma forte expedição auxiliadora para combater os portugueses no Piauí e no Maranhão. Para dirigi-la foram designados o Comandante das Armas, antigo Capitão-Mor do Crato, José Pereira Filgueiras e o Vogal do Governo Tristão Gonçalves,

Esta expedição saiu de Fortaleza a 29 de março de 1823. Passou em Aquiraz no dia 30 e somente a 4 de abril atingiu Aracati. Sua marcha era lenta. Por onde passava, procurava levantar o ânimo das populações cearenses em favor da causa brasileira. Seus chefes faziam coleta de gêneros e dinheiro para a alimentação e custeio da expedição.

Marchavam preocupados. Em Fortaleza e no Crato certos elementos conservadores chafurdavam o ambiente e ameaçavam a ordem.

Em Icó, no dia 24 de abril, foi escrito o seguinte no Diário da Expedição:

"A máquina política de nossa Província está desorganizada. Não resta mais dúvida que a guerra civil entra a mover seus braços para dilacerar-nos. No Crato, Jardim e Lavras se organiza um grosso partido contra a nossa santa causa e já no Crato fizeram planos para a reunião de rompimento de horrorosos atentados, a ponto de se ver próxima a instalação de um Governo dos Europeus da Barbalha, de que eram vogais Nascimento, Pinto e outros que são por nós bem conhecidos.

"No dia 14 do corrente no Crato se levantou um partido furioso dos soldados de Nosso Senhor Jesus Cristo, como lhe chamam os cabras, e depois de haverem solto um soldado que aí se achava preso, à ordem do Governo, passaram a atacar a casa de José Dias, e deitando-lhe a primeira porta abaixo, foram obrigados os moradores a fugir, tendo antes posto fogo a um barril de pólvora, que, levando a casa, não matou a um só dos malditos. Depois disto,

Joaquim Pinto e Francisco Pereira atulharam a Vila de um numeroso povo, que de então para cá não se sabe que atentados terão cometido, pois neste momento nos chegam aqui algumas pessoas fugidas daquele lugar e só nos anunciam estes fatos e a total indisposição contra a Independência".[1]

Ainda do Icó, no mesmo dia 24 de abril, Filgueiras e Tristão se dirigiram ao Sargento-Mor Vitoriano Maciel, no Crato, nos seguintes termos:

"O último ofício de V. S. fez-nos entender que já se achava nesta Vila dos ausentes... Com a mais viva dor e consternadora mágua temos sabido do deplorável estado em que se acha essa, a primeira Vila da Província que outrora deu o exemplo de heroísmo e adesão à causa da Independência. Parece-nos o proceder de homens filhos da pátria que desapiedadamente atraiçoam o mais sagrado dom com que o Supremo Autor das coisas boas os dotou. Malvados! E ainda vos conservais impunes...

"Os relevantes serviços que V. Sa., na crise presente, tem prestado à causa da pátria, o tem feito digno da maior confiança e por isso credor de o nosso bem formado conceito; não podemos portanto deixar de o encarregar da paz e tranquilidade pública dessa Vila e seu termo, e ainda do mando das Armas da Vila do Jardim, de que já está autorizado por nós. Esperamos portanto que continuará a promover o bem dos povos com zelo e atividade na forma do seu costume. E se todavia esses povos insubordinados fomentarem partidos contra a causa pública, de sorte que V. Sa. não possa remediá-los, quanto antes se ponha em marcha com as pessoas que o quiserem acompanhar, e venha ao nosso encontro.

"Até amanhã saímos desta para essa Vila, bem que só para o fim do mês ou princípios do vindouro poderemos lá chegar: então, de comum acordo, obraremos em bem da causa pública".[2]

A expedição chegou ao Crato no dia 5 de maio. No dia 18 os chefes promoveram reunião, em conselho militar, sob a presidência de José Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves. Deliberou-se enviar um ofício enérgico ao Governador interino das Armas, em Fortaleza, Francisco Félix de Carvalho Couto, responsabilizando-o pelos danos que sua rebelião causava ao Ceará. Deliberou-se também prosseguir com a marcha para o Piauí e Maranhão, apesar da insegurança da causa nacional em Fortaleza.

De 5 a 27 de maio, no Crato, os Chefes independentes expurgaram os elementos nocivos à causa brasileira. Assim é que o Brigadeiro Leandro Bezerra teve que fugir e se refugiar em Sergipe para não ser preso e processado. A mesma sorte coube a Pinto Madeira. Também foi preso, na Vila de Santo

[1] *J. de Figueiredo Filho* – **História do Cariri** – pág. 31
[2] *J. de Figueiredo Filho* – **História do Cariri** – pág. 31

Antônio do Jardim, o padre Antônio Manoel de Sousa. Vigário daquela localidade e partidário fanático de Pinto Madeira. Os bens deste último foram sequestrados, sob a alegação de que ele não prestara contas do dinheiro que arrecadara em sua marcha para o Icó.

Depois de devidamente refeita de apetrechos de armas e munições de boca, a 27 de maio a expedição partiu do Crato em direção ao Piauí. Seguiu pela velha estrada do Assaré, em direção a Várzea da Vaca, hoje Campos Sales. A 30 de maio estava no Rosário.

Em marcha, Filgueiras recebeu a nomeação para comandante Chefe das Forças Independentes do Piauí e Maranhão assinada pelo Imperador, com data de 16 de abril.

A 8 de junho recebeu-se em Oeiras a notícia de que a expedição cearense aproximava-se da Capital. Imediatamente a Junta de Governo despachou o Capitão José Inácio Madeira de Jesus para encontrar-se com ela e transmitir aos Chefes cearenses os cumprimentos do Governo da Província. Em ofício datado daquele dia e mês pede-lhe desculpas pela falta de comodidades que possam ter experimentado no trânsito pelo nosso território. A medonha seca que tem esterilizado a ribeira que eles atravessaram privou o Governo de proporcionar-lhes as comodidades que bem desejaria dispensar-lhes.[3]

Nesse ínterim, a Junta recebeu um ofício de Filgueiras que é uma verdadeira lamentação pelas dificuldades que a expedição tem enfrentado dentro do Piauí. Começa o Brigadeiro cearense se queixando da falta quase absoluta de cavalgaduras para substituírem os animais, já cansados, trazidos do Ceará. Quando um fazendeiro piauiense lhe fornece alguns cavalos, o chefe cearense já está certo que, à noite, lhe serão roubados os animais pelo mesmo fazendeiro que os cedera de manhã. Também não tem sido possível prover a tropa de suficiente farinha para sua alimentação.

Respondendo em 12 de junho a este oficio, o Governo piauiense lamenta profundamente o que acontecera:

"Foram bastantes as primeiras linhas do ofício de V. Excias., para nos amargurar pelas faltas que hão experimentado, algumas delas quase irremediáveis, como abundância de cavalgaduras e farinha. E como o Ilmo. Presidente deste Governo já há de ter tido a satisfação de encontrar-se com V. Excias., ele em desempenho do seu e nosso dever, em prova de que algumas das faltas são originadas pelas atuais circunstâncias da Província e da seca que nela grassa, informaria a V. Excias. quais os urgentes motivos que ocasionaram semelhantes faltas. Queiram V. Excias. persuadir-se que tem sido

[3] L. 112 – of. 400 – pág. 148v – CAB

um dos principais desvelos do Governo a comodidade e bom tratamento das briosas tropas que em auxílio desta Província têm marchado. Elas têm vindo e aqui chegado melhor que no-lo podem dizer, e se essas que hão sido capitaneadas por outros chefes, ainda que dignos de atenção, têm merecido o nosso cuidado, como não mereceria aquela que acompanha V. Excias. em quem firmamos nossas últimas esperanças? Porém o achar-se já a Província esgotada de cavalgaduras como movimento de tropas que a sete para oito meses sofre, a nenhuma abundância de farinha que desde o ano passado experimenta, e que tem crescido com a necessária concorrência dessas mesmas tropas, causou-nos agora o desgosto de ouvir a lamentável e penosa marcha da tropa de V. Excias. Creiam V. Excias. que Campo Maior, onde superabundava o cavalar, vê-se hoje em estado de não poder concorrer com esse artigo, havendo fazendas que mal para semente ficaram algumas cavalgaduras. Valença padece o mesmo, tanto que houve fazendas donde se tiraram por vezes sessenta e setenta cavalgaduras, e sendo necessário há pouco remeter-se quinhentos bois para o Exército que está além do rio, os vaqueiros dalgumas fazendas não puderam campear. As fazendas da Nação estão bastante deterioradas dessa qualidade de gados; e a seca e as urgências da Província as tem esgotado. Mandamos diligenciar cavalgaduras na Freguesia de Jerumenha, por ser mais úmida e não se ter feito tão sensível a seca ali, mas ainda não chegaram. Os povos tem concorrido com o que se lhes tem pedido, porém estão de tal maneira decadentes pela magrém que poucos passos avançariam. Acaba-se de dar cento e sessenta e tantas cavalgaduras para a tropa de Pajeú das Flores e para a de Pilão Arcado, que estavam aqui detidas a fim de continuarem a sua marcha para o ponto da precisão. Ficamos prosseguindo nas diligências para suprirmos o grosso Corpo de Tropa que V. Excias. conduzem, e talvez que daqui ao destino que ela tem de dirigir-se as faltas não sejam tão ingratas como as que ofereceram essa ribeira, que a grande falta de chuvas tem tomado quase intransitável, ou não tardará a por-se nessa situação. Todavia a vileza daqueles de nossos súbditos que se arrojaram a mandar roubar as cavalgaduras com que concorreram terão o prêmio de tão indigna ação; e os empregados e encarregados de providenciarem sobre as necessidades da tropa hão de mui restritamente responder por sua conduta a esse respeito".[4]

Realmente, não satisfeito com o emissário e ofício, o próprio Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, presidente de nossa Junta de Governo, deixou Oeiras e foi ao encontro dos Chefes cearenses para lhes explicar, de viva voz, a precariedade da situação econômica da Província, naquela hora.

A 15 de junho o Brigadeiro José Pereira Filgueiras, Governador das Armas do Ceará, e o Sr. Tristão Gonçalves Pereira, primeiro vogal do Governo daquela Província, entraram em Oeiras à frente de pouco mais de 2.000 homens e 3 peças de campanha.[5] Haviam saído de Fortaleza a 29 de março.

[4] L. 112 - of. 408 - pág. 153v - CAB
[5] L. 112 - of. 415 - pág. 161v - CAB

Diz Abdias Neves que aquela gente chegou estropiada, quase desarmada, pois os que portavam armas traziam clavinas de caça. Arrastavam 3 peças de fraco calibre.

Aboletaram-se em Oeiras por vários dias, quando o abastecimento ali já estava precaríssimo com gente passando fome. Mas o Governo se desdobrou para que não faltasse alimentação à tropa cearense. O que eles queriam mesmo era dinheiro. A muito custo a Junta conseguiu levantar os 26:000$000 de réis que exigiam.

A 27 de junho o Governo designou dois de seus membros para Com Filgueiras e Tristão, constituírem uma Delegação de Governo que ficaria no comando de todas tropas independente, na frente de Caxias. Os escolhidos foram o Brigadeiro Manoel de Sousa Martins e o Tenente-Coronel Joaquim de Sousa Martins.

Preocupado com a força de Filgueiras, o Governo de Oeiras quase que havia esquecido o abastecimento do Exército que sitiava Caxias. Ali os pobres chefes se viravam como podiam para alimentarem a soldadesca, nos intervalos dos combates. Antes pois de seguir para a frente de luta, o Brigadeiro Sousa Martins tomou certas providências para sanar aquela falta. Apelou para Pastos Bons pedindo à Câmara daquela Vila maranhense, libertada pelos piauienses, que enviasse farinha e gado para a alimentação do Exército no cerco de Caxias. Pediu também ao Comandante de Crateús, José Francisco de Macedo, que levantasse, na ribeira, uma certa importância, para pagamento do soldo às forças independentes que lutavam no Maranhão. Pedido semelhante foi dirigido ao Coronel José da Cunha Lustosa, de Parnaguá; ao Sargento-Mor Luís Duarte Faria, de Jerumenha; ao Capitão Antônio Pereira da Silva, da ribeira do Itaueira; ao Capitão-Mor Antônio José Leite Pereira de Castelo Branco, de Valença; ao Capitão Vicente da Rocha Araújo, de Marvão; aos Tenentes Alexandre Barbosa de Carvalho, Inácio de Loiola Mendes Vieira, aos Alferes José Martins de Sousa e Gonçalo José Ribeiro, da ribeira do Itaim; ao Alferes Manoel Rodrigues da Silva, do Riachão; ao Capitão Arnaldo José de Carvalho, do Canindé, ao Tenente Joaquim Antônio de Morais, da ribeira das Guaribas; ao Coronel Simplício Dias da Silva, da Parnaíba; ao Tenente-Coronel Francisco Félix Narciso Castelo Branco, ao Capitão de Granadeiros Simplício José da Silva e ao Tenente Antônio Lopes Castelo Branco e Silva, de Campo Maior.

A 4 de julho saíram os cearenses de Oeiras rumo a Caxias. Não seguiram com eles o Brigadeiro Sousa Martins e seu irmão. O Brigadeiro precisava ficar para algumas providências urgentes. Escreveu ao Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins; Comandante geral das forças sitiantes, ordenando-lhe que providenciasse acomodação para o reforço cearense que saíra de Oeiras, e que tudo fizesse para que reinasse a mais perfeita solidariedade entre piauienses e cearenses na frente de luta.

Foi bom que o Brigadeiro tivesse ficado na Capital por mais alguns dias. A 8 de julho chegou-lhe a notícia de que as tropas cearenses que guarneciam Parnaíba haviam desertado em bloco, sem qualquer motivo, voltando para o Ceará. Eram assim os cearenses que atuavam no norte da Província. Se o inimigo soubesse, bem que poderia tentar reocupar a Vila, vindo pelo mar. No mesmo dia o Brigadeiro despachou um positivo para o Tenente-Coronel Francisco Félix Narciso Castelo Branco, no comando das forças em Campo Maior, ordenando-lhe que fizesse seguir, com urgência, para Parnaíba, toda a tropa que estivesse armada, ali, e tratasse de levantar outros contingentes que, uma vez armados, seguiriam para o mesmo destino. O Tenente-Coronel Francisco Félix era doente de epilepsia. Podia estar tranquilamente no comando de uma tropa, mas, se surgia uma encrenca, ele adoecia, e passava o Comando ao seu substituto, o Capitão Simplício José da Silva. Foi o substituto deste último que cumpriu aquela ordem. Deu ainda o Brigadeiro poderes ilimitados para garantir a ordem pública na Vila abandonada ao Cel. Simplício Dias da Silva. E determinou que o Tenente-Coronel cearense Manoel Francisco de Melo, que ocupava São Bernardo com tropas de Piracuruca, se deslocasse com elas, sem demora, pata Parnaíba, e ali se aquartelasse sob as ordens do Coronel Simplício.

Na manhã do dia 14 de julho o Brigadeiro e seu irmão viajaram para se juntarem a Filgueiras e Tristão Gonçalves, na frente de Caxias.

No outro dia, 15 de julho, chegava a Oeiras, de mãos abanando, o Capitão Domingos Vieira de Sá que, com o Alferes José de Sousa Coelho de Faria, tinha ido à Bahia como emissário do Governo do Piauí para pedir ao General Labatut armas, munição e oficiais de 1ª linha para treinarem as tropas piauienses. O General Labatut já tinha providenciado o armamento e a munição, e os oficiais vinham a caminho quando ele foi deposto e substituído pelo Coronel José Joaquim de Lima e Silva. O novo Comandante cancelou as providências de Labatut. Mandou recolher às suas fileiras os oficiais designados para servirem no Piauí e, na cidade de Cachoeira, já nos limites do Piauí, apreendeu as armas e a munição que nos eram destinadas. Alegava que tudo aquilo ainda era imprescindível na Bahia para o combate às forças do Brigadeiro Inácio Madeira de Melo.

Ficávamos, assim, na mesma penúria, em armas e munições, o que dificultava sobremodo a atuação de nossas tropas nas frentes de combate.

Recrudesce a luta em torno de Caxias

Enquanto o Brigadeiro José Pereira Filgueiras se arrastava com seus dois mil homens pelas estradas do Piauí, rumo a Caxias, ali se travavam combates quase diariamente. A luta no cerco de Caxias não foi brincadeira. Apenas para amostra, publicamos o trecho da carta de um Alferes independente, a um seu amigo, falando-lhe de um desses combates anônimos, que nem chegavam a constar de ordem do dia. É a narração singela e viva de uma testemunha ocular, de um combatente que o é somente por força das circunstâncias. Atentem para os nomes de guerra dos que morreram:

"No combate que houve sexta-feira atrasada, no Atoleiro, morreram Custódio Manoel, Espalha-brasas, Malafaia e outros muitos. Deus nos queira favorecer e se lembre sempre de nós, livrando-nos de nossos inimigos. Eu já não posso dormir um sono sossegado com tantas e tão graves novidades".[1]

Mesmo não sendo perfeito o cerco, visto como era impossível guardar as inúmeras veredas que divergiam dos arredores da Vila, ainda assim o inimigo passava terríveis aperturas. Quase não entrava mais nada na Vila sitiada. E as partidas que saíam em busca de alimento eram repelidas com perdas, apenas se afastavam um pouco do perímetro urbano. Já era perigoso até ficar nas ruas de Caxias à noite. Os poucos habitantes que ainda não tinham conseguido fugir da Vila não dormiam nas suas casas. Subiam o Morro das Tabocas para ficarem sob a proteção das armas de Fidié.

Do lado dos independentes, quem dava consistência e disciplina ao Exército sitiante eram os soldados piauienses. Eles eram também a maioria. E suportavam, impávidos, as privações do abastecimento irregular, a falta quase crônica de munições e o atraso no soldo, sem revoltas. Já o mesmo não acontecia com os soldados do Ceará e de Pernambuco, que cometeram inúmeras indisciplinas.

Abdias Neves, falando no assunto, comete uma grave injustiça contra os seus conterrâneos, que são apresentados à História como uma espécie de índios "aimarás", apáticos, indiferentes a tudo, por causa de sua formação e do meio ambiente em que viviam. Enquanto enaltece o cearense, arrasa o piauiense, em nome de uma teoria científica hoje totalmente superada e desacreditada. Estou certo que, se vivesse hoje, nosso ilustre historiador não escreveria mais aquela página melancólica e sem brilho.

A autoridade do Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins era contestada abertamente pelos oficiais cearenses.

---

[1] M. 98 – Doc. 37 – CAB

Tenho a impressão de que o nosso Tenente-Coronel era medíocre. Um bom burocrata, mas não gostava de briga. O abastecimento era o seu forte. Mesmo no auge da crise, ele sempre arranjou meio de alimentar a tropa, na medida quase do impossível. Pertencia, sem dúvida, àquela casta de oficiais de que fala Euclides da Cunha, para os quais mais valem mil burros mansos para o serviço do abastecimento do que dez mil heróis. Não se tem notícia de uma sortida sobre o inimigo dirigida pessoalmente por ele. Estava permanentemente no Quartel General, de onde emitia suas ordens, que quase sempre se resumiam a uma recomendação de "ficar onde está", "não avançar", "muita prudência". Isto só podia irritar a homens como Rodrigues Chaves, Alecrim, Nunes Magalhães e outros, afeitos à luta no campo de batalha e que ali estavam para destruir o inimigo e não para conservá-lo em banho-maria.

Os oficiais mais afoitos passaram a deixar de lado o Comandante Geral, em quem não confiavam e a quem não respeitavam, e a agir por conta própria.

A 1º de julho teve o Tenente-Coronel conhecimento de que Rodrigues Chaves e Munes Magalhães iam tentar um ataque direto a Caxias. Chegariam à noite e ocupariam uma parte da Vila. Rodrigues Chaves tomaria posição para repelir os portugueses que, certamente, desceriam o Morro das Tabocas para um contra-ataque. Se o plano vingasse, Caxias cairia em poucas horas e apertar-se-ia mais o cerco em torno do ultimo reduto de Fidié. Se fracassasse, poderia acarretar a perda de posições preciosas já tão afanosamente conquistadas, além do sacrifício de homens e munição.

O comandante Sousa Martins conseguiu uma conferência com aqueles dois oficiais e os dissuadiu de fazerem o ataque, naquela hora. A munição que possuíam era pouca. Iriam aguardar uma ocasião mais favorável.

Temendo, porém, que os oficiais tentassem realizar o plano a qualquer preço o Comandante passou a tomar certas providências que o capacitariam a lhes prestar ajuda imediata no caso de um imprevisto. Deslocou o Cel. João de Araújo Chaves para *Passagem Funda*, o Capitão-Mor João Caminha para o *Ouro* e o Capitão Germano de Morais para o *Correntinho*.

Sabendo que o Itapecuru-Mirim já havia capitulado, mandou um emissário ao Tenente-Coronel José Félix de Burgos pedindo-lhe uma parte da munição que ali fora apreendida.

Tomou também a decisão de se dirigir ao inimigo. Um miliciano independente levou à Câmara de Caxias um longo ofício do Comandante geral. Nele Sousa Martins assegura àquela Câmara que só lhe vai falar a verdade. Àquela hora somente duas Províncias do vastíssimo Império brasileiro ainda não haviam sacudido o jugo das Cortes de Portugal: Pará e Maranhão. Quando o Piauí, seguindo os passos de Dom Pedro I, triunfou da inveja dos portugueses que o escravizavam e fez a sua adesão com a cooperação dos cearenses que o

ajudaram a sacudir Fidié para fora do seu território, o bárbaro opressor, que semeou a intriga, a discórdia, a desavença e a luta entre os piauienses, passou-se para Caxias, onde atualmente fazia a mesma coisa entre os maranhenses. A convite destes, os piauienses e cearenses estavam diante de Caxias para expulsarem o opressor. Caxias estava cercada, estritamente bloqueada, sem comunicação comercial com parte alguma. Não era nossa intenção assolar e devastar o Maranhão e sim resgatá-lo e salvá-lo do Sistema Constitucional europeu. Não viéramos roubar a quem quer que seja o seu direito pessoal e muito menos obrigar os lusitanos a admitirem, pela força das armas, o sistema que abraçáramos. Quem não quisesse ficar conosco podia se retirar livremente para Portugal. Os que aderissem à causa do Brasil, mesmo sendo portugueses, seriam recebidos pelos brasileiros como irmãos. Para se salvarem, os habitantes de Caxias deviam abandonar a cisânia de Fidié, rasgar a venda que traziam nos olhos, abater as armas e procurar nossas bandeiras. O Comando independente, por motivo de humanidade, propunha àquela Câmara que fizesse retirar para fora da Vila todas as famílias, crianças e inválidos para que não perecessem de fome. Seriam asseguradas a eles todas as garantias. O Comando aguardaria uma resposta da Câmara.

Mas tal resposta não veio. Chegou, porém, coisa melhor: a munição pedida de Itapecuru-Mirim.

Apertou-se mais o cerco.

Soldados que fugiram do Morro das Tabocas, no dia 11 de junho, e se passaram para os independentes, disseram que ali a fome estava insuportável. As tropas de Fidié desde 3 dias só tinham como ração uma quarta de carne, carne dos bois de carro, os últimos que estavam sendo abatidos no reduto.

Abdias Neves fala em uma grave insubordinação que explodiu naqueles dias, naquela frente, desta feita entre as tropas pernambucanas que tinham vindo de Pajeú das Flores. Comandava-as o Capitão-Mor Joaquim Nunes Magalhães. No perímetro do cerco, aquelas tropas ocupavam Trisidela, uma pequena povoação nas imediações de Caxias. Ela caíra em poder dos independentes graças ao concurso do Vigário Joaquim José de Lacerda. Posteriormente aquele padre, indo a Caxias, foi preso como faccioso e perjuro. Sua família, porém, ficou na *Trisidela*, sob a proteção das armas independentes. Em a noite de 13 de julho aqueles soldados saíram armados à rua, assaltaram as quitandas, embriagaram-se e passaram a cometer toda sorte de desatinos nas casas da povoação, mesmo contra aquelas famílias que haviam aderido a causa da independência. A família do Padre Lacerda foi uma delas. Acabaram ocupando a Igreja e profanando-a com uma terrível bacanal. Roubaram o que puderam das casas. Só da residência do padre Lacerda levaram seis contos de réis.

O Tenente-Coronel Sousa Martins, sabedor do que acontecera, exigiu do Capitão Magalhães a punição severa dos culpados. Abriu-se um inquérito que se arrastou molemente por alguns dias. Ninguém foi castigado porque, precisamente naquela hora, as atenções se voltaram totalmente para os combates que se feriam nos arredores. Os portugueses, encurralados e esfaimados, atacavam para todos os lados, procurando romper o cerco a qualquer preço.

A 16 de julho, após violento bombardeio de artilharia, iniciaram, contra a posição do *Atoleiro*, um ataque que iria durar 4 dias. Na tarde do dia 19, o próprio Fidié comandou as tropas atacantes. Mas foram repelidos, deixando 9 mortos no campo e conduzindo 67 feridos.[2]

Pela primeira vez em toda a história daquela guerra, o Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins deu uma ordem ousada: o Cel. João de Araújo Chaves, o Capitão-Mor João Comes Caminha, o Capitão-Mor Joaquim Nunes Magalhães, o Capitão-Mor Luís Rodrigues Chaves e o Sargento-Mor Domingos Faria de Carvalho deveriam perseguir o inimigo em retirada e penetrar em Caxias, se preciso fosse. Mas, desta vez, aqueles oficiais, tão ousados em outras oportunidades, não cumpriram a ordem. O inimigo se mostrara tão desatinado e tão feroz naqueles sucessivos ataques que seria loucura persegui-lo até a sua toca. Quanto mais que a munição dos independentes também havia chegado ao fim.

O inimigo não voltou mais ao ataque. A 21 de julho chegou na frente de Caxias a tropa cearense do Brigadeiro José Pereira Filgueiras. Saíra de Fortaleza a 29 de março. Estávamos a 10 dias da capitulação. Talvez menos, pois a 27 Fidié se demitiria de todas as suas funções no reduto.

Militarmente falando, quase tudo ali já tinha sido feito.

Agora iam ser aceleradas as confabulações para a rendição da praça.

[2] L. 102 - of. 7 - CAB

A Capitulação

Com a chegada de Filgueiras, no dia 21, cessou o comando do Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins.

No quartel do Bonfim, a poucos quilômetros de Caxias, instalou-se o novo Comando, que tomou o nome de Junta de Delegação Expedicionária e se compunha dos seguintes membros: Capitão-Mor José Pereira Filgueiras, Presidente; Luís Pedro de Melo e César, Secretário; Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, Coronel Joaquim de Sousa Martins e Tristão Gonçalves Pereira de Alencar.

O primeiro ato de Filgueiras foi dirigir a Fidié um ofício, com data de 23 de julho. Nele o chefe cearense lembra ao chefe português que ele, Fidié, laboraria no mais lastimoso engano se pensasse que ocupava uma Tróia muralhada e fornecida. Embora tivesse sustentado, até aquela data, sua errônea opinião, mais filha da intriga do que do dever, sua estrela estava apagada. Breve sentiria que o tempo dos prestígios passara e que sua decantada coragem não passava de mera toleima, que, longe de estima, já lhe granjeara o ódio eterno dos brasileiros e dos portugueses amigos da causa do Brasil. Chegara a hora de Fidié rever sua posição. São Luís se achava convulsionada. Itapecuru, Tutóia, São Bernardo, Icatu, Carnaubeira, Viana e muitas outras povoações maranhenses já estavam firmemente nas mãos dos independentes. Que esperava, pois, o chefe português? Que entrasse em si e se advertisse de que não poderia ir mais longe com sua louca resistência. Não seriam algumas peças montadas no Morro das Tabocas que iriam conter a avalanche brasileira. Então, pela perda inútil de tantas vidas ele responderia a um conselho de guerra na respeitável presença de S. M. Imperial. Pensasse bem Fidié nisso que lhe expunha Filgueiras, que aguardava uma sua resposta para breve.

Como homem faccioso e parcial, Filgueiras não se esquece de lembrar a Fidié, no ofício, a coragem dos cearenses nos combates do cerco. Nenhuma palavra para a coragem dos piauienses, que eram a maioria ali, e que haviam suportado com denodo o pior da luta. Também não são lembrados os pernambucanos e os maranhenses. Para Filgueiras, que chegava apenas para colher os louros da vitória, só havia cearenses no cerco de Caxias.

Fidié nem ao menos se dignou de responder ao palavroso chefe cearense. Filgueiras irritou-se com isto, mas nada pôde fazer.

Como não chegasse qualquer resposta, a Junta de Delegação Extraordinária se dirigiu à Câmara de Caxias em a tarde do dia 25. A 27 aquela Câmara reuniu-se em Conselho e deu sua resposta:

"As multiplicadas autoridades que hão proposto a conciliação a esta Vila têm por algum modo obstado as respostas que se deviam dar, por isso

mesmo que não podia ao certo atinar o resultado de uma para com as outras; hoje, porém, que uma Junta Superior se nos apresenta, parece que esta deverá reger a todas as outras e por isto esta Câmara, que deseja ser coerente, espera que se aclare este objeto para que então, com conhecimento de causa, se possa chamar a Conselho os povos desta Vila e eles deliberarem a sua sorte, como é estilo e costume em tais casos. É por isso mesmo que esta Câmara jamais tem ambicionado ver derramar o sangue de povos irmãos, que devem fazer a felicidade do País. Para esse fim espera esta Câmara que se mande sustar os fogos em todos os postos avançados, cuja requisição se vai igualmente fazer ao Comandante deste Distrito, para que não aconteça como no dia e momento da entrada do parlamentário que se nos dirigiu, em que se atirou da outra banda da *Trisidela* sobre os escravos de alguns proprietários, o que, bem longe de concorrer para a ultimação do arranjo que se premedita, fez de algum modo persuadir o contrário".[1]

Mero pretexto esta alegação dos tiros sobre os escravos. De fato, o que acontecia era que a Câmara estava inteiramente submissa a Fidié e, embora gostasse de entrar em negociações de paz com os independentes, temia a reação daquele chefe.

Àquela hora a situação na Vila era realmente insustentável. Já não havia água nem comida. Há dias que os combatentes recebiam meia ração. Mesmo assim, o que restava não daria mais para três dias.

Fidié era obstinado. Queria a resistência a todo custo. Ainda possuía alguma munição. Só não tinha comida. Mas a Câmara também se obstinou. Não era mais possível continuar com uma resistência inútil, com sacrifício total da população civil às portas da morte pela fome. Vendo-se sozinho, Fidié demitiu-se, passando o Comando ao Tenente-Coronel Luís Manoel de Mesquita. Este era partidário das negociações.

No dia 28 um parlamentário de Mesquita chegou ao Quartel General dos independentes, no Bonfim. Trazia um ofício do Comandante de Caxias, no qual ele pedia que ambas as partes nomeassem seus representantes que se reuniriam para discutir os termos de uma capitulação.[2]

Nesse tempo, Fidié cometeu uma traição ao Comandante Mesquita. Aproveitando a trégua de cessar-fogo de ambos os lados, mandou alguns de seus fanáticos, que não eram poucos, às roças da Olaria e eles voltaram trazendo muita farinha e água. No reduto do Monte das Tabocas a trégua estava sendo aproveitada para o conserto das armas e restauração do entrincheiramento danificado pelos últimos ataques. Tal fato não passou despercebido aos independentes que, irritados com a felonia do inimigo, repeliram a proposta de Mesquita.[3]

---

[1] M. 96 – Pág. 65 – CAB
[2] M. 96 – Pág. 65v – CAB
[3] M. 96 – Pág. 66 – CAB

Caxias não aguentava mais. Pondo de lado o orgulho e a vergonha, e temeroso de um ataque arrasador e definitivo dos brasileiros, o Tenente-Coronel Mesquita enviou à Junta um outro parlamentário com ofício. Garantia que seria convocado, em Caxias, um Conselho civil e militar para resolver de uma vez por todas a rendição. Pedia o adiamento das hostilidades para ele poder ouvir a oficialidade.

Com a garantia de que não haveria o ataque, reuniu-se realmente um Conselho. Compareceram a ele quase todos os oficiais da guarnição. Aberta a sessão, que teve como presidente o próprio Mesquita, foi lido para os presentes o ofício da Junta de Delegação ordinária que descrevia a real situação na Província do Maranhão e na frente de Caxias. Após aquela leitura, tomou a palavra o presidente para dar a sua opinião e pedir a dos demais oficiais presentes. Descreveu francamente a situação na Vila. Não era mais possível resistir. Não tinham munição. Não tinham comida. Seria loucura continuar lutando.

Foi decidido, pelo Conselho, que se tentariam negociações, imediatamente, com o inimigo. Mas não aceitariam rendição incondicional.

Elaborou-se, então, uma proposta, em forma de convenção, que seria apresentada à aprovação da Junta de Delegação Extraordinária. Seus artigos rezavam assim:

"Artigos de Convenção dirigidos a Exma. Junta de Delegação Expedicionária do Ceará e Piauí:

1º) Todos os oficiais a soldados da 1ª e 2ª linhas, que compõem a guarnição permanente desta Vila, poderão sair armados desta fortaleza com bandeiras largas, caixa batida e mecha acesa em direitura à cidade do Maranhão, e o corpo da tropa expedicionária do Pará à sua capital, levando todos os bens e famílias que lhes pertencerem, todas as munições, petrechos de guerra e artilharia, fazendo a sua viagem por terra ou pelo rio, como lhes parecer, para o que se lhes concederão todas as canoas e cavalgaduras e meios suficientes sem que sejam incomodados na sua viagem por força alguma da Independência, cujo Governo, estacionado no distrito desta Vila, dará um corpo de tropa, segundo o estilo, para acompanhar até fora das suas linhas, dividido em três partes; uma fará a vanguarda, outra marchará no centro e a 3ª na retaguarda.

2º) Sairá a guarnição (uma vez que a sua viagem seja por terra, fazendo a frente a metade da cavalaria, as bagagens marcharão no meio, e a infantaria fará a retaguarda, seguida do restante da cavalaria e artilharia. Os principais oficiais sairão em último lugar

3º) Pelo mesmo modo poderão sair todos os habitantes que quiserem acompanhar a tropa, tanto naturais como europeus, empregados públicos ou não empregados, ficando os bens que eles deixarem em poder de suas famílias.

procuradores, ou pessoas a quem mais bem lhes convier. Aqueles porém que tiverem suas famílias e bens fora deste distrito e Província, se marcará o prazo necessário ficando salvo o direito de instituírem procuradores para a disposição dos mesmos bens.

4°) Todos os que ficarem não serão ofendidos em suas pessoas e bens e nem perseguidos por quaisquer opiniões políticas que até hoje hajam manifestado, soltando-se todos aqueles que se acharem presos por esta causa.

5°) Todos os prisioneiros serão restituídos imediatamente de parte a parte, a exceção dos que estiverem em maior distância, dentro ou fora da Província, com os quais se entenderá este mesmo artigo para serem soltos.

6°) Os doentes do hospital, ou fora dele, que não puderem acompanhar as tropas serão tratados com toda humanidade e regularão para eles as condições da presente convenção.

7°) Conceder-se-ão 8 dias para os arranjos necessários da viagem, suspensas neste espaço todas as hostilidades, fornecendo-se todos os mantimentos necessários, não só durante a estada, senão também para a viagem.

8°) Dentro da Vila só deverá entrar a guarnição necessária para ocupar as guardas, depois que sair das linhas do sítio a tropa ora estacionada, ficando o resto da força imperial acampada nos subúrbios da mesma Vila. O Governo, Estado Maior do Exército e Oficiais da mesma guarnição são os únicos compreendidos a fazerem também a sua entrada, para darem as providências a evitar o saque, distúrbio ou qualquer desordem que se pretenda intentar sobre os habitantes e suas propriedades.

9°) Serão entregues todas as propriedades, de qualquer natureza que sejam, a seus respectivos donos, que delas se acharem desapossados sem legítimos títulos.

10°) Para a inteira observância dos artigos propostos, se darão mutuamente reféns, sendo 3 pessoas civis ou militares das mais qualificadas, as quais chegadas aos limites das linhas serão trocadas.

Forte do Morro das Tabocas, 30 de julho de 1823, Luís Manoel de Mesquita, Tenente-Coronel e Comandante geral".[4]

Engraçadinhos! Até parece que os sitiantes vencedores eram eles. Talvez por mímia condescendência para com os bugres brasileiros, deixaram os constitucionais portugueses de acrescentar mais 4 artigos à sua Convenção, que deveriam apresentar a seguinte redação:

[4] M. 96 – Pág. 68v – CAB

11º) Ao descerem as forças constitucionais do Morro das Tabocas, os soldados do Império deverão cobri-las de flores.

12º) Por pura comiseração dos constitucionais, os soldados do Império deixam de ficar aprisionados e rebaixados de seus postos seus oficiais.

13º) O Comando Imperial pagará aos constitucionais todo o seu soldo atrasado e indenizará as famílias dos que morreram.

14º) O próprio imperador, Dom Pedro I, em pessoa, virá a Caxias pedir desculpas aos constitucionais pelos incômodos por que eles possam ter passado durante a luta pela posse da Vila.

Foi nomeada uma Comissão para levar aos independentes aquela esdrúxula proposta. Compunha-se do Major Francisco Salazar Moscoso e dos Capitães Antônio Bernardo de Oliveira Pimentel e José Colaço Brandão.

Chegando aquela Comissão com o documento ao Quartel General, Filgueiras convocou uma reunião não só da Junta de Delegação. mas também de todos os oficiais que combatiam naquela frente, para ouvirem a leitura da proposta do inimigo e opinarem a respeito. Depois de feita aquela leitura pelo Major Salazar e ouvido o seu pedido de que se mandasse fornecer munição de boca à tropa portuguesa até que, regulada, tivesse lugar a capitulação, todos os oficiais se manifestaram. Em resumo, disseram que não estavam ali, vindos de tão longe depois de tanta luta e tanto sacrifício, para aceitarem imposições de um inimigo que já não se aguentava de pé, e que nenhum direito tinha de ditar condições e sim de aceitá-las dos triunfadores brasileiros. Que se suspendessem pois as negociações e as armas decidiriam a pendência uma vez por todas. Ou então que se apresentasse ao inimigo a Convenção dos independentes, que seria a última e a única aceitável. Seus artigos foram redigidos da seguinte maneira:

1º) Que o Major Fidié e esse resto de tropa que iludida ainda o seguia e se achava dentro do sítio, na guarnição do Morro das Tabocas e mais presídios, deveria depor as armas e as bandeiras e ir ocupar o campo de S. José, debaixo de guardas.

2º) Que o exército independente se apossaria da Morro das Tabocas e Vila de Caxias, com todos os petrechos de guerra, munições e artilharia.

3º) Que os inimigos se entregariam à discrição dos vencedores, preservando-se a Junta de Delegações de ataques e insultos e assegurando-lhes o direito de propriedade com as mais bem ajustadas medidas e providências.

4º) Que a tropa dissidente da causa brasileira seria conservada no lugar onde a Junta determinasse, até que Sua Majestade Imperial, a quem se

daria imediatamente circunstância da participação, houvesse por bem perdoar-lhe o crime que tinha cometido.

5º) Que os proprietários da Vila de Caxias e termo, que não tivessem prestado donativo à causa da Pátria, seriam obrigados a uma contribuição para pagamento do Exército que a sua toleima, o seu criminoso aferro às Cortes de Portugal e os procedimentos hostis do pérfido Fidié chamaram àquele lugar.

6º) Que a Junta de Delegação Extraordinária não seria responsável pelos bens desencaminhados dos proprietários da Província e somente dar providências, tomar enérgicas medidas e anuir requisições tendentes à segurança da propriedade e à reivindicação dela.

7º) Que a Junta residiria na Vila de Caxias o tempo que fosse necessário para tomar medidas para constranger a Vila de Alcântara e a Capital, que ainda reincidiam no erro, a proclamar a Independência ou até que fosse possível instalar-se um Governo Temporário que se encarregasse dessa tarefa e que segurasse o direito individual e de propriedade.

8º) Que nenhum socorro de mantimentos se devia prestar aos inimigos sitiados por que isso seria concorrer diretamente para sua reincidência e dar-lhes azo a tramar, visto que os evadidos eram bem acolhidos e nada lhes faltava.

9º) Que se marcasse ao Comandante de Caxias seis horas para se deliberar a anuir ou não aos artigos oferecidos e que, terminado o prazo, não fossem admissíveis mais negociações ou meios paliativos, e tratasse cada um de defender-se, não se evitando mais hostilidades e toda qualidade de agressão permitidas na guerra.

De como assim se havia acordado lavrou o Secretário do Conselho uma ata cujas assinaturas vejo que tomaram parte no mesmo: Luís Pedro de Melo e César, Secretário; José Pereira Filgueiras, General do Exército Auxiliador e Presidente; Manoel de Sousa Martins, Joaquim de Sousa Martins, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, Manoel Inácio Filgueiras, Major Ajudante de Ordens, Padre Pedro Antunes Alves Rodovalho, Capelão-Mor do Exército; José Vitoriano Maciel, Coronel de Cavalaria; João de Araújo Chaves, Coronel de Cavalaria; Raimundo de Sousa Martins, Tenente-Coronel de Cavalaria; João Gomes Caminha, Capitão-Mor; Joaquim Nunes de Magalhães, Capitão-Mor; José Ferreira de Azevedo e Silva, Tenente-Coronel; João da Costa Alecrim, Tenente-Coronel de Cavalaria; Benedito José Barbosa, Tenente-Coronel; Luís Rodrigues Chaves, Major; Francisco Ferreira de Sousa, Major de Cavalaria; Francisco Inácio da Costa, Sargento-Mor e Comandante da Polícia; Domingos Francisco de Carvalho, Sargento-Mor Comandante; Miguel José de Queirós Lima, Sargento-Mor da Brigada de Cavalaria; Francisco Carlos da Silva Saldanha, Sargento-Mor da Cavalaria do Icó; Manoel Bezerra de Araújo Melo,

Sargento-Mor de Cavalaria; José Leão da Cunha Pereira, Sargento-Mor de Cavalaria; Romão José Batista, Sargento-Mor Comandante de Cavalaria; Miguel Francisco de Queirós Lima, Sargento-Mor de Cavalaria; José Correia Campelo, Sargento-Mor Comandante do Batalhão Leal à Independência; João Nepomuceno da Silva Cangussu, Sargento-Mor de 1ª linha; Manoel Clementino de Sousa Martins, Major de Cavalaria do Piauí; Tibúrcio José de Borges, Sargento-Mor de Cavalaria; José Manoel Lopes de Oliveira, Capitão-Comandante; Militão Plácido da França Antunes, Capitão; Francisco Germano de Morais, Capitão de Cavalaria; Pedro Nunes de Magalhães, Capitão e Comandante; Manoel Carlos da Silva Saldanha, Capitão e Comandante em Chefe; Matias de Sousa Rabelo, Tenente-Coronel; Alexandre Neri Pereira, Capitão e Comandante do Regimento Montado de Sobral; Manoel de Barros Marinho, Capitão de Infantaria; João Ferreira da Mota, Capitão de Cavalaria; Francisco José da Silva Guariba, Capitão Comandante; Antônio Roberto Borges da Fonseca Comati, Capitão de 1ª linha; João Paulo Dias Carneiro, Capitão; Antônio Vieira do Lago Cavalcante de Albuquerque, Capitão de 1ª linha; Vitoriano Correa Vieira, Capitão de Cavalaria; Francisco Lopes de Sousa, Capitão e Comandante; Zacarias Fernandes dos Reis, Capitão; José da Costa Bandeira, Capitão de Milícias; João Franklim de Lima, Capitão de Caçadores; José Cavalcante de Albuquerque, Tenente de 1ª linha; Roberto José de Moura, Tenente; Manoel Mauriz dos Santos Rego, Tenente; João Fernandes de Morais, Secretário do 1º Regimento de Caxias; Manoel Lopes Teixeira, Secretário; José Vicente Honório, Tenente; Antônio de Sousa Mendes, Tenente; Gonçalo Soares Pajeú, Ajudante; Félix Fernandes de Barros, Ajudante; José Maria de Melo, Ajudante; José Bernardo Bezerra de Menezes, Ajudante; João Francisco Vasques, Tenente Quartel-Mestre; Manoel Soares da Silva, Alferes Comandante de 1ª linha; Fernando Luís Ferreira, 2º Tenente de Artilharia; José Tavares de Oliveira, Alferes de 1ª linha; Antônio José da Silva e Sousa, Alferes de Cavalaria; Francisco Antônio de Matos, Alferes; Hermenegildo da Costa Nunes, Alferes; Joaquim Ferreira da Silva, Alferes; Agostinho Antônio, Alferes; Reinaldo de Araújo Bezerra, Capitão Comandante; Manoel Joaquim Sucupira, Alferes Comandante de 1ª linha; Francisco Pereira Façanha, Alferes de Cavalaria; Manoel Rodrigues de Melo Uchôa, Alferes de 1ª linha; Manoel Gonçalves Ruas, Secretário do 2º Regimento; Antônio Joaquim Garcia, Alferes; Antônio Francisco de Ávila Gato-Preto, Tenente de 1ª linha; Francisco Carlos de Rezende, Tenente Quartel-Mestre; Antônio Leite da Silva, Alferes de Caçadores".[5]

Voltando a delegação dos portugueses com esta Convenção, que era um ultimato, o Tenente-Coronel Mesquita compreendeu que tudo chegara ao fim. Convocou um Conselho para receber o documento. Nem houve mais tempo para discuti-lo e para consulta ao povo da Vila. O Comandante Geral de Caxias apôs o seu "aprovamos" ao texto da Convenção e enviou o Major Francisco Salazar Moscoso e o Capitão Antônio Bernardo de Oliveira Pimentel ao Quartel General dos imperiais a fim de regularem os termos da Capitulação, que foi assinada no dia 31 de julho.

[5] M. 96 – Pág. 70 – CAB

No dia seguinte, 1º de agosto, o Exército Auxiliador entrou em Caxias e recebeu a rendição das tropas de Fidié, no campo de S. José. Ninguém foi preso naquele dia. Também pessoa alguma pôde sair da Vila.

No mesmo dia, obedecendo ordem superior, o Tenente-Coronel João da Costa Alecrim subiu o Morro das Tabocas e, com sua Divisão, ocupou o reduto.

Quatro dias antes, Lorde Cochrane, comandante da Esquadra Imperial havia descido em S. Luís e ali aclamado a adesão da Capital à causa da Independência. Mas nem ele sabia do que os independentes do Piauí e Ceará já haviam feito no resto daquela Província, nem estes sabiam da presença do pirata na capital do Maranhão, naquela hora.

No dia 3 foram presos o Tenente-Coronel Luís Manoel de Mesquita, o Sargento-Mor João José da Cunha Fidié, o Capitão Miguel Ferreira de Gouveia Pimentel, o Capitão Antônio Bernardo de Oliveira Pimentel, o Capitão Jerônimo José do Rego, Tenente Quartel-Mestre Feliciano Estêvão da Costa, Tenente Egídio da Costa Alvarenga. Ajudante Félix Antônio da Rosa, Padres Jerônimo José Pereira e Serafim Alves da Costa, Frei João de Jesus Maria, bacharel Henrique José de Novais Advogado Antônio José de Mesquita, Alferes Joaquim Alves da Costa e Advogado Luís de Campos Botelho de Miranda.

A 6 fez-se a eleição dos membros da nova Câmara de Caxias. E a 7 teve lugar o ato da proclamação da Independência e da aclamação de Dom Pedro.

Foi nomeada uma Comissão para superintender a arrecadação de fundos destinados ao pagamento de soldo das praças independentes empenhadas na luta. Caxias estava esgotada. São Luís ajudou-a. Constituiu, porém, uma página vergonhosa da História aquilo que o povo do Maranhão teve que pagar, naquela hora, com soldos e despesas correlatas. Aos historiadores maranhenses a tarefa ingrata de trocarem por miúdo o terrível sofrimento do povo de Caxias com a ocupação militar da Vila.

Feitas todas as requisições e extorsões possíveis e imagináveis, aquela coleta subiu a 204:182$799 réis. Desta importância tiraram-se 44:260$350 réis para o pagamento de 1842 praças piauienses; 20:000$000 de réis para as 1.200 praças maranhenses; 25:000$000 réis para as quinhentas e tantas praças pernambucanas. O Ceará com pouco mais de 2000 praças ficou com 113:000$000 de réis. Mesmo com a parte do leão, não se deram por satisfeitos os cearenses; cobraram forragem, cavalgaduras, pão e etapas, quando estes artigos lhes tinham sido subministrados pelos habitantes tanto do Piauí como do Maranhão. Lembram-se de que, sem nada fazerem para nós, eles já haviam recebido, em Oeiras, 26:000$000 de réis, na sua passagem para Caxias.

Quem mais se excedeu em crimes de violência e roubo foi a tropa de Pernambuco do comando do Capitão-Mor Pedro Nunes de Magalhães.

No dia 24 de outubro dissolveu-se a Junta de Delegação Expedicionária, e as últimas tropas que ainda estavam em Caxias iniciaram a sua retirada da vila

Vinte e quatro presos foram entregues ao Piauí e transportados para Oeiras.

Após a luta, a restauração da Província

A 18 de agosto, o palácio do Governo de Oeiras emitiu a seguinte Proclamação:

"Parabéns, Piauienses! Triunfam em todas as partes do grande Império as armas da Independência e abateram-se seus inimigos. O corifeu de nossos rivais, o sanguinário Fidié, geme em captura. Uma muito honrosa capitulação fez aparecer o fausto dia 1º de agosto, em que o heróico e valente Exército do Norte, entrando na Vila de Caxias e nesse decantado Monte das Tabocas (covil dos nossos inimigos), viu abatidas as bandeiras lusitanas e arvorado o estandarte estrelado. O dia 7 era o destinado para ali se prestar o solene juramento à Independência e ao imortal Imperador Dom Pedro Primeiro. Exultemos de prazer e corramos a render as devidas graças ao Supremo Deus dos Exércitos pelos benefícios que sobre nós tem derramado. Seja esse dia o de 24 do corrente e devem comparecer todos os que dele tiverem notícia. Adiantemos contudo nos 2 antecedentes aquelas demonstrações de aplauso e alegria pública que nos for possível. Todas as Vilas e lugares da Província deverão fazer o mesmo, logo que lhes chegar tal notícia. Assim espera e confia a Junta de Governo Temporário que com vozes alegres incessantemente clama de novo convosco: Viva a nossa santa Religião! Vivam as Cortes do Império! Viva o nosso Imperador!

"Palácio do Governo de Oeiras, 18 de agosto de 1823. Inácio Francisco de Araújo Costa, Presidente. Manoel Pinheiro de Miranda Osório, Secretário Honorato José de Morais Rego".[1]

A 20 de agosto a Junta de Governo do Piauí se dirigiu a José Bonifácio de Andrada e Silva, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, para informações:

"Em data de 20 de julho próximo passado tivemos a honra de levará presença de V. Excia., para conhecimento de S. Majestade Imperial, o estado da luta do Piauí com o Maranhão, ou melhormente falando, com os inimigos da causa brasileira fortificados no Monte das Tabocas, na Vila de Caxias, que se achava em rigoroso sítio. De todo perdidas as esperanças de poderem os sitiados adquirir mantimentos para sua sustentação por terem sido baldadas, ou de mui pouco fruto as sortidas que sempre faziam, tentaram ainda, nos últimos paroxismos de sua inimizade e cegueira, acometer um dos principais pontos do assédio, o que puseram em execução no dia 19 do dito mês de julho, com quatrocentos homens bem amados, e artilharia, durando o fogo cinco horas efetivas, tendo o inimigo a perda de 9 mortos e de 63 feridos, que se recolheram aos seus hospitais; e o resto da tropa debandada voltou a Caxias;

[1] M 77 - Doc. 3 - CAB

havendo de nossa parte quatro mortos e dois mal feridos. No dia 21 chegaram ali os dois mil e tantos homens que acompanharam o Governador das Armas do Ceará, José Pereira Filgueiras, ainda que desertaram muitos em caminho; e como fossem reforçados os pontos, jamais o inimigo se atreveu a sair do covil das Tabocas. Reduzidos ao último apuro, nada mais lhe restava senão depor as armas, o que assim aconteceu ao dia 1º do corrente mês de agosto, depois de imensas fadigas e não pouco sangue derramado em mui diferentes choques, entregando-se prisioneiro o Major Fidié e pouca tropa, que naquele dia ainda com ele se achava, porque grande parte se tinha evadido e procurado os diversos pontos do cerco, fugindo ao flagelo da fome que principiava a mirrá-los. Quando os sitiantes acabavam de festejar a glória que tiveram de ver abatidas as bandeiras lusitanas e arvorado o estandarte brasileiro no entrincheiramento inimigo, chega-lhes a gostosa notícia de haver o Almirante Lorde Cochrane aportado na cidade de São Luís, fazendo no dia 28 do referido mês de julho próximo passado proclamada a Independência e reconhecido o imortal Imperador, o Sr. Dom Pedro I, nosso Perpétuo Defensor, verificando-se essa notícia por aviso do dito Almirante. O Piauí exulta de prazer e todos os seus habitantes correm a render as devidas graças ao Supremo Deus-dos-Exércitos pelo rápido progresso da causa do Império. A maior satisfação se apodera destes fiéis povos, sobre quem pesaram incalculáveis males; e esquecidos de quanto sofrimento padeceram, aplaudem com inexplicável júbilo a adesão de toda a Província do Maranhão à causa do Império, pois que lhes traz a paz e o sossego, de que devem gozar no seio de suas famílias, cuidando nas suas culturas e no tráfico das fazendas de gado, que tendo tido terrível acoite, se há feito mais sensível pela rigorosa seca que grassa em algumas das ribeiras desta Província. Se não fôssemos piauienses, saberíamos melhor fazer a estes povos o elogio de que são merecedores perante a augusta presença de S. Majestade Imperial, mas, como o somos, limitamo-nos em declarar que é grande o nosso reconhecimento ao zelo, valor e fidelidade com que estes mesmos povos gostosos nos ajudaram a salvar esta Província, não havendo cidadão algum que deixasse de ser soldado. Quanto não devemos às valentes indisciplinadas Milícias e às bisonhas Ordenanças. Estas e aquelas, com o diminuto número de praças de 1ª linha que havia, sem oficiais peritos, fizeram simultaneamente a Campanha nesta parte do Brasil em defesa de sua justiça; e a constância com que suportaram contentes os padecimentos da guerra no espaço de sete meses a que não estavam acostumadas as fará sempre lembradas nos Anais do seu País. Não podemos também deixar de confessar o muito que somos gratos aos nossos vizinhos do Ceará e Pernambuco, que nos socorreram e auxiliaram contra a opressão dos sectários de Portugal, coadjuvando a salvar-nos de suas garras. A Delegação de Governo ainda não voltou da Vila de Caxias porque uma Ordem do Almirante Cochrane de 28 de julho exigia a conservação dos Chefes da Força Armada nos mesmos pontos em que estas se achassem até que enviando emissários à cidade de São Luís, tivessem com o Governo daquela Província e com assistência dele Almirante as necessárias conferências e recebessem depois as ordens para

uma absoluta evacuação das tropas. Mas como a 14 do corrente partisse para a referida Cidade do Maranhão o emissário da Delegação, logo que volte fará a Delegação o seu regresso com as tropas desta Província e da do Ceará, que pelo sobredito motivo se conservam ainda em Caxias".[2]

A passagem das tropas cearenses pelo nosso território, rumo a sua Província de origem, trouxe novos transtornos ao Piauí. Tropas indisciplinadas, que não atendiam a seus oficiais, passaram aos bandos saqueando e tomando os últimos cavalos que ainda restavam nas fazendas. Quem se opunha, recebia bala ou facada. Valença e Campo Maior foram os municípios que mais sofreram. Uma carta de Francisco da Rocha Falcão, Juiz Ordinário de Valença, datada de 12 de setembro, conta-nos algumas dessas tropelias:

"Sabem V. Excias., e a Província toda, a honra, prudência e mais circunstâncias do Exmo. Brigadeiro e General do Exército, José Pereira Filgueiras e seus oficiais. Porém também não é oculta a desenvoltura e mau comportamento das tropas que vêm vindo, desse exército, da Vila de Caxias, que apesar das severas recomendações que lhe fazem, como por aqui nos consta, o dito Exmo. Filgueiras e os mais oficiais, que façam a sua retirada sem malefício aos povos, contudo só nisso ocupam a extensão do caminho, tanto assim que mandando a Câmara desta Vila um ofício ao Sargento-Mor Claro Luís Pereira de Abreu Bacelar, convidando-o para se achar nos dias 14, 15 e 16 do corrente para os festejos que tem a Câmara de fazer pelo nascimento da Sereníssima Infanta, e achar-se Caxias livre dos opressores do nosso Sistema, e a Bahia livre do jugo das baionetas inimigas, aconteceu chegar à casa do dito Major uma dessas tropas e atacaram o correio para descobrir onde estava o Sargento-Mor, que o não acharam em casa. E porque o correio não soubesse dele, deram-lhe algumas pancadas e até facadas. Na fazenda da *Várzea do Mel* pegaram 4 animais de Apolinário Borges e os conduziram todos. Na fazenda do *Bebedor* chumbaram 5 reses, e todas se foram embora morrer no mato sem servirem para a dita tropa e nem para o dono. Hoje, nesta Vila, com o maior escândalo, sem o menor respeito, deram dentro dela 5 tiros em uma rês e a mataram. E são imensos os insultos que sofrem os povos desta Província ou deste Distrito com a passagem de semelhantes tropas. Pareceu-me conveniente participar a V. Excia. os restos dos prejuízos e insultos que se tem sofrido dessa gente"[3].

Urgia normalizar a situação na Província e tinha que se começar com a desmobilização das tropas desnecessárias. Como as de Piracuruca, Campo Maior, Livramento e Poti ainda estavam em Caxias, ou caminhando de regresso, começou o Governo com as de Parnaíba. A Junta encarregou o Coronel Simplício de pedir ao Tenente-Coronel José Narciso Xavier Torres, comandante da tropa de Granja, que voltasse à sua terra com aquela força. Foi-lhes adiantado um mês de soldo e facilitado o seu transporte.

[2] L. 102 - nº 7 º CAB

Tendo-se notícia de que se aproximavam os insubordinados de Pernambuco, do comando do Capitão-Mor Joaquim Nunes de Magalhães, a Junta chamou para a Capital a tropa do Tenente Inácio de Loiola Mendes Vieira. Durante muito tempo esta força ficou de prontidão, ali, para repelir pelas armas qualquer violência ou abuso por parte dos pernambucanos.

Nesse ínterim, chegou a Oeiras a portaria de nº 3 da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, baixada a 22 de julho e que mandava que se desse liberdade às pessoas que se achavam sob custódia, como suspeitas de infensas ao sistema brasileiro. Foram transmitidas ordens nesse sentido para todas as Vilas e povoações da Província. O Juiz de Parnaíba, Dr. João Cândido de Deus e Silva, em setembro, quis criar embaraços à aplicação daquela portaria, ali, mas depois se acomodou.

Naquela hora, inteiramente fora de tempo, chegaram os socorros que tinham sido pedidos à Bahia Oficiais, armas, petrechos de guerra e remédios chegaram pelo mar e subiram o Parnaíba em barcas. Mais uma dor de cabeça para o Governo. Os recursos da Província estavam esgotados. As exigências da guerra tinham desaparecido. Todo esforço, agora, era no sentido da normalização da ordem.

O inverno se anunciava. Caíram as primeiras chuvas. O povo se voltou totalmente para os labores do campo.

A 5 de novembro chegaram os prisioneiros. Todos ficaram soltos na cidade, à exceção do Maior João José da Cunha Fidié, que foi recolhido ao quartel do Corpo de 1ª Linha.

Alguns dias depois chegaram o Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, o Tenente-Coronel Joaquim de Sousa Martins, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar e Luís Pedro de Melo e César. Os cearenses pretendiam conduzir os prisioneiros para o Ceará. Mas o Brigadeiro os desenganou: dali não sairia prisioneiro algum a não ser com emprego de força. o Cel. Luís Pedro de Melo e César quis empregar a força, chamando de Campo Maior o Major Luís Rodrigues Chaves que ali passava com suas tropas rumo à Serra Grande. O Brigadeiro Sousa Martins não contava com tropas naquela hora. As nossas ou já tinham sido desmobilizadas, ou ainda se arrastavam pelas estradas, vindas de Caxias. O jeito era contemporizar. Escreveu o Chefe piauiense ao Comandante de Campo Maior, ordenando-lhe que vigiasse Rodrigues Chaves e se notasse que ele ia marchar sobre a Capital deveria comunicá-lo a Oeiras, com o máximo de rapidez. Escreveu também a Rodrigues Chaves pedindo-lhe que, quanto antes, se retirasse do Piauí com sua força. Tristão Gonçalves porém não teve conhecimento destas providências.

A 22 de novembro Tristão pediu uma conferência com os Chefes piauienses e formalizou a sua ameaça de intervenção armada. Para ganhar tempo, o Brigadeiro prometeu resolver em breve as pretensões dos agentes de

Filgueiras. Como no dia 25 tudo estivesse na mesma, Tristão abriu o jogo. O que eles queriam era dinheiro. Se lhes fossem dados mais 3.000$000 réis ele ordenaria a Rodrigues Chaves que se retirasse para a Serra. O Brigadeiro aceitou a proposta. Contraiu um empréstimo e entregou aquela importância a Tristão Gonçalves.

Com a retirada dos cearenses de nosso território, começou a restauração de nossa economia.

A situação era seriíssima. Escrevendo ao Coronel Simplício, em Parnaíba, assim desabafa o Brigadeiro:

"V. S. não pode ajuizar, ao longe, que calamidade, que destroços e irreparáveis males têm por aqui causado as tropas que se retiram de Caxias. As fazendas estão de todo destruídas; o cavalar, este foi conduzido quase todo. Desgraçada fica a nossa Província. Uma só providência enérgica não vimos da parte de seus chefes, ou, aliás, não são respeitados.

"O clamor dos povos toca sensivelmente nossos corações. Eles queixam-se do seu Governo por falta de providências para a segurança de seus bens; os auxiliadores taxam-nos de ingratos quando só lhes apresento a desolação da Província, e, assim, não é possível saber como possamos satisfazer os nossos deveres.

"Roubaram-nos grande parte do nosso armamento e ainda tem a Província de pagar avultada soma de despesas feitas com diferentes expedições de tropas que mandaram, algumas delas inúteis, e a conta que acaba de se nos apresentar é de 19:356$068 réis, afora as que ficaram de remete.

"As tropas que vieram com o Sr. Filgueiras receberam 26:000$000 réis e diz Tristão que ainda se lhes deve 3:000$000 réis; finalmente não haverá no Piauí com que se pague a despesa feita pelo Ceará. Os seus soldos em Caxias montaram a cem contos de réis e diz que ainda com mais 30:000$000 réis não se lhes pagava.

O cofre de Oeiras tinha no dia 1º de dezembro 1$920 réis".

Ainda em 20 de novembro a Junta se dirigia ao Sr. José Joaquim Carneiro de Campos, Ministro Secretário de Estado dos Negócios do Império, para lhe transmitir novos informes sobre o que se passava no Piauí:

"Em data de 28 de agosto próximo passado, ofício número 7, teve a Junta a honrosa satisfação de participar a S. Majestade Imperial, por intermédio de V. Excia., haver-se rendido em primeiro do dito mês o Major Fidié, na Vila de Caxias, e que a Cidade do Maranhão tinha a vinte e oito de julho passado aclamado a Independência, por ocasião de ter ali aportado o Almirante Cochrane, com que deu fim a guerra que tanto afligia ambas as Províncias, cujos movimentos se tinham tornado comuns. Já aqui chegaram os dois

Membros deste Governo que, com os outros dois do Ceará compunham a Delegação de Governo, que julgamos necessária ir por-se à testa de tão espinhosos negócios. Fidié fica preso nesta Cidade e breve o faremos seguir para essa Corte, para que S. Majestade Imperial decida de sua sorte; e já o teríamos feito, se não encontrássemos a dificuldade de cavalgaduras capazes de o transportar até a Bahia, por onde será o seu destino. Bem nos custa ver aqui este homem, instrumento das desgraças de nossa Pátria; sua vista nos horroriza porque o observamos salpicado do sangue dos nossos caros patrícios e amigos, a causa de tantas viúvas e órfãos infelizes, chorando em torno de nós; o móvel da infelicidade de outros nossos patrícios e amigos com quem se acompanhou até sua entrega e de quem se serviu para fazer guerra a esta Província, iludindo-os com a vinda de tropas portuguesas. Estes piauienses são sem dúvida criminosos porque, depois da batalha de Campo Maior, e mesmo antes, não ignoravam os sentimentos da sua Província, e quantos meios couberam nos limites da possibilidade esgotamos para chamá-los a nós e vê-los isentos da Companhia do seu corifeu, que tão astuto se mostrou em arrastá-los ao precipício, porém jamais conseguimos: as sugestões dos inimigos do Brasil puderam mais e nós tivemos o desprazer de ver a uns prisioneiros com o Fidié e outros abandoná-lo já quando o consideraram reduzido à última extremidade. Eles foram mandados recolher a esta Província pela Junta de Delegação Expedicionária, a cuja discrição se renderam; e nós os conservamos em liberdade, excluídos unicamente dos exercícios de seus postos, sem que os mandássemos processar, esperando que S. Majestade Imperial se sirva decidir da sorte destes desgraçados, que este Governo recomenda à clemência do mesmo augusto Senhor".[4]

Em dezembro vieram também as promoções dos oficiais que mais se distinguiram na guerra, com as preterições e injustiças que se costumam fazer em ocasiões como tais.

Com a desmobilização de todas as tropas, a volta dos homens aos campos, a ordem restabelecida e a chegada do inverno, tudo começou a melhorar.

Houve eleições em toda a Província.

A 22 de fevereiro, escoltado, Fidié foi conduzido à cidade da Bahia e de lá transportado para o Rio de Janeiro.

Apagava-se, no Piauí, o último vestígio mais sensível de uma luta que começara a 19 de outubro de 1822 e 24 de janeiro de 1823.

[4] L. 102 - nº 9 - CAB

Conclusão

A epopéia do Jenipapo é o ponto mais alto da participação do Piauí nas lutas da Independência.